

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

ALEXANDRE CLASER ELMI

**COMUNICAÇÃO E ÉTICA:
DUPLO EMPREGO NA IMPRENSA
DO RIO GRANDE DO SUL**

Porto Alegre

2014

ALEXANDRE CLASER ELMI

COMUNICAÇÃO E ÉTICA:

DUPLO EMPREGO NA IMPRENSA DO RIO GRANDE DO SUL

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Orientador: Prof. Dr. Roberto José Ramos

Porto Alegre

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E48c Elmi, Alexandre Claser
Comunicação e ética: duplo emprego na imprensa do Rio Grande do Sul / Alexandre Claser Elmi. – Porto Alegre, 2014.
189 f.

Diss. (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social, PUCRS.
Orientação: Prof. Dr. Roberto José Ramos.

1. Comunicação. 2. Jornalismo. 3. Profissão. 4. Ética.
I. Ramos, Roberto José. II. Título.

CDD 174.9097

Aline M. Debastiani
Bibliotecária - CRB 10/2199

ALEXANDRE CLASER ELMI

COMUNICAÇÃO E ÉTICA:
DUPLO EMPREGO NA IMPRENSA DO RIO GRANDE DO SUL

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Aprovada em: _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Roberto José Ramos

Prof. Dra. Laura Maria Glüer – Uniritter

Prof. Dr. Luciano Kloeckner

Porto Alegre

2014

AGRADECIMENTOS

A Ana Fritsch e a meu filho, Gianluca Cirimbelli Elmi, pelos incontáveis momentos em que este trabalho me subtraiu do convívio com vocês. Foi por um bom motivo e a razão está nas páginas a seguir.

A minha mãe e ao meu pai (em memória), porque devo a eles a educação.

Ao meu orientador, Roberto José Ramos, pela disciplina e pelo método. Obrigado, sobretudo, pela leitura de John Thompson.

Mágda Cunha e Vítor Necchi apostaram nesta história, que vivo a cada dia, de ser professor de Jornalismo. Acreditaram em mim, mesmo sem a titulação. Retribuo a confiança com as próximas páginas.

Agradeço à Pontifícia Universidade Católica (PUCRS), pela bolsa de incentivo, concedida a professores, e pelas condições oferecidas para que eu pudesse conciliar meus estudos com as atividades em sala de aula.

O Jornalismo me arrebatou quando eu não deveria ter mais do que seis ou sete anos. Até hoje me cativa. Suas condições de trabalho precisam melhorar muito no Brasil – e este estudo pretende debater um dos seus impasses éticos.

Mesmo que a emergência de uma imprensa livre esteja historicamente ligada à construção de regimes democráticos, o jornalismo não é mais que uma profissão (NEVEU, 2006, p. 14).

RESUMO

No mercado profissional do Jornalismo brasileiro, subsiste um fenômeno que pode ser encarado a partir de uma perspectiva ética: o exercício do Duplo Emprego. São casos em que um jornalista acumula, simultaneamente, dois vínculos de trabalho ligados à Mídia. Um deles, nas tarefas específicas de produção da notícia, em redações; o outro, na divulgação de informações ou na gestão estratégica de comunicação, seja em assessorias de imprensa ou em estruturas de comunicação organizacional. Na Europa e nos EUA, há códigos de ética profissional que vedam a dupla jornada de trabalho ou o acúmulo de empregos secundários, mas o mais importante texto deontológico da Imprensa no Brasil, o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, atualizado em 2007, admite a prática, ainda que com restrições. No caso brasileiro, buscar um emprego secundário deriva de uma condição econômica de baixa remuneração e de precarização da Profissão.

Esta dissertação analisa, com a Hermenêutica de Profundidade (HP), de John Thompson, o trabalho de jornalistas em Duplo Emprego. Como objeto de estudo, foram selecionados o Jornal do Comércio e o Correio do Povo, ambos editados no Rio Grande do Sul, pois as duas organizações autorizam a prática de acumular vínculos empregatícios. A partir da HP, são interpretados – utilizando-se como técnica de pesquisa as Estratégias da Ideologia, também formulada por Thompson – textos produzidos pelos jornalistas escolhidos, como expressões de uma Cultura profissional de tolerância à dupla atividade. Também neste estudo, com base nas teorias organizacionais do Jornalismo, é delineada a importância das normas profissionais e da deontologia, para regular as atividades e as decisões individuais dos jornalistas. A permissividade em relação à dupla função contrasta com os requisitos éticos de modernização da atividade jornalística. A questão que se pretende explorar é se o exercício simultâneo de tarefas de informação potencialmente conflitantes coloca em risco dois princípios do agir ético responsável, a Autonomia e a Transparência, da forma como apresentados por Patrick Lee Plaisance.

Palavras-chave: Comunicação. Jornalismo. Profissão. Ética. Hermenêutica de Profundidade. Duplo Emprego.

ABSTRACT

The Dual Employment is a phenomenon that subsists in the Brazilian market of professional Journalism and can be observed from an ethical perspective. It refers to the occasions in which a journalist amasses two working ties related to the Media: one of them in the specific tasks around producing news in newsrooms; the other one in the propagation of information or managing strategies of communication in press offices or organizational communication structures. In Europe and the US there are professional codes of ethics that prohibit double duties or the accumulation of secondary jobs. However, the most important code of conduct of the Press in Brazil, the Brazilian Journalists' Code of Ethics, updated in 2007, admits its practice, even if with limitations. In the Brazilian case, the search for a secondary job derives from an economic reality of low wages and the precariousness of the Profession.

This dissertation analyzes, using John Thompson's Depth Hermeneutics (DH), the work of journalists with Dual Employment. The objects of study selected were *Jornal do Comércio* and *Correio do Povo* newspapers, published in Rio Grande do Sul, for both organizations authorize the practice of accumulating working ties. As of DH, – using the Ideological Strategies, also formulated by Thompson, as a research technique – texts produced by the selected journalists are interpreted as expressions of a professional culture that tolerates dual activity. This study, based on organizational theories of Journalism, also outlines the importance of professional norms and codes of conduct to regulate the activities and the journalist's individual decisions. The permissiveness regarding the dual function contrasts with the ethical requirements of the journalistic activity's modernization. The question intended to be explored is whether the simultaneous exercise of information assignments that are potentially conflicting endangers two principles of the ethical responsible practice, Autonomy and Transparency, such as presented by Patrick Lee Plaisance.

Keywords: Communication. Journalism. Profession. Ethics. Depth Hermeneutics. Dual Employment.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Trechos dos guias de conduta de países, com orientações sobre Duplo Emprego e administração de conflitos de interesses.....30

Tabela 2 – Trechos dos guias de conduta de veículos de comunicação no Brasil, que trazem orientações a respeito do exercício do Duplo Emprego.....36

Tabela 3 – Evidências da interpretação do Jornal do Comércio.....137

Tabela 4 – Evidências da interpretação do Correio do Povo.....166

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 CENÁRIOS DE UMA PROFISSÃO	19
1.1 A QUESTÃO DO DUPLO EMPREGO	19
1.1.1 O duplo vínculo sob a visão das Teorias do Jornalismo	20
1.1.2 Aspectos do Duplo Emprego pelo mundo	26
1.1.3 Imprensa no Brasil e o Duplo Emprego.....	33
1.1.4 Duplo Emprego e mercado de trabalho	37
1.1.5 Visões e valorações	49
1.1.6 O Jornal do Comércio e o Correio do Povo	60
1.1.6.1 A voz da economia.....	61
1.1.6.2 Uma tradição centenária	63
1.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	66
1.2.1 Globalização	66
1.2.2 Mídia.....	69
1.2.2.1 Profissão.....	71
1.2.2.2 Duplo Emprego	74
1.2.3 Cultura	78
1.2.4 Formas Simbólicas	80
1.2.5 Ideologia	82
1.2.6 Transparência	85
1.2.7 Autonomia.....	90
1.2.8 Ética.....	93
1.3. OPÇÕES METODOLÓGICAS	96
1.3.1 Questões de pesquisa	101
1.3.2 Objetivos	102
1.4 TIPO DE PESQUISA	102
2 O CASO DO JORNAL DO COMÉRCIO	104
2.1 A NOTÍCIA 1 DO JORNAL DO COMÉRCIO	105
2.1.1 Análise sócio-histórica da notícia 1.....	106
2.1.2 Análise formal-discursiva da notícia 1.....	115
2.2 A NOTÍCIA 2 DO JORNAL DO COMÉRCIO	118
2.2.1 Análise sócio-histórica da notícia 2.....	120
2.2.2 Análise formal-discursiva da notícia 2.....	125
2.3 A NOTÍCIA 3 DO JORNAL DO COMÉRCIO	127
2.3.1 Análise sócio-histórica da notícia 3.....	129
2.3.2 Análise formal-discursiva da notícia 3.....	134
2.4 A INTERPRETAÇÃO E A REINTERPRETAÇÃO	136
3 O CASO CORREIO DO POVO	141
3.1 A NOTÍCIA 1 DO CORREIO DO POVO	142
3.1.1 Análise sócio-histórica da notícia 1.....	143
3.1.2 Análise formal-discursiva da notícia 1.....	150
3.2 A NOTÍCIA 2 DO CORREIO DO POVO	153

3.2.1 Análise sócio-histórica da notícia 2	154
3.2.2 Análise formal-discursiva da notícia 2	157
3.3 A NOTÍCIA 3 DO CORREIO DO POVO	159
2.3.1 Análise sócio-histórica da notícia 3	160
2.3.2 Análise formal-discursiva da notícia 3	164
3.4 A INTERPRETAÇÃO E A REINTERPRETAÇÃO	165
CONSIDERAÇÕES FINAIS	169
REFERÊNCIAS	175
ANEXO 1	180
ANEXO 2	184
ANEXO 3	187

INTRODUÇÃO

Houve um tempo em que jornalista de polícia chegava armado à redação. Mantinha escondido na roupa ou na valise o revólver. Os menos discretos não hesitavam em colocar o objeto ao lado da máquina de escrever, antes de sentar à cadeira e datilografar a notícia sobre o crime mais recente que acabaram de cobrir. Houve um tempo, também, em que o repórter saía apressado das repartições e dos escritórios onde passara o dia “dando expediente”. Queria chegar rápido à redação, a tempo de emplacar a publicação do relise que ele mesmo fizera. Corriqueiras, ambas as cenas não são apenas caricaturas de um passado distante. Pelo contrário, eram rotina em uma época com ares de amadora do Jornalismo no Brasil, em algum ponto perdido entre as décadas de 1950 e 1980, e expressam, de maneira um tanto exagerada, um fenômeno bastante conhecido entre a categoria, o Duplo Emprego. Não há mais jornalistas armados, nem repórteres contrabandistas de relises, mas, em pleno século XXI e com a Profissão pressionada e reconfigurada por transformações sem precedentes, a realidade do mercado jornalístico no país ainda encontra homens e mulheres de Imprensa, obrigados a optar pelo duplo vínculo de emprego, para complementar renda, apesar das eventuais repercussões éticas de tais decisões.

Sempre me inquietou¹ esta duplicidade. Via colegas de profissão lançados à necessidade de buscar o complemento salarial, acumulando jornadas diárias de trabalho das mais variadas maneiras, entre redações e assessorias, entre duas assessorias distintas, entre duas redações, entre trabalhos fixos e *freelancers* – um sem fim de combinações, sempre presididas pela urgência de encontrar alguma fonte para aumentar os ganhos financeiros de uma atividade que não goza de prestígio salarial no Brasil. Segundo Lima e Mick (2013), 61% dos jornalistas ganham até cinco salários mínimos nacionais – o que, em números vigentes, daria algo em torno de até R\$ 3.380² por mês. Histórias como a do jornalista-policia e a do repórter chapa branca figuravam, para mim, como folclore, mas continham uma atualidade que se materializava na forma natural com que a categoria sempre admitiu a dupla jornada. No discurso de autojustificativa, era uma questão de sobrevivência.

¹ Na Introdução, recorre-se à primeira pessoa, em alguns pontos do texto, para reforçar a motivação pessoal em relação à pesquisa.

² Com base no salário mínimo nacional fixado para 1º de janeiro de 2013, de R\$ 678, reajustado até 2015 de acordo com a Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011.

Inquietava-me não por preconceito moral. Cada vez mais preocupado com o papel do Jornalismo nas sociedades modernas e, em decorrência, com a função que a Profissão de jornalista precisa cumprir, eu via, no Duplo Emprego, um determinado tipo de desvio no caminho, sentia um gosto de tempero errado. Acumulado nos bastidores da produção da notícia, relativamente aceito pela categoria, acatado pelo principal documento deontológico³ do país, o duplo vínculo se constituía, aos meus olhos, como um engano à audiência. Se o Jornalismo se organiza como instituição social encarregada de relatar os fatos do mundo, compreender os métodos e as limitações da produção da notícia passa a ser fundamental para medir até que ponto se pode confiar nestas narrativas, pois são elas que ajudam a estruturar a forma de conhecimento das pessoas a respeito do que as cerca. Como as notícias são feitas – e se elas são marcadas por algum interesse ou conflito – não é, portanto, uma questão negligenciável.

No Brasil, jornalistas transitam com naturalidade pelos dois lados do balcão da notícia, conforme Chaparro (2002) e Duarte (2002). Trata-se de uma condição de mercado singular, que não encontra semelhança com as realidades dos EUA e dos principais países da Europa, onde a tarefa de assessoria de imprensa é, geralmente, reservada a profissionais de relações públicas ou a jornalistas obrigados a abrir mão de sua condição, se desejarem viver a carreira de comunicação estratégica. Além disso, a deontologia jornalística destas sociedades, muitas vezes, consagra o princípio da exclusividade do exercício jornalístico, em nome da prevenção contra potenciais conflitos de interesses. A realidade no Brasil, portanto, é diversa. Desenvolveu-se, aqui, uma natureza jornalística das assessorias de imprensa, que seguem princípios jornalísticos, sem necessariamente ferir a ética profissional, como argumenta Schröder (2013).

Este ponto de contato jornalístico entre atividades tradicionais dentro da Mídia e atividades externas ligadas aos meios técnicos de comunicação está na raiz da possibilidade do Duplo Emprego, objeto de estudo desta dissertação. A atividade

³ Vai-se considerar a seguinte acepção para o termo deontologia, de origem filosófica, neste trabalho: “No caso da comunicação ou, mais especificamente, dos meios de comunicação de massas, corresponderia ao conjunto de regras morais que estabelecem o dever ser na configuração dos processos e produtos comunicativos. Especialmente em relação aos profissionais da comunicação (...), corresponderia ao conjunto de procedimentos considerados corretos, aconselháveis ou recomendáveis, desde a perspectiva ético-moral, no exercício da atividade” (KARAN, 2009, p. 91).

jornalística é cruzada por conflitos de interesses de toda natureza, por certo, como aqueles emanados de relações publicitárias, de estratégias de gestão empresarial das redações, de atividades econômicas paralelas dos detentores dos grupos de comunicação, de influências e pressões partidárias ou governamentais, de políticas editoriais ou de eventuais visões ideológicas e políticas dos proprietários da Mídia. Todas, de alguma forma, incidem sobre o potencial da relação de confiança que deveria se estabelecer entre o produto noticioso e a audiência, para que o Jornalismo cumprisse a sua função social. Este estudo, no entanto, se interessa pelos desdobramentos do conflito de interesses particular, de dimensão individual, que é provocado pelo trabalho secundário de um jornalista.

A inquietação me levou ao objeto de estudo: o Duplo Emprego e como ele se manifesta em dois veículos de comunicação impressa do Rio Grande do Sul, o Jornal do Comércio e o Correio do Povo. Em ambos, não há jornalistas com revólver sob o paletó, preso à cintura ou no coldre. Mas profissionais das duas instituições jornalísticas acumulam funções na redação e fora dela, em situações mais sutis, autorizados pela ausência de uma norma de conduta interna que vede a prática, por uma política salarial que aposta no piso salarial reduzido e expostos, tão somente, às regulações previstas pelo Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Foram selecionados três casos em cada um dos jornais, compondo um universo de seis notícias, produzidas por jornalistas na condição de duplo vínculo, que serão investigadas.

O compromisso não será de quantificação sobre a extensão do fenômeno nos dois veículos. O plano será buscar entender por que o Duplo Emprego ainda prospera, com naturalidade, no Brasil e delinear que tipo de prejuízo informativo ou dano ético ele, por ventura, possa acionar, em função de sua natureza, marcada pelo conflito de interesses. Para tecer a análise, serão articuladas categorias, definidas *a priori*, que ajudam a compreender como esta condição profissional desenvolveu-se na Imprensa brasileira, sobrevivendo a uma modernização, que dura 40 anos. Uma trajetória de pesquisa que procurará enxergar o papel das normas profissionais na regulação da atividade jornalística no Brasil e a caracterização dos impactos éticos derivados da situação do duplo vínculo, na medida em que ele não é revelado ao leitor dos dois jornais estudados (assim como, na maioria das vezes, também não são

relevados outros conflitos de interesses à audiência, mas a temática escapa ao foco desta dissertação).

Para entender esta articulação entre o desenvolvimento da Imprensa no Brasil e a manifestação desta característica do mercado de trabalho nacional, foram definidas como categorias *a priori* Globalização⁴, Mídia, Cultura, Formas Simbólicas e Ideologia, articuladas por Thompson (2009a e 2009b). Por meio delas, será feito o trânsito compreensivo de como a Globalização modelou práticas profissionais do Jornalismo brasileiro, que incidem sobre a atuação do meio técnico jornal, enquanto Mídia, e sobre as Formas Simbólicas dos jornalistas em Duplo Emprego, como expressões de uma Cultura profissional e de uma Ideologia, a qual marca o contexto da relação leitor-produtor de conteúdo.

Em meio às categorias thompsonianas, estão outras, também definidas *a priori*, que irão aproximar ainda mais a análise do objeto jornalístico ao foco do estudo. Dentro da categoria Mídia, de Thompson (2009a e 2009b), foram enquadradas duas subcategorias: Profissão, conforme Soloski (1999), e Duplo Emprego, construída a partir do pensamento de Plaisance (2011) para a questão do conflito de interesses. Complementam a tessitura analítica as categorias de natureza deontológica, pois esta é a dimensão para a qual se busca compreensão, por meio dos objetos selecionados. São elas Transparência, Autonomia e Ética, todas ancoradas nas formulações sobre o agir ético responsável de Plaisance (2011).

As categorias foram pensadas a partir da sintonia que mantêm com os objetos de estudo. Jornal do Comércio e Correio do Povo são jornais, diários, representantes da Mídia impressa brasileira, que absorveram práticas difundidas pela modernização do Jornalismo no Brasil e sujeitos, portanto, a difusões específicas, emanadas pela Globalização. Neste sentido, a Profissão é exercida, nas duas redações, a partir de determinadas normas e condicionantes, entre elas as de natureza Ética, levando à produção de Formas Simbólicas, que expressam um tipo particular de Cultura profissional. Assim, as categorias escolhidas permitem analisar o contexto em

⁴ Termos como as categorias de análise definidas *a priori* – Globalização é uma delas – serão grafados em maiúscula. O objetivo é sinalizar ao leitor que se trata de um conceito aplicado ao escopo teórico e metodológico da dissertação. Outras expressões irão aparecer com a primeira letra em maiúscula, por se tratarem de conceitos específicos, como Jornalismo, Imprensa e Poder. No caso das citações e títulos de publicações, a grafia destas mesmas expressões em maiúscula neste trabalho segue o padrão adotado pelo autor da obra.

que os dois jornais operam e o resultado prático – os textos –, gerados por funcionários que acumulam atividades secundárias.

Qualquer pesquisa que busque compreender, ao mesmo tempo, as condições de produção de um determinado bem simbólico, entre eles o jornalístico, e analisar o conteúdo destas expressões culturais, poderá encontrar na Hermenêutica de Profundidade (HP), de John Thompson, um resguardo metodológico adequado e seguro. É o que se pretende fazer nesta dissertação. As Formas Simbólicas do Jornal do Comércio e do Correio do Povo serão interpretadas a partir da HP, nos contornos estipulados em Thompson (2009b) e por sua tríplice análise: a análise sócio-histórica, a análise formal-discursiva e a interpretação/reinterpretação. Por meio da HP, será possível articular as categorias definidas *a priori*, observando como elas tecem uma rede de conexões, para entender as consequências associáveis ao fato de os dois jornais escolhidos autorizarem seus profissionais a exercerem empregos secundários.

De Thompson (2009b), retira-se a técnica de pesquisa, que será aplicada na segunda etapa da HP, a análise formal-discursiva. Trata-se de um movimento que ele denominou de Estratégias da Ideologia, por meio das quais a Ideologia materializa os seus modos de operação e produção de sentidos, que sustentam relações de dominação. O alcance da aplicação de tal técnica e de todo o referencial teórico e metodológico apresentado indica a opção pelo tipo de pesquisa qualitativa, com o valor analítico e interpretativo destacado por Bauer, Gaskell e Allum (2003).

A dissertação, além da Introdução, das Considerações Finais e dos Anexos, contará com três capítulos. O primeiro chama-se “Cenários de uma Profissão”. Será o mais extenso. Nele, à luz das Teorias do Jornalismo, será mapeado o tipo de problema que o Duplo Emprego pode trazer à prática jornalística, além de ser empreendida uma análise comparativa sobre o que dizem os códigos de ética pelo mundo a respeito de emprego secundário e conflito de interesses. O principal documento deontológico da Imprensa brasileira, o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, será colocado em contraste. Também será criada uma tipologia para caracterizar como estes textos tratam o tema.

No mesmo capítulo, com o objetivo de circunscrever a questão do Duplo Emprego, serão observadas as regras de exclusividade previstas por alguns dos

principais veículos de comunicação do Brasil e, também, como o assunto foi abordado, mesmo que de forma difusa e esparsa, por alguns autores. Não foi encontrada uma bibliografia específica sobre o tema, aplicada à realidade brasileira. Trata-se da seção “Visões e valorações”, que se constitui em uma tentativa de organizar as escassas referências diretas à temática. O capítulo contém, ainda, o detalhamento de todo o referencial metodológico, a descrição teórica das categorias *a priori* e a apresentação dos dois objetos de estudo.

Os capítulos 2 e 3 têm a mesma estrutura. Com os títulos “O caso do Jornal do Comércio” e “O caso do Correio do Povo”, respectivamente, contêm as análises dos textos selecionados. Serão três notícias de cada jornal. Os capítulos serão organizados da mesma maneira, a partir de seções e subseções, que expressam a aplicação das três etapas da HP de Thompson (2009b). Para a terceira etapa da HP de cada um dos objetos de estudo, serão organizadas tabelas-síntese das evidências coletadas pelos movimentos analíticos anteriores. O papel destes quadros será o de auxiliar a interpretação/reinterpretação, pois a partir dela se esboçam os elementos para as Considerações Finais.

As questões de pesquisa previstas para o curso desta dissertação interrogarão as categorias de maneira específica e oferecerão um mapa de indagações para compreender o Duplo Emprego, suas raízes no Jornalismo brasileiro e seu alcance sobre a Profissão e a Ética. Elas serão rerepresentadas no Capítulo 1, quando houver o detalhamento das opções metodológicas, mas cabe aqui indicá-las:

- a. Globalização: em que medida a Globalização modelou formas de atuação profissional que toleram o Duplo Emprego, no caso brasileiro?;
- b. Mídia: se o Duplo Emprego distorce as práticas profissionais e de conduta da Mídia, no caso, o meio técnico jornal?;
- c. Profissão: por que os constrangimentos da Profissão não barram o aparecimento do Duplo Emprego no Brasil?
- d. Duplo Emprego: em que medida a credibilidade do jornal, como Mídia, é afetada em função de o veículo permitir o duplo vínculo profissional?;

e. Cultura: até que ponto as Formas Simbólicas de um jornalista em Duplo Emprego são a expressão de uma Cultura profissional de tolerância e sustentam relações de Poder/dominação?;

f. Ideologia: que recursos o jornalista em Duplo Emprego utiliza para mascarar a sua condição de vínculo simultâneo de trabalho com polos antagônicos do processo de geração de notícias?;

g. Transparência: se a falta de transparência implica em uma distorção profissional da condição de jornalista?;

h. Autonomia: como a sua ausência fere a confiança na relação entre jornalista e público?;

i. Ética: se a decisão individual de acumular empregos prejudica o agir jornalístico impulsionado pela Ética?.

Respostas a cada uma destas indagações irão oferecer caminhos para se atingir pelo menos dois objetivos desta pesquisa, um geral e outro particular. Ambos serão detalhados no Capítulo 1, mas nesta Introdução pretendo pelo menos deixar sinalizado que o Objetivo Geral é estudar se o exercício do Duplo Emprego pode afetar a credibilidade do jornalista, a partir de eventuais prejuízos à Autonomia e à Transparência (PLAISANCE, 2011). A partir do geral, desdobra-se um Objetivo Particular: interpretar como o Jornal do Comércio e o Correio do Povo convivem com o Duplo Emprego e toleram que os seus profissionais trabalhem ao mesmo tempo na redação e em estruturas ligadas à Mídia.

É importante também esclarecer que os nomes dos jornalistas selecionados para esta análise serão preservados. Incentivados por uma configuração precária do mercado de trabalho para o exercício do Jornalismo no Brasil, os jornalistas, se tivessem os seus nomes revelados, iriam particularizar e individualizar uma situação que se antevê generalizada, até mesmo em função da naturalidade com que o tema é visto dentro da categoria e da visão permissiva da própria Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), justificada por Schröder (2013) como um reconhecimento das particularidades da realidade brasileira. Não se está diante de uma caça às bruxas, nem o objetivo deste trabalho é julgar os colegas da categoria, submetidos à decisão de complementar a sua renda. Por isso a opção por preservar os nomes. Perseguiu-se

a certificação de que os jornalistas selecionados trabalhavam, ao mesmo tempo, em veículos de comunicação e em estruturas externas às redações, de alguma maneira, ligadas à Mídia. Esta garantia será explicada ao longo dos capítulos, para cada caso, à medida que os personagens forem aparecendo.

Não existem mais polícias jornalistas e jornalistas traficantes de relises – pelo menos não na extensão em que eram encontrados no passado e também não de uma maneira tão despudorada. De acordo com Lima e Mick (2013), pelo menos 12,8% dos profissionais admitem trabalhar em uma redação e em um emprego secundário associado à Mídia. O percentual é expressivo, embora tenha ficado aquém do que se imaginava, em discussões informais sobre o tema do Duplo Emprego, como admite Schröder (2013). Independente do tamanho do grupo, um olhar interpretativo sobre os desdobramentos éticos da decisão de acumular empregos impulsiona esta dissertação e justifica boa parte do percurso teórico e metodológico que se verá a seguir.

1 CENÁRIOS DE UMA PROFISSÃO

A partir da perspectiva de Neveu, de que o Jornalismo “não é mais que uma profissão” (2006, p. 14), este capítulo aborda as condições de trabalho no Brasil, que levam alguns jornalistas a optarem por exercer, ao mesmo tempo, mais de uma atividade ligada à Mídia. Será delineado o cenário deontológico, que, em alguma medida, incide sobre a decisão de acumular dois vínculos de emprego em atividades com conflito de interesses potencial.

Este será o capítulo em que os jornais Correio do Povo e Jornal do Comércio, objetos de estudo desta dissertação, serão apresentados e, também, o espaço onde a fundamentação teórica da Hermenêutica de Profundidade (HP), formulada por Thompson (2009b), será articulada, com a reflexão teórica pertinente sobre cada uma das categorias eleitas *a priori*, como eixo do estudo.

1.1 A QUESTÃO DO DUPLO EMPREGO

O Duplo Emprego⁵, no Jornalismo, é uma condição profissional. Há várias formas de se viver sob o signo da dupla atividade, como se verá, mas esta dissertação se interessa pela situação específica de exercício simultâneo das funções de assessor de imprensa⁶ e de empregado na redação de um veículo de comunicação. Antes de entrar no detalhamento teórico e metodológico, serão percorridos alguns procedimentos analíticos preparatórios, com o intuito de desenhar o cenário que envolve o tema no Brasil. Em primeiro lugar, traçando considerações a respeito do impacto de tal duplicidade e simultaneidade na prática profissional, recorrendo a pistas, lançadas pelas Teorias do Jornalismo, específicas ao campo.

O segundo movimento será recuperar algumas formas sobre como se manifesta a possibilidade de convivência, ao redor do planeta, entre as duas funções – a de assessor de imprensa e a de empregado em redações jornalísticas –, com destaque para as regras de conduta que vedam o duplo vínculo na Europa e o

⁵ Será grafado, nesta dissertação, com iniciais maiúsculas, por se tratar de uma categoria de análise. Quem se refere ao tema também usa as expressões “duplo emprego”, “duplo-emprego” e “emprego secundário”, este último termo mais comum no caso do Jornalismo dos EUA.

⁶ O conceito de assessoria de imprensa adotado neste estudo está em Duarte (2002, p. 24): “Conjunto mais amplo de atividade, geral naquilo que tem sido chamado de comunicação organizacional, integrado por processos e atividades que se cruzam, sobrepõem-se, integram-se e podem, muitas vezes, ser indistintas devido a linhas demarcatórias fluídas que envolvem ações de publicidade, internet, marketing, relações públicas, comunicação interna, relacionamento com consumidores”.

exemplo dos EUA, país de onde o Brasil importou parcela relevante de suas rotinas produtivas na Imprensa. O terceiro, comparar como alguns veículos de comunicação do Brasil se relacionam com o exercício simultâneo e lidam com regras de exclusividade. Também foi necessário comentar, ainda que parcialmente, a forma como está estruturado o mercado de trabalho no Brasil, para o Jornalismo, sobretudo para o trânsito entre redações e assessorias.

Diante da escassez de pesquisas específicas sobre o tema, buscou-se montar um panorama de referências, ainda que dispersas, sobre como profissionais encararam a condição do duplo vínculo ao longo da história da Imprensa no país. A coletânea de citações indica que o Duplo Emprego costuma aparecer, associado à ideia de distorção do mercado de trabalho e com repercussão ética, que merece ser ponderada e analisada. Muitas vezes, o assunto emerge em relatos de modernização de redações, em que o combate à possibilidade de trabalho simultâneo é visto como um gesto de qualificação e melhoria da operação jornalística.

1.1.1 O duplo vínculo sob a visão das Teorias do Jornalismo

A modernização da Imprensa é uma história em que a Profissão de jornalista ganhou contornos mais nítidos e consolidou normas de conduta, que buscam, em maior ou menor grau, além de padronizar e racionalizar processos, blindar o cotidiano das redações dos efeitos nocivos dos conflitos de interesses, sejam eles políticos ou econômicos, coletivos ou individuais. Trata-se de uma trajetória, desenhada em Traquina (2005) e Kunczik (2001), de luta pela Autonomia, em que, aos poucos, foi sendo combatida a promiscuidade entre as fontes externas de informação jornalística e os elos internos de produção da notícia.

Ou seja, conforme Traquina (2005), um percurso em que a nitidez na separação de papéis profissionais funcionou como um imperativo organizacional e, inclusive, ético, no sentido de que também delineou normas de conduta. Uma das marcas do movimento de modernização do Jornalismo, acelerado e consolidado na segunda metade do século XIX, foi a profissionalização. Antes exercido majoritariamente por homens de letras, que reforçavam o caráter intelectual e amador da ocupação, o Jornalismo se organizou como atividade empresarial – em velocidade e profundidade diferentes em cada país – e abriu caminho para o aparecimento de uma carreira estruturada, a de jornalista, que se estabeleceu como Profissão.

Esta profissionalização associa-se, na historiografia do Jornalismo, à conquista de um status de confiabilidade perante o público, por parte dos produtos noticiosos, ancorado em atributos como veracidade do relato, ética profissional e precisão da informação, entre outros. Esta interação jornalista-leitor, se vista de uma perspectiva ideal, funciona como se houvesse um pacto, que se expressa em torno da ideia de que a notícia é crível porque elaborada segundo normas de conduta e de acordo com técnicas jornalísticas seguras e eficazes. É um acordo tácito de confiança. Como diz Bucci (2000),

a ética jornalística não é apenas um atributo intrínseco do profissional ou da redação, mas é, acima disso, um pacto de confiança entre a instituição do jornalismo e o público, num ambiente em que as instituições democráticas sejam sólidas (BUCCI, 2000, p. 25).

Neste processo de modernização, os jornalistas desenvolveram uma autoimagem, introjetaram um sentido de pertencer a uma categoria de trabalho específica, consolidaram regras de conduta e aprimoraram suas ferramentas de trabalho – traços e comportamentos ligados ao que se considera normalmente necessário, pela Sociologia, para caracterizar uma Profissão. Paralelamente, a atividade organizou os seus papéis, definindo fronteiras de convivência, de forma clara, entre os atores da produção das notícias. De um lado, os repórteres e os editores, principalmente, entre outras funções cotidianas de um veículo de comunicação; de outro, os assessores de imprensa e os relações públicas.

Esta separação estrutural fixou dois polos de atuação para o profissional de Jornalismo, cada um dos vértices com características, interesses e procedimentos bem demarcados: o mundo da assessoria de imprensa (ou relações públicas) e o da produção das notícias nas redações. Fala-se em estrutural porque estes dois lados demandam de maneira distinta um personagem essencial do Jornalismo moderno, as fontes de informação. De um lado, por meio das assessorias, as fontes executam suas estratégias, para conquistar espaços nos produtos jornalísticos ou dar respostas à sociedade ou ao mercado em momentos de crise ou em decorrência de algum interesse específico. De outro, nas redações, os jornalistas valem-se das fontes para ter acesso à matéria-prima essencial: as informações.

Há, portanto, interesses opostos, em tensão permanente. Adghirni (2005) usa a noção de campo de Pierre Bourdieu, ao especular se existem interferências estranhas nesta convivência, entre fontes e Mídia dentro do campo jornalístico, afetando a função de fazer crer, que é específica do Jornalismo. Na sua análise, percebe que as empresas jornalísticas não possuem mais o monopólio de produção de notícias, pois o campo está parcialmente ocupado pelas estruturas de divulgação, que criam seus próprios mecanismos de transmissão de informação e também tentam interferir nas pautas da Mídia convencional. Assim, segundo a autora, haveria interferências e hibridizações dentro do campo jornalístico, que decorrem desta convivência entre atores, e é por isso que Adghirni (2005) questiona:

E se o poder de ‘fazer crer’ do jornalismo está diluído em diferentes formas de atividades, do repórter de agência ao assessor de imprensa, do jornalista de setor ao jornalista/funcionário aprovado em concurso público que trabalha para o Estado, em quem acreditar? (ADGHIRNI, 2005, p. 53).

Se a confusão de papéis entre o Jornalismo convencional e o de divulgação, referida por Adghirni (2005), lança dúvidas sobre a veracidade das informações que transitam pelo campo jornalístico – ou seja, causa interferências na relação elementar de confiança, comentada por Bucci (2000) –, o que dizer quando o público desconhece que o jornalista executa, ao mesmo tempo, duas funções com interesses conflitantes, complementares ou antagônicos: de um lado, a função de assessor de imprensa, que divulga informações corporativas, governamentais, empresariais ou institucionais e, de outro, também cumpre jornada de trabalho como profissional da redação, cujas tarefas devem ser executadas segundo preceitos éticos e técnicos que não comprometam o pacto de veracidade com o público?

A questão do Duplo Emprego, então, embaralha as cartas profissionais do Jornalismo. Como afirma Traquina (2005), a organização do trabalho jornalístico foi um dos pilares do desenvolvimento da Imprensa moderna, com uma consequente “definição das notícias em função de valores e normas, que apontam para o papel social da informação numa democracia” (p. 33). Neste cenário, então, é pertinente uma investigação sobre o exercício simultâneo de dois papéis e até que ponto esta coincidência compromete os valores de credibilidade, associados à profissionalização e às características mais essenciais da notícia, como algo em que o público deva acreditar como informação do mundo e da realidade.

As Teorias do Jornalismo fornecem instrumentos para analisar a relação entre profissionalização e técnicas de produção do Jornalismo e justificar a pertinência de análises sobre a simultaneidade de papéis, que interessa a este estudo. Soloski, por exemplo, entende que o “profissionalismo é um método eficiente e econômico através do qual a organização jornalística controla o comportamento de repórteres e editores” (1999, p. 92)⁷. Combinado às políticas editoriais, definidas pela empresa – escritas ou tácitas –, o profissionalismo, segundo o autor, é o avalista do comportamento dos jornalistas, a garantia de que a redação agirá segundo rotinas produtivas pré-determinadas e normas éticas compartilhadas.

Ainda que não se aprofunde, aqui, a discussão teórica sobre o que é uma Profissão e nem se leve adiante uma digressão sobre se o Jornalismo enquadra-se na forma como o termo é entendido, sociologicamente, vale lembrar a existência das garantias básicas exigidas por uma atividade, para que ela possa ser encarada como uma Profissão. No entender de Soloski (1999, p. 93), quando há “controle sobre a base cognitiva”, está-se diante de uma Profissão organizada, e isto ocorre de maneira clara no Jornalismo, na forma de uma Cultura profissional e de uma Cultura organizacional. A ação destas duas culturas, uma extraorganizacional e uma intraorganizacional, indica os parâmetros de comportamento profissional do jornalista. Traquina (2001, p. 72) lembra que as teorias organizacionais enfatizam o processo de socialização do jornalista nas redações, por osmose, em que a Cultura interna (editorial) acaba se tornando tão importante quanto a externa (profissional).

Cabe às normas profissionais e a um sistema estável de recompensas, portanto, complementar o cenário para que uma redação opere sob controle da organização jornalística empregadora, garantindo a sua posição de credibilidade perante o público, pois, conforme Soloski (1999, p. 96), “a posição da organização no mercado está diretamente ligada à sua capacidade para manter a integridade da sua operação jornalística”. Em função desta direção apontada por Soloski (1999), é importante verificar em que medida esta qualidade é maculada pela mistura de papéis, pois ela afeta a imagem de que um veículo de comunicação usufrui em sua comunidade de atuação.

⁷ O texto original foi publicado pela primeira vez em 1989. A data desta referência é a da edição portuguesa, que consta nas Referências.

A conjugação entre profissionalismo e normas internas de conduta teria um ponto ótimo: o ponto em que a organização jornalística se veria desobrigada de impor regras e regulamentos em função da eficiência com que as normas profissionais regulassem a prática. Haveria uma relação de proporção inversa: quanto mais sólidos os códigos profissionais, menos veementes e extensivas precisam ser as normas internas da organização; por outro lado, se as normas da categoria são evasivas, as organizações se veriam obrigadas a impor suas próprias regras. Segundo Soloski (1999, p. 95), assim estaria minimizado o problema sobre como as organizações mantêm o controle dos profissionais que nela trabalham.

Os constrangimentos organizacionais são, destaque-se, uma forma de manter íntegras as engrenagens da redação. Tudo em demanda da produção eficiente e transparente de um Jornalismo, voltado ao mercado consumidor de notícias e dentro de padrões previsíveis e repetíveis. Breed (1999)⁸ é precursor nos estudos sobre a teoria organizacional e sobre como operam estes mecanismos de constrangimento e recompensas dentro de uma redação. Este autor lembra que os jornalistas têm a tendência de mais facilmente aceitar as normas editoriais da organização do que as suas crenças pessoais.

O jornalista, assim, seria socializado nas normas da empresa, por meio de um pacote sutil, muitas vezes sequer escrito, de recompensas e punições. O conjunto normativo interno opera com a suavidade adequada para contornar eventuais choques e desgastes na aspiração de autonomia típica da atividade jornalística, o que poderia atrapalhar o projeto de controle da redação. Por aspirar às recompensas e temer as punições, o jornalista seguiria as normas editoriais. Os dirigentes das empresas devem se assegurar da existência de uma política editorial e do conformismo em relação a elas. Esta aceitação teria três obstáculos, de acordo com Breed (1999):

- a. a existência de normas de Ética jornalística, que podem barrar a aplicação da política;
- b. a atitude mais liberal dos subordinados; e

⁸ A primeira versão do estudo é de 1955, quando foi publicado nos EUA. O texto utilizado é o da edição portuguesa, detalhada nas Referências.

c. o tabu ético que impede o *publisher* de obrigar uma conduta aos subordinados.

Quando a norma ética, externa, é frágil, quando ela não oferece um veto explícito e inequívoco, cabe às empresas adotarem algum tipo de regramento que mantenha íntegra a operação jornalística. Elas serão seguidas em nome da boa prática jornalística (BREEDM 1999, p. 164). As concepções de Soloski e Breed, então, indicam que as normas internas de conduta têm um papel importante a desempenhar, sobretudo em ambientes de baixa regulação ou de fragilidade normativa profissional. Ocorre, por assim dizer, uma combinação permanente entre a atuação dos controles transorganizacionais (profissionais e deontológicos) e dos controles intraorganizacionais (editoriais). Ambos, a partir das formulações dos dois autores, seriam aplicados para minimizar o conflito dentro de uma redação, muito embora as regras, muitas vezes, não sejam explícitas e raramente acabem contestadas. A interação entre os dois mecanismos delimita as fronteiras de comportamento do jornalista. Não ditam as ações, mas fornecem uma estrutura para a ação.

Um recurso tipológico da Teoria do Jornalismo, formulado por Lester e Molotch (1999)⁹, reconhece ser o processo de produção e consumo da notícia, movido por atores com papéis definidos, específicos e muitas vezes contraditórios, o que realça a incompatibilidade de exercê-los simultaneamente e explicita o impasse expresso pelo Duplo Emprego. Recorre-se a uma tipologia destes papéis, com o objetivo de delinear atribuições específicas e entender como se dá a relação entre os tipos, para sublinhar as eventuais concorrências.

A dupla identifica três atores, na verdade, pela terminologia dos pesquisadores, três agências, que constituem o acontecimento, a saber: os *news promoters* (os promotores de notícias, na qual estão os assessores de imprensa), os *news assemblers* (que trabalham sobre o material fornecido pelos promotores) e os *news consumers* (os consumidores de notícias, a quem chega o acontecimento na forma de uma informação publicada).

⁹ A primeira versão do estudo é de 1974. O texto utilizado é o da edição portuguesa, detalhada nas Referências.

Lester e Molotch (1999) realçam a exigência de as necessidades dos *news promoters* e dos *news assemblers* diferenciarem-se para que a organização jornalística execute suas funções de forma independente – e este ponto é essencial, porque conectado a uma possibilidade de entendimento sobre as consequências da mistura de papéis, que justifica este trabalho:

a natureza dos media (...) está inextrincável e reflexivamente ligada ao conteúdo das notícias publicadas (...). O ponto em que as organizações jornalísticas geram necessidades de acontecimento entre os *news assemblers*, necessidades estas que diferem dos promotores de ocorrências, é o ponto em que os media têm um papel institucionalmente padronizado e independente na produção de notícias. Como é que então o trabalho de produção dos media coincide ou entra em conflito com o trabalho de construção dos promotores? Os propósitos dos *news assemblers*, como contrastam ou coincidem, com os propósitos dos diferentes tipos de promotores determinarão a resposta para esta questão (LESTER; MOLOTCH, 1999, p. 40).

Como se viu, a modernização do Jornalismo levou à definição de papéis no processo de produção da notícia, entre eles o de jornalista e o de assessor de imprensa. Cada um destes polos opera a partir de interesses específicos, que muitas vezes entram em conflito. Quando um profissional de Imprensa é, ao mesmo tempo, jornalista e assessor de comunicação¹⁰, ele convive com um conflito de interesses original, com repercussão sobre a credibilidade, justamente porque haveria uma disjunção de necessidades, obrigações e estratégias entre os dois papéis – as duas agências, nos termos de Lester e Molotch (1999). O Jornalismo brasileiro não veda a prática e, como se verá adiante, torna-se permissivo e incentiva uma mistura, com repercussão ética potencial.

1.1.2 Aspectos do Duplo Emprego pelo mundo

Mapear exaustivamente o fenômeno do Duplo Emprego no mundo é uma tarefa que exigiria a observação sobre a realidade local de cada país, com o intuito de registrar a incidência da dupla condição, avaliar o grau de tolerância da categoria profissional com a sobreposição de tarefas e descrever os eventuais instrumentos de regulação e as prováveis consequências sobre as rotinas profissionais dos jornalistas envolvidos nesta situação. No âmbito desta dissertação, o que se pretende fazer é

¹⁰ O assessor de comunicação, entre outras atividades, engloba as atividades de assessoria de imprensa. Usado aqui como sinônimo, até porque se trata de uma realidade de nomenclatura do mercado de trabalho para jornalistas no Brasil.

observar a relação entre as atividades de assessoria de imprensa e jornalistas – ponto de partida para a possibilidade de acúmulo de funções – e como os códigos de ética de alguns países tratam a hipótese de exercício simultâneo.

Na Europa, o duplo expediente, objeto que interessa a este estudo, é raro, principalmente nos países em que prevalece a noção de que a atividade de assessoria de imprensa deve ser exclusiva de profissionais de relações públicas, mas não de jornalistas. Há uma multiplicidade de situações entre os diversos países, regulada pelos códigos deontológicos específicos de cada mercado jornalístico, segundo Bohére (1994). Na Alemanha, onde o exercício do Jornalismo é livre, ou seja, onde não há a exigência do diploma, o Código de Imprensa Germânico, atualizado em 2006, prega a separação de atividades, ao afirmar que jornalistas e editores não devem “realizar qualquer atividade que ponha em dúvida a credibilidade da imprensa” (OBSERVATÓRIO DE ÉTICA JORNALÍSTICA, 2012, p. 124). Ainda que vaga, trata-se de uma restrição.

O modelo alemão, que explicita a necessidade de proibir a realização de atividades que ameacem a credibilidade jornalística, encontra similares pela Europa, e lança um primeiro questionamento à realidade do Brasil. Chaparro (2002, p. 47), ao traçar uma breve história das assessorias de imprensa, chega a afirmar que a experiência brasileira – cuja tarefa organizada de divulgação e relacionamento com a Mídia está enraizada no Jornalismo – é “única no mundo”. Teria frutificado apenas no Brasil o “modelo jornalístico” das assessorias.

O caso de Portugal, por exemplo, aponta para uma direção oposta à brasileira. Lá, o jornalista pode até optar pelo papel de assessor, desde que abra mão do direito de exercer a Profissão nas redações. Para realizar este deslocamento funcional, que no Brasil é feito com razoável frequência, o jornalista português tem, até mesmo, a carteira funcional retida enquanto estiver do outro lado do balcão, como detalham Moutinho e Sousa (2002). Há, inclusive, códigos de ética específicos para cada uma das atividades, sem o sombreamento normativo, verificado no Brasil.

Nos EUA, a atividade de assessoria de imprensa (ou de relações públicas) consolidou-se no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX como um recurso colocado à disposição de necessidades de gestão de imagem, inerentes à

expansão capitalista. O nome de Ivy Lee¹¹ é geralmente associado a este pioneirismo. Ele abandonou o Jornalismo, para abrir um escritório de *public relations*, contratado pelo barão capitalista John Rockefeller, que enfrentava problemas de má reputação. Era o início da profissionalização da atividade de assessoria de imprensa. Esta origem jornalística ajudou a configurar a eventual naturalidade com que a Imprensa de alguns países enxerga a possibilidade de o jornalista exercer as duas funções – trabalhar em uma redação e em agências de divulgação ou comunicação –, se não simultaneamente, no mínimo como uma carreira alternativa.

Este nascimento profissional com marca jornalística, no entanto, não eliminou os conflitos de interesses nos EUA. De acordo com Chaparro (2002), Lee exerceu suas funções de divulgação e gestão de imagem a partir de critérios profissionais, definidos por uma carta de princípios, mas, também, fez jogo duplo, “com práticas de emprego duplo, propina, favores escusos, almoços sedutores, viagens prazerosas e outras formas de convívio vantajoso com o poder econômico” (p. 38). Note-se que emprego duplo figura para o pesquisador em uma lista de tipos “de convívio vantajoso com o poder econômico”, ou seja, como algo fora do lugar, impróprio.

À medida que as duas atividades modernizaram-se e profissionalizaram-se nos EUA, a possibilidade do Duplo Emprego passou a ser vista como um desvio ético, cujo combate manifestou-se em códigos de conduta, que regem a atuação da Imprensa norte-americana. No Código de Ética da Associação dos Jornalistas Profissionais (OBSERVATÓRIO DE ÉTICA JORNALÍSTICA, 2012, p. 81), de 1996, o jornalista recebe a recomendação ética de “recusar presentes, favores, honorários, viagens de graça e tratamento especial”, além de “evitar o emprego secundário”, em nome da preservação da sua integridade jornalística. Lá, o veto é explícito, como se verá adiante.

É estratégico olhar o tema por meio das normas deontológicas, aplicadas pelos países, no que tange aos vetos a eventuais conflitos de interesses. Os códigos de ética têm uma função normativa, cuja eficácia, para Bertrand (1999), depende da existência de um “senso moral por parte do jornalista” (p. 71), o que significa dizer que demanda algum tipo de envolvimento individual. Tais documentos são criados

¹¹ Jornalista norte-americano considerado o precursor da atividade de relações públicas.

com o objetivo de definir o que se pode fazer e o que não se pode fazer. Também cumprem o que Bertrand (1999) entende ser um compromisso diante da clientela, no caso o leitor, mas também um papel na formação da identidade coletiva de determinada categoria profissional:

Estabelece-se, ao menos, um ideal. Tenta-se armar a consciência individual de cada profissional enunciando valores e princípios unanimemente reconhecidos. O código dá a cada um sentimento de segurança, de força coletiva. (BERTRAND, 1999, p. 72-73)

Tais normas possuem alcance individual, portanto, e tratam de diversos aspectos do trabalho, buscando garantir a isenção e a independência da operação jornalística. Bertrand (1999), ao enumerar as funções dos códigos, lembra que eles precisam proteger a atividade de todo o tipo de conflito de interesses (1999, p. 90), escapando de todo o tipo de pressão moral ou material, na qual inclui o que denomina de “emprego complementar”, ideia próxima a do que, no âmbito deste estudo, é entendida como Duplo Emprego.

Neste percurso comparativo a respeito da permissão para o exercício simultâneo das duas funções jornalísticas ao redor do mundo, é possível montar um quadro com as regras previstas pelos códigos de ética de alguns países (OBSERVATÓRIO DE ÉTICA JORNALÍSTICA, 2012)¹². Tal tabela revela a singularidade do caso brasileiro, quando colocado ao lado de outras normatizações. No quadro, foram selecionados dez países e criadas três categorias de classificação¹³, a saber: vago, para os casos em que os textos mencionam de maneira indireta o compromisso de exclusividade; proibitivo, quando há uma regra explícita, que veda o exercício simultâneo, em nome da proteção contra o conflito de interesses; e permissivo, quando o próprio texto deontológico autoriza a prática, fixando apenas maneiras de administrar os eventuais conflitos, mas sem impedir o acúmulo de funções. Na comparação, percebe-se que três países se encaixam na categoria vago: Alemanha, Argentina e Austrália. Com a marca de proibitivo estão os códigos de

¹² Observou-se as regras mais diretamente ligadas à possibilidade de se formar algum tipo de conflito de interesses, mas vale ressaltar que se tratam de documentos amplos, que alcançam inúmeros outros aspectos ligados à conduta jornalística, inclusive, com possibilidade de repercutir sobre o tema desta dissertação.

¹³ A classificação foi proposta no âmbito deste estudo, com o objetivo de fixar uma possibilidade de comparação entre as realidades deontológicas de alguns países.

cinco países: Portugal, Rússia, Noruega, EUA e Espanha. Apenas ao Brasil e ao Chile aplica-se a classificação de permissivo, conforme se pode perceber, na tabela a seguir:

Tabela 1

Trechos dos guias de conduta de países, com orientações sobre Duplo Emprego e administração de conflitos de interesses.

País	Documento	Sobre o Duplo Emprego
Alemanha	Código de Imprensa Germânico - 2006	VAGO - "Jornalistas e editores não devem realizar qualquer atividade que ponha em dúvida a credibilidade da imprensa".
Argentina	Código de Ética do Fórum de Jornalismo Argentino – 2006	VAGO - "É incompatível com a profissão de jornalista qualquer atividade que afete a sua independência e o direito do público de ser informado honestamente".
Austrália	Código de Ética dos Jornalistas Australianos - 1998	VAGO - "Não permitir que qualquer interesse pessoal, crença, compromisso, pagamento, presente ou benefício prejudiquem sua precisão, justiça ou independência".
Brasil	Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros – 2007	PERMISSIVO - "O jornalista não pode: realizar cobertura jornalística para o meio de comunicação em que trabalha sobre organizações públicas, privadas ou não governamentais, da qual seja assessor, empregado, prestador de serviço ou proprietário, nem utilizar o referido veículo para defender os interesses dessas instituições ou de autoridades a elas relacionadas".
Chile	Código de Ética da Ordem Chilena de Jornalistas – 1994	PERMISSIVO - "Nenhum jornalista poderá introduzir na mídia em que ele é empregado mensagens que favoreçam empresas, pessoas ou instituições nas quais ele sirva de relações públicas, consultor jurídico ou coisa parecida".
Espanha	Código Deontológico para a Profissão de Jornalista – 1993	PROIBITIVO - "A fim de não causar erros ou confusão entre os usuários da informação, o jornalista é obrigado a manter uma distinção formal e rigorosa entre informação e publicidade. Por isso, é considerada eticamente incompatível a prática simultânea do jornalismo e publicidade. Igualmente, esta incompatibilidade se aplica a todas as atividades relacionadas com a comunicação social, que pode implicar em um conflito de interesses com a profissão jornalística e os seus princípios e normas".

EUA	Código de Ética da Associação dos Jornalistas Profissionais – 1996	PROIBITIVO - "Os jornalistas devem... estarem livres de associações ou atividades que possam comprometer a integridade ou danificar a credibilidade. Recusar presentes, favores, honorários, viagens de graça e tratamento especial, e evitar o emprego secundário, envolvimento político, administração pública e serviços em organizações da comunidade se comprometem a integridade jornalística".
Noruega	Código de Ética da Imprensa – 1997	PROIBITIVO - "O pessoal editorial não deve aceitar comissões nem cargos que criem conflitos de interesses em relação a suas tarefas editoriais. Deve evitar papéis ambíguos que possam reduzir sua credibilidade".
Portugal	Código Deontológico dos Jornalistas Portugueses – 1993	PROIBITIVO - "O jornalista deve recusar funções, tarefas e benefícios susceptíveis de comprometer o seu estatuto de independência e a sua integridade profissional. O jornalista não deve valer-se da sua condição profissional para noticiar assuntos em que tenha interesse".
Rússia	Código de Ética do Jornalista Russo – 1994	PROIBITIVO - "Um jornalista considera sua posição profissional incompatível com cargos em órgãos de poder governamental, legislativo e judicial, bem como em partido políticos ou outras organizações de natureza política".

Os três países enquadrados na categoria vago (Alemanha, Argentina e Austrália) não mencionam a necessidade de exclusividade, mas preveem normas que têm como objetivo proteger a independência da informação jornalística. Já a Cultura profissional no Brasil é leniente em relação à prática do Duplo Emprego, embora faça uma ressalva, e por isso enquadra-se na categoria permissivo. Basta ver o que diz o principal documento deontológico do país, o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. O texto não veda a prática de acumular empregos, mesmo que o duplo expediente seja exercido entre a redação e a assessoria. O texto em vigor (no seu artigo 7) diz que o jornalista não pode:

realizar cobertura jornalística para o meio de comunicação em que trabalha sobre organizações públicas, privadas ou não governamentais, da qual seja assessor, empregado, prestador de serviço ou proprietário, nem utilizar o

referido veículo para defender os interesses dessas instituições ou de autoridades a elas relacionadas (FENAJ, 2007b).

Ou seja, o regramento máximo do Jornalismo brasileiro tolera o Duplo Emprego, recomendando ao jornalista, apenas, não fazer uma cobertura ligada a interesses das instituições para a qual também trabalhe, nem usar o veículo para defender interesse da organização com qual mantenha contrato de trabalho. Quem é contratado por uma instituição ligada ao setor de saúde não poderia, por exemplo, produzir reportagens ou editar trabalhos jornalísticos sobre a crise das emergências dos hospitais brasileiros. É o mesmo tipo de cuidado que aparece no documento do Chile, deixando na consciência do jornalista a responsabilidade sobre o controle de eventuais conflitos de interesses.

Sobre o caso brasileiro, é necessário explicitar algumas ponderações, antes de avançar. A primeira tem raiz na própria Lei de Imprensa, decretada pelo regime militar, em 1969, que também autoriza a dupla atividade, em seu artigo 7º. De acordo com o documento, um resquício autoritário, “não haverá incompatibilidade entre o exercício da profissão de jornalista e o de qualquer outra função remunerada, ainda que pública, respeitada a proibição de acumular cargos e as demais restrições de lei” (BRASIL, 1969). O espírito da regra é o de compatibilizar jornadas, o mesmo tipo de autorização que alimenta a carta de conduta do Jornalismo brasileiro.

Schröder (2013) faz duas considerações sobre o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, que não atenuam o impasse ético, mas que merecem ser comentadas, pois esclarecem a condição específica, que se desenvolveu no Brasil. A primeira é a lembrança de que o mesmo documento que autoriza, com restrição, o duplo vínculo, também recomenda ao jornalista não cumprir jornadas superiores a cinco horas (sete horas, se houver acordo), nem por elas receber menos do que o determinado pelos pisos da categoria. A regra está em Fenaj (2007b). Ele também alega a especificidade do caso brasileiro, com o argumento de que o Código apenas acolhe uma realidade do mercado profissional, constituída, obrigando os representantes da categoria a seguir uma orientação mais flexível, que seria genuinamente brasileira, sintonizada à visão que prevaleceu entre os próprios jornalistas.

É uma compreensão muito própria, de acolher a realidade brasileira. Proibir o Duplo Emprego seria jogar na ilegalidade ou na imoralidade 80% dos jornalistas brasileiros. Temos de compreender que a forma como o trabalho se estabeleceu no país, que é muito perversa e degradante, nos obrigava a uma compreensão um pouco mais flexível. Segundo, é um olhar genuinamente brasileiro (Schröder, 2013).

Na sequência da Tabela 1, estão todos os documentos que fixam vetos explícitos a situações que possam afetar a independência da atividade jornalística. Destacaram-se três. O caso espanhol fala em considerar “eticamente incompatível” a prática de atividades relacionadas à comunicação social que alimentem conflito de interesses. Menciona a necessidade de proteger os princípios e as normas da Profissão jornalística, o que quer dizer, viu-se aqui, a garantia da produção de uma informação independente.

A norma norte-americana é exemplar. O documento Código de Ética da Associação dos Jornalistas Profissionais (EUA) exige que os jornalistas mantenham-se livres de “associações ou atividades que possam comprometer a integridade ou danificar a credibilidade” (OBSERVATÓRIO DE ÉTICA JORNALÍSTICA, 2012, p. 81). Para tanto, o profissional deve recusar presentes e vantagens, mas também evitar o que chamam de “emprego secundário”. O código máximo da Noruega cita um elemento-chave para a análise empreendida aqui: recomenda aos jornalistas do país nórdico que evitem “papéis ambíguos”. Dúbia é a condição do jornalista que acumula uma dupla jornada de trabalho, em redações e assessorias de imprensa.

Tais aspectos, ligados à duplicidade de papéis, portanto, que se manifesta de várias maneiras pelo mundo, justificam uma reflexão acerca do impacto deste acúmulo de funções sobre a independência das práticas profissionais, entre elas os critérios de seleção e produção da notícia, pois se trata de uma distorção que contraria os avanços proporcionados pelo processo de modernização do Jornalismo (TRAQUINA, 2005). Ainda que não se faça um julgamento moral e se reconheça a realidade do mercado para a Profissão de jornalista no Brasil, os textos deontológicos pelo mundo indicam a existência de um impasse ético, como visto anteriormente.

1.1.3 Imprensa no Brasil e o Duplo Emprego

É fundamental observar, também, como os veículos de comunicação brasileiros tratam a possibilidade de o jornalista exercer, ao mesmo tempo, a atividade em uma redação e em uma assessoria de imprensa. O ponto de partida é

buscar uma resposta à questão: qual é a norma que deve prevalecer em relação ao Duplo Emprego, se a Cultura profissional no Brasil é leniente em relação à prática? Ou seja, como visto, o regramento máximo do Jornalismo brasileiro tolera o Duplo Emprego, recomendando ao jornalista, apenas, não fazer uma cobertura ligada a interesses das instituições para a qual também trabalhe, nem usar o veículo para defender interesse da organização com a qual mantenha contrato de trabalho adicional.

O Código não impede o acúmulo de emprego, apenas impõe um cuidado, o que acaba gerando um vazio normativo. Misturar as atividades passa a depender, exclusivamente, de uma decisão ética individual do profissional de Imprensa ou do controle da empresa, pois não há uma proibição original e essencial, clara e compartilhada por toda a categoria. O documento deveria orientar pela proibição, ajudando a solidificar uma norma profissional que configurasse um atributo de profissionalização capaz de controlar o comportamento (SOLOSKI, 1999, p. 92), no caso, o veto à formação de um conflito de interesses. A expectativa era de que houvesse um obstáculo restritivo, em direção à separação clara entre os papéis, embasada nos princípios de Soloski (1999), Breed (1999) e Lester e Molotch (1999), e em nome da credibilidade do processo de produção da notícia, mas não é o que ocorre.

Como o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros é ambíguo ao tratar do tema do acúmulo de empregos conflitantes, a responsabilidade, por eventuais restrições, recai sobre os veículos de comunicação do país, mas eles também não agem de forma homogênea e rigorosa. Não foi encontrado um levantamento seguro a respeito do tema, mas a maioria dos veículos de comunicação opera sem uma norma de conduta interna, organizada e documentada, expondo seus jornalistas contratados a uma realidade em que os limites são definidos ou pela consciência ética individual ou pela normatização da categoria. Bronosky (2010) analisa os principais manuais existentes no Brasil¹⁴ e diz que o *corpus* do seu objeto de estudo representa “quase a

¹⁴ O trabalho analisa os manuais da Folha de S.Paulo, do O Estado de S.Paulo, do O Globo, da Zero Hora e da Folha de Londrina. O autor lembra que muitas organizações relacionadas à comunicação também produziram seus manuais, mas não traduzem o seu objeto de estudo, preocupado com o uso por jornalistas na imprensa diária.

totalidade dos manuais de redação publicados no Brasil nesses últimos 25 anos” (p. 75).

Na direção oposta a deste vazio normativo, estão as empresas que proíbem, de maneira explícita, o acúmulo de funções. Elas sinalizam a existência de uma impropriedade na duplicidade de emprego no Jornalismo, expressa em torno da seguinte ideia: se alguns veículos brasileiros condenam a prática de acumular empregos, é porque a situação embute algum tipo de inadequação ao agir ético responsável. As empresas mais expressivas dos principais mercados do país criaram as suas proibições, por meio de manuais internos de conduta, fixando um constrangimento organizacional, na concepção de Breed (1999), ou uma política editorial, conforme o entendimento de Soloski (1999), que passam a ser seguidos pelo profissional que nelas trabalham.

A tabela a seguir reúne trechos de sete documentos internos de conduta, de um grupo de veículos de comunicação no Brasil, escolhidos com o objetivo de apontar, ou não, a existência de impasses ligados à exclusividade. Em nome do combate ao conflito de interesses, quatro deles vedam, explicitamente, o acúmulo de empregos e mencionam a necessidade de o jornalista trabalhar em regime de dedicação exclusiva. São eles e se enquadram na categoria proibitiva¹⁵: Grupo RBS, Folha de S.Paulo, O Estado de S.Paulo e Correio Braziliense. O principal diário de Brasília chega a ser explícito, dizendo que o seu profissional deve recusar “duplo emprego”.

Dois importantes grupos de comunicação brasileiros, pelo menos em seus documentos de conduta, não deixam claro o viés de proibição. São eles e são classificados na categoria genérica: Grupo Abril e Organizações Globo. A Globo lembra que os seus jornalistas devem evitar situações, que possam lançar dúvidas sobre os compromissos de isenção, o que certamente é o caso do Duplo Emprego, mas o texto não trata especificamente do tema. O documento da Abril, por outro lado, fala em contornar situações que possam evitar o conflito entre interesses pessoais e profissionais. Ainda que vagos, estes dois manuais internos de normatização e

¹⁵ As três categorias foram propostas no âmbito deste estudo: proibitiva (exige a dedicação exclusiva), genérica (fala em necessidade de evitar conflito de interesses, mas não menciona a dedicação exclusiva) e permissiva (quando a orientação oscila entre a proibição e a permissão).

constrangimento de conduta também indicam um sentido de restrição ao exercício simultâneo de funções jornalísticas nos dois lados do balcão de produção da notícia.

O documento que destoa dos demais é o da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), a estatal nacional de produção de conteúdo jornalístico. Ele se encaixa na categoria permissiva, à semelhança do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Recomenda que o profissional preserve-se do Duplo Emprego, alerta para a incompatibilidade ética, mas admite que, se houver a necessidade de acumular duas funções, que ele o faça driblando eventuais conflitos de interesses, pessoais ou materiais. Tal proposição cultiva a Cultura de tolerância, que ainda vige no Jornalismo brasileiro.

Tabela 2

Trechos dos guias de conduta de veículos de comunicação no Brasil, que trazem orientações a respeito do exercício do Duplo Emprego.

Veículo	Norma	Constrangimento
Grupo RBS	“É vedado exercer atividades paralelas à da RBS que configurem conflito de interesses ou que comprometam as obrigações e responsabilidades para com a empresa.” (GRUPO RBS, 2011, p. 25)	Proibitivo
OG	“Os jornalistas das Organizações Globo devem evitar situações que possam provocar dúvidas sobre o seu compromisso com a isenção.” (ORGANIZAÇÕES GLOBO, p. 8)	Genérico
FSP	“Os jornalistas da Folha são contratados em regime de dedicação exclusiva.” (FOLHA DE S.PAULO, 2010, p. 113)	Proibitivo
OESP	“Nenhum empregado poderá aceitar trabalho externo, dentro de sua área de atuação, oferecido por um fornecedor, cliente ou concorrente, nem executar qualquer atividade remunerada externa que possa afetar adversamente o seu desempenho ou julgamento no trabalho. O empregado deverá, obrigatoriamente, informar seu superior hierárquico sobre qualquer emprego externo.” (GRUPO ESTADO, p. 23)	Proibitivo
Grupo Abril	“É fundamental evitar situações, ações e atitudes que possam caracterizar ou sugerir conflito entre os nossos interesses pessoais e o nosso desempenho profissional” (GRUPO ABRIL, 2007, p. 16)	Genérico
EBC	“A condição de duplo emprego deve ser evitada no jornalismo da EBC. Quando isso não for possível, é preciso haver cuidados para evitar conflito de interesses”. (EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO, 2013, p. 72).	Permissivo

Correio Braziliense	“Recusar duplo emprego, envolvimento político ou cargos públicos, em situações que gerem conflitos de interesse no exercício da profissão” (CORREIO BRAZILIENSE).	Proibitivo
--------------------------------	---	-------------------

Como se viu, as principais organizações jornalísticas brasileiras exigem a exclusividade, mas a realidade do mercado é a de que a maioria não possui um documento específico de normatização. Os que se omitem em relação ao problema ficam restritos ao exposto no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, que recomenda ao jornalista, apenas, manter-se afastado, na redação, do mesmo conteúdo temático da organização que assessora. O Jornal do Comércio, diário de economia que circula no Rio Grande do Sul, é uma das publicações tolerantes com a prática, bastante discutida na Imprensa de alguns países, assim como o Correio do Povo, diário de tradição secular. Esta tolerância tem impacto sobre a Autonomia e a Transparência dos dois jornais analisados, escolhidos por serem representativos do mercado de trabalho na Mídia impressa do Rio Grande do Sul.

1.1.4 Duplo Emprego e mercado de trabalho

Há práticas profissionais na Imprensa brasileira, inspiradas no modelo norte-americano. A concepção de que as assessorias de relações públicas, imprensa ou comunicação podem ser desempenhadas por jornalistas é uma delas, embora os EUA tenha adotado uma perspectiva diferente com o passar do tempo. Tal naturalidade da presença de jornalistas no polo de gestão do relacionamento com as fontes abriu um caminho profissional, em que jornalistas passaram a enxergar a possibilidade de acumular funções e atividades, principalmente como um mecanismo de complementação salarial, ou de oscilar entre os dois lados do balcão ao longo de uma carreira (DUARTE, 2002).

No Brasil, é possível dizer que alguns períodos históricos impulsionaram o fenômeno do Duplo Emprego. O acúmulo de função, por exemplo, foi incentivado como ferramenta de persuasão e controle dos jornalistas desde o período do Estado Novo (CHAPARRO, 2002). Naquela época, a promiscuidade estava a serviço da subserviência. Na década de 1970, quando o Jornalismo econômico expandiu-se, no vácuo informativo imposto pela repressão do regime militar (1964-1985) à informação política, a ocupação paralela, em setores de relações públicas, tornou-se

ainda mais intensa. Neste comentário do autor, é relevante sublinhar a ideia de jogo duplo.

Surgiu um atrativo mercado de trabalho para jornalistas. Eles eram generosamente solicitados a ocupar o espaço crescente das assessorias de imprensa, sob a tutela formal e/ou cultural de departamento de relações públicas, para trabalhos que nem sempre exigiam a presença física. E sem precisar afastar-se das redações, para que se viabilizasse o jogo duplo do duplo emprego. (CHAPARRO, 2002, p. 44)

De acordo com Bohére (1994), entre as razões, que induzem à acumulação de empregos, em um estudo comparativo que fez sobre a estrutura dos mercados de trabalho para os jornalistas em vários países, lista-se, com frequência, a insuficiência de remuneração, levando os jornalistas a ocupar outras funções na administração pública e em empresas privadas. Consequência de condições de trabalho impostas pelo mercado local – onde imperam uma política salarial restritiva e uma baixa oferta de oportunidades de trabalho –, a Imprensa do Rio Grande do Sul convive com esta situação de jornalistas que acumulam empregos, simultaneamente, em assessorias de imprensa e em veículos de comunicação que toleram o duplo vínculo.

Veja-se com mais detalhe o aspecto remuneratório do Rio Grande do Sul. O piso atual para o exercício do Jornalismo na Capital, negociado pelo Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul, é de R\$ 1.690,00¹⁶ (2012-2013, com data base em junho). Este é o salário básico de entrada, por exemplo, em redações expressivas do mercado local, como as dos jornais impressos *Jornal do Comércio* e *Correio do Povo*. Segundo Fonseca (2008), há uma depressão no mercado salarial para os jornalistas do Rio Grande do Sul. A análise da autora foi feita sobre a política de remuneração do jornal *Zero Hora*, tomando como base a constatação de que o mercado gaúcho funciona com um excesso de oferta de mão de obra e concentração de postos de trabalho em um grande conglomerado. Mesmo que o Grupo RBS garanta praticar uma política de pagamento acima do piso da categoria, as médias salariais, segundo a autora, ainda estão abaixo das verificadas nos mercados de Rio de Janeiro e São Paulo.

¹⁶ Até a conclusão desta dissertação, o novo dissídio da categoria não havia sido decidido, por isso se adotou para os cálculos o valor oficial anterior.

Fonseca (2008) compara o piso salarial da Capital com o salário mínimo nacional, para concluir que a relação entre ambos oscilou, entre 1982 e 1997, entre um máximo de 5,71 e um mínimo de 2,93. Estendendo a pesquisa da autora para os dias atuais, a relação piso salarial/salário mínimo é de 2,49, já que o salário mínimo nacional está em R\$ 678, desde 1º de janeiro de 2013. Ou seja, um patamar menor do que o crítico apontado pela autora – e mais reduzido ainda, se comparado com a relação calculada para 2012, que era de 2,55.

A combinação entre uma estrutura salarial, condicionada por um piso da categoria equivalente a 2,49 salários mínimos¹⁷, e uma jornada de trabalho de cinco horas, definida pelo artigo 303 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)¹⁸ – reduzida se comparada a de outras profissões –, abre caminho para que profissionais busquem complementar a renda. Tal situação de precarização é reconhecida pela própria Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Em congresso realizado em Ouro Preto, em 2006, o problema foi admitido de forma expressa no documento conclusivo, embora não seja apontado na análise nenhum problema ético:

Na maioria das localidades do país, particularmente naquelas em que a jornada padrão de trabalho permanece sendo de 5 horas, o jornalista é obrigado a ter dois empregos para poder cobrir as suas despesas mensais. Além de ser extremamente desgastante trabalhar no mínimo 10 horas diárias, o profissional não tem tempo para lazer, convivência familiar ou ainda para cuidar do seu aprimoramento cultural e mesmo profissional (FENAJ, 2006)

A atual representação da categoria também admite o vetor salarial, embora com a ressalva de que a condição não leve, automaticamente, a uma situação de trânsito indevido de informação entre os dois lados da produção da notícia. Conforme Schröder (2013),

um sentimento forte é que o Duplo Emprego acarreta uma precarização. Ele é fruto de uma necessidade de compensação salarial, de complementação de renda e uma extensão da jornada de trabalho. Então, ele tem um

¹⁷ Se for levado em consideração o salário mínimo regional do Rio Grande do Sul, de R\$ 837,40 a partir de 1º de fevereiro de 2013, para trabalhadores do nível IV, entre eles os de “empregados de entidades culturais”, a relação seria ainda menor: 2,02.

¹⁸ Importante registrar como a norma está escrita na CLT, em Brasil (1943): “Art. 303 - A duração normal do trabalho dos empregados compreendidos nesta Seção não deverá exceder de 5 (cinco) horas, tanto de dia como à noite”.

componente, inerente, negativo, que significa, quase sempre, uma exaustão, para além da jornada necessária. Esta é uma primeira constatação, e obviamente isso não é sempre. Segundo, há um componente ético, que também não é sempre que ocorre, e que felizmente está se modificando. Que era uma relação muito perversa entre o trabalho na redação e um trabalho secundário, ou um trabalho primário, porque a renda maior às vezes era fora, em outro local onde o trabalho se realizava.

Durante muito tempo, a falta de uma estatística confiável impediu a mensuração de pontos fundamentais à compreensão do mercado para o exercício do Jornalismo no Brasil, principalmente os relacionados à extensão de determinados fenômenos. O problema foi parcialmente resolvido com a publicação das conclusões da pesquisa *Quem é o Jornalista Brasileiro?*¹⁹, por meio da qual foi produzido um amplo diagnóstico sobre os profissionais brasileiros, publicado em Lima e Mick (2013). Foram ouvidos, em enquete, 2.731 jornalistas de todo o país. Do total dos jornalistas empregados na Mídia, por exemplo, 12,8% admitiram possuir um emprego secundário, fora da Mídia, mas em atividades que exigem conhecimento jornalístico, como em assessorias. Ao elencar as justificativas para a realização do estudo, antes da conclusão, os pesquisadores expressavam a preocupação com o Duplo Emprego no Brasil, dizendo que a prática não está abolida, apesar das restrições impostas por veículos de comunicação, resultando em inegáveis “implicações éticas”²⁰.

Se os jornalistas, no Brasil, enxergam as assessorias de imprensa como uma opção profissional concreta, é pertinente analisar como elas evoluíram no país, a ponto de se constituir em um local de trabalho para um contingente expressivo de jornalistas. De acordo com a pesquisa publicada em Lima e Mick (2013), 40,3% dos jornalistas brasileiros atuam fora da Mídia, em organizações como assessorias de imprensa ou comunicação ou em estruturas que exigem conhecimento jornalístico, o que comprova o quanto o mercado de trabalho se tornou expressivo.

¹⁹ O estudo foi conduzido pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com o apoio da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Federação Nacional dos Professores de Jornalismo (FNPJ) e Sociedade Brasileira de Pesquisa em Jornalismo (SBPJor), conduzida por Alexandre Bergamo, Jacques Mick (coord.) e Samuel Lima. O resultado da pesquisa foi publicado em um livro, listado nas Referências desta dissertação.

²⁰ O comentário consta na justificativa do projeto. Disponível em: <<http://perfildojornalista.ufsc.br/projet/problematika/>>. Acesso em 09 dez.2013.

Remontar as condições sociais que levam ao Duplo Emprego no Brasil exige traçar um histórico do aparecimento das assessorias de imprensa, como um local onde os jornalistas brasileiros passam a trabalhar, pois é esta oportunidade profissional que abre o caminho para o duplo vínculo ou acúmulo de funções, que interessa a este estudo. A opção será por organizar uma evolução histórica, que aponte de que forma o trânsito de jornalistas entre as redações e as assessorias foi sendo facilitado ao longo do tempo e percebido como uma etapa natural da carreira.

Como se viu, a atividade de assessoria de imprensa nasce com Ivy Lee, nos EUA, mas no Brasil ela também possui uma trajetória de convivência com o poder econômico e político. O surgimento e a evolução tomam caminhos distintos nos vários países, mas, para Duarte (2002), houve um processo de paulatina “valorização da capacidade profissional do jornalista, para atuação no relacionamento com a imprensa e na comunicação institucional” (p. 82). Ou seja, os atributos jornalísticos foram sendo vistos como adequados ao cumprimento de tarefas de outra natureza estratégica, em assessorias de imprensa, locais em que profissionais de relações públicas também transitam.

No caso brasileiro, Duarte (2002) afirma que ocorreram, no setor público, as experiências pioneiras de criação de departamentos para a administração de informações jornalísticas fora das redações. Em 1909, na gestão do presidente Nilo Peçanha, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio criou uma seção para gerenciar os serviços de distribuição de informação e propaganda. O setor tinha como finalidade “reunir e distribuir informações por meio de notas e notícias” (DUARTE, 2002, p. 82). O embasamento legal de criação da repartição fixou, portanto, compromissos de natureza jornalística, ainda que dentro de um órgão público. Na primeira metade do século XX, multiplicaram-se departamentos semelhantes pelas diversas estruturas de governo, em todos os níveis da administração pública (DUARTE, 2002).

Na história das assessorias de imprensa no Brasil, um capítulo especial está reservado à importância estratégica que o regime imposto por Getúlio Vargas, a partir de 1930, confere à gestão da informação, quando “o governo federal torna política de Estado o controle e a disseminação de informações, por meios de comunicação de massa e passa a organizar um sistema articulado” (DUARTE, 2002, p. 83). Tal

política evolui por uma sucessão de órgãos, que desemboca no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), inspirado em sistemas europeus, cujo cerne de atuação, segundo o discurso oficial, era de orientação à Imprensa, mas cujo resultado derivava para o controle, de acordo com o autor.

O controle ideológico via comunicação (particularmente rádio, jornal e cinema) consolida-se por uma política pública de origem fascista, implantada pelo jornalista Lourival Fontes, que (...) conhecia as máquinas de propaganda dos governos alemão e italiano (DUARTE, 2002, p. 83).

Assim, as assessorias de imprensa nascem, no Brasil, como apêndices do setor público e máquinas de influência ideológica. Forma-se um verdadeiro exército de redatores públicos, encarregados de produzir e distribuir informações²¹. Neste período, as organizações públicas também costumavam pagar jetons aos jornalistas, como “forma de cooptação” (SCHIMITZ, 2011, p. 35), com o objetivo de comprar o acesso a profissionais e assegurar a subserviência, colaborando, de alguma maneira, para complementar salário com fontes alternativas de renda (no caso, espúrias), mas de algum modo ligadas à distorção profissional que está na raiz do tema do Duplo Emprego jornalístico no Brasil, se o problema for enxergado pelo seu aspecto financeiro.

Lago e Romancini (2007) contrastam este ímpeto de controle da Imprensa na década de 1930 com o impulso de desenvolvimento e modernização capitaneado pelo próprio Estado Novo, inclusive, no que diz respeito ao Jornalismo, “com avanço desta atividade em termos tecnológicos e de mercado” (LAGO e ROMANCINI, 2007, p. 95). Foi uma época de controle e expansão do Jornalismo. Mesmo com este paradoxo – ou seja, a Imprensa engatinhava no seu processo de modernização tecnológica no Brasil, paralelamente a uma tática explícita de cooptação dos jornalistas por parte do regime –, o fato é que, conforme Duarte (2002), muitos redatores públicos de organismos estatais trabalhavam em veículos de comunicação, em uma situação que se estendeu para além dos limites temporais do regime de exceção.

²¹ De acordo com o autor, “em 1944, a Agência Nacional, ligada ao DIP, atuava com 220 funcionários e atividades típicas de uma agência de notícias, contando até com equipes de reportagem e um sistema de difusão de material jornalístico para todo o Brasil” (DUARTE, 2002, p. 83).

Além da complementação financeira, necessária pelos baixos salários, ganhavam respeito no governo [*os redatores públicos*] por estarem na imprensa e tinham trânsito facilitado de seus comunicados nas redações. Logo após a Era Vargas, com a redemocratização, a máquina do Estado passa a ser utilizada para obter diretamente o apoio ou silêncio de jornalistas, via oferta de empregos públicos (DUARTE, 2002, p. 83-84).

As estruturas estatais de difusão de informação, então, praticaram uma política, no Brasil, em que se empregar em mais de um local era visto com naturalidade pela categoria profissional. Denominado por Duarte (2002) de “sistema institucionalizado de cooptação” (p. 84), estes mecanismos afetaram a imagem das assessorias de imprensa, alimentando uma visão preconceituosa a respeito dos jornalistas que trabalhavam em estruturas de divulgação, sobretudo os empregados no setor público. Tais profissionais passaram a ser vistos como “necessariamente incompetentes, bloqueadores do fluxo de comunicação, criadores de cortinas de fumaça, porta-vozes do autoritarismo, de fazerem jornalismo chapa-branca” (DUARTE, 2002, p. 84). O autor admite o exagero de tal visão, embora reconheça que estas críticas “acabaram generalizadas também para o setor privado” (p. 85).

De acordo com Duarte (2002), no setor privado, a divulgação institucional aparece nos anos 1950, década em que o Jornalismo brasileiro vive experiências marcantes de modernização, com o amadurecimento de diversas publicações e o surgimento de experiências jornalísticas originais e singulares, conforme descrito por Lago e Romancini (2007). Também foi o momento do impulso desenvolvimentista do país. É neste contexto de profissionalização, que aparecem as primeiras assessorias.

No setor privado, a divulgação institucional teria surgido durante os anos 50, com empresas estrangeiras notadamente do ramo automobilístico e de higiene e que traziam a experiência dos seus países de origem. O mais comum era a existência de um conjunto de ações de comunicação desenvolvidas por agências ou departamentos de publicidade e relações públicas que faziam planejamento de comunicação, divulgação jornalística e produziam publicações, mas sem área específica de relacionamento com a imprensa (DUARTE, 2002, p. 85).

A assessoria, considerada pioneira no setor privado no Brasil, foi montada pela Volkswagen, de acordo com Chaparro (2002) e Duarte (2002), tendo sido “a primeira estrutura formada por uma organização privada para atuar com relacionamento planejado, sistematizado e permanente com a imprensa, numa perspectiva estratégica” (DUARTE, 2002, p. 85). Ela foi montada em 1961 e teve

nascimento jornalístico. Alaor Gomes, que trabalhava na TV Record, e Reginaldo Finotti, do jornal Última Hora, foram convidados para estruturar o setor. Gomes exerceu a função simultaneamente ao emprego na televisão (DUARTE, 2002), ou seja, o surgimento da assessoria de imprensa no mundo privado no Brasil teria a marca de um Duplo Emprego.

Na década de 1960, as redações resistiam a citar o nome das empresas diretamente, então o trabalho de assessorias como a da Volks consistia mais em distribuir informações sobre o tema de transportes. A estratégia era divulgar fatos e dicas, a partir de uma perspectiva de prestação de serviços, com o objetivo de qualificar a Volkswagen como fonte perante as redações, algo que a montadora ainda não havia alcançado, mesmo com o natural interesse despertado pela nascente indústria automobilística no Brasil (DUARTE, 2002, p. 85). Neste mesmo período, surgem experiências de produção de boletins e publicações dentro das empresas, o que se constituiu em um “mercado extra-redação promissor para jornalistas, até mesmo pelo profissionalismo em expansão” (DUARTE, 2002, p. 86).

É a partir do cerceamento político conduzido pelo regime militar (1964-1985), que o interesse por notícias de economia, cultura e negócios aumenta, em detrimento do noticiário político, censurado e vigiado, o que abriu caminho para a expansão do mercado de assessorias de imprensa e divulgação. É neste contexto que os citados jornalistas Alaor Gomes e Reginaldo Finotti, pioneiros do caso Volkswagen, criaram, em 1971, uma empresa, a Unipress, em São Paulo, que chegou a ter 40 jornalistas trabalhando, enfrentando resistências iniciais no relacionamento com as redações, mas contribuindo para organizar um novo mercado. Como argumenta Chaparro (2002), “a experiência da Unipress foi favorecida pela valorização das editorias de economia, que cresceram como alternativa ao jornalismo político, danificado pela repressão e pela censura” (p. 45). Conforme o autor, a Unipress consolidou um modelo jornalístico de assessoria de imprensa.

Várias empresas surgiram depois da experiência precursora da Unipress, como a Mecânica de Comunicação Ltda, também criada por um jornalista, Ênio Campoi. De acordo com Chaparro (2002), outros profissionais do Jornalismo se lançaram em projetos de organizar empresas de prestação de serviços de assessoria de imprensa, “criando a base para um movimento de autonomia dessa atividade em

relação às estruturas, teorias e práticas de relações públicas” (p. 46), contrariando uma tendência que predominou em outras partes do mundo, a de o relacionamento entre fontes e jornalistas ser administrado, majoritária ou exclusivamente, por relações públicas.

Teria sido a partir da criação, pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, em 1980, da Comissão Permanente e Aberta de Jornalistas em Assessorias de Imprensa, que os jornalistas ganharam força para garantir, segundo Chaparro (2002), as assessorias de imprensa como um lugar de trabalho, ao absorver fatias cada vez maiores de um mercado antes predominantemente ocupado por relações públicas.

Com o surgimento desta Comissão, em clara disputa pela reserva de mercado que as entidades de relações públicas consideravam pertencer-lhes, teve início um processo formal de se dar identidade jornalística à atividade de assessoria de imprensa (CHAPARRO, 2002, p. 46)

Este processo de demarcação do território das assessorias de imprensa como um local específico para o trabalho de jornalistas no Brasil teve, conforme Chaparro (2002), duas vertentes de impulsão, uma sindical, referida, e outra dos jornalistas-empresários, aqueles que desde o início da década de 1970 criaram suas próprias empresas de prestação de serviços, como também visto anteriormente. Em um manual, publicado por jornalistas paulistas, há uma justificativa com ares de manifesto profissional, de reivindicação sindical, de tentativa de demarcar um espaço natural para a presença de jornalistas:

Os profissionais de assessoria de imprensa são, antes de tudo, jornalistas. Eles vieram preencher uma lacuna atendida indevidamente por profissionais de outros setores, entre eles recursos humanos, marketing e promoções. Seu trabalho visa a contribuir para o aperfeiçoamento da comunicação entre a instituição, seus funcionários e a opinião pública. Dentro de uma perspectiva social que privilegia esta última, assessoria de imprensa agiliza e complementa o trabalho do repórter (FENAJ, 1986, p. 9).

Chaparro (2002) classificou o manual e o teor das suas ideias como um “fato político-profissional” (p. 47), com o mesmo impacto produzido pela vertente dos jornalistas-empresários, que também criaram uma associação, em 1986, a Associação Nacional das Empresas de Assessoria de Imprensa e Comunicação Social (Aneci), que exigia uma “base jornalística” das empresas a ela associadas. Estas duas vertentes,

conforme o autor, contribuíram para um fenômeno que interessa à análise do Duplo Emprego no Brasil: “a ocupação jornalística do segmento profissional da assessoria de imprensa tornou-se um movimento irreversível” (CHAPARRO, 2002, p. 47). Mais que irreversível, um movimento exclusivo, quando comparado a outros países.

Com os episódios relatados, o Brasil começou a implementar, em 1980, a ruptura entre a assessoria de imprensa e suas raízes de relações públicas, criando e consolidando uma experiência de assessoria de imprensa jornalística única no mundo (CHAPARRO, 2002, p. 47).

A partir de meados dos anos 1970, mas principalmente após a redemocratização do país, em 1985, vários fatores – amadurecimento da democracia, movimento sindical, liberdade de Imprensa e pressão por direitos sociais – colaboraram para que aumentasse a exigência de comunicação com a sociedade civil e o mercado consumidor, o que impulsionou ainda mais o surgimento de assessorias de imprensa no Brasil, como uma ferramenta de interação com a opinião pública (DUARTE, 2002). Um caso exemplar é a política de comunicação adotada pela indústria química Rhodia, marcada por princípios de transparência e informação aberta à sociedade, descrita em Nori e Valente (1990).

Duarte (2002) atribui a uma mudança no mercado para jornalistas, no início da década de 1980, o impulso, para que as assessorias de imprensa fossem invadidas por profissionais com formação jornalística. Além de uma “alternativa ao desemprego” (DUARTE, 2002, p. 88), o trabalho em assessorias de imprensa passou a significar a possibilidade de uma vida sem os rigores e o ritmo alucinado das redações, cada vez mais enxutas e dependentes da informação qualificada, produzida por fornecedores externos.

Os jornalistas, que enfrentam uma onda de enxugamento nas redações, aproveitam a oportunidade, oferecendo o seu capital pessoal: trânsito junto aos ‘coleguinhas’, conhecimento sobre produtos informativos, habilidade ao lidar com o poder e, ainda, a noção de informação como direito público (DUARTE, 2002, p. 88).

Neste período, começa a ocorrer uma mudança de imagem em relação à assessoria de imprensa como um lugar de trabalho para os jornalistas, conforme Duarte (2002), alterando a postura eventualmente equivocada, que havia caracterizado o início da atividade no Brasil. Segundo Nori e Valente (1990),

até bem pouco tempo atrás, o jornalista de assessoria era visto como um profissional que não tinha dado certo nas redações. De uns oito ou dez anos para cá, com o mercado abalado por uma greve mal sucedida na categoria, houve uma nova acomodação dos profissionais (p. 119).

Em um processo que se consolida a partir dos anos 1990, admite-se a hipótese de, a partir de então, a assessoria de imprensa passar a ocupar um espaço privilegiado, como o local fundamental a partir do qual as instituições estabelecem relações confiáveis com a sociedade, pois “a boa atuação de uma assessoria aumenta a visibilidade pública das organizações e pode trazer efeitos mercadológicos e políticos predeterminados” (DUARTE, 2002, p. 90). A presença mais expressiva, numericamente falando, de jornalistas na função de assessoria de imprensa abriu o debate sobre a natureza jornalística da atividade e fixou o embate sobre a presença de profissionais de relações públicas no exercício da função.

Como exemplo do desconforto e evidência de que o modelo brasileiro é único no mundo, Duarte (2002) cita entrevista que fez com o pesquisador francês Pierre Fayard, da Université de Poitiers, na qual o especialista diz ser

inimaginável no modelo europeu um jornalista atuar como divulgador, porque a carta (similar a nosso registro profissional) é dada a pessoas vinculadas a órgãos de imprensa e, por isso, não podem atuar em atividades relacionadas a relações públicas (DUARTE, 2002, p. 91)

Duarte (2002) também entende que se trava uma disputa pelo espaço da assessoria de imprensa, na qual, inicialmente, os jornalistas comportaram-se com certo desprezo, mas posteriormente passaram a enxergar a atividade de divulgação como opção profissional. Esta mudança de postura foi incentivada pelas entidades representativas de classe, em decorrência de limitações do mercado de trabalho para o exercício do Jornalismo – ou seja, como expressão de um certo corporativismo –, e também pelas redações, que preferiam dialogar com colegas jornalistas a negociar com profissionais de relações públicas, alimentando um preconceito e ampliando o trânsito de jornalistas para o outro lado do balcão da notícia (DUARTE, 2002, p. 92-93). Mesmo que, atualmente, boa parte das assessorias de imprensa seja exercida por jornalistas, isso “não significa que a competência seja monopólio da categoria. Também não impede a existência de jornalistas com visíveis dificuldades para exercer a atividade” (DUARTE, 2002, p. 93).

O fato é que as assessorias de imprensa se modernizaram. Transformaram-se em trincheiras para o trabalho, legítimo, de jornalistas – Doty (1995, p. 36) chega a chamar as assessorias de "divulgação jornalística", tratando-as como o "braço longo do jornalismo" –, embora a sua caracterização como uma função jornalística ainda esteja longe de ensejar um consenso absoluto. Conforme Glüer (2004), as assessorias de imprensa acabaram incorporadas como uma das funções pertinentes à comunicação organizacional, no momento em que passaram a representar uma “interface abrangente da organização com a sociedade, agindo como interlocutora qualificada” (p. 24). Na perspectiva multidisciplinar adotada pela autora, a assessoria de imprensa é vista com o olhar do Jornalismo.

No mesmo sentido, caminha Schröder (2013), ao comentar o caso brasileiro, que consagrou a possibilidade de jornalistas também atuarem como assessores de imprensa. Para ele, o Brasil estaria até mesmo na vanguarda, se comparado aos EUA e a países da Europa, por ter enxergado a necessidade de acatar, inclusive eticamente, o exercício da função de assessoria de imprensa por profissionais formados em Jornalismo.

Acertadamente, imprimimos uma marca jornalística na assessoria de imprensa e, portanto, aos fazermos isso, eticamente temos de aceitá-la (...). É possível trabalhar em dois locais, eticamente. Este veto que na Europa e nos EUA está muito claro, porque lá o exercício da assessoria de imprensa está vetado, não é jornalístico, no Brasil isso está superado e acho que acertadamente. Tenho visto, em nossas experiências internacionais, como isso está sendo acolhido. Ou seja, como é interessante para eles perceber como nós trabalhamos com isso e como é que isso incidiu sobre a profissão no Brasil (SCHRÖDER, 2013).

Na posição oposta, encontra-se Kucinski (2007). Depois de lembrar o período de consolidação da atividade no Brasil, mencionado nesta dissertação, ligado à expansão da indústria automobilística e às ações de cooptação de jornalistas durante o regime militar (1964-1985), o autor reconhece que a atividade tenha se transformado em um caminho natural, ou alternativo, para a carreira de jornalistas. Mas o ponto crítico, na sua visão, está na natureza da função. Segundo ele, "a atividade de assessoria de imprensa não só não é jornalismo, como está em contradição com o jornalismo, à medida que seu principal objetivo é o de promover e resguardar a imagem de empresas e agências do poder público" (p. 177).

1.1.5 Visões e valorações

A assessoria de imprensa como um local de trabalho para jornalistas, no Brasil, está no centro da caracterização do mercado profissional e repercute na possibilidade de acumular mais de um vínculo de trabalho. A distorção, por outro lado, reside na simultaneidade do exercício, que resultou no Duplo Emprego, praticado ao longo do tempo e visto, dentro da categoria, de maneiras distintas, recebendo valorações, que também se alteraram, ainda que predomine uma visão crítica.

A literatura sobre o Duplo Emprego no Jornalismo é esparsa, difusa. Com o objetivo de compor um painel a respeito de eventuais impasses éticos e impactos jornalísticos provocados pela duplicidade profissional, fez-se, para esta dissertação, uma breve recuperação de referências bibliográficas, que de alguma forma problematisassem, do ponto de vista deontológico, a condição profissional do duplo vínculo.

Visões sobre o tema, então, foram localizadas em relatos sobre processos de modernização de redações no Brasil, em textos sobre a evolução histórica da Imprensa brasileira, em memórias de repórteres e editores a respeito das transformações do fazer jornalístico nas últimas décadas, em estudos sobre a evolução das assessorias de imprensa e do relacionamento com fontes e em obras que tratam da ética jornalística. Estes trechos, como se verá a seguir, corroboram uma ideia-síntese: o fenômeno cria um problema para o exercício profissional, associado a conflito de interesses.

A prática do Duplo Emprego é antiga no Jornalismo brasileiro. Duarte (2002) refere um caso pitoresco, ainda no século XIX, sem classificá-lo como pioneiro, envolvendo o então presidente eleito do Brasil, Manuel Ferraz de Campos Sales, para constatar que o “trânsito fácil entre redação/divulgação era antigo” (DUARTE, 2002, p. 83). Campos Sales aceitou uma oferta do Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, para ter um repórter acompanhando a viagem que faria à Europa, mas resolveu transformar o profissional escalado, Tobias Monteiro, em seu secretário particular. É desta forma, como um colaborador próximo, que o político apresentou o jornalista em alguns encontros que manteve no Velho Continente. Em seu livro de memórias políticas, Campos Sales (1983) narra o episódio:

O Doutor José Carlos Rodrigues, diretor do Jornal do Commercio, perguntou se seria do meu agrado levar, como companheiro de viagem, o representante daquela folha, Tobias Monteiro (...) Aceitei o oferecimento como um serviço, e Tobias Monteiro acompanhou o presidente eleito, como representante do Jornal, apresentando-o eu, depois, no interesse de sua missão, como meu secretário particular (CAMPOS SALES, 1983, p. 89).

Percebe-se, no caso, uma mistura de interesses e sobreposições de papéis, natural diante do ponto de imaturidade em que se encontrava a Imprensa brasileira à época. O próprio jornalista que se dispôs a cumprir a dupla função reconhece com naturalidade a missão:

No dia 19 de abril (de 1898), sentado junto a mim, a mesa do almoço oferecido ao senhor Campos Sales, no Grande Hotel, do Rio de Janeiro, falou-me pela primeira vez sobre a missão de acompanhar o presidente eleito em sua viagem ao Velho Mundo. Só então ele pensara no assunto, resolvendo logo incumbir-me dessa tarefa, a que o futuro chefe de Estado juntou a de servir-lhe de secretário particular (MONTEIRO, 1900, p. 7).

O caso de Tobias Monteiro reflete o grau de permissividade na relação entre Imprensa e política na transição dos séculos XIX e XX no Brasil. Ao organizar uma história da assessoria de imprensa no Brasil, cujos pontos principais foram apresentados neste trabalho, Duarte (2002) sublinha como este traço de convivência próxima entre o poder político e o Jornalismo se estende pelos anos iniciais da República, na virada entre os séculos XIX e XX, e atinge o apogeu no sistema de controle estratégico de informações e cooptação jornalística, montado pelo Estado Novo.

De acordo com o autor, “na década de 30, muitos dos redatores públicos exerciam atividades paralelas em veículos de comunicação” (DUARTE, 2002, p. 83). Mas este movimento das redações às repartições, e vice-versa, se estende para além do Estado Novo e inclusive sobrevive à redemocratização do país, que se segue à queda do regime varguista. Duarte (2002) classifica o período como uma época de precariedade, na qual o Jornalismo era visto como uma atividade complementar a outras fontes de renda. Ele faz um inventário dos mecanismos de favores.

Situações como estas, devido ao amadorismo pré-regulamentação da profissão, eram comuns: duplo emprego, repórteres não pagavam imposto de renda e tinham desconto de 50% nas passagens aéreas; o ‘jabaculé’.

denominação dada ao 'presente'²² (geralmente dinheiro, oferecido por fontes ao jornalista), assim como troca de favores (DUARTE, 2002, p. 84)

Duarte (2002) relembra um caso ilustrativo da naturalidade com que o tema da troca de favores, do Duplo Emprego e até mesmo do recebimento de dinheiro em troca de notícias e reportagens positivas foram vistos como práticas que caracterizaram o período de organização da Imprensa no Brasil. A história²³ envolve Assis Chateaubriand, ao comentar, em 1961, a conquista do piso salarial dos jornalistas. *Chatô* teria dito:

Mas por que vocês fazem greve por piso? Eu estou dando para vocês emprego e espaço no jornal para escreverem. Por que não ganham dinheiro com isso? Eu fiz fortuna assim. (DUARTE, 2002, p. 84).

É ao se imiscuir entre os poderes econômicos e políticos que o Jornalismo, muitas vezes, embreita-se em dilemas éticos, entre os quais despontam aqueles expressos pelo Duplo Emprego. Kucinski (2007), ao precisar a especificidade do Jornalismo econômico, por exemplo, também flagra o fenômeno, misturado à caracterização da estrutura ética do Jornalismo brasileiro, quando comparada a que prevalece em democracias liberais. Para ele, enquanto a Ética do Jornalismo, nestes países, está embasada no interesse público, no Brasil a normatização deontológica ganha contornos mais permissivos, muitas vezes comandados por interesses individuais e autorizados por uma legislação leniente.

A cultura brasileira, autoritária e de pouco conteúdo democrático, implica um jornalismo igualmente autoritário e uma ética distinta daquela das democracias liberais em pelo menos três pontos principais: a promiscuidade entre atividades jornalísticas e não jornalísticas; um entendimento diferente do que seja o interesse público; e a renúncia à opinião própria não por respeito a uma objetividade jornalística, mas por autocensura (KUCINSKI, 2007, p. 177).

A distinção precisa ser percebida a partir dos princípios que caracterizam a função do Jornalismo nas democracias liberais: nelas, o Jornalismo é essencial à

²² Ainda hoje, os presentes são comuns nas redações. São chamados de 'toco' e usados como estratégia de relação entre fontes e jornalistas. Algumas empresas jornalísticas fixam regras, em seus manuais internos de conduta, que limitam o recebimento de presentes (N. do A.).

²³ O caso é contado em ROMEIRO, G. O Estado e a informação. In: MEDINA, Cremilda (org.). **O jornalismo na Nova República**. São Paulo: Summus, 1987.

própria existência da democracia e cada jornalista é inteiramente responsável “pelo que escreve e pelos resultados de sua ação, na medida em que ela é necessariamente intencional e consciente” (KUCINSKI, 2007, p. 174). Ou seja: para que o sistema jornalístico cumpra seu papel nas sociedades modernas e opere eticamente, há um papel e uma responsabilidade individual, que cabe ao jornalista desempenhar.

No decorrer da argumentação do autor, aparece, então, a crítica direta ao Duplo Emprego, como um deslize neste percurso individual do jornalista brasileiro, a ponto de indicar esta possibilidade de exercício simultâneo de funções como uma distinção ética central, que se soma a outros traços, como a inexistência, no Brasil, de requisitos que obriguem um jornalista a se desfilial de sua categoria, quando vai trabalhar em campanha política ou no governo, uma exigência que vigora em determinados países, entre eles em Portugal, por exemplo, como comentado. Segundo o autor,

uma notável diferença entre a ética do jornalismo brasileiro e a que prevalece nas democracias liberais está justamente na questão do duplo emprego. Todos os códigos de ética escritos nos Estados Unidos e nos países da Europa ocidental recomendam que um jornalista não deva aceitar empregos, favores ou viagens de suas fontes de informação. O jornalista não deve simultaneamente trabalhar para o governo. No Brasil, a regulamentação da profissão, aprovada em 1968, sacramenta a perda de demarcação ética, permitindo o duplo emprego e misturando jornalismo com assessorias. (KUCINSKI, 2007, p. 178-179).

O tema volta a aparecer no mesmo texto, quando Kucinski (2007) propõe pontos para a constituição de um manual, que repudie traços específicos de Ética, escrita ou não escrita, do Jornalismo brasileiro, que não levariam a um agir responsável e adequado à função da Imprensa nas sociedades modernas. Ele considera determinados comportamentos desviantes em relação ao padrão das democracias liberais, tais como “a permissão para o acúmulo de emprego com cargo público, a autocensura e as relações complacentes com o empresariado” (p.180). Entre os pontos²⁴ que poderiam levar a uma reconfiguração ética positiva, no Brasil, lista o que chama de “ética no emprego” (KUCINSKI, 2007, p. 182), com um conjunto

²⁴ Os demais pontos, característicos da ética jornalística nas democracias liberais e demarcadores dos limites entre atividades conflitantes que se fundem, no Brasil, na figura do Duplo Emprego, são: primado da informação, primado do interesse público, primado da objetividade, independência do jornalista, moralidade e competência jornalística, prática do jogo limpo, respeito pelo mais fraco, distanciamento crítico das fontes (KUCINSKI, 2007, p. 180-182).

de recomendações, entre elas, "não ter segundo emprego em órgão público ou empresas comerciais" (p. 182). Cabe destacar que o autor também pondera, no mesmo trecho selecionado, os riscos provocados pela convivência entre atividades "jornalísticas e não jornalísticas" (p. 177), o que, de alguma maneira aplica-se à configuração do Duplo Emprego, se a assessoria de imprensa for enxergada mais como um polo de ação estratégica institucional, portanto, não jornalística, ainda que conduzida sob preceitos técnicos e éticos, inspirados no Jornalismo.

O problema do Duplo Emprego também aparece em relatos sobre mudanças na atividade profissional do Jornalismo no Brasil. Em depoimento²⁵ sobre as transformações, que implantou em duas grandes redações brasileiras, no O Estado de S.Paulo e em Zero Hora, o jornalista Augusto Nunes menciona o tema do Duplo Emprego em pelo menos três situações, sempre atribuindo à condição um determinado grau de distorção profissional, que ele buscou, pessoalmente, eliminar das organizações que passava a administrar, como sinal de modernização e intenção de adotar uma prática de independência jornalística (ABREU, 2003).

Ao assumir a direção de Redação do Estadão²⁶, por exemplo, a convite da família Mesquita, proprietária do tradicional jornal paulistano, Augusto Nunes foi encarregado de promover uma reforma ampla, que alcançou inclusive aspectos operacionais: ele conduziu a informatização da redação, estruturou cadernos temáticos, introduziu o uso da cor e fez com que o diário começasse a circular às segundas-feiras, o que não ocorria até meados dos anos 1990 (ABREU, 2003, p. 291). A primeira referência do jornalista ao tema aparece quando ele comenta o quadro salarial, que encontrou ao assumir o cargo, em um trecho no qual sugere que a própria direção geral do jornal incentivava a prática de acumular mais de um vínculo profissional:

Quando recebi a folha de pagamentos, fiquei horrorizado. Eu sabia que os salários tinham sido aviltados, mas o que encontrei me horrorizou. Havia

²⁵ Entrevista concedida em 22 de janeiro de 1998, como parte integrante de projeto conduzido pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (Cpdoc), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que, entre outras etapas, ouviu seis jornalistas brasileiros fundamentais na reformulação ou na criação de órgãos jornalísticos na história recente do país, cujas "inovações (...) tiveram repercussão em toda a imprensa do país e contribuíram para desenhar a face do que ela é hoje" (ABREU, 2003, p. 7).

²⁶ De março de 1988 a dezembro de 1991.

sido instituído pela empresa o duplo emprego. Pela empresa! Desde os anos 70, quando alguém pedia aumento, a direção recomendava ao cara que arrumasse um outro emprego e acumulasse os salários (ABREU, 2003, p. 303).

Além do tom de espanto e indignação, o comentário particular do jornalista levanta a hipótese de que poderia haver uma conexão entre a necessidade de acumular vínculos profissionais e a questão salarial, além de indicar que o fenômeno possa ter sido objeto de algum tipo de incentivo por parte da empresa, até mesmo como instrumento de compensação da política salarial, tendo como consequência a precarização das relações de trabalho. A segunda referência do entrevistado ao objeto desta dissertação aparece quando ele menciona alegadas resistências que teria enfrentado, por parte de jornalistas, que não estariam em sintonia com o seu projeto de modernização da redação, pois seria

uma resistência feroz. Era um problema e uma vantagem, porque a resistência, por um lado, vinha dos que não tinham projeto, dos que simplesmente não queriam trabalhar. Esses não queriam a mudança: a turma da folha morta, do duplo emprego. Acabei com o duplo emprego no meu segundo ano lá dentro. Fui aumentando os salários e dizia para as pessoas optarem: ou trabalhavam exclusivamente no jornal ou saíam (ABREU, 2003, p. 306).

Neste trecho, o que fica evidente no discurso do entrevistado é a caracterização do combate ao Duplo Emprego em uma redação como uma etapa de modernização, que por isso mesmo sofreria resistências ao supostamente enfrentar interesses consagrados naquele ambiente de trabalho e entre aquele grupo de profissionais. Ainda em Abreu (2003), mais adiante, Augusto Nunes ilustra o quadro que encontrou quando aceitou o desafio de promover mudanças também na Zero Hora²⁷, jornal diário pertencente ao Grupo RBS, em Porto Alegre (RS):

Era uma redação paralisada por uma geração que, para manter o poder, tinha implantado o duplo emprego, congelado salários, dado a todos a garantia de que não seriam promovidos nem demitidos, enfim, criado um clubão. Aquilo era um chá de senhoras. Uma repartição pública (ABREU, 2003, 315)

As mudanças editoriais e organizacionais que promoveu na redação da Zero Hora levaram a demissões e à substituição de profissionais, muitos deles envolvidos

²⁷ De março de 1992 a novembro de 1996.

em situações de duplo vínculo profissional. Foi imposta a necessidade de opção entre os dois empregos, pois o diário iniciou um processo que culminaria com a exigência da exclusividade, atualmente expressa em documentos deontológicos da empresa (GRUPO RBS, 2011, p. 25).

Em um capítulo que trata do tema do suborno como fator de contaminação da independência jornalística, sobretudo no cenário da prática do Jornalismo político em Brasília, Dimenstein (1990) também apresenta o Duplo Emprego, como um exemplo para ilustrar uma afirmação, a de que “favores e informações são, de fato, instrumentos para tentar neutralizar o jornalismo independente” (DIMENSTEIN, 1990 p. 35). Ele conta uma história sobre o alcance potencial da distorção analisada nesta dissertação, mesmo que a duplicidade possa ser administrada individualmente pelo repórter ou editor que também exerça funções em assessorias.

Quando cheguei a Brasília, em 1983, fiquei impressionado com o alto número de jornalistas que trabalhavam no Congresso e em ministérios e, ao mesmo tempo, nos jornais. Era comum um repórter fazer a cobertura do Congresso onde também era funcionário. Na sucessão de Figueiredo, Paulo Maluf foi guindado à condição de inimigo público número um da imprensa, mas seu vice, Flávio Marcílio, do Ceará, era poupado (...) Marcílio era presidente da Câmara e controlava uma assessoria de imprensa com dezenas de profissionais que ocupavam função de destaque na reportagem política dos principais veículos de comunicação do país (DIMENSTEIN, 1990, p. 35-36).

Logo em seguida, o autor relembra um episódio que entrou para a história do Jornalismo no Brasil: a publicação pelo jornal Folha de S.Paulo, em 1985, por 15 dias consecutivos, de uma série de reportagens sobre o relacionamento entre Imprensa e Poder. Na ocasião, o diário divulgou o nome de profissionais com Duplo Emprego. Lins da Silva (2005), um dos jornalistas encarregados de comandar o processo de modernização do jornal paulista, detalha o episódio mencionado por Dimenstein (1990).

Em setembro de 1985, a Folha publicou reportagens sobre o duplo emprego de jornalistas que trabalhavam ao mesmo tempo para veículos de comunicação e órgãos governamentais. As reportagens caíram como uma bomba sobre a categoria. O jornal divulgou os nomes de todos os jornalistas naquelas condições que conseguiu documentar, inclusive os que trabalhavam para a própria Folha. A partir de então, a direção de Redação passou a exigir de quem viesse a ser contratado pelo jornal que mantenha um regime de dedicação exclusiva (LINS DA SILVA, 2005, p. 201-202).

Na visão de Dimenstein (1990), o resultado da investigação da Folha sobre o Jornalismo praticado em Brasília, a partir da denúncia, foi “saúdavel: as redações das sucursais dificultaram o duplo emprego, buscando aumentar salários para exigir exclusividade” (DIMENSTEIN, 1990, p. 36). Na análise, reaparece a constatação de que o acúmulo simultâneo de funções decorre de condições salariais, pois a estratégia de exigir exclusividade, fundamental ao combate ao Duplo Emprego e indispensável à prática do Jornalismo independente e potencialmente mais imune a conflito de interesses, precisou vir acompanhada de uma política de salários que valorizasse a Profissão. Naquele momento dos anos 1980, de reabertura política e modernização das redações, a própria Folha de S.Paulo era vítima do cenário que denunciava por meio das reportagens.

A própria redação da Folha em Brasília era atingida pelo duplo emprego, incompatível com a postura independente assumida pelo jornal. Não significava que, necessariamente, quem tivesse emprego no Congresso e trabalhasse como repórter deturparia informações, mas a tendência de refrear um comportamento investigativo é inevitável (DIMENSTEIN, 1990, p. 36).

Relevantes são três ideias neste comentário de Dimenstein (1990). A primeira, a de que o Duplo Emprego é incompatível com o Jornalismo independente. A segunda: embora acumular funções jornalísticas conflitantes, como a atuação em assessorias de imprensa e em redação, configure, no mínimo, um dilema ético, não significa que o profissional nesta condição obrigatoriamente deturpe informações. A terceira ideia indica um tipo de consequência instigante: o profissional com o duplo vínculo refrearia, na visão do autor, inevitavelmente, o seu comportamento investigativo.

Bucci (2009) também encaixa comentários sobre Duplo Emprego ao expor o que, na visão dele, podem ser vistos como limites do atual Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, em um capítulo do livro citado, no qual procura fixar distinções práticas e éticas entre as funções de jornalistas de redação e de jornalistas em assessorias de imprensa.

O Código de Ética do jornalismo no Brasil repousa sobre um conflito de interesses. Temos praticado o exercício de conciliar duas funções legítimas, dignas, justas e éticas, necessárias à informação da sociedade brasileira, mas que não constituem o mesmo ofício. Jornalismo e assessoria de imprensa são

duas profissões diferentes e não podem ser regidas pelo mesmo Código de Ética (BUCCI, 2009, p. 91).

A afirmação de que assessoria de imprensa não é Jornalismo é envolta em polêmica e debates dentro da categoria no Brasil, como visto na seção anterior. Não é a concepção, por exemplo, adotada pela Fenaj²⁸. Também a permissividade do principal documento deontológico brasileiro foi objeto de comentários e comparação neste estudo. Retém-se de Bucci (2009), para esta seção, em primeiro lugar, a constatação de que a normatização do Jornalismo brasileiro admite o que ele carimba como um flagrante conflito de interesses. O autor cobra uma mudança de postura, com o objetivo de colocar o sistema de regulação ética da categoria no país em sintonia com o que ocorre nos principais veículos de comunicação do Brasil.

O Código de Ética da Fenaj fica muito a dever a outros códigos que existem por aí, em empresas jornalísticas brasileiras. Os bons veículos de informação, por pressão da sociedade, por clareza e por exigências naturais do ofício do jornalismo, já recusam, nos seus quadros, a existência desse tipo de duplo emprego (BUCCI, 2009, p. 94).

Esta visão sobre o Duplo Emprego de Bucci (2009) corrobora a noção de que o combate ao duplo vínculo tem decorrido, no Brasil, de processos de modernização das organizações jornalísticas, os quais derivam para um movimento de exigência da exclusividade profissional. O próprio autor faz uma alusão de caráter pessoal. Ele afirma que, quando assumiu a presidência da Radiobrás, em 2003, suspendeu as colunas que escrevia para o Jornal do Brasil e a Folha de S.Paulo, pois

os conflitos entre a função pública que eu passaria a exercer e a condição de colunista inviabilizariam a credibilidade tanto da minha função pública quando da minha função de colunista em jornais independentes (BUCCI, 2009, p. 92).

A associação que Bucci (2009) faz entre Duplo Emprego e credibilidade encaixa-se no tipo de preocupação que movimenta esta dissertação, pois se trata de um atributo essencial a que o Jornalismo cumpra suas funções a partir de um agir

²⁸ A concepção da federação aparece em várias partes do documento Fenaj (2007a, p. 5-6), como, por exemplo, neste caso: “Embora a tarefa de conceituar essa função seja de competência de estudiosos, este Manual pretende esclarecer e contribuir para que a função de assessor de imprensa, exercida exclusivamente por um jornalista, profissional diplomado (Decreto lei nº 83.284/1979), de forma reconhecida e valorizada pela sociedade brasileira”.

ético embasado nos fundamentos da Transparência e da Autonomia. Como ele mesmo refere, diante da credibilidade ameaçada, “o leitor teria, no mínimo, uma ponta de desconfiança” (BUCCI, 2009, p. 93).

Os órgãos representativos da categoria dos jornalistas tendem a defender a presença deles em assessorias de imprensa e a aceitar a duplicidade do exercício, como uma consequência da precarização da Profissão no Brasil. Mas, nesta seção, que busca traçar um painel das visões sobre o Duplo Emprego, é ilustrativo compartilhar uma ponderação feita pela própria Fenaj, no verbete “dupla atuação”, no documento FENAJ (1986)²⁹: “Há jornalistas que trabalham em redações de veículos de comunicação e em AI [*assessorias de imprensa*]. Será que esta duplicidade é legítima?” (p. 32).

O tema do Duplo Emprego também é citado em Duarte (2002), em um texto no qual é apresentada uma história da evolução das assessorias de imprensa no Brasil e de como os jornalistas, aos poucos, vão ocupando as funções de divulgação. De acordo com o autor, no Brasil, “é profissionalmente aceito trabalhar ao mesmo tempo em veículo de comunicação e assessoria” (DUARTE, 2002, p. 93), classificando a condição como aparentemente antagônica. De acordo com o autor, a categoria tende a aceitar a situação e condena apenas quando o jornalista recebe sem trabalhar ou quando atua em uma editoria que possa estar relacionada com a assessoria em que trabalha – a restrição também imposta pelo Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.

Particularmente fora dos veículos mais importantes, o duplo-emprego ainda é comum, fruto de certo grau de condescendência das empresas jornalísticas (que não pagam bem o suficiente para exigir exclusividade) e dos próprios colegas, que tendem a não ver problemas (DUARTE, 2002, p. 93).

Em uma obra clássica de introdução prática ao Jornalismo, produzida justamente para estudantes e alicerçada nas condições de trabalho da Imprensa brasileira na década de 1980, Rossi (1986) também menciona o Duplo Emprego, como uma deformação associada à evolução do mercado de trabalho em assessorias de imprensa no Brasil. Ele indica a existência, à época, de um preconceito ligado à

²⁹ É importante destacar que o documento é composto na década de 1980, em meio, portanto, à conformação de uma visão que passou a aceitar a assessoria como um local legítimo para o trabalho de jornalistas no Brasil.

atividade, “explicável pela maneira torta como essa função começou entre nós, ao menos no caso de assessorias para órgãos públicos” (ROSSI, 1986, p. 45).

O que chama de “torta” era a estratégia perniciosa usada pelo poder público, intensamente durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985), baseada na contratação de jornalistas como instrumento de cooptação ou de incentivo à autocensura, mencionada neste trabalho. O procedimento recebe do autor a classificação de “corrupção branca” (ROSSI, 1986, p. 46) e funcionava como uma arma para minar o espírito crítico dos profissionais dos veículos de comunicação, conforme ele descreve:

Na grande maioria dos casos, as repartições públicas contratavam, para assessorá-las, jornalistas já empregados, mas com salários relativamente baixos. Pior: contratavam profissionais que trabalhavam, no jornal, justamente na área da repartição (...) Ficava implícito o cala-boca: como é que o jornalista poderia criticar a repartição sobre cujas atividades informava, se era também empregado dela? (ROSSI, 1986, p. 45).

Eram anos em que a Imprensa brasileira ainda se organizava. Alguns casos de referência ao Duplo Emprego, também datados da década de 1980, têm a marca do insólito, como é perceptível em Etchichury³⁰ (2010), quando o autor descreve a proximidade entre policiais e jornalistas, que trabalhavam em editorias de Polícia. Ao analisar a redação da Zero Hora, ele traz como exemplo a situação em que os próprios policiais trabalhavam nas redações, sem constrangimentos, até mesmo como estratégia jornalística para obter informações privilegiadas. Naquele período, antes das interdições impostas por Augusto Nunes, referidas anteriormente,

alguns predicados essenciais da atividade jornalística, como domínio da língua portuguesa, eram colocados em segundo plano em função da capacidade de apuração supostamente privilegiada de comissários e escrivães de polícia que literalmente faziam bico como repórteres. Além das fragilidades ortográficas, que eram minimizadas por redatores, nos casos de denúncia envolvendo policiais, os investigadores/repórteres assumiam compromisso com seus pares policiais, no que sugere um comportamento corporativo, colocando a verdade factual e o comprometimento social em segundo plano (ETCHICHURY, 2010, p. 56).

³⁰ A história hipotética que abre a Introdução desta dissertação foi inspirada em relatos trazidos por esta pesquisa de Etchichury (2010).

A imagem símbolo deste período de confusão de papéis é a do repórter de polícia que andava armado nas redações. Por fim, ao montar um painel valorativo sobre o tema, encaixa-se o depoimento do presidente da Fenaj. Schröder (2013) entende que o Duplo Emprego, embora decorra de uma condição do mercado profissional, embute algum tipo de prejuízo na relação com o leitor, nos casos em que ocorre “tráfico de informação”. Ele mesmo conta uma história, sobre o fenômeno, nos anos 1980.

Era comum, eu presenciei isso no Correio do Povo, ao pedirmos aumento ao empregador, que disse: ‘Nós não temos aumento, mas eu me proponho a ir à Assembleia Legislativa e arrumar empregos complementares para vocês’. Era completamente aceitável que o editor do jornal fosse assessor de imprensa de um partido político, que naquele momento estava no governo do Estado. Me parece que isso sim, é uma distorção grave, que começa a ser superada, por princípio, apenas (SCHRÖDER, 2013).

Schröder (2013) destaca, no entanto, que esta situação assumiu uma tendência de reversão no Brasil, porque, no entendimento dele, as condições para o exercício do Jornalismo, apesar de ainda não serem as ideais, do ponto de vista salarial, melhoraram nos últimos anos. Ele entende, também, que houve uma diminuição do Duplo Emprego, por opção individual do jornalista, em função, sobretudo, de uma pressão da própria categoria, que passou a ver com “desconforto” o exercício simultâneo de uma atividade secundária.

1.1.6 O Jornal do Comércio e o Correio do Povo

A análise, proposta sobre o fenômeno do Duplo Emprego na Imprensa do Rio Grande do Sul, concentra-se em dois jornais de circulação diária, o Jornal do Comércio (JC) e o Correio do Povo (CP). Eles foram escolhidos como objeto de estudo porque não proíbem os seus profissionais de exercer, ao mesmo tempo, outro tipo de atividade, incluindo assessoria de imprensa. JC e CP têm longas trajetórias, atravessando vários períodos da evolução econômica e política do Estado, um percurso em que também se viram alteradas as condições de trabalho para os jornalistas, como detalhado nas seções precedentes. Enquanto o JC possui uma história ligada ao controle de apenas uma empresa, o CP trocou de orientação empresarial no seu período de existência.

1.1.6.1 A voz da economia

O Jornal do Comércio nasceu em 25 de maio de 1933, com o nome de Consultor do Comércio. Reunia informações estatísticas sobre a movimentação comercial da cidade, em um período em que a economia gaúcha estava se reorganizando, depois de sofrer as consequências negativas impostas pela Crise de 1929. O governo federal buscava industrializar o país, e as empresas brasileiras iniciaram um processo de modernização. Também foi um momento em que grandes companhias estatais tomaram forma e assumiram papéis centrais no desenvolvimento capitalista do país.

De acordo com Rüdiger (1993), a organização empresarial é a marca deste período do Jornalismo do Rio Grande do Sul, ainda que o novo empreendimento tenha nascido em um momento em que o cenário da Imprensa regional era dominado por dois grandes grupos de comunicação, o Caldas Júnior e o Diários Associados, que investiam em várias Mídias. O marco econômico e político da época é o desenvolvimento industrial do Brasil, sob a égide da administração Getúlio Vargas, entre as décadas de 1930 e 1950.

É possível enxergar a histórica do JC a partir de cinco fases, organizadas, no âmbito deste estudo, apenas para acompanhar com mais clareza a evolução do jornal, a partir de elementos encontrados em Guerreiro (1994). A primeira fase da publicação estende-se da criação, em 1933, até 1º de outubro de 1956, quando o Consultor passa a ser chamado de Jornal do Comércio, com um formato jornalístico, que recorria a uma linguagem mais moderna, ao uso de imagens e a recursos de edição.

A segunda fase durou até a mudança de trissemanário para diário, que ocorreu em setembro de 1960. O jornal juntava-se, naquele momento, a outros seis diários, que existiam, na época, na cidade de Porto Alegre. Não circulava aos sábados e aos domingos, característica que mantém até hoje, mas seguia com uma cobertura especializada, ligada aos temas econômicos. A década de 1960 foi o período de organização da economia gaúcha, com industrialização intensa e formação de uma base agrícola-exportadora. Especializado, o JC retratou esta evolução, sem, no entanto, ter se imposto como um jornal de circulação estadual expressiva.

Esta terceira fase do JC se estendeu até o ano de 1984, quando o diário passou por uma mudança gráfica profunda, incluindo uma alteração no logotipo, no modelo tabloide, que segue até os dias atuais. Na década de 1980, o grupo empresarial controlador do jornal, a Cia. Jornalística J.C Jarros, adquiriu três rádios, ampliando a presença no cenário da comunicação da Capital e empreendendo uma experiência de grupo multimídia, característica da organização empresarial da comunicação no Rio Grande do Sul e cujo exemplo mais bem acabado é o Grupo RBS. Tal experiência administrativa da J.C Jarros foi abandonada.

Em 1994, o JC passou por uma reforma editorial, que inaugurou a quinta e atual fase da publicação, acompanhada de uma mudança administrativa no final da década. Desde então, o periódico promoveu sucessivas renovações nos seus aspectos gráficos e editoriais. A última atualização ocorreu em 2010. O jornal segue com um perfil de cobertura de assuntos econômicos e empresariais, com espaço, também, para o Jornalismo político. Em sua página na internet, o JC apresenta-se como o “primeiro jornal segmentado” do país.

A publicação não possui um manual de ética em vigor, mas faz circular entre os profissionais da redação um Manual de Redação, editado em 2001, com a padronização de regras de grafia e convenções editoriais, sem mencionar orientações de conduta como as que poderiam levar à exclusividade e, portanto, inibir o duplo vínculo (JORNAL DO COMÉRCIO, 2001). O JC tolera o Duplo Emprego. Não há nenhuma regra de controle da redação que impeça os seus profissionais de exercer qualquer tipo de atividade, que entre em colisão com o compromisso de informar o público, mesmo que isso, potencialmente, possa comprometer a credibilidade da publicação, apesar de cuidados individuais adotados por seus colaboradores.

Neste estudo a respeito do Duplo Emprego no Jornal do Comércio, serão analisadas as notícias “Navistar anuncia local de fábrica até o mês de junho”, sobre o projeto de investimento de uma montadora de caminhões no Rio Grande do Sul, “Polêmica sobre auxílio-moradia do Judiciário volta à pauta do parlamento estadual”, a respeito do pagamento de uma gratificação aos integrantes da magistratura, e “Produtor e ambientalista criticam vetos ao código”, sobre a repercussão em relação ao veto da presidenta Dilma Rousseff ao novo Código Florestal do país. Os três textos escolhidos são assinados, o que permite identificar com precisão a autoria e constatar que o jornalista preenche a condição de Duplo Emprego.

No caso da notícia “Navistar...”, o repórter de Economia também atuava, na época da pesquisa, na assessoria de imprensa do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul. Trata-se de uma duplicidade permitida pelo Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, pois não escrevia sobre a área de atuação da assessoria em que trabalhava. Permitirá analisar os eventuais desvios éticos cometidos pelo profissional, mesmo sem desrespeitar, diretamente, uma norma prevista no Código. A notícia “Polêmica...” foi produzida por um jornalista que vivia outra situação de Duplo Emprego: além da função no Jornal do Comércio, também trabalhava como repórter na TVE, televisão pública pertencente ao governo do Estado do Rio Grande do Sul. A partir dela, será possível analisar uma condição distinta: a simultaneidade entre o exercício da profissão em um jornal e em um veículo estatal de comunicação, que obviamente não é uma assessoria, mas pode agir sem compromissos jornalísticos. O terceiro texto selecionado, “Produtor...”, é de autoria de jornalista lotado na editoria de Economia e na assessoria do gabinete de um deputado estadual na Assembleia Legislativa. Mesmo que divulgue as atividades políticas de um parlamentar, sem envolvimento direto com temas econômicos, o profissional analisado está inserido em um partido, o Partido Progressista (PP), com tradição de vínculo com os temas ligados ao setor primário, portanto, uma fatia expressiva da economia gaúcha.

1.1.6.2 Uma tradição centenária

O Correio do Povo possui uma trajetória centenária, marcada por uma história de ascensão e declínio e por trocas de controle. De acordo com Rüdiger (1993, p. 58), o “desenvolvimento do jornalismo moderno no Rio Grande do Sul está diretamente ligado ao nome do jornal Correio do Povo”. A história do periódico pode ser vista por meio de três fases. Se em relação à história do JC as fases estão associadas à evolução editorial e tecnológica do produto jornal, na trajetória do CP as fases guardam relação com o controlador da publicação.

A primeira fase começa em 1895, com a fundação por Caldas Júnior, que tomou um empréstimo, para criar um jornal, sem filiação partidária, uma novidade para a Imprensa do Rio Grande do Sul. A história da modernização do Jornalismo em todo o planeta é também a história de como ele se afasta da luta política partidária e se constitui como um produto elaborado por uma empresa, para um público específico, conforme Traquina (2005) e Rüdiger (1993). O CP cumpriu este papel no Rio Grande do Sul. Caldas Júnior promoveu sucessivos investimentos na sua

companhia, além de adotar práticas jornalísticas modernas e adquirir equipamentos, tecnologicamente, avançados, o que ajudou o “róseo”, como era chamado, a conquistar a hegemonia no Estado, com influência política por décadas, mas sem se envolver no tipo de embate partidário que marcava o Jornalismo na virada do século XIX para o XX e nos primeiros anos do século passado.

O CP cresceu até se tornar o principal jornal diário do Rio Grande do Sul. No início da trajetória, a Caldas Júnior rivalizava com a empresa Diários Associados, de Assis Chateaubriand, editora do Diário de Notícias, um concorrente de peso. A organização empresarial é a marca deste período do Jornalismo do Rio Grande do Sul, com os dois grupos investindo em outras Mídias, principalmente o rádio, e na criação de outros títulos, como detalha Rüdiger (1993). O marco econômico e político é o desenvolvimento industrial do Brasil sob a égide da administração Getúlio Vargas, entre as décadas de 1930 e 1950.

O CP viveu um período de apogeu, sob a administração de Breno Caldas, até chegar aos 95 mil exemplares diários em 1980. Dentro da sua companhia editora, foram adotadas práticas organizacionais, que representaram a entrada da Imprensa gaúcha na modernidade de um novo regime jornalístico. Não cabe aqui detalhar o processo de declínio empresarial da empresa editora do CP, mas vale ressaltar que se trata de um movimento vinculado à consolidação do Grupo RBS e, no caso particular, à concorrência imposta pelo jornal Zero Hora. Rüdiger (1993) mostra que, em 1975, a tiragem do CP era de 60 mil exemplares diários, enquanto a de ZH era de 40 mil. Cinco anos depois, o CP imprimia 95 mil, enquanto ZH encostava nos 90 mil, impulsionada por uma agressiva estratégia empresarial, que apostava na integração com as demais Mídias do grupo.

A primeira fase do jornal termina em 1984, quando a crise financeira se torna mais aguda e o CP interrompe a sua circulação. Voltou dois anos depois, em 1986, com 55 mil assinaturas, em um novo formato, o tabloide no lugar do standard, e um novo controlador, o empresário do setor agrícola e proprietário de imóveis Renato Ribeiro. Ele adquiriu os veículos de comunicação controlados pela família Caldas, incluindo a Rádio Guaíba e a TV Guaíba. De acordo com Acauan (2009), o jornal trocou o modelo jornalístico, substituindo as reportagens pelas notícias curtas, apostando em sinopses, uma “súmula” de notícias, como dizia Renato Ribeiro, e em mais agilidade para cumprir o papel de chegar a uma audiência mais massiva. A

estratégia de mercado estava concentrada na venda de assinaturas por um preço acessível. Em 2006, a tiragem alcançou os 156 mil exemplares, depois de superar os 200 mil na virada dos anos 2000, segundo o Instituto Verificador da Circulação (IVC).

A terceira fase do CP começa em 2007, depois de 21 anos de gestão Renato Ribeiro. O marco desta etapa é a compra por R\$ 100 milhões, pelo Grupo Record, controlado pela Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd). O jornal manteve o mesmo formato de síntese e segue com uma tiragem expressiva³¹. O novo controlador não trocou o comando da redação e promoveu poucas mudanças na estrutura editorial do jornal. Seus profissionais trabalham sem a existência de um manual de ética e conduta, que possa regular eventuais impasses, provocados por algumas distorções, como as alimentadas pela permissão de acumular empregos em assessorias de imprensa.

Neste estudo, a respeito do Duplo Emprego, no Correio do Povo, serão analisadas as notícias “Novo carro GM sai até dezembro”, sobre o lançamento de um novo modelo por uma montadora de caminhões no Rio Grande do Sul, “Dupla argentina no meio”, a respeito da escalação de dois jogadores de futebol em uma partida do Internacional, e “Horas de tensão e agonia”, que trata de um acidente com soterramento em Porto Alegre. Os dois primeiros textos escolhidos são assinados, o que permite identificar com precisão a autoria. O terceiro não é assinado.

No caso da notícia “Novo carro...”, o autor era, na época de seleção das notícias que iriam compor este estudo, repórter de economia do CP e também atuava como jornalista na equipe da Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital do governo do Estado. Exercia atividades de divulgação em uma assessoria tradicional, produzindo relatos a respeito de projetos governamentais, de um lado, e, de outro, escrevia sobre assuntos que têm conexão com ações governamentais, como no caso de investimentos empresariais. Em segundo lugar, a notícia “Dupla...” foi produzida por um jornalista que vivia uma situação de Duplo Emprego condenada pelo Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros: o repórter trabalha na editoria de Esportes do CP

³¹ 149.562 exemplares por dia, ao final de 2012, de acordo com levantamento da Associação Nacional de Jornais (ANJ). Disponível em: <<http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>>. Acesso em 14 dez. 2013.

e, ao mesmo tempo, ocupava a função de assessor de imprensa em uma entidade esportiva, um clube social, em Porto Alegre.

O último texto, “Horas de tensão e agonia”, não assinado, tem como autor um jornalista que cumpria o plantão do jornal e, ao mesmo tempo, assessorava a Secretaria Estadual Segurança Pública, um caso de conflito direto com as normas do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, pois acompanhava os temas de segurança pública no órgão estadual e se concentrava na cobertura de pautas policiais em decorrência do tipo de função que exercia no CP como plantão, quando fatos policiais e trágicos predominam.

1.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A presente dissertação quer compreender aspectos do Duplo Emprego, entendido como uma subcategoria da Mídia, na Imprensa do Rio Grande do Sul, a partir de categorias escolhidas e, posteriormente, aplicadas à análise do Jornal do Comércio e do Correio do Povo. A opção teórica indicou, como categorias *a priori*, a Globalização, para o estudo de Formas Simbólicas, da Cultura e da Ideologia em um veículo representante da Mídia no Estado – todas formuladas por Thompson (2009a e 2009b) –, observando como se comportam a Transparência e a Autonomia, conforme Plaisance (2011), que são dois princípios essenciais à independência da atividade jornalística, entendida como uma Profissão por Soloski (1999) da Mídia, e fundamentais, para uma ação Ética (PLAISANCE, 2011) na comunicação.

1.2.1 Globalização

A categoria Globalização, como proposta por Thompson (2009a e 2009b), serve, com mais frequência, a interpretações a respeito do fluxo internacional de informações. Mas para o estudo do tema do Duplo Emprego, a Globalização abre um caminho teórico para além de análises transnacionais, o qual permite avaliar como a prática jornalística se organiza e se difunde, globalmente, transformada por uma nova lógica de produção da notícia, cuja circulação também é global, em torno de uma rotina profissional padronizada e compartilhada, com regras técnicas, preceitos estéticos e normas de conduta – um modo de fazer jornalístico.

Ao construir uma Teoria Social da Mídia³², Thompson está preocupado em como a comunicação de massa fixa os contornos do que se pode entender por sociedade moderna, cumprindo um roteiro interpretativo interessado em aspectos culturais e ideológicos. Ao explicar os motivos do empreendimento teórico de *Ideologia e Cultura Moderna*, Thompson (2009b, p.7) diz: “Dediquei, por isso, um espaço considerável à natureza e ao desenvolvimento dos meios de comunicação social, que eu considero a característica essencial da cultura moderna e uma dimensão central das sociedades modernas”.

A configuração da Mídia e, dentro dela, da indústria de jornais provocou uma reordenação do espaço e do tempo do mundo moderno, processo que integra o conjunto de transformações que Thompson entende como Globalização, mesmo sem atribuir à expressão um sentido preciso. No entanto, na acepção mais geral, o termo Globalização, para Thompson (2009a, p. 135), está atrelado e se refere “à crescente interconexão entre as diferentes partes do mundo, um processo que deu origem às formas complexas de interação e interdependência”. No campo jornalístico, esta interconexão revela-se – entre outros aspectos de organização do fluxo de informação e da formação da indústria da Mídia –, pela Globalização de práticas profissionais e modelos de atuação profissional e empresarial.

Distintiva do mundo moderno, a Globalização, para Thompson (2009a), surge apenas quando:

(a) as atividades acontecem numa arena que é global ou quase isso (não apenas regional, por exemplo); (b) atividades são organizadas, planejadas ou coordenadas numa escala global; e (c) atividades envolvem algum grau de reciprocidade e interdependência, de modo a permitir que atividades locais situadas em diferentes partes do mundo sejam modeladas umas pelas outras (THOMPSON, 2009a, p. 135).

A questão de uma atividade ser modelada em escala global é a que se apresenta como a característica da Globalização aplicável à compreensão do compartilhamento e da definição de regras de conduta e procedimentos técnicos do

³² O autor executa este empreendimento teórico em duas obras, conforme referência no final deste trabalho. Thompson (2009a) foi inicialmente escrito em 1995 e usou-se nesta dissertação a 11ª edição. A primeira publicada no Brasil foi em 1998. Já Thompson (2009b) é de 1990 e recorreu-se a 8ª edição, sendo que o lançamento, no Brasil, ocorreu em 2000. Houve, portanto, no caso brasileiro, uma inversão de publicação da ordem de produção do pensador.

fazer jornalístico, que interessam à análise do Duplo Emprego. Ou seja, parte-se da evidência de que existe uma Globalização da técnica e das normas de conduta – entre as quais o combate aos conflitos de interesses e o dever de Autonomia e Transparência –, vinculadas à profissionalização da atividade de Imprensa e da indústria da Mídia, cujo desenvolvimento, para Thompson (2009a, p. 73), é marcado por três principais tendências: “(1) transformação das instituições da Mídia em interesses comerciais de grande escala; (2) a Globalização da comunicação; e (3) o desenvolvimento de formas de comunicação mediada”.

O desenvolvimento da indústria da Mídia nos séculos XIX e XX – período dentro do qual, portanto, a Globalização se manifesta como uma tendência – foi possível graças à melhoria nos métodos de produção e distribuição dos produtos de comunicação. Também foram fundamentais as evoluções na formação do público (com a alfabetização), nas condições de operação das empresas (como a abolição de impostos, por exemplo), na divisão do trabalho e na conformação de papéis, definidos no interior da estrutura da empresa de notícias e do ambiente de circulação da informação. Esta revolução operacional e gerencial não foi diferente da verificada em outros espaços de produção de mercadorias, dentro de empresas capitalistas. São as marcas características da racionalização e da padronização produtivas, intrínsecas à expansão capitalista.

Ao listar inovações técnicas constituintes deste processo de alargamento de mercado das empresas de comunicação, Thompson (2009b, p. 235) diz que elas foram “cruciais para o aumento dramático da capacidade reprodutiva da indústria jornalística”. Tal crescimento teve impacto no conteúdo e no estilo dos jornais:

A rápida expansão na circulação foi acompanhada por mudanças significativas na natureza e conteúdo dos jornais. Enquanto que os primeiros jornais dos séculos XVII e XVIII procuravam atingir primariamente um setor restrito da população, relativamente rico e bem educado, a indústria jornalística dos séculos XIX e XX foi se dirigindo sempre para um público maior (THOMPSON, 2009b, p. 236).

Este novo público fixou as bases de um “novo jornalismo”. Thompson usa o termo entre aspas e mais próximo de um conceito de Jornalismo popular, e não do estilo que seria consagrado pela Imprensa dos EUA, com os ares do literário e o rótulo de *new journalism* na década de 1960. Um formato com estilo mais leve, vivo e

provocante, essencial para cativar novas e crescentes audiências. Esta relação renovada com o público estabeleceu um elo entre a circulação de massa dos jornais e a publicidade, daí decorrendo uma nova base econômica de sustentação das empresas jornalísticas. Tal modelo tornou-se global e alicerçou-se na relação entre empresa e público, fixada em torno de parâmetros como os de integridade e credibilidade, até mesmo para que a companhia atinja os seus objetivos comerciais. No cenário deste estudo, o parâmetro da credibilidade é relevante.

A interconexão de que fala Thompson (2009a e 2009b) não apenas integra mercados, mas, também, modela práticas ao redor do planeta, quer dizer, compartilha formas de fazer, incluindo a jornalística. A categoria Globalização será usada na análise do Duplo Emprego na Imprensa do Rio Grande do Sul, para interpretar a organização empresarial dos jornais que toleram o desempenho de duas atividades profissionais simultâneas e conflitantes, concentrando o esforço sobre as transformações na atividade jornalística e em quais procedimentos profissionais e de conduta foram absorvidos.

1.2.2 Mídia

A categoria Mídia, conforme fixada por Thompson (2009a), será usada, para analisar o meio técnico jornal, entendido como um dos meios de comunicação de massa, e os seus mecanismos de circulação de Formas Simbólicas. Para o autor, “a produção, o armazenamento e a circulação de informação e conteúdo simbólico têm sido aspectos centrais da vida social” (p. 19). Ou seja, entender o mundo moderno é compreender como os meios técnicos – a comunicação de massa, a Mídia – produzem as Formas Simbólicas, que entram em interação mediada com as audiências. Neste sentido, o papel dos meios técnicos é central e cultural, na medida em que proporcionam aos seres humanos fabricar “teias de significação para si mesmos”, na formulação que Thompson toma emprestado de Clifford Geertz³³.

Mídia, comunicação mediada ou comunicação de massa são fenômenos com características históricas definidas, resultantes do desenvolvimento de instituições, entre elas o jornal, que abriram perspectivas de interação social e cultural. São instituições que procuram

³³ Ideia formulada em GEERTZ, Clifford. **A interpretação da cultura**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1989.

explorar novas oportunidades para reunir e registrar informações, para produzir e reproduzir formas simbólicas e para transmitir informação e conteúdo simbólico para uma pluralidade de destinatários em troca de algum tipo de remuneração financeira (THOMPSON, 2009a, p. 32).

No conceito mais preciso, proposto pelo autor, a Mídia (a comunicação de massa) é a “produção institucionalizada e difusão generalizada de bens simbólicos através da fixação e transmissão de informação ou conteúdo simbólico” (THOMPSON, 2009a, p. 32). Cinco características emergem desta definição, que, em conjunto e não singularmente, configuram a moderna comunicação de massa:

- a. os meios técnicos e institucionais de produção e difusão;
- b. a mercantilização das Formas Simbólicas;
- c. a dissociação estruturada entre a produção e a recepção;
- d. o prolongamento da disponibilidade dos produtos da Mídia no tempo e no espaço; e
- e. a circulação pública das Formas Simbólicas mediadas.

Os meios técnicos, entre eles o jornal, objeto deste estudo, são, portanto, um elemento orgânico da Mídia (da comunicação de massa) e, em consequência, entender seus mecanismos de funcionamento ajuda a compreender o papel que a Mídia desempenha nas sociedades modernas. Quatro atributos, para Thompson, caracterizam os meios técnicos: (a) a capacidade de fixar Formas Simbólicas em um substrato, (b) o potencial de reprodutibilidade, (c) o distanciamento espaço-temporal e a (d) existência de tipos de habilidades, competências e formas de conhecimento específicas, a partir dos quais se dá a produção e o consumo de Formas Simbólicas.

Esta quarta característica/atributo é a que mais interessa a esta dissertação, ainda que, ao tratar de habilidades, competências e formas de conhecimento, Thompson esteja mais preocupado em compreender o processo de codificação e decodificação de bens simbólicos. Isso porque este aspecto característico dos meios técnicos permite enxergar como o processo de formação e atuação do profissional de Jornalismo, com suas habilidades, competências e formas de conhecimento, mistura-se à lógica de funcionamento da Mídia e ao fenômeno de produção de significados do mundo moderno. É o espaço para entender como as especificidades e os

condicionamentos do fazer jornalístico integram-se à engrenagem de produção de significações, afetando-a.

Trata-se de um recurso para especular sobre algumas condicionantes do polo de produção de bens simbólicos, como as reportagens assinadas por jornalistas que, ao mesmo tempo, trabalham em empresas jornalísticas e também dão expediente em assessorias de imprensa ou comunicação. Usar os meios técnicos, como fazem os duplos empregados, pressupõe um processo de codificação,

isto é, implica o uso de um conjunto de regras e procedimentos de codificação e decodificação da informação ou do conteúdo simbólico. Os indivíduos que empregam um meio devem conhecer, até certo ponto, as regras e os procedimentos. O domínio destas regras e procedimentos não exige necessariamente a capacidade de os formular de modo claro e explícito; apenas a habilidade de usá-los na prática, saber como continuar, diria Wittgenstein (THOMPSON, 2009a, p. 29).

Além deste conjunto de procedimentos técnicos, o jornalista, também, vale-se de formas de conhecimento e suposições de fundo, que são colocadas na cena da significação – em um certo sentido, os recursos culturais, colocados a serviço da formação do sentido, por meio dos bens simbólicos que produz. Tais componentes são fundamentais ao empreendimento de uma análise sócio-histórica das condições de produção da notícia, nos termos previstos pelo autor.

A categoria Mídia, portanto, será usada, neste estudo, para entender a especificidade do meio técnico jornal e de que forma o fato de um jornalista exercer simultaneamente a atividade de assessor de imprensa e de profissional em uma redação embaralha o uso de regras e procedimentos que deveriam ser próprios e exclusivos de cada uma das atividades. Para Thompson (2009a), o desenvolvimento da Mídia é traço constituinte do mundo moderno. Seu processo de amadurecimento e sua forma de atuação refletem-se no processo de significação, na Cultura e no campo da Ideologia, daí a importância de usá-la na compreensão do fenômeno.

1.2.2.1 Profissão

Dentro da categoria Mídia, será analisada a subcategoria Profissão, da forma como ela é entendida por Soloski (1999). Antes, vale dizer que o Jornalismo ser ou não uma Profissão é tema envolto em alguma discussão, sistematizada em Traquina (2005), visto na seção 1.1.1. De uma forma geral, são debates e esforços de

classificação empreendidos pela Sociologia das Profissões, em torno das ideias de organização da ocupação, sentimento de pertencer a uma comunidade de trabalho, compartilhamento de práticas, saberes coletivos, responsabilidades éticas, ação em nome do interesse público e Cultura profissional, entre outros aspectos.

Todos estes atributos incidem sobre a conduta ética, técnica e estética do jornalista, em alguma medida, ou seja, distinguem e caracterizam a atividade como uma Profissão. Soloski (1999, p. 92) propõe que o “profissionalismo é um método eficiente e econômico através do qual as organizações jornalísticas controlam o comportamento de repórteres e editores”. Estas normas profissionais se somam à política editorial da empresa jornalística, com o objetivo de controlar o comportamento discricionário dos jornalistas. Quando regras profissionais são permissivas ou quando o empregador não adota restrições ou controles por meio de uma política editorial, estão abertos os caminhos ao aparecimento de distorções, como as provocadas pelo Duplo Emprego.

Soloski (1999) entende que, para uma Profissão existir, ela deve exercer o controle sobre a base cognitiva da atividade ou ocupação. Para fazer isso, uma Profissão exige:

1. que um conjunto de conhecimentos esotéricos e suficientemente estáveis relativamente à tarefa profissional seja ministrado por todos os profissionais.
2. que o público aceite os profissionais como sendo os únicos capazes de fornecer os serviços profissionais (SOLOSKI, 1999, p. 93).

A chave, então, é enxergar o profissionalismo, como uma ferramenta de controle sobre a atividade, seja porque “estabelece padrões e normas de comportamento” (p. 97) ou porque “determina o sistema de recompensa profissional” (p. 95), por meio de um mecanismo oferecido pela empresa empregadora. O comportamento dos jornalistas, para Soloski (1999), está enraizado nas normas partilhadas. São elas, segundo o autor, que dão a base para a standardização cognitiva, essencial à própria configuração do Jornalismo como uma Profissão. Se o profissionalismo cumprisse o seu papel, deveria até mesmo aliviar a empresa de compromissos com a aplicação de regramentos ou censuras.

Com base no observado na Imprensa norte-americana, Soloski (1999) afirma que a norma profissional mais importante é a objetividade. E é legítimo aceitar que o

processo de Globalização da indústria da Mídia tenha espalhado esta tradição pelo planeta, criando o modelo anglo-saxão de Érik Neveu, que age focado na centralidade do factual, com predominância do discurso da objetividade, “construída em torno de uma desejada reconstituição dos fatos, separando informação e comentário” (NEVEU, 2006, p. 23). A influência da Imprensa dos EUA nas práticas da brasileira é notória, vale dizer, e seu reconhecimento perpassa esta dissertação.

Não cabe, neste estudo, uma avaliação sobre os contornos da noção de objetividade, nem sobre os seus limites como prática profissional. Mas ela é essencial à noção de Profissão de Soloski (1999), como o primeiro aspecto do profissionalismo, a partir do qual derivam três movimentos, fundamentais, para analisar o Duplo Emprego e como ele mistura algumas certezas, que deveriam garantir lisura e credibilidade à relação entre produtor de notícias e leitor. Os três movimentos necessários à objetividade são denominados pelo autor como *news judgement*, seleção de fontes e *news beats*.

Para Soloski (1999), a objetividade não reside nos acontecimentos, mas no comportamento dos jornalistas³⁴. As normas de atuação e a transparência dos papéis aproximam o relato noticioso de atributos como o equilíbrio e a imparcialidade. O *news judgements* são as avaliações, a partir de uma estrutura de referência para a atuação jornalística e da noticiabilidade, que selecionam os acontecimentos que serão notícia, dentro, é claro, das normas predominantes no profissionalismo jornalístico. A seleção de fontes é a escolha sobre quem consultar para compor uma notícia, dentro do mesmo universo de normas compartilhadas. E os *news beats*, as rotinas de cobertura, fixadas pela empresa jornalística, quer dizer, as áreas a serem cobertas, determinadas a partir de limitações operacionais e econômicas.

Traquina (2005) concorda com a posição a respeito do papel fundamental cumprido pela objetividade, ainda que ela possa se constituir em um mito de atuação profissional. Para ele, “a objetividade é útil aos jornalistas. A objetividade traça os métodos que o jornalista deve seguir. Forçado pela exigência de rapidez, o jornalista precisa de métodos que possam ser aplicados fácil e rapidamente” (2005, p. 141).

³⁴ Formulação trabalhada em Soloski (1999), a partir de uma ideia desenvolvida na obra *Newsmaking*, de Bernard Roshco, de 1975, autor que trabalha o tema da objetividade na produção da notícia.

A questão que será colocada à análise neste estudo, então, é em que medida o Duplo Emprego incide sobre a Profissão e impede que ela cumpra o seu papel de organizadora de práticas jornalísticas objetivas, imparciais e equilibradas, pois o Duplo Emprego, evidentemente, sombreia aspectos de *news judgement*, seleção de fontes e *news beats*, com os quais o profissionalismo executa a sua função no interior da indústria da Mídia e, por consequência, na produção de conteúdo nas sociedades modernas. Lança dúvidas sobre a independência dos julgamentos, os critérios de seleção de fontes e as escolhas de cobertura.

1.2.2.2 Duplo Emprego

De que Duplo Emprego, afinal, está-se falando? Há várias formas de acumular empregos no mercado de trabalho da informação na Mídia. O jornalista pode trabalhar em dois veículos de mesma plataforma de Mídia e concorrentes (em dois jornais, por exemplo, uma anomalia rara, mas ainda encontrada na Imprensa brasileira), em dois veículos de plataformas diferentes de um mesmo grupo empresarial (muito comum no horizonte multimídia do mercado jornalístico do Rio Grande do Sul, sobretudo em veículos do Grupo RBS), em dois veículos de plataformas diferentes de grupos empresariais distintos (como em uma rádio vinculada a uma empresa e em um jornal de outra) ou até mesmo em outro ramo de atividade (há jornalistas que, por exemplo, são donos de loja de roupas).

Em cada um destes pares de emprego, há conflitos de interesses específicos e constrangimentos éticos, ou técnicos, que incidem, de forma sutil ou explícita, mais ou menos, no produto jornalístico final entregue ao público. Este estudo concentra-se em um tipo específico de situação: quando jornalistas são, ao mesmo tempo, repórteres ou editores de jornais impressos e assessores de imprensa (ou empregados) de organizações públicas ou privadas. De maneira complementar, vai-se estudar o caso de conciliação de jornada entre redação e empresa pública de comunicação.

eticamente condenável, segundo Karam e Schmitz (2010), a prática do Duplo Emprego é proibida por algumas organizações jornalísticas, como se viu anteriormente, neste estudo. Expressa-se em manuais de conduta por meio da exigência de exclusividade. O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (FENAJ, 2007b) autoriza a prática de acumular empregos, mas é explícito ao fazer uma

ressalva que se encaixa à problemática proposta, na medida em que recomenda um cuidado individual ligado à ideia de conflito de interesses.

Ou seja, o regramento máximo de conduta do Jornalismo brasileiro veda ao jornalista, apenas, fazer uma cobertura ligada a interesses das instituições para a qual também trabalhe. O Código não impede o acúmulo de emprego, apenas impõe um cuidado, o que acaba gerando um problema, real ou potencial, na medida em que misturar as atividades depende, exclusivamente, de uma decisão ética individual do profissional de imprensa ou do controle da empresa, pois não há uma proibição original e essencial, que valha para toda a categoria profissional, com a correspondente fiscalização.

Como exercício para mapear o potencial impacto ético, é possível elencar pelo menos cinco desvios, provocados pelo Duplo Emprego na relação assessorado-jornaleitor. Cada um deles pode representar um vetor de distorção no processo de produção da notícia, ou como se refere Schröder (2013), produzir um “tráfico de informação”:

(a) Na medida em que o *assessoralista*³⁵ transporta diretamente notícias para o jornal, utilizando o acesso privilegiado ao produto, para divulgar informações do assessorado, independentemente de as notícias serem relevantes para o leitor, ou seja, desprezando os critérios de noticiabilidade, o *news judgement* de Soloski (1999);

(b) Quando o jornal recorre ao acesso privilegiado do *assessoralista* para obter informações das organizações assessoradas por ele de maneira especial e exclusiva, falseando ao leitor o atributo jornalístico do furo ou da exclusividade;

(c) Quando os demais profissionais da redação se deixam influenciar pela presença do *assessoralista*, condicionando os seus critérios de seleção de notícias em função da presença do colega que possui um emprego em outra instituição ou empresa;

³⁵ Neologismo usado neste estudo apenas para denominar, de maneira mais direta e simples, o profissional de imprensa que exerce, ao mesmo tempo, a função de jornalista em assessoria de imprensa e de jornalista repórter ou editor na redação de um veículo de comunicação. Tem apenas função designativa, não resulta de julgamento sobre o exercício simultâneo das duas atividades.

(d) Quando as organizações públicas ou privadas contratam propositalmente jornalistas de redação para assessorá-los, com o objetivo de ter um acesso privilegiado ao produto jornalístico;

(e) Quando o *assessoralista* se vale do cargo na redação para conseguir o segundo emprego em uma organização que passa a divulgar.

Assim, é fundamental que se analise o processo com que estas situações se imiscuem à produção do jornal e afetam as rotinas produtivas, descaracterizando a relação de confiança com o público leitor, em função do choque de compromissos. Ainda que as cinco situações não se confirmem na prática, não interfiram diretamente no produto, na forma de uma incidência direta ou de um tráfico de informação, elas lançam uma desconfiança no ar, o que ameaça a credibilidade.

A noção de Duplo Emprego, adotada neste estudo, está subsidiada pela ideia de conflito de interesses de Plaisance (2011), independentemente de se manifestar uma das situações acima. Os conflitos de interesses ferem a Autonomia da atividade profissional, como se verá adiante. Na concepção do autor, em nome de um agir ético, a indústria da Mídia exige que os seus jornalistas atuem com regras explícitas em relação a conflitos de interesses, “muitas das quais exigem que se revelem qualquer tipo de envolvimento comercial, financeiro e pessoal que possam ter com pessoas ou grupos da comunidade” (PLAISANCE, 2011, p. 193). O Duplo Emprego está inserido neste conflito, apontado pelo autor, embora não seja o único a ameaçar o agir ético responsável.

A mesma ideia sobre Duplo Emprego encontra resguardo na visão de Grevisse (2002) a respeito de conflito de interesses, que ele busca do Código de Ética Profissional para os Jornalistas de Quebec. A definição que o manual aplica ajuda a entender a caracterização para o duplo vínculo, que é feita neste estudo:

Há conflito de interesses quando os jornalistas, por diversos contratos, favores e comprometimentos pessoais, servem ou podem parecer servir interesses particulares, seus ou de outros indivíduos, grupos, sindicatos, empresas, partidos políticos etc., mais do que os de seu público (GREVISSE, 2002, p. 101).

Grevisse (2002) classifica a definição canadense como a mais completa e concreta, a respeito de conflito de interesses. Nela se encontram noções pertinentes.

Primeiro, ao identificar que existe conflito quando o jornalista estabelece (a) contratos, (b) favores e (c) comprometimentos pessoais. Em segundo lugar, a ideia de que estes desvios “servem ou podem parecer servir”, o que subsidia o entendimento de que os choques de interesses podem ser reais ou aparentes. Por fim, o deslocamento de interesses: no lugar de agir pelo impulso do interesse do seu público, atuar em nome dos interesses particulares ou de terceiros (grupos, sindicatos, empresas e partidos políticos).

Em um capítulo em que trata exclusivamente do tema do conflito de interesses, Mayer (1989) menciona o fato de um grupo relevante de códigos de Ética prever a necessidade de se evitar o conflito de interesses e a aparência do conflito de interesses, mas enxerga nesta normatização um problema “bastante sutil” (p. 102), pois os casos nem sempre são límpidos, principalmente aqueles que não envolvem trânsito de dinheiro (suborno, benefícios financeiros diretos etc.). Um dos obstáculos que o autor detecta é o de que a aparência depende da percepção, e percepções mudam de pessoa para pessoa, refletem doses de subjetivismo, o que complica a reflexão ética.

Mayer (1989) chama de fundamentalistas os códigos de Ética que chegam a normatizar, proibir, a aparência de conflito de interesses, defendendo que “o começo da sabedoria ética no negócio jornalístico, e talvez em todas as outras partes também, é aceitar certa quantidade de ambiguidade” (p. 114). Ele fala sobre a realidade norte-americana, sobretudo, fortemente codificada, jornalisticamente falando, em torno da pureza de princípios éticos, defendendo que o conflito de interesses aparente não pode ser visto de uma maneira absoluta, pois dependeria de vários fatores, além da percepção da aparência (subjetiva), como a posição do repórter (de antagonismo ou afinidade) diante da fonte, a popularidade do assunto, o grau de credibilidade dos jornais, entre outros. Para contornar o impasse, faz uma distinção.

O que confunde muitos jornalistas quando discutem problemas de conflitos de interesses é que não percebem que o estão discutindo em dois níveis: o nível ético, no qual precisam satisfazer a si mesmos, e o nível dos negócios, no qual precisam satisfazer uma audiência que tem suas próprias preocupações. No nível puramente ético, as alianças formais de uma pessoa, seus parentescos e ligações fraternas ou de negócios não importam tanto quando essas conexões afetam seu trabalho (MAYER, 1989, p. 120).

Transpondo a problematização de Mayer (1989), a respeito do conflito de interesses aparente, para a realidade brasileira do Duplo Emprego, deve-se, antes, lembrar que haveria um conflito de interesses real, flagrante, límpido, representado pelo papel duplo do jornalista com dois vínculos simultâneos de trabalho. No entanto, a aparência e a percepção do conflito restam prejudicadas, pois o desvio foi absorvido e autorizado pelo Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (FENAJ, 2007b). Ainda que encontre respaldo no nível ético – o horizonte autorizado por Fenaj (2009b) –, no nível do negócio, da relação com a audiência, há uma ameaça à credibilidade, que deveria sustentar todo o negócio jornalístico.

1.2.3 Cultura

A terceira e a quarta categorias deste estudo estão imbricadas, Cultura e Formas Simbólicas, como pensadas por Thompson (2009b). O conceito de Cultura tem uma longa trajetória nas ciências sociais, com variadas acepções, da clássica (ligada à ideia de civilização e crescimento intelectual) à antropológica, da qual derivam uma noção descritiva (como coleção de valores, crenças e costumes) e outra simbólica, que se interessa pela interpretação dos fenômenos simbólicos. Thompson (2009b) vai além destes conceitos e retém para si a concepção estrutural de Cultura, na qual são fundamentais duas características, a constituição significativa e a contextualização social, pois:

os fenômenos culturais podem ser entendidos como formas simbólicas em contextos estruturados; e a análise cultural pode ser pensada como o estudo da constituição significativa e da contextualização social das formas simbólicas (THOMPSON, 2009b, p. 166).

Estas análises estruturais da Cultura são, portanto, compostas pelo

estudo das formas simbólicas – isto é, ações, objetos e expressões significativas de vários tipos – em relação a contextos e processos historicamente específicos e socialmente estruturados dentro dos quais, e por meio dos quais, essas formas simbólicas são produzidas, transmitidas e recebidas (THOMPSON, 2009b, p. 181).

Neste sentido, a visão estrutural da Cultura ajuda a entender os fenômenos de desenvolvimento da comunicação de massa e da indústria da Mídia, pois se trata, para o autor, de uma concepção que dá ênfase, simultaneamente, ao caráter simbólico dos fenômenos culturais e ao fato de eles estarem inseridos em contextos

sociais estruturados de produção. Tais contextos remodelaram-se e recombinaaram-se ao longo do processo histórico de desenvolvimento da Mídia.

Estes contextos nos quais se dá a significação, estruturada das Formas Simbólicas, são mutáveis, quer dizer, evoluíram em vários aspectos da chamada comunicação de massa, incluindo os de natureza sócio-histórica. A Cultura, ou a análise cultural estrutural de Thompson, permite debruçar-se sobre os fenômenos em que ocorrem as trocas simbólicas, sempre estruturadas de maneiras distintas, como o próprio autor reconhece, que podem

ser caracterizados, por exemplo, por relações assimétricas de poder, por acesso diferenciado a recursos e oportunidades e por mecanismos institucionalizados de produção, transmissão e recepção de formas simbólicas. (THOMPSON, 2009b, p. 181).

Quando especula sobre os limites de uma visão eminentemente simbólica da Cultura, Thompson agrega um aspecto que vale reter para os objetivos deste estudo. O autor britânico entende que a atribuição de valor à elucidação de regras, planos ou programas, que governam o comportamento humano, pode ser útil na captura de padrões de significação, mas há outros elementos a levar em consideração, como (a) regulamentos, (b) rotinas, (c) relações de Poder e (d) tendências sociais (THOMPSON, 2009b). Estes quatro fatores entram em cena, quando se analisam as condições de produção da notícia, no momento em que se pretende entender as normas de conduta jornalística e os padrões de decisão em uma redação.

Neste estudo sobre o Duplo Emprego na Imprensa, do Rio Grande do Sul, a categoria Cultura vai permitir a interpretação das Formas Simbólicas, por meio da análise de contextos de produção e de processos socialmente estruturados pelas condições de configuração do mercado jornalístico e de operação das empresas de comunicação. Ambos são essenciais, na visão de Thompson (2009b), ao cenário da significação, dentro do qual se manifestam relações de Poder e conflito. No caso do objeto de estudo, servirá para analisar se os textos – portanto, as Formas Simbólicas –, produzidos pelos *assessoralistas* são culturalmente demarcados em seus contextos de produção.

Se este caminho traçado no parágrafo anterior estiver aberto, os textos do objeto de estudo, ainda que produzidos a partir de alguma dose de mascaramento,

disfarce, dissimulação ou ocultação da condição do acúmulo de funções contraditórias, ensejam uma análise cultural, que interpreta o fenômeno do Duplo Emprego como um traço constitutivo do desenvolvimento da Mídia no Rio Grande do Sul, embora possa representar uma distorção ética, a partir do vacilo normativo quanto ao Duplo Emprego. Assim, será possível abrir o caminho da interpretação sobre as repercussões ideológicas, portanto, das assimetrias de Poder, que estariam tensionando a relação jornalista-leitor.

1.2.4 Formas Simbólicas

As Formas Simbólicas, para Thompson (2009b), são expressões simbólico-culturais. No caso deste estudo, os textos, produzidos por jornalistas em situação de Duplo Emprego para o público leitor dos jornais que toleram o acúmulo simultâneo de funções. Tais formações discursivas são empregadas em contextos sociais estruturados e ganham significado no campo da Cultura. São as Formas Simbólicas que acionam a Ideologia em favor, ou não, de assimetrias de Poder, que resultam em relações de dominação.

Thompson (2009b) elenca cinco características fundamentais das Formas Simbólicas, lembrando que cada uma delas pode aparecer de maneira distinta de uma para outra. São elas: intencional, convencional, estrutural, referencial e contextual. Com tais características, o autor pretende distinguir alguns aspectos pelos quais as Formas Simbólicas podem ser encaradas como fenômenos significativos, por meio dos quais será possível, no momento oportuno da análise, atingir a interpretação. A seguir, uma síntese de cada uma delas:

(a) Intencional: porque as Formas Simbólicas são produzidas por um sujeito com objetivos e propósitos, em direção a um sujeito que também precisa receber a mensagem como algo a ser entendido, sendo que o significado não está dado previamente por aquilo que o emissor (produtor da notícia) tenciona ou quer dizer.

(b) Convencional: o processo de produção e recepção (de notícias) ocorre dentro de um pacote de regras e códigos. Não há significação ou interpretação fora das convenções, mesmo que elas não sejam conscientes.

(c) Estrutural: as Formas Simbólicas podem se analisadas em termos de uma estrutura, que articula elementos, e em seus aspectos sistêmicos, embora o autor

britânico considere que uma análise mais precisa da significação não possa se restringir às inter-relações estruturais ou sistêmicas.

(d) Referencial: o ponto de contato da Forma Simbólica com o mundo real, com o referencial externo, com a representação de algo.

(e) Contextual: as Formas Simbólicas estão sempre inseridas em contextos sócio-históricos específicos, a partir dos “quais elas são produzidas, transmitidas e recebidas” (THOMPSON, 2009b, p. 192).

O aspecto contextual encaixa-se com pertinência na análise, que se pretende empreender neste estudo sobre o Duplo Emprego. Isso porque, na visão de Thompson, é o aspecto atrelado à noção de contexto social estruturado da Cultura e, ainda, em decorrência do fato de tornar mais evidente a característica de as Formas Simbólicas serem produzidas por agentes, que estão situados em contextos sócio-históricos específicos, dotados de variados recursos e capacidades, passando por processos de valorização. Neste sentido, as Formas Simbólicas “podem carregar os traços, de diferentes maneiras, das condições sociais de sua produção” (THOMPSON, 2009b, p. 193).

Estes contextos envolvem circunstâncias espaço-temporais, mas não apenas este tipo de variável. Dentro deles, formam-se campos de interação, e aqui Thompson recorre ao conceito de campo de Pierre Bourdieu, na amplitude que convém à sua argumentação teórica. Dentro do campo de interação, os atores simbólicos (jornalistas e leitores) movem-se com trajetórias permeadas por diversos níveis de recursos ou capitais. Por isso, Thompson (2009b) destaca a existência de um capital econômico (material e financeiro), de um capital cultural (conhecimento e habilidades) e de um capital simbólico (mérito, prestígio e reconhecimento), que são colocados em interação no momento da significação, a serviço do que chama de objetivos particulares.

Na análise das interações simbólicas, produzidas por jornalistas em Duplo Emprego, o valor-capital do prestígio, ligado a uma ideia de confiança e credibilidade, pode estar ameaçado, ainda que a distorção ocupacional não seja explícita (ao contrário, seja disfarçada ou mascarada, como no caso brasileiro, no mínimo tolerada pela categoria, de acordo com a deontologia) no contexto da produção de significado. A relação entre leitor e jornalista está eivada por uma marca de confiança (BUCCI,

2000), ancorada na credibilidade, na Autonomia e na Transparência do profissional de imprensa, que resta prejudicada pela simultaneidade de funções.

O aspecto intencional, também, precisa ser analisado com maior acuidade, na medida em que a significação não se estabelece apenas em torno das intenções do emissor, do jornalista, produtor de Formas Simbólicas, como assegura Thompson (2009b). O desejo do que se quer dizer pode não ficar evidenciado na expressão simbólica, mas no caso do Duplo Emprego, pensar sobre objetivos e estratégias iniciais do produtor de notícia é fundamental para compreender os danos provocados por eventuais disfarces de intenção.

1.2.5 Ideologia

O impacto pelo aspecto de as Formas Simbólicas carregarem as marcas de suas condições de produção materializa-se na categoria Ideologia, fundamental no esquema interpretativo de Thompson. A Ideologia é o teatro onde as Formas Simbólicas interpretam os seus papéis no jogo do Poder, que também é posto em movimento pela indústria da Mídia, como uma característica das sociedades modernas. Para ele, o estudo da Ideologia,

é um estudo dos modos pelos quais o significado mobilizado pelas Formas Simbólicas serve, em circunstâncias específicas, para estabelecer, manter e reproduzir relações sociais que são, sistematicamente, assimétricas em termos de poder. (THOMPSON, 2009b, p. 203).

A Ideologia, para este estudo, refere-se às maneiras como o sentido mobiliza relações de dominação, que aparecem, sempre, quando há assimetria de Poder dentro dos contextos de produção de significados. A Ideologia, portanto, não é um fato automático da vida social. A dominação é fenômeno de relação, de grupos ou indivíduos, que sistematicamente se sobrepõem a outros em função de uma permanente capacidade diferenciada de agir, comunicar, deliberar ou atingir os seus objetivos (THOMPSON, 2009b).

São três os tópicos que o autor destaca, quando firma o seu conceito de Ideologia: (a) a noção de sentido, (b) o conceito de dominação e (c) as “maneiras como o sentido pode servir para estabelecer e sustentar relações de dominação” (THOMPSON, 2009b, p. 79). O sentido das Formas Simbólicas transparece nos contextos de interação entre o emissor e a recepção, no caso em análise, entre o

jornalista duplamente empregado e o leitor do jornal. Como o autor diz, a própria localização social das pessoas e as suas qualificações conferem algum tipo de Poder, porque agregam elementos ao processo de formação do sentido, o que permite perceber a relevância da questão de o *assessoralista* omitir a condição de Duplo Emprego, pois ela é a sua qualificação, o local social de onde fala ao leitor no contexto social da emissão-recepção.

Tais propósitos da Ideologia são atingidos por intermédio de recursos, que Thompson (2009b) denomina de Estratégias da Ideologia. São elas que definem o percurso por meio do qual a Ideologia vai sustentar relações particulares de dominação, ou seja, as assimetrias de Poder. Nesta análise sobre o Duplo Emprego no Rio Grande do Sul, este mecanismo de operação será usado, também, como uma técnica de pesquisa, para realizar a análise formal-discursiva essencial à Hermenêutica de Profundidade, proposta pelo autor.

No conceito reformulado de Ideologia por Thompson (2009b), é importante avaliar em que medida os sentidos das Formas Simbólicas estabelecem e mantêm relações de dominação e de Poder, entendido como a “capacidade conferida a eles (às pessoas) socialmente e institucionalmente, que dá poder a alguns indivíduos para tomar decisões, conseguir seus objetivos e realizar seus interesses” (THOMPSON, 2009b, p. 79). A Ideologia opera a partir de alguns modos, que são estratégias específicas de construção simbólica.

São cinco os modos de operação da Ideologia, de acordo com Thompson (2009b): legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. Cada um destes modos exige uma estratégia típica de construção simbólica, para atingir os seus objetivos, que serão descritos brevemente a seguir.

A legitimação, por exemplo, é o modo que usa a construção simbólica, para justificar uma relação de dominação, a partir de argumentos que a representem como legítima. Para tanto, usa como estratégia a racionalização (apresentação de argumentos racionais), a universalização (quando acordos que interessam a alguns indivíduos são apresentados como se interessassem a todos) e narrativização (quando as exigências de legitimação são atingidas, por meio de histórias embasadas em uma tradição da qual não se pode escapar).

Um segundo modo de operação da Ideologia é a dissimulação, em que as relações de dominação são sustentadas pelo “fato de serem ocultadas, negadas ou obscurecidas” (THOMPSON, 2009b, p. 83), ou porque desvia a atenção e mascara evidências – em outras palavras, porque disfarça e sonega, o que se constitui em um elemento importante, quando se analisa o comportamento dos jornalistas em Duplo Emprego de ocultar a condição de acúmulo de vínculos.

São estratégias de dissimulação o deslocamento (quando um termo usado para se referir a algo, pessoa ou objeto, é transferido), a eufemização (quando ações, instituições e relações sociais são descritas apenas a partir de suas características positivas) e o tropo (o uso figurativo da linguagem, por sinédoque, metonímia ou metáfora). Thompson (2009b) diz que a dissimulação pode ser acionada por uma variedade de diferentes estratégias.

O terceiro modo de operação é a unificação, que trabalha a partir da junção, no nível da Forma Simbólica, de uma unidade que liga os indivíduos a uma identidade coletiva, valendo-se, para isso, da padronização (um padrão aceito e partilhável de Forma Simbólica) e da simbolização da unidade (com a construção de símbolos de unidade coletiva).

Por meio da fragmentação, a operação é inversa: aposta-se na manutenção da relação de dominação por meio da divisão de grupos, recorrendo às estratégias da diferenciação (valorização da diferença e divisões entre pessoas e grupos) e do expurgo do outro (a construção de um inimigo). Um quinto modo de operação é a reificação, por meio da qual uma situação transitória é retratada como se fosse inevitável e permanente, por meio da nominalização (quando ações são transformadas em nomes) e da passivização (colocação dos verbos na voz passiva), ambos procedimentos que retiram autoria da ação.

Estas são algumas das maneiras como o sentido pode ser acionado, para criar, manter ou estimular relações de dominação. Mesmo que tenha montado uma tipologia, Thompson (2009b) não acredita que tais modos e estratégias sejam os únicos capazes de permitir uma análise sobre as formas como a Ideologia opera. Também, destaca que as estratégias listadas não são as únicas, que estão associadas a cada um dos modos de operação, ao mesmo tempo em que admite que as estratégias podem servir a mais de um modo, em circunstâncias específicas. Há um

entrecruzamento entre modos e estratégias. Como alerta Thompson (2009b, p.82), “ao mencionar várias estratégias, meu objetivo é exemplificar, e não apresentar uma categorização exaustiva e exclusiva”. Nenhuma é intrinsecamente ideológica, mas se torna ideológica se e quando mobiliza sentidos em contextos específicos, que envolvem relações de dominação. Esclarecendo:

O exame das estratégias típicas de construção simbólica pode alertar-nos para algumas maneiras como o sentido pode ser mobilizado no mundo social e como pode delimitar um raio de possibilidades para operação da ideologia; mas não pode tomar o lugar de uma análise cuidadosa das maneiras como as formas simbólicas se entrecruzam com relações de dominação em circunstâncias particulares e concretas (THOMPSON, 2009b, p. 82).

1.2.6 Transparência

As condições, que abrem o caminho para a possibilidade do Duplo Emprego no Jornalismo, como no caso brasileiro, são de natureza profissional e institucional, econômica e empresarial, lançando incertezas sobre a credibilidade do veículo, que não proíbe a prática. Mas, ainda que o fenômeno possa ser visto a partir destas condições estruturais, é prudente enxergar a questão sob um viés ético, influenciado por opções individuais e por meio de parâmetros, que possam ser rotulados como compatíveis com um agir ético responsável.

O pensador sobre a Ética, na Comunicação, Patricky Lee Plaisance, ao analisar a Mídia norte-americana, detecta a existência do que ele chama de um “vácuo de credibilidade”, provocado pela incapacidade de os profissionais de Imprensa aceitarem o papel de “agentes morais” (PLAISANCE, 2011, p. 18), com compromissos bem definidos de integridade e responsabilidade. Tal comportamento distorcido, que deveria estar embasado em deveres, mas não está, leva o jornalista a agir, sem proceder a deliberações éticas, ou seja, a atuar sem medir as implicações de determinados atos e escolhas, ainda que eles possam ferir a confiança do público no conteúdo produzido e, assim, deteriorar a base da relação com a audiência. Ou seja: “Muitos jornalistas não conseguem levar em consideração totalmente o dano potencial causado pela atividade que realizam, bem como as oportunidades e os deveres de minimizá-los” (PLAISANCE, 2011, p. 19).

O dano potencial, seja intencional ou decorrente de uma decisão mal amparada ou refletida precariamente, aparece quando a atuação do jornalista não

leva em consideração seis princípios da ação ética responsável, segundo Plaisance (2011): Transparência, Justiça, Dano, Autonomia, Privacidade e Comunidade. Os seis são justificados pelo autor como imperativos que condicionam o agir ético e responsável, como deveres naturais, que todos têm perante os outros ou, também, como efeito das ações humanas sobre os demais integrantes da humanidade, pois “tanto a intenção quanto a consequência têm papéis a desempenhar na nossa deliberação ética” (PLAISANCE, 2011, p. 42).

Tal caráter intencional da decisão ética será fundamental para a análise do Duplo Emprego que se pretende aqui, pois permitirá interpretar as consequências da disposição individual por acumular empregos, independentemente de o jornalista admitir a intenção de cometer um desvio. No tabuleiro da Ética, para além do mero jogo de palavras, querer cometer um desvio ético tem o mesmo efeito do que cometer um desvio ético sem querer, inclusive no Jornalismo.

Para Plaisance (2011), reflexões éticas existem, para iluminar as zonas cinzentas ou obscuras das decisões humanas. É para estes desvãos e imprecisões que serviria o tipo de pensamento e avaliação sobre a maneira ética de agir, pois para as situações em que há nitidez – como, no caso do Jornalismo, a proibição para mentir, por exemplo – está-se diante, apenas, de uma distinção entre o que é certo ou é errado. De uma forma geral, nos veículos de comunicação, deveria haver normas de conduta que deixassem claro o que é certo e o que é errado, um papel que é cumprido por manuais e códigos profissionais, mas não é o que ocorre no Jornalismo brasileiro, incluindo nesta constatação o Jornal do Comércio e o Correio do Povo. Até mesmo porque seria difícil manualizar a totalidade das situações vividas no cotidiano de uma redação³⁶.

Na comunicação – no Jornalismo, portanto – o tema da confiança pública é fundamental. Tal valor ultrapassa os demais em importância, como explica Plaisance (2011, p. 51):

³⁶ Soloski (1999) lembra a dificuldade de se fixar regras e regulamentos em uma redação, porque tal ambição normativa deveria cobrir a totalidade das situações e circunstâncias. Isso seria praticamente impossível, dada a infinidade de variáveis que condicionam a fabricação da notícia, além de inibir a convivência com o inesperado, que é a essência da notícia (p. 92).

quais são os valores fundamentais para a boa prática da comunicação? Há muitos. Os códigos de ética para os profissionais de jornalismo (...) enfatizam a honestidade, a transparência, o respeito, a minimização de danos e a prestação de serviços ao público, entre outros. Porém, no fundo, os profissionais da comunicação de todas as classes, independente de por que eles estejam usando os canais da mídia, aspiram a ter uma coisa: credibilidade.

Os profissionais de Imprensa, então, devem se preocupar em manter a imagem de fontes confiáveis de informação, porque, se os públicos não acreditam nesta premissa, está-se diante de uma situação em que a razão de ser dos jornais “se evapora”, no dizer de Plaisance (2011, p. 52). Para tanto, o jornalista precisa, além de buscar a verdade, rejeitar de forma escrupulosa o sensacionalismo e toda a forma de conflito de interesses.

Dos seis princípios desse agir ético de Plaisance (2011), dois serão usados nesta análise, Transparência e Autonomia, pois ambos estão relacionados com os problemas que podem ser gerados pelo fato de um jornalista não revelar a sua dupla condição profissional, o que se constituiria em uma ameaça de golpe na credibilidade. A confiança do público no conteúdo jornalístico que consome dependeria, entre outros fatores, da nitidez do papel desempenhado pelo profissional – a Transparência – e, também, da certeza de que a produção de notícias não é contaminada por nenhum interesse que não seja o de informar o público, a partir de critérios técnicos independentes – a Autonomia.

O conceito de Transparência é central, não apenas pela associação que se possa fazer com os ideais de honestidade, de sinceridade ou de franqueza. Como diz Plaisance (2011, p. 71):

o conceito de transparência é fundamental para qualquer pessoa preocupada com a ética na comunicação porque ele não contempla simplesmente o conteúdo das nossas mensagens emitidas a outras pessoas, mas exige que reflitamos sobre a forma e a natureza da nossa interação com os outros. A transparência não é apenas uma questão que diz respeito ao que dizemos, mas também por que dizemos e até mesmo como falamos.

Como um comprometimento moral, a Transparência desencadeia o agir ético. Ela pode não ser a condição suficiente, mas, segundo o autor, quando ela não está presente, abre-se o caminho à fraude ou, pelo menos, à dúvida, independentemente da intenção. É a condição para a troca honesta entre emissor e receptor, entre

jornalista e leitor, é o “modo como demonstramos que somos seres éticos desde o início”, de acordo com a caracterização feita por Plaisance (2011, p. 77).

A base, para este raciocínio, o autor busca no filósofo Immanuel Kant e no seu princípio da humanidade³⁷, segundo o qual se deve agir levando em conta o outro ser humano como fim e nunca como meio, um ser humano dotado de razão, capaz de refletir livremente. Este princípio está conectado à ideia de Transparência na Mídia, na medida em que o processo de produção de conteúdos respeita a racionalidade e os juízos de valor que possam ser feitos pelos públicos.

Outro princípio filosófico importante é o da dignidade humana, também expresso por Kant, segundo o qual os seres humanos merecem respeito não em função de alguma exigência social, mas porque são seres humanos, com liberdade para exercer sua capacidade de razão. Tal capacidade de refletir e de julgar não pode ter como obstáculo a dúvida ou a falta de nitidez, o que oferece um elemento importante para analisar o tema da Transparência nas ações da Imprensa.

De acordo com Plaisance (2011), a Transparência é mais do que um conceito acadêmico, ou filosófico, para os jornalistas, pois ela aparece como um elemento essencial da credibilidade. Para ele:

as decisões jornalísticas são desprovidas de transparência quando servem primeiramente para proteger interesses egoístas ou forças políticas, ou quando são justificações fundamentadas em atitudes defensivas (PLAISANCE, 2011, p. 90).

O autor importa de Bill Kovach e Tom Rosentiel, de *Os Elementos do Jornalismo*, o conceito de Regra da Transparência, pelo qual o profissional da Imprensa deve aplicar, por dever de ofício, “os padrões do método científico ao jornalismo diário. A regra exige que os jornalistas revelem regularmente as limitações e os métodos que utilizam para a coleta de notícias, de modo que a confiança do seu trabalho possa ser avaliada pelas outras pessoas”, segundo Plaisance (2011, p. 90).

O que os dois autores chamam de Regra da Transparência prevê a necessidade de o jornalista manter absolutamente claras as suas lealdades,

³⁷ Conforme ideia elaborada em Plaisance (2011), a partir da leitura de KANT, Immanuel. **Fundamentos da metafísica dos costumes**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1995.

principalmente as que estabelece com a busca pela informação veraz, com a comunidade e com o dever de informar. Base de uma disciplina de verificação, é expressa da seguinte maneira: “Se os jornalistas procuram a verdade, é óbvio que devem ser honestos e verdadeiros com o seu público – para serem apresentadores da verdade” (KOVACH; ROSENTIEL, 2005, p. 84). Tal compromisso alicerça a credibilidade e envolve poder deixar claro como se sabe o que se sabe.

A transparência ajuda, ainda, a deixar claro que a causa do jornalista é o interesse público, chave da credibilidade. A prontidão do jornalista em assumir-se como transparente sobre aquilo que fez é fundamental para demonstrar a sua preocupação em descobrir a verdade (KOVACH; ROSENTIEL, 2005, p. 85)

Quando interesses egoístas, quer dizer, pessoais, não são revelados, portanto, a credibilidade jornalística sofre a ameaça de ser ferida pela falta de Transparência. Revelar ao público como são obtidas as reportagens é uma questão central do agir ético do Jornalismo. Com o Duplo Emprego, não se tem a certeza de que uma apuração está contaminada por interesses, que não sejam os de informar o público, intencionalmente ou não. Mas o fato de um profissional esconder a sua dupla condição de repórter e assessor de imprensa pode lançar uma dúvida, que trinca o pacto de confiança sobre o qual o moderno Jornalismo erigiu algumas de suas bases de atuação.

Bucci (2000), complementando o raciocínio, fala da necessidade de a integridade pessoal ser o “começo e o fim dos valores que ele (*o jornalista*) carrega” (p. 77). O autor faz esta observação, em uma parte do livro, na qual destaca o fato de a postura do profissional significar, ao mesmo tempo, uma questão de credibilidade e de mercado, pois quanto mais íntegro for o jornalista, mais promissoras serão as suas chances de trabalho, embora não de uma maneira automática, pois outros fatores sempre entram em jogo. Assim, pela preservação desta credibilidade pessoal (um capital pessoal, um prestígio), que deve ser vista como ponto de partida do que o profissional representa no mercado, “também o jornalista não pode servir a dois interesses conflitantes” (BUCCI, 2000, p. 79).

Neste cenário, o tema da Transparência é chave.

A aparência aqui é quase tudo. A independência e a integridade do jornalista, como as dos órgãos de imprensa, precisam ser mais que verdadeiras, precisam ser explícitas. Torná-las explícitas não é exibicionismo, é respeitar o público. Que não parem dúvidas. Aliás, a independência do jornalista só é verdadeira quando é escancaradamente explícita. Os códigos de ética mais conhecidos condenam expressamente o conflito de interesses e, em igual medida, condenam também a aparência de conflito de interesses. Quem vive da confiança do público deve deixar claro, de antemão, a que veio, para quem trabalha, a que interesses serve. (BUCCI, 2000, p. 81).

Em palavras mais informais, não adianta, para Bucci (2000), ser “independente ali com os seus botões” (p. 81).

1.2.7 Autonomia

Outro princípio que se associa ao tema da credibilidade é o da Autonomia. Plaisance também busca em Immanuel Kant a noção de autonomia moral³⁸, como o ideal de agir e pensar, com liberdade, como seres racionais, mas imbuídos de “deveres morais”, cruciais ao filósofo alemão. Liberdade de ação e pensamento, mas sem descuidar do compromisso. Do ponto de vista filosófico, alerta o autor, a Autonomia está ligada a uma reflexão, que não é restrita apenas ao que podemos fazer, mas ao como devemos fazer. Assim, a autonomia moral leva em conta as obrigações como seres morais, o que remete ao papel que todo o ser humano deve desempenhar a partir de suas obrigações morais. Quer dizer, está atrelada à responsabilidade. Na comunicação, a prática responsável conecta-se à credibilidade. Quando interesses estranhos aparecem na cena da produção de conteúdo, as decisões jornalísticas ficam comprometidas, perdem Autonomia, o que pode levar o jornalista a ter a sua “credibilidade severamente abalada”, de acordo com o pensamento de Plaisance (2011, p. 174).

Ou seja, a questão central do tema da Autonomia é o da independência jornalística. Na noção de Plaisance (2011), expressa na ideia de conflito de interesses, que deve ser evitado, a fim de que os jornalistas possam dar conta de suas obrigações morais e exercer com responsabilidade o Poder de que dispõem em uma sociedade, na qual atuam como produtores e mediadores de informação, portadores do dever de informar o público. De acordo com Plaisance (2011), na maioria dos códigos de ética, a Autonomia não é mencionada explicitamente, mas permeia orientações sobre o profissionalismo das categorias.

³⁸ Mesma referência da nota anterior, a partir da leitura que Plaisance (2011) faz de KANT, Immanuel. **Fundamentos da metafísica dos costumes**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1995.

Para ilustrar o raciocínio, repete-se a recomendação do Código de Ética da Associação dos Jornalistas Profissionais, dos EUA, para quem “os jornalistas devem ser livres da obrigação de atender a qualquer interesse que não seja o do público de saber” (OBSERVATÓRIO DE ÉTICA JORNALÍSTICA, 2012, p. 80). Ser livre de obrigações significa, por óbvio, não assumir compromissos alheios à atividade de informar, e o mesmo código de Ética recomenda que se evite, assim, o “emprego secundário”, outra nomenclatura para o Duplo Emprego.

No Jornalismo, o princípio da Autonomia vincula-se à missão do jornalista de informar sem favorecimentos ou constrangimentos. Para tanto, os conflitos de interesses devem ser eliminados, a fim de não ameaçar a credibilidade jornalística, pois o processo de produção de notícia não pode estar condicionado por nenhum fator que não sejam os critérios profissionais e o dever de informar. Vale agregar uma definição de conflito de interesses, como expressa por Plaisance (2011, p. 188):

Os conflitos de interesses podem assumir muitas formas, mas eles geralmente surgem quando vivenciamos um choque entre nossos deveres ou fidelidades profissionais (isto é, de servir ao público, de buscar a verdade) e outros interesses pessoais ou externos (isto é, ajudar um amigo, aumentar os lucros). Nem todos os conflitos de interesses são evitáveis; todos eles devem ser revelados. Todos estes conflitos, quer sejam reais, potenciais ou percebidos, devem ser evitados caso representem uma ameaça à credibilidade ou à nossa capacidade de agir como agentes morais.

Da caracterização, vale reter (a) a ideia de choque entre deveres e interesses, (b) a constatação de que o prejuízo pode não apenas ser real, mas potencial, e (c) a necessidade de que o conflito seja sempre revelado, quando existir. Os três elementos se encaixam à análise do Duplo Emprego, pois nele o interesse do segundo vínculo pode ameaçar a decisão jornalística – mesmo que tal conflito não se concretize na prática, permaneça apenas como um risco potencial –, ainda mais porque, na maioria das vezes, o *assessoralista* não revela a sua condição; se não disfarça intencionalmente, pelo menos não deixa clara na relação de produção e consumo de notícias.

Segundo Plaisance (2011), é em função da necessidade de combater estes conflitos – mesmo que eles não sejam aparentes, não diretos, sempre em benefício do bem maior da atividade jornalística, ou seja, a independência que resulta em credibilidade –, que empresas de notícia exigem de profissionais uma atuação de

acordo com regras explícitas, expressão usada pelo próprio autor, de proibição e revelação de interesses, sejam eles comerciais, financeiros ou políticos. No caso desta análise, ocorre o contrário: o Jornal do Comércio e o Correio do Povo não só permitem como, de certa forma, incentivam, na medida em que praticam uma política salarial que impulsiona o seu profissional a buscar fontes complementares de renda.

A atividade jornalística é permeada por conflitos de interesses. Ainda que esta dissertação esteja focada em observar um determinado tipo de conflito, de natureza individual, que se expressa na manifestação do Duplo Emprego, há outros impasses e conciliações de interesse, que atravessam um veículo de comunicação em função da sua atividade empresarial. Toda empresa está envolvida em questões éticas, de diversas dimensões e origens. Em uma classificação aplicável ao mundo dos negócios – que auxilia a compreensão do fenômeno no Jornalismo –, Ferrell e outros (2001) incluem o conflito de interesses em uma lista, na qual também constam os temas ligados a honestidade, equidade, comunicações (como transmissão de informações e compartilhamento de significados) e relacionamentos dentro da organização. O que mais interessa, aqui, é um conceito de conflito de interesses, para ajudar a delimitar o impasse empresarial, mas que também cerca o Duplo Emprego:

Existe conflito de interesse quando o indivíduo tem que optar entre promover seus próprios interesses, os interesses da empresa ou os interesses de algum outro grupo. A fim de evitá-lo, os empregados precisam separar seus interesses particulares e os negócios da empresa (FERRELL e outros, 2001, p. 29).

Plaisance (2011) denomina de conflito de interesses corporativos aqueles que derivam da busca por lucratividade, essencial à atividade empresarial, que sustenta a produção jornalística. Em algumas circunstâncias-limite, o autor chega a admitir que a aproximação do Jornalismo de práticas ou interesses comerciais pode levá-lo a ser confundido com o simples entretenimento ou com a promoção, “por isso, o ‘jornalismo voltado para o mercado’ influencia cada vez mais aquilo que o público vê e aquilo que o público não vê” (PLAISANCE, 2011, p. 195). Outra frente a ser encarada, na busca por uma prática jornalística independente, estaria na relação com os anunciantes, que podem ser “agressivos ao insistirem em ambientes editoriais simpáticos” (PLAISANCE, 2011, p. 195).

Além das tensões comerciais, a atividade jornalística também é pressionada por conflitos determinados pela administração das companhias. Embora os jornalistas adotem medidas individuais de proteção da sua Autonomia, conforme Plaisance (2011) constata, eles seguem segregados dos centros de decisão administrativa das empresas. A existência de uma muralha entre a redação e a área comercial – ou a separação entre “igreja e Estado”, detalhada em Bucci (2000), como metáfora da tentativa de isolar interesses comerciais e jornalísticos – está no alicerce da demanda do Jornalismo por independência (KOVACH; ROSENTIEL, 2005), porém os jornalistas agem, na maioria das vezes, mesmo que imbuídos de preocupações éticas, encobertos por decisões que são tomadas pelos níveis executivos, que “determinam as contratações, as metas comerciais de longo prazo e a alocação de recursos” (PLAISANCE, 2011, p. 196). Assim, poderia se estabelecer uma preocupante dissintonia entre o comportamento do jornalista e a ação da empresa.

1.2.8 Ética

A Transparência e a Autonomia são, portanto, categorias, que se combinam, entre outras, para configurar um agir comunicativo – jornalístico, portanto – marcado pela Ética³⁹, lembrando a diversidade de abordagens e enfoques ligados ao tema. Multiplicam-se visões e sabe-se que o termo é uma preocupação filosófica antiga, que remonta a Aristóteles (384-322 a.c), e multifacetada. Um exemplo é o trabalho de Dos Anjos (1996), para quem a Ética é “uma instância crítica e propositiva sobre o dever ser das relações humanas, em vista da nossa plena realização como seres humanos” (p. 12).

O autor remete a uma dimensão moral sobre a conduta, colocando-a em um patamar de humanidade, cuja base está no respeito pelo outro. Trata-se de uma visão humanista, que se aplica à produção de Formas Simbólicas, portanto, ao Jornalismo, dentro dos seus contextos de significação. Reforça que, para além de considerações epistemológicas, o debate em torno da Ética precisa passar pelas práticas cotidianas, pois é no plano dos atos e dos exemplos – no palco da ação, intencional ou não –, que

³⁹ Diante da variedade de acepções e abordagens, sublinha-se uma parte do conceito para Ética, fixado em Karam (2009b, 130-131): “No caso das profissões próprias do campo dos meios de comunicação, tais como o jornalismo, as relações públicas e a publicidade e propaganda, a ética interroga suas fronteiras, seus valores, sua aplicação geral e em cada caso especificamente. Assim, possibilita análises e julgamentos sobre a procedência e validade da aplicação prática dos valores profissionais, ainda que estejam em constante movimento, tal como o processo de produção e constituição humanos”.

se deve instalar o tipo de análise considerada como de natureza ética. Conforme Dos Anjos (1996, p. 14), “não são suficientes os códigos marcados pela ética. São indispensáveis também as atitudes e posturas éticas, e estas não apenas assumidas por indivíduos, mas principalmente por boas instituições”. Ou, como propõe Bucci (2000), “a ética está na práxis” (p. 17), ainda que conceitos e valores possam ter inspiração filosófica.

Nesta concepção, o dever ser reveste-se de um conteúdo prático, relacionando-se com a ideia de Ética que Plaisance (2011) estipula e que será usada como categoria analítica neste estudo. A opção pelo conceito de Plaisance (2011) deve-se ao fato de ele enfeixar dois atributos também explorados na análise, a Autonomia e a Transparência, do próprio autor, garantindo, assim, unidade metodológica, embora os conceitos sobre Ética variem no tempo e espalhem-se por várias áreas do conhecimento, como é o caso de Dos Anjos (1996), que desenvolve a noção acima exposta em uma obra que se concentra nas pontes entre Ética e Direito.

Antes de fixar o conceito de Plaisance (2011) e como ilustração a respeito desta diversidade visões, cumpre sublinhar uma concepção da Ética aplicada diretamente ao Jornalismo, como decorrência da sua função nas sociedades modernas. Bucci (2000) argumenta que o Jornalismo, como é conhecido, “é uma vitória da ética” (p. 10), na medida em que está associado à busca da emancipação, à crença na verdade e a leis justas. Mas ele lembra a obrigação de se enxergar o tema, quando olhado por uma perspectiva prática, tanto a partir de seus aspectos individuais quanto institucionais, do ambiente em que opera a empresa jornalística.

A ética jornalística não se resume a uma normatização do comportamento dos repórteres e editores; encarna valores que só fazem sentido se forem seguidos tanto por empregados da mídia como por empregadores – e se tiverem como seus vigilantes os cidadãos do público (BUCCI, 2000, p. 12).

No que tem de específico, o ambiente jornalístico, que será analisado nesta dissertação, funda-se, para o autor, no conflito permanente, entre interesses individuais, coletivos, empresariais e, até mesmo, naturais ao processo de produção da notícia (na relação com fontes, por exemplo). Buscando compreender a visão de Bucci (2000), a Ética atuaria justamente como um espaço de mediação, no qual os valores cumprem seu papel de organização das relações, tanto do ponto de vista

individual, da atuação do jornalista, como institucional, da posição da empresa em um mercado jornalístico, no caso brasileiro, concentrado, sujeito a pressões externas diretas (ou difusas) e impermeável à pluralidade democrática (BUCCI, 2000, p. 14).

Plaisance (2011) também entende a Ética, baseada no conflito. Ou seja, na decisão que se toma entre dois ou mais valores de alcance moral. Enquanto a moralidade refere-se a “um conjunto de crenças que adotamos para nos ajudar a entender o que é bom e o que é mau no mundo em que vivemos” (2011, p. 25), a Ética “trata da nossa luta para justificar o fato de realizarmos ou não uma ação quando diversos valores do nosso sistema de crenças entram em conflito” (2011, p. 25). O sentido de conflito está atrelado à ideia de choque e opção, dentro de um panorama de avaliação individual, que passa por uma seleção racional e justificável, necessária à escolha de uma determinada opção moral em detrimento de outras.

Para o autor, há duas dimensões, que envolvem as decisões, comprometidas com a Ética, o idealismo e o relativismo. Ambas configuram o que o pesquisador chama de Ideologia Ética, uma força que se move sempre a partir da combinação dos dois fatores, em doses individuais, no sentido de que alguns seres humanos podem agir a partir de adesões mais idealistas à Ética, e outros seguirem comportamentos e raciocínios mais centrados em uma perspectiva que relativize a decisão.

O idealismo seria “a medida na qual você acredita que obtém os melhores resultados nas situações em que os objetivos humanitários gerais orientam as suas decisões”. (PLAISANCE, 2011, p. 35). O relativismo, “a medida na qual você endossa uma abordagem individualista – você rejeita a possibilidade da existência de padrões morais universais que podem ajudar a resolver todas as questões éticas” (PLAISANCE, 2011, p. 35).

O grau de idealismo e o grau de relativismo compõem a “ideologia ética” de Plaisance (2011), que funciona como o ambiente normativo que guiará as decisões, amparadas por um verdadeiro sistema de crenças e visões de mundo. Os dois planos não se anulam. Ser relativista não significa agir “relativizando” a Ética, mas atuar a partir de orientações definidas pela experiência individual, como se não houvesse uma moral geral generalizável. Não significa, portanto, ser mais flexível, mas apenas mais aderente a uma perspectiva relativa, não absoluta.

A “ideologia ética” (PLAISANCE, 2011) do jornalista brasileiro permite que o profissional, no plano individual, aja com certo grau de permissividade, a ponto de decidir por um caminho profissional de duplo vínculo simultâneo, como jornalista de redação e jornalista de assessoria de imprensa. Como na moral geral não há um veto explícito e difundido que desaconselhe tal caminho – pelo contrário, o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros é leniente –, fica aberto o flanco para o desvio.

No caso brasileiro, jornalistas em situação de Duplo Emprego, portanto, produzem Formas Simbólicas a partir de determinados padrões de significação, oferecidos por uma Cultura profissional – vale dizer, uma padronização –, que tolera o duplo vínculo. Os contextos de produção de tais Formas Simbólicas, de tais textos noticiosos, mascaram uma disfunção ética potencial, caracterizada por um conflito de interesses. Como é opaca (sem Transparência) e heterônoma (contrária à Autonomia), a condição de Duplo Emprego ameaçaria dois princípios do agir comunicativo ético, fixados por Plaisance (2011).

1.3. OPÇÕES METODOLÓGICAS

O Duplo Emprego pode criar, portanto, condições específicas para a produção dos textos jornalísticos, que serão interpretadas, com o objetivo de entender as eventuais ameaças à credibilidade jornalística e avaliar em que medida trata-se de uma distorção das normas de conduta do profissional de Jornalismo. Se esta condição de exercício simultâneo de funções não gera interferências diretas no resultado final do trabalho do jornalista – o que pode acontecer se o profissional adotar alguma estratégia de policiamento no cotidiano da sua atuação profissional –, o fato de ela existir, ou ser permitida, cria zonas de dúvida sobre a integridade do processo de produção. Tais incertezas merecem ser compreendidas.

O método da Hermenêutica de Profundidade (HP), de John Thompson, será usado na análise do exercício do Duplo Emprego no Jornal do Comércio e no Correio do Povo. A HP interpreta as Formas Simbólicas – no caso os textos selecionados, produzidos por *assessorialistas* – como construções simbólicas significativas, portanto interpretáveis e compreensíveis, inseridas na Cultura e colocadas a serviço de movimentos da Ideologia, por meio de estratégias específicas que sustentam relações de dominação. A opção por este referencial metodológico se deve ao fato de, ao mesmo tempo, o instrumental da HP garantir a análise das Formas Simbólicas e do seu contexto de produção.

A HP é o recurso metodológico, para se proceder a uma etapa fundamental desta análise: avaliar textos, produzidos pelos *assessornalistas* com o objetivo de entender se o fato de os jornalistas trabalharem nas redações que compõem o Jornal do Comércio e o Correio do Povo, o objeto de estudo, e em assessorias de imprensa ou órgãos governamentais transparece nos conteúdos produzidos por eles. Se aparece, de que forma. Se não aparece, explicitamente, que tipo de dano potencial pode produzir. Ou seja, identificar o impacto sobre a produção jornalística. Por outro lado, a HP também requer que se analisem as condições sociais e históricas de produção dos textos, o que se torna adequado na medida em que o Duplo Emprego é resultado do processo de formação do mercado profissional para o Jornalismo brasileiro e de condicionantes institucionais da prática jornalística no Brasil.

O referencial da HP parte do pressuposto de que “o objeto de análise é uma construção simbólica significativa que exige uma interpretação” (Thompson, 2009b, p. 355), mas sem descuidar da contextualização e das características estruturais internas das Formas Simbólicas, que pode ser adaptada, facilmente, para Thompson, à análise da comunicação de massa e da Ideologia. O autor parte, como visto, de uma concepção estrutural da Cultura, que autoriza um determinado tipo de análise cultural:

O estudo das formas simbólicas em relação aos contextos e processos historicamente específicos e socialmente estruturados dentro dos quais, e através dos quais, essas formas simbólicas são produzidas, transmitidas e recebidas – resumidamente, é o estudo da construção significativa e da contextualização social das formas simbólicas (THOMPSON, 2009b, p. 363).

A HP de Thompson trabalha com a tríplice análise, que não pode ser vista como se fosse constituída por três etapas separadas e desarticuladas de um processo sequencial. Ao contrário, o método oferece um recurso interpretativo complexo, a partir da combinação das três fases, a saber: análise sócio-histórica, análise formal-discursiva e interpretação/reinterpretação.

A análise sócio-histórica é a primeira etapa do enfoque interpretativo proporcionado pela HP. As Formas Simbólicas não subsistem no vácuo, como se viu, mas são produzidas, transmitidas e recebidas a partir de condições sociais e históricas bem determinadas, que precisam ser analisadas. “O objetivo da análise

sócio-histórica é reconstruir as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção das formas simbólicas” (Thompson, 2009b, p. 366).

O primeiro movimento é reconstituir as condições espaço-temporais de produção e recepção das Formas Simbólicas, no caso, dos textos jornalísticos. O segundo é a análise dos campos de interação, entendidos como o conjunto de posições e trajetórias, dentro dos quais os envolvidos no processo de produção e consumo de bens simbólicos investem uma variedade de recursos e capitais, a partir de uma variedade de regras, convenções e esquemas.

O terceiro procedimento da análise sócio-histórica é aplicado sobre as instituições sociais, entendidas como “conjuntos relativamente estáveis de regras e recursos” (Thompson, 2009b, p. 363). Analisar instituições sociais, para Thompson, é remontar o conjunto de regras, recursos e relações que as constituem, observando como as pessoas se movem em torno delas.

Na quarta etapa da análise sócio-histórica, recupera-se a estrutura social, que envolve o processo de produção, transmissão e recepção de Formas Simbólicas, mapeando diferenças e assimetrias das instituições sociais e dos campos de interação. Aqui, o objetivo é avaliar que assimetrias são estáveis e independem de traços individuais. Ou seja, aquelas que, antes, resultem de diferenças coletivas e duráveis no acesso a recursos, Poder e oportunidades – o tipo de caracterização, que marca o mercado de trabalho e que pode ser aplicado à análise da atividade do Jornalismo.

A quinta fase da análise sócio-histórica debruça-se sobre os meios técnicos de construção de mensagens e de transmissão. Os meios técnicos incidem sobre as Formas Simbólicas, sempre determinando características específicas no processo de produção e recepção, que variam de um meio a outro, de acordo com habilidades, regras e acesso a recursos. Tal variação também ocorre a partir de nuances sociais e históricas e de contextos determinados.

Assim, na primeira etapa da HP, Thompson propõe:

reconstruir as condições e contextos sócio-históricos de produção, circulação e recepção das formas simbólicas, examinar as regras e convenções, as relações sociais e instituições, e a distribuição de poder, recursos e oportunidades em virtude das quais estes contextos constroem campos diferenciados e socialmente estruturados (THOMPSON, 2009b, p. 369).

Este projeto de tornar compreensível, empreendimento teórico que caracteriza a Hermenêutica, é complementado pela segunda etapa da HP de Thompson, a análise formal-discursiva das Formas Simbólicas, colocadas em movimento de significação pelos produtos e meios técnicos da comunicação de massa. Esta etapa articula-se vitalmente à primeira, pois não há Forma Simbólica desenraizada de seu contexto histórico e social de produção, de acordo com o autor, mas é importante entender a sua articulação interna com o objetivo de se atingir a interpretação.

As Formas Simbólicas são produtos de ações, regras, convenções, recursos de Poder e oportunidades – todo o conjunto de contextualização compreensível pela análise sócio-histórica –, mas elas são mais do que isso: são expressões, significam como produções simbólicas, no caso, os textos dos jornais analisados. Trata-se de um tipo de análise que está interessada na organização interna da Forma Simbólica, é claro, mas que deve ser complementada pelo contexto sócio-histórico, para não se tornar ilusório, como ressalta Thompson, que está preocupado justamente com esta constituição interna:

Formas simbólicas são produtos contextualizados e algo mais, pois elas são produtos que, em virtude de suas características estruturais, têm capacidade, e têm por objetivo, dizer alguma coisa sobre algo (THOMPSON, 2009b, p. 369).

Este algo mais é o alvo da análise formal-discursiva. Thompson (2009b) deixa o caminho livre à escolha da técnica, para proceder a segunda etapa do seu método, citando como alternativas a semiótica, a análise da conversação, a análise argumentativa, entre outras. Para entender em que medida o sentido pode ser usado como sustentação de relações de Poder, será usada neste trabalho de compreensão dos efeitos do Duplo Emprego a técnica das Estratégias da Ideologia, retirada do próprio ambiente teórico de Thompson, porque elas permitem avaliar a existência de padrões de significação. De acordo com o autor, as Estratégias da Ideologia⁴⁰ são alguns dos procedimentos típicos de construção simbólica, por meio dos quais a Ideologia opera.

⁴⁰ Na subseção 1.2.5, elas foram detalhadas, no contexto de caracterização da categoria Ideologia.

O terceiro flanco da tríplice análise da HP é a interpretação/reinterpretação, etapa em que as evidências levantadas pela análise sócio-histórica e pela análise formal-discursiva são combinadas e recombinaadas, no qual ocorre um movimento novo, que precisa ser enxergado como uma construção criativa de possíveis significados, uma síntese, tramada a partir das análises anteriores.

Por mais rigorosos e sistemáticos que os métodos da análise formal ou discursiva possam ser, eles não podem abolir a necessidade de uma construção criativa do significado, isto é, de uma explicação interpretativa do que está representado ou do que é dito (THOMPSON, 2009b, p. 375).

Quando Thompson fala em reinterpretação, ele está prevendo a necessidade de, ao promover a interpretação que realiza a síntese criativa de significados revelados pelas duas primeiras análises, levar em consideração que as Formas Simbólicas integram um campo pré-interpretado pelos sujeitos do mundo sócio-histórico. Há sentidos pré-definidos que não podem atrapalhar a recombinação de elementos do processo interpretativo da HP.

Assim, a interpretação intervém sobre o contexto de produção das Formas Simbólicas, por intermédio da análise sócio-histórica, e sobre a própria constituição dos produtos de Mídia, por meio da análise formal-discursiva, fazendo com que as condições sociais e as características da mensagem sejam analisadas pelo referencial metodológico. Trata-se de uma busca pela revelação do aspecto referencial das Formas Simbólicas, no sentido de que elas sempre se referem a algo, a algum significado.

Mas o processo de interpretação vai além dos métodos de análise sócio-histórica e da análise formal-discursiva. Ele transcende a contextualização das formas simbólicas tratadas como produtos socialmente situados, e o fechamento das formas simbólicas tratadas como construções que apresentam uma estrutura articulada. As formas simbólicas representam algo, elas dizem alguma coisa sobre algo, e é esse caráter transcendente que deve ser compreendido pelo processo de interpretação (THOMPSON, 2009b, p. 375-376).

A presente análise do Duplo Emprego, portanto, vai se debruçar sobre as Formas Simbólicas produzidas pelos jornais que toleram o duplo vínculo, para interpretar o significado do tipo de distorção produzido pelo fato de um jornalista exercer simultaneamente duas tarefas estrutural e potencialmente contraditórias,

avaliando o impacto sobre a credibilidade do processo de produção de notícia. Levará adiante tal empreendimento, avaliando as condições de produção da notícia, principalmente no tipo de regramento, adotado no exercício do Jornalismo brasileiro.

1.3.1 Questões de pesquisa

Neste estudo da prática do Duplo Emprego no Jornal do Comércio e no Correio do Povo, questões de pesquisa serão colocadas a serviço da interpretação, a saber, para cada uma das categorias definidas *a priori*:

a. Em que medida, a Globalização modelou formas de atuação profissional que toleram o Duplo Emprego, no caso brasileiro?;

b. De que forma o Duplo Emprego pode distorcer as práticas profissionais e de conduta da Mídia, no caso, o meio técnico jornal?;

c. Por que os constrangimentos da Profissão não barram o aparecimento do Duplo Emprego no Brasil?;

d. Em que proporção a credibilidade do jornal é afetada em função de o veículo permitir o Duplo Emprego profissional?;

e. Por meio da análise de Formas Simbólicas até que ponto os textos interferem nos contextos de significação, por meio da Cultura, entendendo que, por trás da significação, entrelaçam-se relações de Poder e dominação?;

f. Como as Formas Simbólicas, produzidas pelos jornalistas em Duplo Emprego, sustentam relações de Poder, no contexto de produção e consumo de notícias nos jornais que toleram o vínculo?;

g. Em Ideologia, que recursos o jornalista em Duplo Emprego utiliza para mascarar a sua condição de vínculo simultâneo de trabalho com polos antagônicos do processo de geração de notícias?;

h. Se a falta de Transparência implica em uma distorção profissional da condição de jornalista?;

i. A falta de Autonomia fere a confiança na relação entre jornalista e público?;

j. Se a decisão individual de acumular empregos prejudica o agir jornalístico impulsionado pela Ética?

1.3.2 Objetivos

Como lembra Plaisance (2011), o ideal da independência jornalística é fundamental no processo de produção da notícia pela indústria da informação. Tal independência alicerça a credibilidade, que é essencial à relação entre o jornalista e o público, para o qual são gerados os conteúdos. Este estudo sobre o Duplo Emprego na Imprensa do Rio Grande do Sul, então, tem por Objetivo Geral, que será buscado, assim como o particular, por meio da aplicação da análise das categorias propostas, por meio da Hermenêutica de Profundidade:

a. Estudar como o exercício do Duplo Emprego pode afetar a credibilidade do jornalista, na medida em que pode representar um desvio ético que interfere na Autonomia e na Transparência indispensáveis ao exercício da profissão.

A partir do objetivo geral, desdobra-se um objetivo particular:

a. Interpretar como o Jornal do Comércio e o Correio do Povo convivem com o Duplo Emprego e toleram que os seus profissionais sejam *assessorialistas*, ou seja, trabalhem ao mesmo na redação e em estruturas ligadas à atividade de assessoria de imprensa, nas suas mais variadas possibilidades;

1.4 TIPO DE PESQUISA

Em decorrência do método selecionado, a Hermenêutica de Profundidade (HP), de John Thompson, a pesquisa empreendida neste estudo é a qualitativa. A partir das evidências levantadas pelas duas primeiras análises da HP, serão procedidas a interpretação e a reinterpretação, o que induz a uma qualificação (e compreensão) dos elementos analíticos destacados pela aplicação das fases iniciais do método.

Como argumentam Allum, Bauer e Gaskell (2003, p. 20), a escolha pelo tipo de pesquisa, se quantitativa ou qualitativa, como é o caso deste estudo, se dá em função da geração de dados e dos métodos de análise, e só secundariamente em decorrência do desenho final da pesquisa ou do tipo de conhecimento que se pretende construir. Na caracterização feita pelos autores, a pesquisa qualitativa lida com interpretações das realidades sociais, procedimento embutido na HP de Thompson.

Ao contrário da pesquisa quantitativa, que retira sua credibilidade, quase que automaticamente, da força dos números, do didatismo formal e da clareza de procedimentos, os autores chamam a atenção para o fato de as pesquisas qualitativas necessitarem de fontes alternativas de respaldo, como, por exemplo, no tipo de conhecimento que produzem. Retiram de Jürgen Habermas uma caracterização ilustrativa para a natureza do conhecimento gerado pelo percurso qualitativo. O pensador alemão identifica três interesses constitutivos do conhecimento, entre eles, os específicos das ciências “histórico-hermenêuticas” (ALLUM; BAUER; GASKELL, 2003, p. 20), que seriam os da compreensão de normas, que esclarecem a realidade social. Assim, a clivagem entre quantitativo e qualitativo, na visão dos pesquisadores, explica-se pela separação entre técnicas de “controle” (quantitativa) e técnicas de “compreensão” (qualitativa) – esta plenamente em sintonia com a perspectiva da HP de John Thompson.

Uma definição de pesquisa qualitativa que se encaixa no propósito deste estudo foi encontrada em Gressler (2004)

A pesquisa qualitativa é fundamentalmente interpretativa. A interpretação dos resultados desponta como a totalidade de uma especulação que tem como base a descrição de um fenômeno em um contexto (GRESSLER, 2004, p. 88).

Tal enfoque qualitativo é apropriado para o tipo de análise conduzida pela HP de John Thompson e a sua aplicação ao objeto de estudo, os diários *Jornal do Comércio e Correio do Povo*, na medida em que se pretenda interpretar o impacto do Duplo Emprego sobre um agir jornalístico, considerado ético, e descrever o contexto que gera o fenômeno de tolerância ao duplo vínculo, no caso do Jornalismo brasileiro.

2 O CASO DO JORNAL DO COMÉRCIO

Este capítulo inaugura o percurso interpretativo proposto pela dissertação, com a análise de três textos selecionados do Jornal do Comércio. O procedimento analítico adotado será o de aplicar os fundamentos metodológicos da Hermenêutica de Profundidade (HP), como articulada por Thompson (2002b), realizando a tríplice análise. A HP, conforme teorizado até aqui, interpreta as Formas Simbólicas – no caso os textos de jornalistas, que vivem a situação profissional de trabalhar, simultaneamente, em uma redação e em uma atividade secundária ligada à Mídia – como construções simbólicas significativas, portanto interpretáveis e compreensíveis, inseridas na Cultura profissional e colocadas a serviço de movimentos da Ideologia, por meio de estratégias específicas que sustentariam, na visão do autor, relações de assimetria de Poder, portanto, de dominação.

A opção por este referencial deve-se ao fato de o instrumental da HP permitir, ao mesmo tempo, a análise das Formas Simbólicas e do seu contexto de produção (THOMPSON, 2009b). É um recurso metodológico, que oferece caminhos para entender se o fato de os jornalistas trabalharem nas redações que compõem o Jornal do Comércio e o Correio do Povo, os dois objetos deste estudo, e em assessorias de imprensa ou órgãos governamentais transparece nos conteúdos produzidos por eles. Ou seja, identificar a manifestação do exercício da dupla atividade, e da conseqüente hipótese de conflito de interesses que subjaz a ela, sobre a produção jornalística.

Por outro lado, a HP também requer que se compreendam as condições sociais e históricas de produção dos textos, procedimento que se torna pertinente na medida em que o Duplo Emprego é resultado, como se viu no Capítulo 1, do processo de constituição e funcionamento do mercado profissional para o Jornalismo brasileiro e de condicionantes institucionais da prática jornalística no Brasil. Nesta parte do estudo, portanto, será feita a análise das condições em que o Duplo Emprego de jornalistas do Jornal do Comércio alimenta uma Cultura profissional, marcada por um desvio ético, seja ele real ou potencial. O movimento interpretativo será aplicado sobre três notícias selecionadas do jornal, empreendendo a análise sócio-histórica, a análise formal-discursiva e a interpretação/reinterpretação da HP.

2.1 A NOTÍCIA 1 DO JORNAL DO COMÉRCIO

O primeiro texto escolhido para análise é a notícia “Navistar anuncia local de fábrica até o mês de junho”, publicada na página 9 da edição conjunta de 30, 31 de março e 1º de abril de 2012. O texto foi assinado por jornalista que, além de repórter da editoria de Economia, também trabalhava na assessoria de imprensa no Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (Simers). A condição de repórter do JC fica atestada pela assinatura da notícia e o exercício da assessoria do Simers é comprovado por uma referência no site de notícias do Diário da Manhã, de Passo Fundo, em 29 de março de 2009, em uma notícia sobre colouros de Medicina em que a autoria aparece como contato no sindicato.

A seleção, sem pré-definir o conteúdo e a data de publicação⁴¹, foi feita seguindo o critério de identificar um texto assinado, para deixar evidente a autoria e permitir a posterior caracterização do Duplo Emprego. O texto não aborda um assunto ligado diretamente ao trabalho de assessoria, a saúde, o que contribui para justificar a sua escolha como *corpus* deste estudo, porque a norma deontológica do Jornalismo brasileiro autoriza a atividade secundária, desde que o jornalista não produza conteúdo sobre tema de interesse da instituição assessorada, conforme definido em Fenaj (2007b). Na primeira notícia, cogita-se a possibilidade de uma montadora de caminhões ampliar sua presença no Brasil, inclusive especulando as chances de o Rio Grande do Sul receber um investimento que poderia chegar, segundo o texto, a US\$ 200 milhões.

A íntegra da notícia:

O grupo Navistar define até o fim do primeiro semestre a localização da sua primeira fábrica de caminhões no Brasil. O prazo foi estipulado nesta quinta-feira pelo CEO e presidente da companhia na América do Sul, Waldey Sanchez, que veio ao Estado para inaugurar a nova linha de motores da planta da MWM International, em Canoas, que integra a companhia. Sanchez evitou comentar os potenciais candidatos a receber o investimento de US\$ 200 milhões (projetado para cinco anos) para montar uma nova família de caminhões e adiantou que pesará mais infraestrutura e logística do que incentivos fiscais, que alimentam a guerra entre as unidades da Federação.

A meta é dar a largada na montagem no começo de 2014. A capacidade será de 20 mil a 25 mil unidades. “Será a fábrica mais moderna da Navistar no mundo”, garantiu o executivo. Hoje a companhia tem 18 plantas no mundo. O projeto da fábrica brasileira tem origem em uma

⁴¹ As seis notícias selecionadas para esta dissertação – três do Jornal do Comércio e três do Correio do Povo – seguiram o mesmo critério de escolha.

parceria com a Caterpillar, rompida em setembro de 2011. Segundo Sanchez, a definição da sede do investimento observa pelo menos 20 elementos. “Vamos retomar conversações com os governos após finalizar o projeto técnico da fábrica”, explicou o CEO. Sobre as chances do Rio Grande do Sul, o dirigente sugeriu potenciais vantagens estratégicas. “O Estado é competitivo. Temos motores em Canoas e ônibus em Caxias do Sul”, citou, referindo-se aos parques existentes.

Na cidade da Região Metropolitana, são montados motores para diversos segmentos. A linha destinada a abastecer a GM envolveu aportes de US\$ 80 milhões, sendo US\$ 10 milhões na operação gaúcha e o restante entre unidades da MWM na Argentina e em Santo Amaro (SP), e prevê entrega de 300 mil unidades do Chevrolet 2.8 CTDI em cinco anos para a picape S10. Em Canoas, os principais executivos da MWM e do braço da Navistar na área de motores apontaram o contrato como um marco na relação com a GM.

A empresa montou uma linha com produto de tecnologia e design da montadora de automóveis e que terá controle de qualidade de peças e construção de staff da GM que atua na planta de Gravataí. A MWM lidera a produção no Mercosul, com 30% da oferta de produtos em diversos mercados de veículo. “O nosso maior contrato hoje é com a GM”, valorizou José Eduardo Luzzi, presidente da empresa. O presidente mundial da Navistar Engine, Eric Tech, definiu o trunfo da unidade como união da inovação das duas fabricantes.

O presidente para a América do Sul apontou que a redução do custo Brasil (que inclui, por exemplo, alta tributação e carência de infraestrutura) e formação de mão de obra são itens essenciais na formatação dos novos empreendimentos. “O câmbio virou desculpa. Precisamos melhorar nossa competitividade”, sinalizou. No evento que foi montado ao lado da linha do novo motor diesel da camionete S10, da General Motors, que levou integrantes da cúpula da montadora a Canoas, o secretário estadual de Desenvolvimento e Promoção do Investimento, Mauro Knijnik, ressaltou os atrativos da política industrial recém-lançada e que a intenção é criar condições de garantir futuras ampliações locais.

2.1.1 Análise sócio-histórica da notícia 1

De acordo com Klöckner (2011)⁴², o “objetivo da análise sócio-histórica é reconstituir as condições sociais e históricas de produção, circulação e recepção de Formas Simbólicas” (p. 209). O primeiro movimento interpretativo será, então, analisar como as categorias Globalização, Mídia (com suas subcategorias Profissão e Duplo Emprego), Cultura, Formas Simbólicas, Ideologia, Ética, Transparência e Autonomia se manifestam na reconstituição das condições sociais e históricas que geram o Duplo Emprego e influenciam a produção de conteúdo por parte de

⁴² O trabalho de Klöckner (2011) é uma referência, adotada nesta dissertação, sobre a aplicação do método da Hermenêutica de Profundidade a um produto de comunicação, no caso dele, o programa Repórter Esso. A HP foi escolhida pelo autor, entre outras justificativas metodológicas, por seu alcance. Em suas palavras, por “preocupar-se com a produção e transmissão de formas simbólicas dentro do contexto da comunicação de massa” (P. 201) – o mesmo tipo de objetivo perseguido por esta análise. Foi usado neste ponto da dissertação por oferecer uma leitura já aplicada da HP a um estudo concreto.

profissionais em dupla atividade simultânea, ligados ao Jornal do Comércio. Para tanto, ao longo desta seção, serão retomados alguns elementos da fundamentação teórica, principalmente no que diz respeito à caracterização das categorias de análise.

Criado em 1933, o Jornal do Comércio fixou-se como um dos diários mais importantes e influentes do Rio Grande do Sul, ainda que dedicado exclusivamente às notícias de economia, o que segmenta a sua circulação. Suas cinco fases de evolução, detalhadas no Capítulo 1, estão ligadas a um processo de modernização, que acompanhou, em parte, as tendências de profissionalização da Imprensa gaúcha, impulsionado pela absorção de técnicas de edição, produção de notícias, redação jornalística e design de jornais (GUERREIRO, 1994).

A partir da ideia de Globalização, conforme delineada por Thompson (2009a), derivam três forças imprescindíveis, para compreender o fenômeno da comunicação: (a) interconexão econômica, (b) compartilhamento de modelos empresariais e (c) transferência de práticas profissionais, em todos os campos da produção de bens, sejam materiais ou culturais, incluindo o jornalístico. No caso da Imprensa brasileira, a importação de práticas profissionais teve como fonte o conjunto de procedimentos desenvolvidos e aprimorados nos EUA, processo detalhado por Lins da Silva (1991). Foi, é bom que se ressalte, uma absorção tardia, pois, enquanto os norte-americanos organizaram e implantaram um modelo de fazer jornalístico na transição dos séculos XIX para o XX, no Brasil as práticas profissionais, consideradas modernas, firmaram-se a partir dos anos 1950, substituindo a influência que prevalecia, até ali, de origem europeia.

O que é entendido como o modelo norte-americano de operação jornalística é um pacote diversificado, composto por normas de redação estruturadas pela noção de objetividade e equilíbrio; pela valorização do processo de *newsgathering*; pela interação leitor-jornalista, estruturada pelo sentimento de credibilidade; por uma estrutura empresarial dedicada a produzir informação, para um mercado de bens simbólicos; pelo financiamento da operação sustentado pela publicidade; pela profissionalização, que organiza habilidades e práticas, entre muitos outros, de acordo com a caracterização proposta por Neveu (2006). Foram estas forças que a Imprensa brasileira buscou acompanhar, a partir do momento em que engatou sua marcha de modernização.

Um dos traços desta racionalização é a constituição de papéis profissionais dentro de uma redação e fora dela. Dentro da redação, com a especialização de funções, cabendo a repórteres, editores, produtores, gestores, diagramadores e fotógrafos tarefas específicas. Fora da redação, com uma profissionalização do acesso às fontes de informação, por meio das assessorias de imprensa, de comunicação ou de relações públicas. A atividade de assessoria de imprensa nasceu nos EUA e foi inicialmente exercida por jornalistas. Entre os norte-americanos, com o passar do tempo – depois de cruzar um período de contaminação em que se verificava o Duplo Emprego –, houve uma normatização que constrangeu o duplo vínculo nos EUA, de acordo com a evolução apresentada no Capítulo 1. A proibição, inclusive, consta no Código de Ética da Associação dos Jornalistas Profissionais. Também, nos EUA, a função de assessoria de imprensa passou a ser exercida por profissionais de relações públicas.

A Globalização das práticas trouxe para o Brasil, entre outras noções fundamentais, esta concepção de que a assessoria de imprensa pode ser exercida por jornalistas, a “origem jornalística” de que fala Chaparro (2002). Mas não trouxe, a reboque, a mesma proibição explicitada pelo Código de Ética da Associação dos Jornalistas Profissionais dos EUA. Vale aqui, nesta análise, colocar em oposição direta os dois princípios para clarear a compreensão. Nos EUA, “o jornalista deve evitar o emprego secundário” (OBSERVATÓRIO DE ÉTICA JORNALÍSTICA, 2012, p. 81). No Brasil, o jornalista não pode, apenas, “realizar cobertura jornalística para o meio de comunicação em que trabalha sobre organizações públicas, privadas ou não governamentais da qual seja assessor” (FENAJ, 2007b). A Globalização, que fez o trânsito de procedimentos editoriais, não transportou automaticamente padrões de conduta⁴³.

O Jornal do Comércio, ao contrário de alguns importantes jornais diários brasileiros, não proíbe o Duplo Emprego, ou seja, encaixa-se na permissividade flexível prevista pelo próprio Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Um panorama da exigência de exclusividade pode ser conferido na Tabela 2 do Capítulo 1. Na categoria criada para esta análise, autoriza o que se está denominando de um

⁴³ Padrões de conduta, expressos em documentos deontológicos, também envolvem aspectos culturais, que mudam de país para país. A ideia está desenvolvida em Grevisse (2002).

ambiente permissivo⁴⁴. Embora tenha importado práticas de produção da notícia, compatíveis com o que se entende ser o moderno fazer jornalístico e definidas por rotinas profissionais e racionais, o diário de economia do Rio Grande do Sul não impede os seus profissionais de acumular empregos e de exercer, ao mesmo, dois papéis conflitantes.

Como Mídia, o jornal é um meio técnico, que engendra formas específicas de mediação entre o profissional gerador de conteúdo e o leitor. Esta relação, na visão de Thompson (2009b), firma-se por meio de quatro atributos específicos, sendo que o quarto deles reúne: (a) tipos de habilidades, (b) competências e (c) formas de conhecimento. Os três tipos deste quarto atributo do meio técnico podem fazer parte do conjunto de regras e procedimentos, que o jornalista coloca em movimento para estabelecer a relação mediada por Formas Simbólicas com o leitor.

O Jornal do Comércio, ao autorizar o Duplo Emprego, pode embaralhar o uso das regras e dos procedimentos, mesmo que isso não seja perceptível para o leitor, já que a condição do vínculo duplo é mascarada. Embora a matéria destacada para análise, “Navistar anuncia local de fábrica até o mês de junho”, contemple critérios técnicos de seleção da informação, inclusive seguindo uma lógica sintonizada com a estrutura moderna da notícia, ela foi produzida a partir de um lugar embaralhado, ou seja, por um profissional que ao mesmo trabalha na redação do jornal e em uma assessoria, sem que esta informação seja de domínio do público leitor. Tal Cultura profissional tem impacto na construção das Formas Simbólicas.

O jornalista analisado escreve sem que se possa, *a priori*, contestar sua habilidade narrativa e sua competência para apurar – duas exigências também cristalizadas pela Globalização das práticas profissionais e essenciais ao fazer jornalístico moderno, conforme Neveu (2006) –, mas é possível criticar a forma de conhecimento, que são os recursos culturais, trazidos à cena do intercâmbio simbólico (THOMPSON, 2009b). No caso, estes recursos culturais estão condicionados pelo Duplo Emprego, na medida em que o jornalista tem de administrar um conflito de interesses. Retomando uma ideia apresentada neste

⁴⁴ De acordo com a classificação expressa na Tabela 1 e 2 desta dissertação.

trabalho, é quando interesses estranhos, aparentes⁴⁵ ou camuflados, aparecem na cena da produção de conteúdo, que as decisões jornalísticas podem ficar comprometidas e, portanto, perde-se Autonomia. Assim, o jornalista tem a sua “credibilidade severamente abalada”, de acordo com o pensamento de Plaisance (2011, p. 174).

Como toda Mídia, o Jornal do Comércio adota padronizações, sejam elas impositivas ou permissivas. Constatou-se, por exemplo, que o Duplo Emprego está autorizado no diário. Vale dizer, ainda, que o periódico possui um Manual de Redação, no qual predominam orientações de ortografia e texto. Na visão de Bronosky (2010), estes documentos são essenciais, pois “revelam, de forma geral, algumas das principais ações da empresa sobre o periódico, na medida em que marca/define tipos de tratamento em relação ao grupo de jornalistas, os produtores do jornal” (p. 75). Neste sentido, os manuais de conduta ou de redação oferecem o tipo de regramento que compõe a análise sócio-histórica, na etapa necessária de avaliação das instituições sociais, conforme proposto pela HP de Thompson (2009b).

É importante, neste ponto em que se configura o contexto de produção da notícia do objeto de estudo, destacar que a ausência de um livro de regras de conduta jornalística impede o JC de compartilhar, de forma organizada e pública, normas e impor procedimentos essenciais à produção de um Jornalismo de credibilidade, a partir de exigências processuais e comportamentais. A ausência prejudica a constituição de um “conjunto relativamente estável de regras e recursos” (THOMPSON, 2009b, p. 367).

Apesar disso, o Manual de Redação, editado em 2001, fixa diretrizes, associadas à objetividade jornalística, como exigir que os textos produzidos sejam “objetivos, claros, concisos, corretos e coerentes” (JORNAL DO COMÉRCIO, 2001, p. 2) e que as notícias e reportagens tenham “textos impessoais” (JORNAL DO COMÉRCIO, 2001, p.2). Tais procedimentos estão presentes no texto analisado neste estudo, transmitindo ao leitor uma ideia de respeito a preceitos técnicos, embora o

⁴⁵ O tema de o conflito de interesses ser real por potencial (aparente) aparece em códigos de ética pelo mundo, seja em documentos de organizações jornalísticas ou de empresas de comunicação. Um exemplo está no manual de conduta do The Washington Post, dos EUA, que afirma: “Este jornal se comprometeu a evitar conflito de interesse ou a aparência de conflito de interesses, onde e quando possível. Adotamos políticas rigorosas sobre essas questões, conscientes de que podem ser mais restritivas do que é o habitual no mundo dos negócios privados”. Entre as restrições, também está a obrigação de exclusividade.

produtor da notícia esteja exercendo o seu papel de jornalista sem deixar claro à audiência sua condição de também trabalhar em uma atividade secundária.

Se não há um conjunto compartilhado e documentado de procedimentos – um manual de conduta –, a direção do JC reduziria o seu potencial de controle sobre a organização, com impacto sobre o comportamento dos que exercem a Profissão no jornal. Os constrangimentos profissionais, de acordo com as formulações das teorias organizacionais do Jornalismo vistas aqui, são uma ferramenta de controle da redação, pois ditam normas, que os jornalistas seguem por temor a sanções ou por desejo de recompensas (BREED, 1999).

Pelo processo de Globalização e de organização da Mídia, houve uma fixação de papéis profissionais, conforme amplamente descrito em Traquina (2005). Tão importante quanto cada Profissão ter a sua característica específica é a necessidade de estes atributos profissionais serem transparentes e perceptíveis pelos consumidores de bens, materiais ou culturais, o que está associado à noção de Transparência de Plaisance (2011), fundamental à análise proposta por esta dissertação. No caso do jornalista em Duplo Emprego, há uma zona de sombreamento, pois a audiência desconhece o fato de o profissional, que produz a informação de interesse público, também responder por estratégias e objetivos de organizações, que se relacionam com a Imprensa, mesmo que em torno de outros campos temáticos, como autoriza o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.

Soloski (1999) defende que a Profissão age sobre os empregados a partir de comportamentos compartilháveis. No caso do Jornalismo, a norma profissional mais importante é a objetividade, de acordo com o mesmo autor. Para que seja alcançada, a objetividade demanda três movimentos, na formulação soloskiana, o *news judgement* (as decisões sobre o que vai ser notícia), a seleção de fontes e o *news beats* (as áreas e as rotinas de cobertura, a partir de critérios operacionais). A combinação dos três pavimenta o caminho para que a Profissão aja em nome das garantias de objetividade e, portanto, de credibilidade, equilíbrio e imparcialidade da informação.

Como foi dito, a notícia “Navistar anuncia local de fábrica até o mês de junho” possui todos os elementos fundamentais da notícia⁴⁶, como:

- a. O que: a decisão da Navistar de investir US\$ 200 milhões em uma nova fábrica no Brasil;
- b. Quem: a informação foi repassada pelo presidente da companhia na América Latina, Waldey Sanchez;
- c. Quando: durante a inauguração de uma fábrica de motores do grupo em Canoas (RS) e com a promessa de decidir o investimento até o mês de junho;
- d. Como: por meio de uma negociação com os Estados, em busca de uma localização mais adequada ao investimento;
- e. Onde: o anúncio foi feito em Canoas;
- f. Por que: para garantir a capacidade de produzir caminhões no mercado brasileiro, além de discutir as condições para a confirmação do investimento e, ainda, como estão as conversas com os Estados.

Os elementos fundamentais da notícia compõem um dos rituais de objetividade jornalística, conforme pensados por Tuchman (1999). O lide é validado pelo *news judgement*, segundo o autor, mas há incerteza, de uma maneira geral, sobre se as opções do jornalista foram as mais adequadas e pertinentes, do ponto de vista jornalístico. Tuchman (1999) entende que a estrutura em pirâmide invertida, com a resposta ao que ele chama de “seis servidores de uma notícia” (p. 83), permite ao jornalista dizer “que foi atrás das coisas mais materiais, ele pode dizer que foi objetivo” (p. 83) e expressa a noção que o jornalista tem sobre o que é importante ou interessante.

Em “Navistar...”, as fontes mais importantes estão corretamente selecionadas, além de o investimento estar detalhado na notícia de forma correta. São

⁴⁶ A noção de notícia, evidentemente, é muito mais ampla do que a simples verificação de se um texto é possível de ser decomposto nas seis questões elementares da notícia, conhecidas por fornecerem o tradicional esquema de organização do lide em torno do que, quem, quando, como, onde e por quê. A estrutura foi usada nesta análise, apenas, como um indicativo básico de caracterização da notícia selecionada, segundo alguns pressupostos de Tuchman (1999). Sobre uma visão complexa e pertinente de notícia ver ALSINA, Miguel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009 e GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê, 1987.

explicados os antecedentes, e apontadas as consequências. Os *news judgement* estão pertinentemente colocados, pois a matéria cumpre o papel de informar, basicamente, como será o investimento. No entanto, o *news beats* de Soloski (1999), uma das bases do agir profissional objetivo, está comprometido, na medida em que um repórter em Duplo Emprego realizou a cobertura. O relato só pôde ser produzido porque houve a possibilidade de o profissional conciliar a pauta do Jornal do Comércio com o seu horário de trabalho e seus compromissos com a assessoria em que também trabalha. Se não foi assim, fica uma dúvida, legítima, sobre se a decisão editorial transcorreu livre de condicionantes externas, não jornalísticas, assim como não se sabe que procedimentos foram adotados sob a influência da condição profissional.

É dentro da Mídia que acontece o Duplo Emprego, então é importante, como etapa da análise sócio-histórica, cogitar sobre a estrutura social que leva a este desvio profissional, no caso da Imprensa do Rio Grande do Sul, em geral, e na situação do Jornal do Comércio, em particular, no âmbito do objeto de estudo. A condição institucional que autoriza o Duplo Emprego foi vista: reside na permissividade do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Mas também é fundamental retomar alguns aspectos sociais, nesta etapa de reconstituição.

Retomando uma ideia de Bohére (1994), a insuficiência de remuneração está na raiz do Duplo Emprego. Trata-se de uma situação de mercado profissional, portanto. Como foi apresentado, o piso atual para o exercício do Jornalismo na Capital, negociado pelo Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul, é de R\$ 1.690,00 (2012-2013, com data base em junho⁴⁷). Este é o salário básico de entrada na redação do JC, para a função de repórter, a partir do qual está organizada a grade de remuneração dos demais profissionais da redação. O diário de economia também pratica a jornada de trabalho especial do jornalista, de cinco horas, conforme estabelecido pelo artigo 303 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Segundo Fonseca (2008), há uma depressão no mercado salarial para os jornalistas do Rio Grande do Sul, que se confirma pela relação entre o piso salarial e o salário mínimo nacional. Ela alcançou 5,71, mas atualmente, com o salário mínimo nacional de R\$ 678, a relação piso salarial do jornalista/salário mínimo nacional é de 2,49.

⁴⁷ Na data de produção deste trabalho, o dissídio coletivo da categoria dos jornalistas profissionais no Rio Grande do Sul para o biênio 2013-2014 ainda não havia sido definido, como já explicado no Capítulo 1.

Quando a estrutura salarial alicerçada em um piso que equivale a apenas 2,49 salários mínimos se associa a uma jornada de trabalho reduzida, de apenas cinco horas (podendo chegar a sete, por acordo), o profissional de Jornalismo vê-se diante da necessidade material de buscar fontes alternativas de renda. É a precarização de que trata Fenaj (2006). No caso analisado referente a este primeiro texto do Jornal do Comércio, o complemento é encontrado no Simers. Tal decisão individual tem repercussão ética. Se não diretamente, de forma ostensiva e direta no conteúdo, indiretamente, na medida em que o Duplo Emprego representa um conflito de interesses, não explicitado na produção das mensagens pelo meio técnico jornal.

Conforme Plaisance (2011), o dano ético não precisa ser real, pode ser apenas potencial. Isto porque o autor entende que o efeito de uma decisão ética manifesta-se tanto na intenção quando na consequência, ou seja, o fato de haver, ou não, a intenção não é suficiente para configurar o desvio, o que ajuda a entender o tipo de prejuízo causado pelo Duplo Emprego, mesmo que o jornalista administre individualmente os seus parâmetros de decisão. Pode não haver a intenção, mas há a consequência e, portanto, um dano ético, ainda que potencial (PLAISANCE, 2011).

Na notícia “Navistar anuncia local de fábrica até o mês de junho”, é preciso refletir sobre o tipo de dano causado, já que ela, em princípio, está elaborada seguindo os preceitos jornalísticos da objetividade. Mas, quando fala em Transparência, Plaisance (2011) busca avaliar a forma e a natureza de uma interação, no caso, jornalística, independentemente do conteúdo, que é essencial à credibilidade do veículo de comunicação.

Falta Transparência quando se comete uma fraude, mas também, de acordo com Plaisance (2011), quando se gera uma dúvida. A incerteza, o disfarce e o mascaramento seriam forças capazes de quebrar a Regra da Transparência, apresentada pelo autor, pela qual o jornalista tem o dever de deixar claros o método e as limitações do seu trabalho. Não é o que ocorre com o jornalista em Duplo Emprego do JC em relação ao seu público, pois esta condição – e seu impacto negativo – não são transparentes à audiência.

O segundo aspecto ético que deve ser analisado é o da Autonomia, fundado no princípio da independência jornalística, de acordo com as diretrizes do agir ético responsável, formuladas por Plaisance (2011). O jornalista do JC, que também exerce

a função de assessor de imprensa, produz a notícia “Navistar anuncia local de fábrica até o mês de junho”, segundo critérios aparentes de objetividade, mas a incerteza pode levar à desconfiança sobre a existência de favorecimentos ou constrangimentos. Haveria o que Plaisance (2011) chama de “choque de deveres”, que também pode, no âmbito de uma discussão sobre o agir ético responsável, ser real ou potencial. Este choque deveria ser revelado, prioritariamente, o que não ocorre no caso do Jornal do Comércio e do profissional em Duplo Emprego analisado.

2.1.2 Análise formal-discursiva da notícia 1

De acordo com Klöckner (2011)⁴⁸, “na análise formal ou discursiva são estudadas as formas simbólicas, como construções simbólicas complexas que apresentam estrutura articulada” (p. 213), ou seja, capazes de constituir fenômenos sociais e representar algo a alguém. Deve ser empreendida, na proposição de Thompson (2009b) para a HP, de forma combinada à análise sócio-histórica, antes de chegar-se à interpretação/reinterpretação, com o objetivo de identificar padrões e relações.

Thompson (2009b) deixa em aberto a técnica de pesquisa, para a realização da análise formal-discursiva. Ele cita como alternativas a análise de conteúdo, a análise de discurso e a semiótica. Mas não fecha a porta a outras possibilidades. A opção deste estudo, por isso, será aplicar as Estratégias da Ideologia, como mecanismo de compreensão sobre em que medida a Forma Simbólica analisada – os textos produzidos por jornalistas em situação de Duplo Emprego – configura uma Cultura, com um contexto social de produção específico, e uma Ideologia, operada por estas mesmas Estratégias na forma de relações de dominação.

Retoma-se a ideia de Thompson (2009b) de que as Formas Simbólicas carregam os traços das suas condições de produção. Então, os textos, escritos por um jornalista em Duplo Emprego, possuem as marcas das suas variáveis de produção, incluindo os eventuais impasses e desvios éticos do duplo vínculo e seus conflitos de interesses decorrentes e disfarçados à audiência. Dentro destas condições de produção, manifestam-se cinco características da Forma Simbólica, delineadas por

⁴⁸ Recorre-se a Klöckner (2011) para explicar a importância da análise formal-discursiva pelos mesmos motivos já explicados, para o caso da análise sócio-histórica.

Thompson (2009b), das quais duas, em especial, interessam preliminarmente a esta análise: a contextual e a intencional.

A contextual opera com a ideia de campo de interação, no qual o jornalista exhibe uma série de capitais, entre eles o prestígio. A condição do duplo vínculo, escondida na notícia “Navistar anuncia local de fábrica até o mês de junho”, altera o prestígio, mesmo que não publicamente, pois o jornalista produz o conteúdo a partir de um lugar crítico. Em função disso, pode-se dizer que imprime um traço específico na Forma Simbólica. Da mesma forma, toda a construção simbólica tem um aspecto intencional, que também merece ser analisado no caso do jornalista do JC, pois ele pode não ter a intenção de ludibriar a técnica de apuração e produção de texto de um Jornalismo objetivo e imparcial, mas o mascaramento da sua posição profissional dúbia tem potencial para repercutir na confiança (real ou aparente) sobre as suas decisões.

Entre os modos de operação da Ideologia, a legitimação e a dissimulação serão aplicadas à presente análise. Cada modo tem as suas Estratégias da Ideologia específicas. Ambas podem ser encontradas no texto “Navistar anuncia local de fábrica até o mês de junho”. A legitimação é o modo de operação da Ideologia que usa a Forma Simbólica para justificar uma relação de dominação (THOMPSON, 2009, p. 75-76), a partir de argumentos legítimos. Estes argumentos não aparecem explicitamente no conteúdo da notícia selecionada. Mas é possível perceber que a legitimidade transparece no uso de uma técnica jornalística, esta sim, evidente na notícia do JC. A Estratégia utilizada foi a da racionalização, pois a narrativa organizou-se a partir de informações racionais, apuradas e estruturadas tecnicamente, o que legitima a Forma Simbólica.

Como afirma Thompson (2009b), com a racionalização “o produtor de uma forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio que procura defender, ou justificar, um conjunto de relações, ou instituições sociais, e com isso persuadir uma audiência de que isso é digno de apoio” (p. 82-83). A estrutura com contornos técnicos da notícia é esta forma com a qual o jornalista produz uma Forma Simbólica e a coloca em circulação, com as marcas de algo que permite à audiência se relacionar com a informação jornalística de uma maneira racional e, portanto, legítima.

A dissimulação é central na análise feita aqui, pois abre caminho para se efetivar a base da interpretação sobre como o Duplo Emprego pode afetar a credibilidade do jornalista, ao representar um desvio ético, que testaria a Autonomia e a Transparência, indispensáveis ao exercício da Profissão. Thompson (2009b) entende que a dissimulação pode ser acionada por diversas estratégias. No caso da notícia analisada, ocorreria uma ocultação da relação de Poder, empreendida pela Forma Simbólica, em decorrência do fato de o jornalista em análise dissimular a sua condição profissional: o leitor desconhece o duplo vínculo.

Entre os *modus operandi* da Ideologia, Thompson (2009b) atribui à dissimulação a capacidade de sustentar relações de Poder, de dominação, pelo fato de ser “ocultada, negada ou obscurecida” (p. 83). Conforme o autor, o fato de uma Forma Simbólica ser produzida de uma maneira que desvia a atenção ou passa por cima de processos sociais consolidados é como se manifesta a estratégia de dissimulação, perceptível no tipo de situação alimentada pelo Duplo Emprego.

Tais procedimentos, tais Estratégias da Ideologia, portanto, configuram uma Cultura, na medida em que caracterizam as condições de produção da notícia no Jornal do Comércio. Ou seja, ao cristalizarem e reproduzirem um padrão de decisão, que não pode negar o fato de sofrer com a pressão de um agir ético permissivo, no que diz respeito à exclusividade do vínculo profissional. Prevalece a racionalização da aparência do produto final e a dissimulação de um traço profissional, contaminado por um dano ético (real ou potencial). Em uma expressão, para sintetizar o argumento central desta análise: jornalístico na aparência legitimada, antiético na essência dissimulada.

Percebe-se, assim, a formação de uma assimetria de Poder na relação entre leitor e jornalista, no cenário de consumo do bem simbólico Jornal do Comércio, ou seja, como toda Forma Simbólica, a notícia “Navistar anuncia local de fábrica até o mês de junho” engendra uma relação de dominação entre o jornalista e o leitor, baseada nesta assimetria. A audiência consome o bem cultural-simbólico, com a presunção de confiança de que fala Bucci (2000, p. 25), mas o produto dissimula sua condição de produção. Disfarça, com a racionalização jornalística, o seu impasse original.

A Ideologia opera por meio das Estratégias da Ideologia. Na medida em que a Forma Simbólica analisada está eivada por uma assimetria, ainda que dissimulada, configura-se uma relação de dominação, ou seja, de Poder, em que a situação de Duplo Emprego subverteria a relação de confiança com o público, ao permitir-se a produção de um bem simbólico, por meio de uma Cultura profissional permissiva, sem revelar o seu conflito de interesses.

2.2 A NOTÍCIA 2 DO JORNAL DO COMÉRCIO

O segundo texto escolhido para análise é a notícia “Polêmica sobre o auxílio-moradia do Judiciário volta à pauta do parlamento estadual”, publicada na página 23 da edição conjunta de 5, 6, 7 e 8 de abril de 2012 do Jornal do Comércio. O texto é de autoria de um jornalista que, além de ser repórter da editoria de Política, também trabalhava em uma empresa pública do governo estadual, no caso, a Fundação Rádio e TV Piratini, a TVE. A condição de repórter do JC fica atestada pela assinatura da notícia.

Assim como no caso anterior e em todas as demais quatro notícias que serão analisadas nesta dissertação, a seleção foi feita seguindo o critério de identificar um texto assinado, para deixar evidente a autoria e permitir a posterior caracterização do Duplo Emprego. O autor deste segundo texto, ao contrário dos outros dois componentes do Jornal do Comércio selecionados, tem um vínculo secundário com uma empresa pública de comunicação, não com uma assessoria de imprensa. Permaneceu na seleção pelo fato de a TVE, embora dedicada à produção de conteúdos jornalísticos, ser administrada sob a influência do governo do Estado.

O texto escolhido não aborda um assunto ligado diretamente ao governo do Estado, o que significa respeito à norma deontológica do Jornalismo brasileiro sobre atividades secundárias (FENAJ, 2007b). Mas há uma ligação indireta. Trata-se de uma notícia em que o repórter informa a possibilidade de pagamento retroativo do auxílio-moradia a integrantes do Judiciário entrar na pauta de discussões da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, tema que interessa aos cofres públicos do Estado e, portanto, à gestão financeira do Poder Executivo, controlador da emissora em que o jornalista do JC também trabalha. O impacto financeiro do pagamento do benefício seria de R\$ 600 milhões a R\$ 2 bilhões.

A íntegra da notícia:

A Comissão de Segurança e Serviços Públicos da Assembleia Legislativa realiza, nesta quinta-feira, uma audiência pública para discutir o pagamento retroativo de auxílio-moradia a juizes do Tribunal de Justiça (TJ) do Estado. O encontro foi solicitado pelo deputado Jeferson Fernandes (PT) e acontece a partir das 9h30min no Plenarinho. Com a denominação de Parcela Autônoma de Equivalência, o benefício, com impacto de R\$ 600 milhões nos cofres do Tesouro, vem sendo pago desde dezembro de 2010, por determinação de ato administrativo da presidência do TJ.

Durante a análise do tema pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), em sessão no dia 14 de março, o conselheiro Estilac Xavier pediu vista do processo. O julgamento permanece suspenso. O pagamento retroativo está sendo questionado pelo Ministério Público (MP) de Contas, pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e pela Associação dos Auditores do TCE.

De acordo com o deputado petista, o objetivo da audiência é tornar pública a discussão sobre o auxílio-moradia, que poderia custar R\$ 2 bilhões aos cofres do Estado, uma vez que os promotores de justiça também teriam definido que passariam a exigir o pagamento retroativo do benefício.

O presidente da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajuris), Pio Giovanni Dresch, afirmou que não participará da reunião na Comissão de Serviços Públicos por entender que se trata de um movimento que ataca a autonomia no TCE. “É uma tentativa de interferir no voto dos conselheiros, que deve ser dado a partir da convicção jurídica. Há uma intenção de fazer pressão política sobre eles no momento em que precisam definir uma decisão técnica”, argumenta Dresch.

No início da semana, o presidente da Ajuris já havia divulgado uma nota afirmando que a intenção do deputado Jeferson Fernandes não seria a “de fazer uma discussão séria sobre a questão, mas o de construir mais um palco para suas diatribes”. O parlamentar criticou a nota da entidade. “A Ajuris foi muito infeliz com esta nota, tentando tirar o foco do problema e desqualificar minha pessoa. São R\$ 2 bilhões. Se um Estado com problemas para o pagamento de brigadianos e professores não discutisse isso, não haveria razão para o Parlamento permanecer aberto”, disparou Fernandes.

Segundo o presidente da Ajuris, não houve a intenção de fazer uma crítica pessoal ao deputado, mas reafirma que Fernandes estaria fazendo uso político de uma bandeira própria. “Essa audiência não foi marcada para ouvir a sociedade e sim para promover resultados; para pressionar o Tribunal de Contas”, resume.

No ofício encaminhado ao presidente da comissão da Assembleia, o magistrado também critica o que chama de “maldosa designação de auxílio-moradia, benefício que sabidamente não é pago aos juizes do Rio Grande do Sul”.

O valor pago é referente ao auxílio-moradia que os deputados federais se autoconcederam em 1994. A concessão gerou um efeito cascata, dando margem para que a magistratura também reivindicasse o benefício. Somente em 1998 uma lei autorizou a incorporação da vantagem aos vencimentos de juizes e desembargadores. Com isso, a categoria solicitou o pagamento referente ao período em que houve diferença salarial em relação aos deputados: setembro de 1994 a fevereiro de 1998. O pedido foi acolhido pelo TJ, que, além de autorizar o pagamento retroativo, também indicou a correção monetária.

2.2.1 Análise sócio-histórica da notícia 2

Nesta seção, serão reconstituídas as condições sociais e históricas de produção da Forma Simbólica selecionada, a notícia “Polêmica sobre o auxílio-moradia do Judiciário volta à pauta do parlamento estadual”. Como se trata de um texto publicado no mesmo jornal da notícia anterior, as constatações para algumas categorias se repetem, sobretudo as ligadas ao contexto de operação da Mídia. As categorias para as quais haveria redundância analítica⁴⁹ são: Globalização, Cultura, Mídia (com suas subcategorias Profissão e Duplo Emprego), Formas Simbólicas, Ideologia, Ética, Transparência e Autonomia.

Assim, elas serão analisadas de maneira resumida, retomando os principais traços apontados na aplicação da HP ao primeiro texto analisado. Quando necessário, eventuais especificidades serão sublinhadas. Também, aspectos mais teóricos associados à configuração das categorias, destacados na análise do primeiro texto, serão colocados em segundo plano, concentrando o movimento na reconstituição das condições sociais e históricas que geram o Duplo Emprego e influenciam, de alguma maneira, real ou implícita, a produção de conteúdo por parte de profissionais em dupla atividade simultânea, ligados ao Jornal do Comércio. Haverá repetições, naturais, na medida em que esta é a etapa em que se buscam salientar as pistas essenciais à compreensão final.

Na categoria Globalização, conforme proposta por Thompson (2009b), é importante reiterar que o Jornal do Comércio passou por um processo de modernização, composto por cinco fases, em que absorveu técnicas de edição, produção de notícias, redação de notícias e design de jornais, o que significa atender a uma das três forças imprescindíveis para compreender o fenômeno da comunicação, a partir da interconexão econômica e da racionalização das operações: a transferência de práticas profissionais, em todos os campos da produção de bens, sejam materiais ou culturais, incluindo o jornalístico.

No caso da Imprensa brasileira, a importação tardia de práticas profissionais teve como fonte o Jornalismo norte-americano (LINS DA SILVA, 1991). A absorção

⁴⁹ O mesmo procedimento de síntese em relação às caracterizações teóricas será adotado no texto 3, pois a notícia também foi publicada no Jornal do Comércio.

foi baseada em um pacote diversificado⁵⁰. Ao reconstituir o contexto de operação do Jornalismo brasileiro, no qual o Jornal do Comércio está inserido como Mídia, deve-se destacar como um dos traços essenciais a constituição de papéis profissionais específicos, dentro de uma redação e fora dela, com a especialização das funções internas no veículo e a profissionalização estratégica do acesso às fontes, na qual se inserem as assessorias de imprensa.

Como visto, a Globalização das práticas incentivou que, no Brasil, entre outros aspectos, se desenvolvesse a concepção de que a assessoria de imprensa pode ser exercida por jornalistas. Mas, ao contrário do que ocorreu nos EUA com as restrições deontológicas ao emprego secundário, no Brasil não se estabeleceu o veto ético para que a Profissão de jornalista possa ser exercida, simultaneamente, tanto em redações como em assessorias de comunicação ou em empresas estatais de comunicação, conforme aprofundado em diversos pontos desta dissertação e possível de ser verificado na Tabela 1 do Capítulo 1. Retomando um tópico da primeira análise, então, a Globalização, que fez o trânsito de procedimentos editoriais, não transportou automaticamente os padrões de conduta.

O Jornal do Comércio não proíbe o Duplo Emprego, ou seja, encaixa-se na permissividade flexível prevista pelo próprio Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (FENAJ, 2007b). Quer dizer, autoriza o ambiente permissivo⁵¹. Embora tenha importado práticas modernas de produção da notícia e compatíveis com a racionalização jornalística (GUERREIRO, 1994), não impede seus profissionais de acumular empregos e de exercer, ao mesmo tempo, dois papéis conflitantes, no caso em destaque, a condição de repórter de Política e a de repórter em uma empresa estatal de comunicação, controlada pelo governo do Estado.

Como Mídia, no entendimento de Thompson (2009b), todo jornal é um meio técnico, que articula maneiras específicas de mediação, diferentes dos demais meios de comunicação de massa, entre o gerador de conteúdo e a audiência, o repórter e o

⁵⁰ Detalhado na análise do primeiro texto, mas cabe, neste momento, recuperar, em benefício da reiteração da análise, conforme organizado por Neveu (2006): normas de redação estruturadas pela noção de objetividade e equilíbrio; valorização do processo de *newsgathering*; interação leitor-jornalista, estruturada pelo sentimento de credibilidade; estrutura empresarial dedicada a produzir informação, para um mercado de bens simbólicos; financiamento da operação sustentado pela publicidade; profissionalização, que organiza habilidades e práticas.

⁵¹ De acordo com a classificação expressa na Tabela 1 desta dissertação.

leitor, que se expressam por meio de Formas Simbólicas. A relação se estrutura em torno de atributos específicos, entre os quais, (a) tipos de habilidades, (b) competências e (c) formas de conhecimento, que o jornalista coloca em movimento como regras e procedimentos.

O Jornal do Comércio, ao autorizar o Duplo Emprego, embaralha o uso das regras e dos procedimentos, pois a condição de duplo vínculo não é transparente ao ato de leitura. Na notícia em análise, “Polêmica sobre auxílio-moradia do Judiciário volta à pauta no parlamento estadual”, os critérios técnicos de seleção e redação foram seguidos, mas a partir de um lugar alterado por uma condição profissional mascarada, também não revelada ao leitor. Tal omissão compõe a Cultura profissional e teria impacto sobre as Formas Simbólicas, conforme a proposição teórica de Thompson (2009b).

Tanto quanto no primeiro caso analisado, o jornalista em situação de Duplo Emprego – em conflito de interesses, portanto – produz um texto compatível com as modernas técnicas jornalísticas, difundidas pelo fenômeno da Globalização, mas o que é passível de crítica está na forma de conhecimento, ou seja, o que Thompson (2009b) chama de recursos culturais, aplicados no intercâmbio simbólico. Na medida em que estes recursos culturais estão demarcados por um conflito de interesses, administrado pelo profissional, seja o dano real ou potencial, pode haver um prejuízo da Autonomia e da Transparência, conforme os dois princípios são pensados por Plaisance (2011) e repisados neste trabalho.

O Jornal do Comércio é Mídia e, como tal, padroniza e regula a atuação dos seus profissionais, impositiva ou permissivamente. Nesta notícia analisada, o repórter está autorizado a acumular as funções e, assim procede, seguindo o Manual de Redação, pelo menos no que diz respeito a orientações de ortografia e texto. A existência de um manual é importante para compreender um dos aspectos institucionais da análise sócio-histórica, caro a Thompson (2009b), mas, como visto até aqui, o JC não reúne normas de conduta no seu documento de regras internas.

Repetindo uma ideia da primeira análise, o JC, assim, fica privado de compartilhar normas, de maneira organizada e pública⁵², e impor procedimentos

⁵² Bronosky (2010) agrega a ideia de que os manuais, além de organizar a relação entre a instituição jornalística e os seus profissionais, nos mais variados aspectos, também são uma forma de comunicação com a audiência,

essenciais à produção de um Jornalismo de credibilidade e independente⁵³. O jornal fica destituído de um “conjunto relativamente estável de regras e recursos” (THOMPSON, 2009b, p. 367), permitindo que a Profissão seja exercida sem um catálogo de constrangimentos reguladores.

Embora sem alcance deontológico, o Manual de Redação fixa atributos associáveis à objetividade, como identificado no primeiro texto analisado e confirmado no trabalho “Polêmica...”. O texto é objetivo e impessoal, como apregoa o documento, podendo transmitir ao leitor a ideia de respeito a preceitos técnicos, mas à audiência não é dado conhecer o fato de o texto ter sido produzido por um profissional que acumula atividades secundárias, ou seja, está em Duplo Emprego⁵⁴.

Assim, dentro do percurso analítico sócio-histórico da segunda notícia selecionada, chega-se ao ponto de avaliar como a Profissão age sobre o texto, lembrando a necessidade de, conforme Plaisance (2011), estes atributos profissionais serem transparentes e conhecidos pela audiência. A situação de Duplo Emprego do segundo jornalista analisado é a de um repórter que trabalha na editoria de Política do JC, produz uma notícia, que trata de repercussões financeiras para os cofres públicos estaduais, e, ao mesmo tempo, atua como repórter em uma empresa controlada pelo governo estadual. Como não se trata de uma assessoria de imprensa ou comunicação, ele não fere nenhum princípio do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (FENAJ, 2007b).

Em relação aos três movimentos da objetividade jornalística, conforme Soloski (1999) – o *news judgement* (as decisões sobre o que vai ser notícia), a seleção de fontes e o *news beats* (as áreas e as rotinas de cobertura, a partir de critérios operacionais) –, a notícia “Polêmica...” pode ser analisada da seguinte maneira:

(a) Há relevância na escolha do tema e o tratamento jornalístico na estruturação da notícia é correto. O texto pode ser decomposto da mesma forma que

demarcando as regras de produção que diferenciam determinado veículo da concorrência e sinalizando um compromisso com a qualidade e o rigor da técnica jornalística, o que resulta em credibilidade.

⁵³ A ideia de independência no jornalismo está subsidiada por Kovach e Rosentiel: “os jornalistas devem manter a independência em relação às pessoas que cobrem” (2005, p. 100).

⁵⁴ Na análise sócio-histórica do primeiro texto, foi aprofundada a consequência ética desta zona de somreamento, provocada pelo acúmulo simultâneo de funções.

a notícia anterior, de acordo com as perguntas fundamentais da notícia, os “seis servidores” da notícia, como afirma Tuchman (1999);

(b) As fontes são selecionadas com alguma pertinência jornalística, mas eles importantes não falam no texto ou sua relação com o assunto não é esclarecida suficientemente: não há declaração do Tribunal de Justiça ou da Secretaria da Fazenda do Estado e também o repórter não informa que o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Estilac Xavier⁵⁵, que pediu vista ao processo durante a análise do tema, que impacta nas finanças estaduais, tem ligações com o Partido dos Trabalhadores (PT), atual ocupante do Palácio Piratini, sede do Executivo;

(c) Quanto ao *news beats*, como no primeiro texto, não há como garantir que o assunto tenha sido coberto pelo repórter, a partir de critérios jornalísticos, pois é legítima a dúvida sobre se a necessidade de conciliar jornadas de trabalho agiu como uma variável que norteou as opções individuais do jornalista pela pauta e durante a sua execução.

Como etapa da análise sócio-histórica, vale repetir as condições estruturais e sociais para o exercício da Profissão, que levam ao Duplo Emprego: salários deprimidos, piso salarial baixo, se comparado, por exemplo, com o salário mínimo nacional ou regional e permissividade do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros e jornada de trabalho de cinco horas, fixadas pela CLT. O autor do texto está exposto às mesmas condicionantes do primeiro jornalista⁵⁶.

Bohére (1994) lembra o peso da remuneração na decisão de busca por um emprego secundário, ponderação reiterada em diversos momentos desta dissertação. No caso analisado, a busca por um complemento de remuneração materializa-se na conciliação entre o trabalho como repórter do JC e da TVE. Tal decisão profissional é individual, autorizada pela deontologia jornalística brasileira, mas tem repercussão ética, como visto até aqui. Se não de uma maneira direta no conteúdo, pelo menos abalando dois princípios do agir ético, conforme delineado por Plaisance (2011), a Transparência e a Autonomia.

⁵⁵ Estilac Xavier ocupou o cargo de secretário-geral de Governo da gestão Tarso Genro até o dia 7.2.12.

⁵⁶ Repetindo: o piso atual para jornalistas em Porto Alegre é de R\$ 1.690,00 (2012-2013, com data base em junho). Este é o salário de entrada na redação do JC, para a função de repórter, a partir do qual está organizada a remuneração da redação. O diário de economia também pratica a jornada de cinco horas.

A Transparência é comprometida, pois não ficam claros à audiência os métodos e as limitações do trabalho jornalístico. Há opacidade na condição de Duplo Emprego. Também, neste segundo caso, fere-se a Autonomia. Embora o jornalista produza a notícia “Polêmica sobre auxílio-moradia do Judiciário volta à pauta do Parlamento estadual” a partir de critérios aparentes de objetividade, a incerteza, por outro lado, torna legítimo que se especule a hipótese de favorecimentos ou constrangimentos. Constitui-se o que Plaisance (2011) chama de “choque de deveres”, o qual, para um agir ético responsável, pode ser real ou potencial. Como constatado na primeira análise, este choque deveria ser revelado, sempre, o que não ocorre no caso do JC e do profissional em Duplo Emprego analisado.

2.2.2 Análise formal-discursiva da notícia 2

A importância da análise formal-discursiva para a HP de Thompson (2009b) foi sublinhada na seção 2.1.2 desta dissertação. É o momento de esmiuçar a Forma Simbólica, como uma construção complexa, capaz de representar algo a alguém, antes de articulá-la à análise sócio-histórica para chegar à interpretação/reinterpretação. A técnica de pesquisa adotada na análise formal-discursiva da segunda notícia também é a das Estratégias da Ideologia. Pretende-se manuseá-la como ferramenta de compreensão sobre em que medida a Forma Simbólica – os textos produzidos por jornalistas em situação de Duplo Emprego – configura uma Cultura, com um contexto social de produção específico, e uma Ideologia, operada por estas mesmas Estratégias, como relação de dominação, baseada na assimetria de Poder na relação leitor-jornalista.

Portanto, como dito na primeira análise, os textos, escritos por um jornalista em Duplo Emprego, embutem as marcas das variáveis dos seus contextos de produção, incluindo os eventuais impasses e desvios éticos do duplo vínculo e de seus conflitos de interesses disfarçáveis ao público. Dentro destas condições, manifestam-se cinco características da Forma Simbólica (THOMPSON, 2009b), detalhadas no Capítulo 1, das quais duas repercutem nesta análise e serão exploradas, novamente, de uma maneira mais particular: a contextual e a intencional.

O contextual trabalha com o conceito de campo de interação, no qual o jornalista exhibe seus capitais profissionais (THOMPSON, 2009b). Entre os capitais que se associam à credibilidade está o prestígio, que imprime um traço específico sobre a Forma Simbólica, a partir de uma relação de confiança, como sublinhado por

Bucci (2000, p.25). Repetindo as considerações aplicadas ao primeiro texto do JC analisado: a condição de Duplo Emprego, escondida do leitor na notícia “Polêmica sobre auxílio-moradia do Judiciário volta à pauta do parlamento estadual”, altera o prestígio, pois o jornalista encobre a posição de conflito de interesses.

Thompson (2009b) também afirma que toda construção simbólica tem um aspecto intencional, o que encaminha uma segunda ponderação a respeito do caso em análise. O autor de “Polêmica...” pode não ter tido a intenção explícita de ludibriar a audiência e pode, ainda, praticar o Jornalismo objetivo e imparcial, a partir de técnicas jornalísticas modernas, mas o mascaramento da sua condição profissional dúbia repercute na confiança (real ou potencial) sobre as suas decisões.

Ao montar um quadro com as estratégias típicas de construção simbólica para a operação da Ideologia, Thompson (2009b) lista cinco modos gerais, que se subdividem em 13 alternativas. Entre os modos, a legitimação e a dissimulação foram os escolhidos para esta análise e podem ser encontrados no texto “Polêmica sobre auxílio-moradia do Judiciário volta à pauta do parlamento estadual”.

A legitimação é o modo de operação da Ideologia que usa a Forma Simbólica para justificar uma relação de dominação (THOMPSON, 2009, p. 75-76), a partir de argumentos legítimos. Embora a notícia “Polêmica...” não tenha uma estrutura argumentativa, a legitimidade se afirma com o uso da técnica jornalística, aparente e evidente. Portanto, a Estratégia da Ideologia percebida foi a da racionalização, pois, da mesma forma como identificado na análise do primeiro texto, a narrativa organizou-se a partir de informações racionais, apuradas e estruturadas tecnicamente, de acordo com princípios jornalísticos, o que legitima a Forma Simbólica.

O segundo modo geral de operação da Ideologia é o da dissimulação, crucial à interpretação dos efeitos do Duplo Emprego sobre a credibilidade jornalística, em função de seus efeitos sobre a Transparência e a Autonomia, conforme estes princípios do agir ético aparecem em Plaisance (2011). Nesta segunda notícia do JC, ocorre a ocultação da relação de Poder, quer dizer, o jornalista em análise dissimula a sua condição profissional: o leitor desconhece o duplo vínculo.

As Estratégias da Ideologia condicionam a Forma Simbólica e, portanto, no entender de Thompson (2009b), configuram uma Cultura, com condições de

produção específicas, marcadas por uma permissividade diante do duplo vínculo simultâneo de trabalho. Da mesma forma que no primeiro texto analisado, ocorre a racionalização da aparência do produto final, com todas as suas evidências jornalísticas, a dissimulação do conflito de interesses, real ou potencial, entre duas atividades profissionais complementares.

Assim, detecta-se uma assimetria na relação entre o leitor e o jornalista, pois, como dito, à audiência não é dado saber a existência do Duplo Emprego e suas impressões sobre atuação profissional. Como Forma Simbólica, a notícia “Polêmica...” desencadeia uma relação de dominação, portanto, ideológica, no sentido proposto por Thompson (2009b), caracterizando uma Cultura profissional permissiva, ferindo a presunção de confiança essencial ao consumo de um bem cultural-simbólico jornalístico.

2.3 A NOTÍCIA 3 DO JORNAL DO COMÉRCIO

A análise do Jornal do Comércio será concluída com o terceiro texto, a notícia “Produtor e ambientalista criticam vetos ao código”, publicada na edição conjunta dos dias 19, 20 e 21 de outubro de 2012. Assinado por um jornalista da editoria de Economia, o profissional em situação de Duplo Emprego, na época de publicação da notícia, trabalhava no gabinete de um deputado do PP na Assembleia Legislativa. A condição de repórter do JC fica atestada pela assinatura da notícia. Por outro lado, o envolvimento com a assessoria é comprovado pela assinatura de uma notícia na página do parlamentar no site do legislativo gaúcho.

Assim como nos dois casos anteriores e nas escolhas que serão feitas para análise do Correio do Povo, a seleção respeitou o critério de identificar um texto assinado, para atestar a autoria e permitir a posterior caracterização do Duplo Emprego. O texto escolhido não aborda um assunto ligado diretamente ao trabalho do deputado estadual, o que significa respeito à norma deontológica do Jornalismo brasileiro sobre atividades secundárias (FENAJ, 2007b). Mas, assim como no segundo caso, há uma ligação indireta. Trata-se de uma notícia em que o repórter reúne comentários sobre o veto presidencial ao novo Código Florestal, um tema que interessa ao agronegócio, assunto sobre o qual o partido do parlamentar, o PP, tem um interesse estreito, no Rio Grande do Sul.

A íntegra da notícia:

O novo código florestal finalizado nesta quarta-feira com os vetos da presidente Dilma Rousseff não agradou nem aos produtores rurais nem aos ambientalistas. Enquanto os primeiros acreditam que o texto apresentado pela presidente pode reduzir o resultado econômico do agronegócio, os outros o classificam como uma ferramenta que possibilitará a destruição dos biomas nacionais.

Segundo Eduardo Condorelli, assessor-técnico da Farsul, os vetos e o decreto da presidente representam uma desvalorização do esforço do Congresso para buscar um consenso em relação ao tema. “Ela manteve uma rigidez em relação a suas propostas iniciais, como se só aquelas ideias servissem, e desvalorizou o trabalho do Legislativo”, aponta.

Conforme Condorelli, ao demandar uma recomposição de área maior do que a definida pelos congressistas, o novo texto gera o risco de reduzir o resultado econômico da agricultura brasileira. Além disso, algumas exigências seriam extremamente difíceis de ser executadas pelos produtores, como a necessidade de georreferenciamento para o cadastro de imóveis rurais e a disponibilização dos dados das propriedades na internet. “Não podemos exigir por lei algo que não se pode cumprir.”

O novo código também foi criticado por ambientalistas. Para o presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), Francisco Milanez, os vetos da presidente reduzem a destruição ambiental que será permitida pelo novo texto, mas não a anulam. “Estamos destruindo a principal ferramenta de defesa dos biomas brasileiros”, afirma.

Milanez não acredita que uma nova discussão dos vetos no Congresso possa trazer alguma melhoria para os pontos argumentados pelos ambientalistas. “Se voltar a discutir, será sempre para pior, eles apenas defendem interesses próprios, contrários aos da população e aos alertas dos cientistas.” Conforme o presidente da Agapan, o novo código vai reduzir a reposição de águas de nascentes e lençóis freáticos, prejudicando os produtores. “Quando os agricultores chorarem no futuro por causa de secas, lembrem os deputados e senadores que defenderam essa destruição.”

Já o assessor de Política Agrícola e Meio Ambiente da Fetag, Alexandre Scheifler, acredita que o texto agrada aos pequenos produtores. “Ele mantém os princípios da equidade e proporcionalidade, fazendo exigências diferentes conforme o tamanho da área das propriedades.” Entre os principais pontos positivos para os agricultores familiares, Scheifler destaca o escalonamento das áreas a ser recuperadas de acordo com o tamanho das propriedades, e o reconhecimento legal de áreas agrícolas consolidadas.

Na avaliação da presidente da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu (PSD-TO), a bancada ruralista não foi derrotada pelos nove vetos impostos pela presidente Dilma Rousseff. Segundo ela, o mais importante é que, “gostando ou não”, a nova legislação garante segurança jurídica no campo, “pois o pior do mundo é (o produtor rural) não saber se está bem ou mal”.

A senadora observa que o veto é um direito constitucional da presidente da República, assim como os parlamentares têm o direito de analisar e derrubar as restrições. A senadora destacou o fim da “hegemonia” das organizações não governamentais (ONGs) sobre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ibama como um dos principais avanços proporcionados pelo novo Código Florestal. Ela entende que os dois órgãos, livres da pressão das ONGs, tornam-se novamente republicanos. “Se eu não estou 100% satisfeita como produtora rural, eu me considero 100% contemplada como cidadã. Democraticamente, todos nós teremos espaço para debater”, afirmou.

Nesta quinta-feira, o deputado federal Ronaldo Caiado (DEM-GO), informou que o seu partido entrará com uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal contra o decreto-lei da presidente. Caiado observou que os vetos impostos por ela desrespeitaram o acordo firmado entre os parlamentares, o que resultou no texto aprovado pelo Congresso, mas reconhece que se trata de uma prerrogativa do governo. Ele questionou a publicação do decreto, o qual considera uma afronta ao Legislativo.

2.3.1 Análise sócio-histórica da notícia 3

Nesta seção, encerra-se a reconstituição das condições sociais e históricas de produção das Formas Simbólicas selecionadas do Jornal do Comércio, com a notícia “Produtor e ambientalista criticam vetos ao código”. Como se trata de um texto publicado no mesmo jornal das duas notícias anteriores, por um profissional que também vive a situação de duplo vínculo simultâneo, algumas constatações para as categorias se repetem, sobretudo as ligadas ao contexto de operação da Mídia. As categorias para as quais haveria redundância analítica, mais uma vez, são: Globalização, Cultura, Mídia (com suas subcategorias Profissão e Duplo Emprego), Formas Simbólicas, Ideologia, Ética, Transparência e Autonomia.

Assim, elas serão trabalhadas de maneira ainda mais resumida do que na análise 2, retomando os principais traços apontados na aplicação da HP aos dois primeiros trabalhos dos jornalistas. Eventuais considerações teóricas sobre as categorias, feitas na análise sócio-histórica dos dois primeiros textos, não serão repetidas, lembrando que as formulações mais aprofundadas foram empreendidas na análise do primeiro texto. O procedimento de reconstituição vai se concentrar nas condições sociais e históricas que se repetem e geram o Duplo Emprego autorizado, em um veículo de comunicação como o Jornal do Comércio. O objetivo é compreender, pela reiteração, de que forma o terceiro jornalista reproduz o mesmo tipo de impasse ético, verificado nos dois primeiros casos.

Mais uma vez, portanto, quando se foca a categoria Globalização, conforme Thompson (2009b), é imprescindível lembrar que o Jornal do Comércio passou pelo mesmo processo de modernização jornalística tardia, verificada na Imprensa do Brasil a partir dos anos 1950, inspirada no Jornalismo dos EUA. Entre as três forças da Globalização⁵⁷, listadas por Thompson (2009b), interessa perceber, para a análise

⁵⁷ Retomando as três forças imprescindíveis da Globalização, que ajudam a compreender o fenômeno da comunicação, de acordo com Thompson (2009b): (a) interconexão econômica, (b) compartilhamento de

desta dissertação, que o JC também seguiu a terceira delas: a transferência de práticas profissionais, em todos os campos da produção de bens, sejam materiais ou culturais, incluindo o jornalístico.

Como Mídia, o JC está inserido em um contexto de operação modernizada do Jornalismo brasileiro, com papéis profissionais definidos, dentro de uma redação e fora dela, com suas decorrentes especializações estratégicas. No Brasil, o movimento de Globalização das práticas profissionais incentivou o desenvolvimento da ideia de que a função de assessor de imprensa possa ser executada por jornalistas. É o que Chaparro (2002) chama de “origem jornalística” das assessorias de imprensa no Brasil, conformada como um traço característico para o exercício da Profissão de jornalista no país.

Reitera-se que, enquanto o Jornalismo norte-americano ergueu barreiras deontológicas para o exercício simultâneo de empregos na Mídia e em empregos secundários fora dela, no Brasil se afirmou uma permissividade, nos termos flexíveis do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, conforme Fenaj (2007b). Como o JC não proíbe o Duplo Emprego, o autor da terceira notícia acumula funções, mas, desta vez, com potencial direto de conflito de interesses, no caso, repórter de Economia, sujeito a trabalhar com o tema do agronegócio, e assessor de um parlamentar do PP, bancada com atuação ligada ao setor primário.

No JC, o terceiro jornalista articula mediações específicas da Mídia jornal, característica do enlace que se estabelece entre gerador de conteúdo e audiência, por meio das Formas Simbólicas, ou seja, de suas notícias e reportagens. Para Thompson (2009b), esta é uma relação estruturada em torno de atributos específicos, que o jornalista articula com regras e procedimentos, alimentados por (a) tipos de habilidades, (b) competências e (c) formas de conhecimento. As três dimensões são essenciais para configurar o tipo de relação e se há assimetria entre os polos da interação, que se dá por meio das Formas Simbólicas.

Retomando uma ideia que apareceu nas duas primeiras análises, o JC, ao não inibir o Duplo Emprego com uma exigência de exclusividade similar às descritas pela Tabela 2 do Capítulo 1, liberaliza regras e procedimentos e embaça a percepção do

modelos empresariais e (c) transferência de práticas profissionais, em todos os campos da produção de bens, sejam materiais ou culturais, incluindo o jornalístico.

duplo vínculo no ato de leitura. Na terceira notícia, “Produtor e ambientalista criticam vetos ao código”, os critérios jornalísticos de seleção e produção são seguidos, mas a partir de uma posição, que mascara o conflito de interesses. Como visto até aqui, é desta omissão que se ocupa a dissertação, pois ela compõe a Cultura profissional e impacta sobre as Formas Simbólicas, conforme a proposição teórica de Thompson (2009b).

Nos três casos, os jornalistas em Duplo Emprego, apesar do conflito de interesses – real ou potencial –, produzem textos compatíveis com as modernas técnicas jornalísticas (TUCHMAN, 1999), espalhadas pela Globalização, mas o ponto a ser destacado nesta análise é que na forma de conhecimento, que Thompson (2009b) chama de recursos culturais, aplicados no intercâmbio simbólico, percebe-se uma ameaça. Também no terceiro texto estes recursos culturais estão demarcados por um conflito de interesses, ainda que mascarados, mas administrados pelo profissional, colocando em risco a credibilidade, além da Autonomia e da Transparência, duas das chaves para o agir ético responsável, conforme Plaisance (2011).

Como Mídia, o JC padroniza e regula a atuação dos seus profissionais, mas o faz de maneira mais permissiva que impositiva. Na terceira notícia, o repórter autorizado a acumular duas funções jornalísticas segue o Manual de Redação, pelo menos no que diz respeito a orientações de ortografia e texto. A existência de um manual é importante para compreender um dos aspectos institucionais da análise sócio-histórica, mas o documento do diário de economia é limitado.

Detecta-se a mesma imperfeição das duas primeiras análises: o JC não reúne normas de conduta no seu documento de regras internas. Fica, assim, destituído de um “conjunto relativamente estável de regras e recursos” (THOMPSON, 2009b, p. 367), permitindo que a Profissão seja exercida sem um conjunto de constrangimentos reguladores (SOLOSKI, 1999). O que sai prejudicada, mais uma vez, é a capacidade de o JC produzir um Jornalismo transparente, pois não compartilha normas internas de ação.

O Manual de Redação do JC não tem alcance deontológico, mas organiza orientações jornalísticas ligadas à padronização de textos, como percebido nas duas primeiras notícias analisadas. No texto "Produtor e ambientalista...", percebe-se que

a condução da narrativa reveste-se dos compromissos de ser objetiva e impessoal, como sugere o documento interno, colocando à disposição do leitor um texto que transmite a ideia de respeito a critérios jornalísticos. Vale ressaltar, no entanto, mais uma vez, que a audiência desconhece que a notícia foi produzida por um profissional que acumula atividade secundária, no caso, a posição de Duplo Emprego⁵⁸ na assessoria de uma bancada com interesses no agronegócio.

Ao analisar como a categoria Profissão se manifesta na análise sócio-histórica do terceiro texto, deve-se, antes, lembrar a necessidade de os atributos profissionais do Jornalismo serem transparentes e conhecidos pela audiência, pois é pré-requisito do agir ético baseado na Transparência, refletido por Plaisance (2011). A situação de Duplo Emprego do terceiro jornalista do JC analisado é a que atinge mais diretamente os preceitos do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, pois a notícia trata de um debate essencial ao mundo do agronegócio, o novo Código Florestal, que passa a vigorar no Brasil, publicada em uma editoria de Economia. Vale sublinhar que o documento Fenaj (2007b) prevê que, caso o jornalista de uma redação trabalhe em uma assessoria, simultaneamente, a recomendação é de que ele não escreva sobre assuntos de interesse do assessorado⁵⁹.

Também nesta terceira análise vai-se proceder a compreensão dos três movimentos da objetividade jornalística, conforme Soloski (1999) fixa ao caracterizar os constrangimentos da Profissão – o *news judgement* (as decisões sobre o que vai ser notícia), a seleção de fontes e o *news beats* (as áreas e as rotinas de cobertura, a partir de critérios operacionais). A notícia “Produtor e ambientalista...” pode ser interpretada da seguinte maneira:

(a) Há relevância na escolha do tema e o tratamento jornalístico na estruturação da notícia é correto. Ou seja, o *news judgement* está adequado. O texto pode ser decomposto da mesma forma que as duas notícias anteriores, de acordo com

⁵⁸ Na análise sócio-histórica do primeiro texto, foi aprofundada a consequência ética desta zona de somreamento, provocada pelo acúmulo simultâneo de funções.

⁵⁹ O deputado Adolfo Brito (PP) já presidiu por duas vezes a Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. No seu currículo, no site do parlamento gaúcho, há inúmeras referências a sua atuação, ligada ao setor primário. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/adolfobrito/Currículo/tabid/2244/Default.aspx>>. Acesso em: 29 out. 2013.

as perguntas fundamentais da notícia, os “seis servidores” da notícia de Tuchman (1999);

(b) As fontes são selecionadas com pertinência jornalística, mas, diante da ligação entre o repórter e uma bancada vinculada ao tema do agronegócio, é legítima a dúvida potencial, sobre se os entrevistados foram escolhidos a partir de critérios de neutralidade jornalística, como, por exemplo, a senadora que também preside a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e o deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO), de histórico envolvimento com o setor primário;

(c) Quanto ao *news beats*, como nos dois primeiros textos, não há como assegurar que o assunto tenha sido coberto pelo repórter, a partir de critérios jornalísticos. No terceiro caso, permanece a dúvida sobre se a necessidade de conciliar jornadas de trabalho agiu como uma variável norteadora das opções individuais do jornalista durante a realização da pauta; mais, indo além, é pertinente que se levante uma questão sobre se o envolvimento direto do repórter e assessor com o assunto de alguma interferiu em suas decisões.

Partindo do ponto de vista fixado por Bohére (1994), destacado nas duas primeiras análises sócio-históricas, há um fundamento salarial na busca pelo Duplo Emprego ou por um emprego secundário à Mídia. A própria federação sindical, em Fenaj (2006), admite que o fenômeno decorre da precarização da profissão no Brasil. As condições estruturais e sociais para o exercício da Profissão, que levam ao Duplo Emprego, no Brasil são: salários deprimidos, piso salarial baixo, se comparado, por exemplo, com o salário mínimo nacional ou regional, e permissividade do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros e jornada de trabalho de cinco horas, fixadas pela CLT. O autor do texto está exposto às mesmas condicionantes do primeiro e do segundo jornalistas.

Na notícia “Produtor e ambientalista...”, a complementação salarial ocorre por meio do exercício simultâneo de duas funções: um cargo de jornalista no gabinete de um parlamentar na Assembleia Legislativa e o de repórter na editoria de Economia do JC. Tal decisão profissional é individual, mas constrange até mesmo a deontologia jornalística brasileira, com seus traços permissivos quanto ao Duplo Emprego. Logo, trata-se de um acúmulo de funções com repercussão ética, como também visto até aqui para os dois primeiros textos. Neste caso, as evidências se manifestam no

conteúdo, pela dúvida que também lançam sobre a seleção de fontes, critério de objetividade profissional proposto por Soloski (1999).

Há repercussão sobre duas categorias de análise ligadas ao agir ético de Plaisance (2011), a Transparência e a Autonomia. A Transparência é comprometida, pois não ficam claros, pela terceira vez, à audiência os métodos e as limitações do trabalho jornalístico. Há opacidade à condição de Duplo Emprego. Também, neste terceiro caso, fere-se a Autonomia. Embora o jornalista produza a notícia “Produtor e ambientalista criticam vetos ao código” a partir de critérios aparentes de objetividade, a dúvida potencial em relação à seleção de fontes, por outro lado, torna legítimo que se especule a hipótese de favorecimentos ou constrangimentos. Que se especule, não que se afirme, é bom ressaltar. Constitui-se o que Plaisance (2011) chama de “choque de deveres”, real ou potencial. A terceira análise complementa as duas primeiras, no argumento de que este choque deveria ser revelado, sempre, o que não ocorre no caso do JC e do profissional em Duplo Emprego analisado.

2.3.2 Análise formal-discursiva da notícia 3

O segundo movimento interpretativo da HP de Thompson (2009b) é o da análise formal-discursiva, como explicado nas duas seções anteriores. Neste ponto da análise, a Forma Simbólica selecionada é vista como uma construção cultural complexa, que carrega os traços das suas condições de produção e é capaz de representar algo a alguém. Na análise da terceira notícia selecionada do JC, “Produtor e ambientalista criticam vetos ao código”, a técnica de pesquisa será a mesma das duas primeiras, ou seja, as Estratégias da Ideologia. O objetivo é compreender se a Forma Simbólica – a notícia produzida por um jornalista com Duplo Emprego – é expressão de uma Cultura profissional, com um contexto social de produção específico, e, portanto, uma Ideologia, enxergada à Thompson (2009b), ou seja, como relação de dominação, da mesma forma como procedido nas duas primeiras.

Se as Formas Simbólicas, reiterando postulação de Thompson (2009b) extensivamente explorada nesta dissertação, carregam os traços de suas condições de produção, os textos de um jornalista em Duplo Emprego estão impregnados, de alguma forma, pelos vestígios do seu contexto de produção, incluindo os eventuais impasses éticos decorrentes do duplo vínculo, principalmente os que derivam de conflitos de interesses, reais ou aparentes, encobertos na relação entre o jornalista e a

audiência. Das cinco características da Forma Simbólica (THOMPSON, 2009b), detalhadas no Capítulo 1, portanto, a contextual e a intencional serão as usadas neste ponto da aplicação da HP ao terceiro texto, repetindo procedimento adotado para as duas primeiras notícias, com o intuito de destacar estes vestígios.

Iniciando-se a análise formal-discursiva pelo aspecto contextual, a partir da ideia de campo de interação, no qual o jornalista encena os seus capitais profissionais (THOMPSON, 2009b), deve-se destacar o valor do prestígio, um dos tópicos normalmente associado à credibilidade da produção jornalística. O prestígio imprime um traço específico à Forma Simbólica, sendo uma das amarras da relação de confiança, que entrelaça audiência e jornalistas. De novo, como nos dois primeiros textos do JC: a condição de Duplo Emprego, escondida do leitor na notícia “Produtor e ambientalista criticam vetos ao código”, incide sobre o prestígio, pois o profissional encobre sua posição de conflito de interesses.

O segundo aspecto da Forma Simbólica é igualmente determinante. Para Thompson (2009b), toda construção simbólica significativa tem um componente intencional, que merece ser analisado. O repórter do JC que produz a notícia “Produtor...” pode não ter tido a intenção de afetar a relação de confiança com a audiência e, ainda, ter tomado todos os cuidados para seguir as regras do que se considera como Jornalismo moderno e objetivo, mas os contornos da sua atuação profissional não estão nítidos. Há, portanto, repercussão na credibilidade (real ou potencial), o que lança dúvidas sobre suas decisões.

Do esquema interpretativo oferecido pelas Estratégias da Ideologia de Thompson (2009b), operado como técnica de pesquisa para proceder a análise formal-discursiva nesta dissertação, há dois modos sobre os quais é pertinente se deter, a legitimação e a dissimulação, pois ambos transparecem na notícia “Produtor e ambientalista criticam vetos ao código”. A legitimação, por exemplo, é o modo de operação da Ideologia, que usa a Forma Simbólica para justificar uma relação de dominação (THOMPSON, 2009, p. 75-76), a partir de argumentos legítimos.

Na notícia “Produtor...”, a legitimidade é pretendida por meio do uso da técnica jornalística, aparente e evidente. A estratégia usada, então, como nos dois primeiros textos, foi a da racionalização, pois a narrativa organizou-se a partir de informações racionais, apuradas e estruturadas tecnicamente, de acordo com

princípios jornalísticos, o que legitima a Forma Simbólica, embora, no caso específico, haja uma dúvida potencial sobre a seleção das fontes.

Em relação ao segundo modo geral de operação da Ideologia, o da dissimulação, indispensável à interpretação dos efeitos do Duplo Emprego sobre a credibilidade jornalística por afetar os princípios da Transparência e da Autonomia, conforme Plaisance (2011), cabe salientar que também no terceiro texto ocorre a ocultação da relação de Poder. O terceiro jornalista – ainda que transite entre uma redação de Economia e um gabinete parlamentar com interesse no agronegócio – dissimula a sua condição profissional: o leitor desconhece o duplo vínculo.

Reproduzindo evidências coletadas nas duas primeiras análises, as Estratégias da Ideologia permitem identificar como a Forma Simbólica configura uma Cultura, com condições de produção específicas, marcadas por uma permissividade diante do duplo vínculo simultâneo de trabalho. Há a racionalização da aparência do produto final, com todas as suas marcas e juízos jornalísticos, e a dissimulação do conflito de interesses, real ou potencial, o que leva à constatação de que se fixa uma assimetria entre audiência e jornalista. Como Forma Simbólica, a notícia “Produtor...” engendra uma determinada relação de dominação, portanto, ideológica, no sentido proposto por Thompson (2009b), caracterizando uma Cultura profissional permissiva, que pode ferir a presunção de confiança essencial ao consumo de um bem cultural-simbólico jornalístico.

2.4 A INTERPRETAÇÃO E A REINTERPRETAÇÃO

A partir da reiteração das evidências lançadas pela análise sócio-histórica e pela análise formal-discursiva, chega-se à terceira etapa da HP, a interpretação e a reinterpretação das três notícias publicadas no Jornal do Comércio e selecionadas para análise: “Navistar anuncia local de fábrica até o mês de junho”, “Polêmica sobre o auxílio-moradia do Judiciário volta à pauta do parlamento estadual” e “Produtor e ambientalista criticam vetos ao código”. De acordo com Thompson (2009b, p. 375), a interpretação/reinterpretação é o momento da “construção criativa de um possível significado”, a hora de colocar em conexão compreensiva os elementos capturados pelas duas primeiras etapas da tríplice análise e cujo alcance e procedimento foram explicados no Capítulo 1.

Para conduzir esta terceira etapa, será construída uma tabela síntese das evidências coletadas pelas duas primeiras análises, a partir de cada categoria proposta para esta dissertação: Globalização, Mídia (com as subcategorias Profissão e Duplo Emprego), Cultura, Formas Simbólicas, Ideologia, Ética, Transparência e Autonomia, conforme os respectivos autores que subsidiam este trabalho, Thompson (2009a e 2009b), Soloski (1999) e Plaisance (2011), no capítulo que engloba a fundamentação teórica e metodológica.

Tabela 3
Evidências da interpretação do Jornal do Comércio

Categorias	Fundamento teórico	Evidências
Globalização Thompson (2009a e 2009b)	Trânsito de práticas profissionais, interconexão entre países, racionalização de papéis profissionais em estruturas econômicas.	JC absorve regras do Jornalismo moderno, desenvolvidas nos EUA e seguidas pelo Jornalismo brasileiro.
Mídia Thompson (2009a e 2009b)	Forma específica de mediação, como meio técnico jornal, que requer habilidades, competências e formas de conhecimento, com regras e procedimentos específicos.	JC adota Manual de Redação, mas sem regras de conduta proibitivas quanto ao duplo vínculo profissional. Não exige exclusividade. Expõe seus profissionais a regras deontológicas estabelecidas pela categoria (FENAJ, 2007b).
Profissão Soloski (1999)	Controle do comportamento por meio de constrangimentos profissionais e transparência de papéis; regras de objetividade jornalística (<i>news judgement</i> , seleção de fontes, <i>news beats</i>).	Audiência desconhece a condição profissional do duplo vínculo; dúvida potencial quanto à objetividade da seleção de fontes e critérios para cobertura (<i>news beats</i>)
Duplo Emprego Plaisance (2011)	Duplo vínculo expressa um conflito de interesses.	JC permite o exercício de mais de uma atividade ligada à Mídia, com conflito de interesses real ou potencial.
Formas Simbólicas	Carregam (textos dos jornalistas em Duplo Emprego) traços das	No contextual, como campo de interação, o prestígio do

Thompson (2009b)	suas condições de produção, com cinco características fundamentais, com destaque à intencional e à contextual.	jornalista é afetado; no intencional, não há intenção de praticar desvio, mas ocorre dano ético potencial.
Cultura Thompson (2009b)	Contextos sociais, com condições de produção (da notícia, no caso) e assimetrias (acessos a recursos e mecanismos institucionalizados, rotinas, regulamentos e tendências sociais); conforma relações de Poder.	A autorização para exercício do Duplo Emprego é expressão de uma Cultura profissional permissiva do Jornalismo brasileiro.
Ética Plaisance (2011)	Baseada no conflito, na decisão que se toma entre dois valores de alcance moral. O dano depende da intenção e da consequência. Possui seis princípios do agir.	Dano potencial ao comportamento ético.
Transparência Plaisance (2011)	Elemento central da credibilidade na comunicação, é ferida quando há dúvida ou fraude. Se expressa na forma e na natureza da interação e independe do conteúdo.	O leitor do JC desconhece a condição de Duplo Emprego. Fere-se a Transparência.
Autonomia Plaisance (2011)	Independência jornalística, sem favorecimentos e constrangimentos. Choque de deveres, real ou potencial, tem de ser revelado.	JC encobre a condição profissional do duplo vínculo; não revela o choque de deveres, real ou potencial.
Ideologia Thompson (2009b)	Modos como as Formas Simbólicas, em contextos culturais específicos de operação das Mídias, servem a relações de dominação (Poder)	JC estabelece relação assimétrica de Poder (dominação), pois o jornalista mascara sua condição à audiência, valendo-se de uma Cultura profissional permissiva ao duplo vínculo.

Assim, partindo-se da síntese organizada na tabela acima com as evidências reveladas pela análise sócio-histórica e pela análise formal-discursiva, pode-se dizer que a Globalização das práticas jornalísticas distribuiu pelo mundo procedimentos profissionais racionais, mas a forma como a Profissão está organizada nos países

travou ou incentivou a absorção de determinadas regras. Os manuais de redação e os guias de conduta ética espalharam-se, mas, no caso brasileiro, adaptaram-se à realidade do mercado local, garantindo, assim, formas específicas de operação para a Mídia, incluindo o jornal.

Por conta da necessidade de Autonomia e Transparência, essenciais ao agir ético e responsável – como subsídios indispensáveis à credibilidade –, o jornalista precisa evitar conflitos de interesses e expor com clareza as suas reais condições de produção da notícia, suas limitações e seus métodos. No caso dos EUA, o principal guia de Ética dos profissionais do Jornalismo veda a prática do Duplo Emprego, mas, no Brasil, o documento de conduta do jornalista deixa a porta aberta para que o jornalista trabalhe em uma redação e tenha um emprego secundário. O trânsito de regras, que se estabeleceu entre EUA e Brasil, não atingiu o âmbito da conduta.

Para conter esta permissividade e garantir uma produção de notícia que respeite o pacto de confiança e de credibilidade entre leitor e jornal, algumas publicações exigem a exclusividade, impedindo que a Profissão de jornalista seja exercida, ao mesmo tempo, por um indivíduo, na redação e em assessorias de imprensa. O Jornal do Comércio não age desta forma, afastando-se de um cuidado que vigora entre os principais veículos de comunicação brasileiros. Diante da permissão tácita e levando em conta a combinação entre uma política salarial depreciativa com uma jornada de trabalho reduzida (de cinco horas diárias), o jornalista do JC sente-se autorizado a buscar uma forma de renda complementar, ainda que este complemento implique em consequências éticas não intencionais.

O impacto desta deficiência ética original transparece nas três Formas Simbólicas analisadas, “Navistar anuncia local de fábrica até o mês de junho”, “Polêmica sobre o auxílio-moradia do Judiciário volta à pauta do parlamento estadual” e “Produtor e ambientalista criticam vetos ao código”, a partir de uma estrutura racional da notícia e da dissimulação da condição profissional do jornalista, por meio de uma Estratégia da Ideologia. Desta maneira, consagra uma forma de agir do jornalista em Duplo Emprego, com padrões de decisão e contextos sociais de produção, ligados a uma Cultura profissional que tolera o desvio.

O jornalista em Duplo Emprego, ao mascarar a sua condição profissional e produzir bens simbólicos com aparência técnica, seguindo modelos jornalísticos

modernos, racionais e objetivos, balança a relação de confiança com o seu público, deixando-a assimétrica. Portanto, agindo assim, engendra uma relação de Poder entre a geração de conteúdo e a audiência, alimentando uma Ideologia, que reafirma a distorção ética do mercado profissional, como se ela fosse natural e sobre a qual não se discute, a ponto de constituir uma Cultura profissional permissiva.

3 O CASO CORREIO DO POVO

O procedimento analítico e interpretativo da Hermenêutica de Profundidade (HP), conforme desenhada teoricamente por Thompson (2009b), será aplicado ao jornal Correio do Povo (CP). A opção por um segundo jornal tem o objetivo de aprimorar a compreensão sobre como se desdobra a questão do Duplo Emprego no mercado profissional para o exercício do Jornalismo no Rio Grande do Sul, a partir da consideração como objeto de estudo de dois dos principais jornais impressos do Estado.

A HP, ainda vale lembrar, embora neste capítulo as observações de natureza teórica empreendidas no Capítulo 2 sobre as engrenagens de operação teórica do modelo de Thompson (2009b) não sejam repetidas⁶⁰, interpreta as Formas Simbólicas – os textos de jornalistas, em situação profissional de trabalhar, simultaneamente, em redação e em atividades secundárias, ligadas à Mídia – como construções simbólicas significativas, portanto interpretáveis, inseridas em uma Cultura profissional e colocadas a serviço de movimentos da Ideologia, por meio de estratégias específicas, que sustentariam relações de assimetria de Poder (de dominação).

Como visto até aqui, a opção pela HP permite, ao mesmo tempo, a análise das Formas Simbólicas e do seu contexto de produção (THOMPSON, 2009b), o que se torna rico, metodologicamente, para interpretar, no caso, a condição de um jornalista do Correio do Povo, em dupla atividade, a partir dos conflitos de interesses inevitáveis que subjazem à acumulação de atividades, observando de que forma tal situação pode se manifestar, ou não, no conteúdo produzido pelo profissional. O valor da HP transparece, justamente, porque este referencial também exige que se reconstruam as condições sociais e históricas de produção dos textos, que fundamentam o funcionamento do mercado profissional para o Jornalismo brasileiro, com as suas condicionantes institucionais e normativas.

⁶⁰ Todas as explicações sobre o funcionamento teórico da Hermenêutica de Profundidade (HP), de Thompson (2009b), e o detalhamento das categorias de análise definidas *a priori* para esta dissertação estão concentradas nos capítulos 1 e 2. Neste capítulo, as duas frentes de interpretação serão novamente aplicadas ao Correio do Povo, esmiuçando as Formas Simbólicas selecionadas, mas sem repetir considerações teóricas já feitas das duas primeiras partes. Tal opção pela síntese fará com que a análise sobre o Correio do Povo seja menos detalhada do que a produzida para o Jornal do Comércio, mas sem comprometer a captura de evidências para a conclusão final, que dependerá do observado nos dois jornais.

Neste capítulo, portanto, serão analisados como casos de Duplo Emprego de jornalistas do Correio do Povo podem reverberar uma Cultura profissional permissiva, marcada por um impasse ético, seja ele real ou potencial. O movimento interpretativo também será aplicado sobre três notícias selecionadas do jornal, empreendendo a análise sócio-histórica, a análise formal-discursiva e a interpretação/reinterpretação, como prescrito no ferramental teórico-metodológico da HP.

3.1 A NOTÍCIA 1 DO CORREIO DO POVO

O primeiro texto escolhido para análise é a notícia “Novo carro GM sai até dezembro”, publicada na página 6 da edição de 4 de junho de 2012. O texto foi assinado por um jornalista que, além de produzir reportagens para a editoria de Economia, também trabalhava na Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital do governo do Estado. A condição de repórter do CP fica atestada pela assinatura da notícia. O trabalho em um departamento de divulgação de assuntos do Executivo do Rio Grande do Sul pode ser confirmado por referências ao nome do profissional no site do governo, como em uma notícia assinada publicada no dia 10 de janeiro de 2013, sobre o comportamento das exportações gaúchas.

A seleção levou em conta a possibilidade de identificar a autoria, por meio de uma notícia do periódico assinada, para a posterior caracterização do Duplo Emprego. O texto selecionado trata de um tema indiretamente ligado ao trabalho secundário do jornalista, na medida em que a montadora General Motors tem relação de proximidade com a administração do Estado, por se tratar da principal indústria automobilística do Rio Grande do Sul e receber incentivos fiscais⁶¹ por parte do governo gaúcho.

Desta forma, o assunto do texto assinado tangencia as limitações permissivas da norma deontológica do Jornalismo brasileiro, que autoriza a atividade secundária, desde que o jornalista não produza conteúdo sobre tema de interesse da instituição assessorada, conforme definido em Fenaj (2007b). Na primeira notícia do CP, o

⁶¹ Em notícia no site do governo do Estado, o governador Tarso Genro situa a ligação: “Nosso objetivo é reestimar o desenvolvimento econômico e social do Estado. E faremos isso com a chegada de empresas que façam o que a GM fez aqui: se enraizou e se capilarizou, integrando-se à base produtiva local, gerando frutos para Gravataí e para todo o Rio Grande”. Disponível em: <<http://www.estado.rs.gov.br/noticias/1/97310/Noticias-Tarso-acompanha-projeto-de-expansao-da-fabrica-da-GM-em-Gravatai>>. Acesso: em 15. Nov 2013.

repórter detalha como estão as obras da empresa, que irão garantir a montagem de um novo automóvel e trata da previsão de inauguração em dezembro de 2012 da nova planta, onde a companhia norte-americana, segundo o texto, teria aplicado R\$ 1,4 bilhão.

A íntegra da notícia:

Com obras civis 100% concluídas em janeiro passado, o projeto Onix, de expansão do complexo automotivo da General Motors (GM), em Gravataí, prepara-se para lançar, no último trimestre do ano, o primeiro de seus dois novos modelos de veículos: um hatchback (compartimento de passageiros e porta-malas integrados). O modelo já começou a ser fabricado em caráter experimental. O outro, um sedan, irá rodar em 2013. Ambos são complementares aos já produzidos no RS, o Celta e o Prisma. Até o final do processo, 6,2 mil pessoas estarão com carteiras de trabalho assinadas, entre a fábrica da GM, fornecedores sistemistas e terceiros. Dessas, mil vagas são do Onix.

Vai crescer também o número de empresas fornecedoras. Passará das atuais 17 para 19. Entrarão nesse time, com localização dentro da área do complexo, a Denso (sistemas de arrefecimento e aquecimento) e a Android (montagem de subconjuntos). Assim, serão finalizados os R\$ 1,4 bilhão em investimentos do projeto Onix, iniciados em julho de 2010. Além desse valor há mais R\$ 600 milhões aplicados em outras operações da GM no Brasil, centros de design, engenharia (laboratório e campo de provas) e na unidade do RS.

Quando os dois modelos forem produzidos em série, a capacidade instalada da montadora, que hoje elabora 930 carros por dia, ou 53,5 por hora, irá das 230 mil unidades/ano atuais para 380 mil unidades/ano, mas o mercado consumidor fará o ajuste da quantidade final. Até o lançamento, a fábrica da GM passará por estruturação. Significa adaptação da sua linha de montagem, além da instalação de novos equipamentos. Em matéria de robôs há hoje, por exemplo, 240 em operação. No final do processo serão adicionados mais 240 robôs. Os 17 sistemistas passam também por etapa de expansão da sua capacidade produtiva no complexo industrial de Gravataí.

Por enquanto, a General Motors não revela muitos detalhes do seu projeto por questões de estratégia e competitividade. Por isso, não dá qualquer precisão sobre a chegada dos carros ao mercado consumidor.

No que se refere aos novos empregos, uma seleção tem sido feita pela Azeredo Consultores & Associados - RH, empresa recrutada pela GM. Sua página de acesso na Internet é www.azeredoconsultores.com.br. Na última sexta-feira eram aceitos currículos para vagas de operador de produção e eletricitas e eletrônicos de manutenção, entre outras especializações. Conforme a GM/RS, 95% dos trabalhadores no complexo são gaúchos. O percentual deverá se manter.

3.1.1 Análise sócio-histórica da notícia 1

Como primeira etapa da análise, serão reconstituídas as condições sociais e histórias de produção, circulação e recepção das Formas Simbólicas, cuja importância

à HP de Thompson (2009b) foi explicada. Como em todos os textos que serão analisados neste capítulo, o primeiro movimento interpretativo estará em compreender como as categorias Globalização, Mídia (com suas subcategorias Profissão e Duplo Emprego), Cultura, Formas Simbólicas, Ideologia, Ética, Transparência e Autonomia se manifestam na reconstituição das condições sociais e históricas que geram o Duplo Emprego e influenciam a produção de conteúdo por parte de profissionais em dupla atividade simultânea, no Correio do Povo. Não serão retomados elementos da fundamentação teórica, principalmente em relação à caracterização destas categorias de análise.

Para Rüdiger (1993, p. 58), o “desenvolvimento do jornalismo moderno no Rio Grande do Sul está diretamente ligado ao nome do jornal Correio do Povo”, cuja evolução, ao longo de uma história que se inicia em 1895, pode ser organizada por fases, associadas ao controle empresarial da publicação, três no total, a primeira inaugurada pelo pioneiro Breno Caldas. As práticas organizacionais daqueles primeiros dias significaram o embarque da Imprensa do Estado em um novo regime jornalístico. O terreno era fértil a experiências que neutralizassem, de alguma forma, o clima de rivalidade política da sociedade gaúcha à época (RÜDIGER, 1993) e sua reprodução por parte de um incipiente Jornalismo.

Ao ser criado e conduzido a partir de uma mentalidade empresarial, “com sucessivos investimentos na estrutura tecnológica e administrativa” (RÜDIGER, 1993, p. 58-59), o CP fixa-se como marco no Rio Grande do Sul de um traço comum à história do Jornalismo em todos os países: a busca por se afastar de influências políticas e econômicas. Este processo de afastamento está detalhado em Rüdiger (1993), Traquina (2005) e Lago e Romancini (2007). Retrato desta postura inovadora, para a época, percebe-se em um trecho do primeiro editorial: “Este jornal vai ser feito para toda a massa⁶², não para determinados indivíduos de uma única publicação”⁶³.

Começando a operar as categorias definidas para esta dissertação, toma-se a ideia de Globalização, conforme proposta por Thompson (2009a), da qual derivam

⁶² Não deixa de ser instigante encontrar a palavra massa no primeiro editorial do CP, já que o termo está associado às transformações que levaram à configuração da indústria cultural.

⁶³ In: RÜDIGER, Francisco. **Tendências do Jornalismo**. Porto Alegre: Editoria da Universidade, 1993.

três forças associadas ao fenômeno da comunicação: (a) interconexão econômica, (b) compartilhamento de modelos empresariais e (c) transferência de práticas profissionais, em todos os campos da produção de bens, incluindo o jornalístico, que é o interesse desta dissertação. Do ponto de vista empresarial, o Correio do Povo incorporou uma mentalidade de gestão, difundida pela Globalização, ainda que incipiente no século XIX: “a novidade do jornal e o principal fator do seu sucesso não se encontra na magia do seu texto ou conteúdo editorial, mas sim na postura empresarial assumida por seu empresário” (RÜDIGER, 1993, p. 58). Pelo menos na sua origem, o CP exibia este compromisso de gestão, cuja força motriz é globalizante.

Em relação às práticas profissionais, a Imprensa brasileira recebeu boa parte das suas influências de configuração dos EUA (LINS DA SILVA, 1991), de cujo modelo de operação, delineado por Neveu (2006), pode-se destacar a profissionalização de habilidades e práticas, a valorização do processo de *newsgathering* e a interação leitor-jornalista baseada na credibilidade. A Imprensa brasileira tendeu a acompanhar estas forças, e com o Correio do Povo não foi diferente. Um dos traços desta racionalização é a constituição de papéis profissionais, dentro de uma redação e fora dela, em atividades tipicamente jornalísticas (TRAQUINA, 2005).

Não há norma interna que vede o Duplo Emprego no Correio do Povo, contrariando um princípio de proibição, que se afirmou na deontologia norte-americana, expresso por uma norma, que consta no Código de Ética da Associação dos Jornalistas Profissionais dos EUA. Vale para o CP a constatação observada em relação ao Jornal do Comércio: a Globalização das práticas, que trouxe para o Brasil esta concepção de que a assessoria de imprensa pode ser exercida por jornalistas, não transportou a orientação ética de constranger o duplo vínculo.

Nos EUA, “o jornalista deve evitar o emprego secundário” (OBSERVATÓRIO DE ÉTICA JORNALÍSTICA, 2012, p. 81). No Brasil, o jornalista não pode, apenas, “realizar cobertura jornalística para o meio de comunicação em que trabalha sobre organizações públicas, privadas ou não governamentais da qual seja assessor” (FENAJ, 2007b). A Globalização, que fez o trânsito de procedimentos editoriais, não transportou automaticamente padrões de conduta.

Ao não proibir o Duplo Emprego, o Correio do Povo, portanto, contrasta com alguns dos mais importantes veículos de comunicação brasileiros e encaixa-se na permissividade flexível, prevista pelo Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Um panorama da exigência de exclusividade no Brasil pode ser conferido na Tabela 2 do Capítulo 1. Na classificação criada para esta dissertação, o jornal centenário autoriza o que está denominado como um ambiente permissivo⁶⁴.

Na segunda categoria, Mídia, na visão de Thompson (2009b), leva-se em conta que o jornal articula interações específicas do meio técnico, entre a geração de conteúdo e o leitor, a partir da articulação de três tipos, ligados a um dos quatro atributos das Formas Simbólicas, quais sejam: (a) tipos de habilidades, (b) competências e (c) formas de conhecimento. Os três integram o conjunto do que se pode chamar de regras e procedimentos, de que o jornalista se municia ao estabelecer a relação mediada e determinada com o leitor.

O Correio do Povo, ao autorizar o Duplo Emprego, produz Formas Simbólicas a partir de regras e procedimentos, qualificáveis como opacas, sem que ao leitor seja dado perceber a condição do duplo vínculo. A notícia “Novo carro GM sai até dezembro” é meramente descritiva. Não são mencionadas as fontes, o que, no Jornalismo, não se constitui em um problema, desde que justificadamente (KOVACH; ROSENTIEL, 2005), mas o leitor desconhece a condição do repórter. A notícia foi produzida a partir de um lugar embaralhado, permissivo, admitido por uma Cultura profissional. No caso, um jornalista, que trabalha no governo do Estado, produz uma notícia sobre uma empresa de alguma forma ligada ao poder político gaúcho.

Assim, do ponto de vista desta interpretação, afeta-se a forma de conhecimento, que são os recursos culturais articulados no intercâmbio simbólico (THOMPSON, 2009b): eles estão condicionados pelo Duplo Emprego, pois o jornalista mascara esta condição de conflito de interesse no ambiente da leitura, permitido pelo meio técnico jornal. Neste ponto, destaca-se uma evidência: o surgimento de interesses estranhos à função de informar, aparentes ou camuflados. As decisões jornalísticas podem resultar comprometidas e, portanto, perde-se

⁶⁴ De acordo com a classificação expressa na Tabela 1 e 2 desta dissertação.

Autonomia. Assim, o jornalista tem a sua “credibilidade severamente abalada”, de acordo com Plaisance (2011, p. 174).

Como Mídia, ainda, o Correio do Povo deveria adotar padronizações, sejam elas impositivas ou permissivas. Tais regramentos, relativamente estáveis, precisariam ser identificados na avaliação das instituições sociais da análise sócio-histórica, conforme Thompson (2009b, p. 367). Não há um livro de regras que organize, publicamente⁶⁵, procedimentos técnicos ou normas de conduta no Correio do Povo, afetando a Transparência (PLAISANCE, 2011), pois a relação com o leitor está baseada na credibilidade e na constituição de um “conjunto relativamente estável de regras e recursos” (THOMPSON, 2009b, p. 367).

Como não há regramento interno, o Correio do Povo precisa contar com os constrangimentos determinados pela Profissão. São eles que, de acordo com as teorias organizacionais do Jornalismo, controlam a redação com normas, que os jornalistas seguem por temor a sanções ou por desejo de recompensas (BREED, 1999). Soloski (1999) defende que a Profissão age sobre os empregados a partir de comportamentos compartilháveis. No caso do Jornalismo, a norma profissional mais importante é a objetividade, que opera a partir de três movimentos, na formulação soloskiana, o *news judgement* (as decisões sobre o que vai ser notícia), a seleção de fontes e o *news beats* (as áreas e as rotinas de cobertura, a partir de critérios operacionais).

São os três que fundamentam a objetividade e abrem caminho para a credibilidade, o equilíbrio e a imparcialidade da informação (SOLOSKI, 1999). Observando-se como se manifestam na notícia “Novo carro GM sai até dezembro”, percebe-se que a duplicidade de trabalho – como repórter de Economia e jornalista na Secretaria de Comunicação – afeta, potencialmente, a isenção sobre a seleção da notícia e sobre, até mesmo, o acesso a informações privilegiadas, ligadas ao investimento. Mesmo que o jornalista tome todos os cuidados, mantenha barreiras éticas individuais e não use a sua condição de trabalhar no governo como ferramenta de apuração – ou seja, evite o tráfico de informações –, é legítimo que se suspeite do *news judgement*, da seleção de fontes e até mesmo do *news beats*, a partir da noção de dano potencial (PLAISANCE, 2011).

⁶⁵ Como já visto em Bronosky (2010), a ausência também prejudica a credibilidade perante o público.

Aliás, sobre o *news beats* de Soloski (1999) deste caso, também vale afirmar, na reconstituição sócio-histórica, que a condição de Duplo Emprego compromete a Transparência da decisão pela cobertura do Correio do Povo, pois o relato só pôde ser produzido a partir da possibilidade de conciliação entre jornadas de trabalho complementares. Este é um traço comum a todos os seis textos analisados nesta dissertação: as Formas Simbólicas são produzidas a partir de uma administração diária de jornadas de trabalho. Carregam, portanto, as marcas desta rotina, de suas condições de produção (Thompson, 2009b).

Cabe, ainda, para o texto “Novo carro...”, analisar a seleção de fontes. A notícia, meramente, descreve como será o investimento. Não há fontes oficiais, nem pelo lado da empresa, nem com qualquer representante do governo do Estado. Também não é feito nenhum tipo de questionamento aos dados apresentados⁶⁶. O jornalista apenas cita a dificuldade de obter uma voz oficial, no trecho “por enquanto, a General Motors não revela muito detalhes do seu projeto por questões de estratégia de competitividade”.

Como é dentro da Mídia que acontece o Duplo Emprego, então é importante, como etapa de aplicação da HP, remontar a estrutura social, que de alguma maneira estimule a busca por atividades complementares. As evidências apontadas aqui valem para a análise sócio-histórica dos três textos selecionados do Correio do Povo. A condição institucional que autoriza o Duplo Emprego foi vista, exaustivamente, nesta dissertação: reside na permissividade do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (FENAJ, 2007b), no tópico que menciona os cuidados para a conciliação de atividades, sem vedá-la.

Quanto aos aspectos sociais, o elemento mais evidente é o salarial. Bohére (1994) entende que a insuficiência de remuneração está na raiz do Duplo Emprego. O salário básico de entrada na redação do Correio do Povo é o piso atual para o exercício do Jornalismo na Capital, negociado pelo Sindicato dos Jornalistas do Rio

⁶⁶ Não se quer, com esta observação, afirmar que toda a notícia só exista como tal na medida em que questione todas as informações. Retomando Kovach e Rosentiel (2005), para garantir a transparência e a essência da atividade jornalística, é importante apostar em uma disciplina firme de verificação. Na visão dos autores, este comportamento exige que se ofereça ao público, a cada informação, os elementos para que ele possa confiar nela. Isso, no Jornalismo, só ocorre quando se explica, permanentemente, “como sabemos o que sabemos” (p. 85).

Grande do Sul, de R\$ 1.690,00 (2012-2013, com data base em junho). O jornal também exige dos seus profissionais, envolvidos com a reportagem, o cumprimento da jornada de trabalho do jornalista, de cinco horas, conforme estabelecido pelo artigo 303 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Assim, boa parte dos jornalistas, empregados no Correio do Povo, está submetida a uma relação deprimida de remuneração, entre o piso salarial e o salário mínimo nacional. A relação, que foi de 5,71, segundo Fonseca (2008), está em 2,49, tomando com base o salário mínimo nacional de R\$ 678, mesmo patamar do JC.

A estrutura salarial baseada em um piso equivalente a 2,49 salários mínimos nacionais e uma jornada de trabalho reduzida, se comparada a outras categorias, de apenas cinco horas, sustentam a condição de incentivo ao Duplo Emprego, o que é reconhecido pela própria categoria como um elemento corrosivo das condições de trabalho do jornalista (FENAJ, 2006). Há uma evidente necessidade material, motor da busca por fontes alternativas de renda. No caso analisado, o profissional concilia o emprego no Correio do Povo com o emprego público.

Trata-se de uma decisão individual, justificável pelas condicionantes materiais vistas neste ponto da análise – e que se repetirão nos dois próximos casos analisados –, mas não há como deixar de apontar a repercussão ética. O argumento desta dissertação é que, se o impacto não ocorre diretamente, de forma ostensiva e direta no conteúdo, manifesta-se indiretamente, na medida em que o Duplo Emprego representa um conflito de interesses, não explicitado na produção das mensagens pelo meio técnico jornal.

Ampara-se esta evidência na concepção de Plaisance (2011): o dano ético não precisa ser real, pode ser apenas potencial, porque o autor entende que o efeito de uma decisão ética manifesta-se tanto na intenção quando na consequência, o que ajuda a esclarecer o tipo de prejuízo que pode ser provocado pelo Duplo Emprego, na perspectiva adotada por este estudo: a administração pessoal de conflitos não imuniza o duplo empregado. O dano lhe escapa, ao atingir a Autonomia e a Transparência, por mais que sejam adotados escudos individuais.

Ao se explorar a categoria Transparência na notícia “Novo carro GM sai até dezembro”, nos termos propostos por Plaisance (2011), é preciso analisar como se dá a interação entre jornalista e leitor, independentemente do conteúdo, pois esta

relação é indissociável da credibilidade, que pode ser atribuída ao veículo de comunicação. Para Plaisance (2011), falta Transparência quando se comete um desvio (o que ele chama de fraude), mas também quando se gera qualquer tipo de interrogação sobre a forma como a informação foi produzida. Dúvidas, despistes e encobrimentos afetariam a Regra da Transparência, inspirada em Kovach e Rosentiel (2005), por meio da qual o jornalista é obrigado a iluminar os métodos e a indicar as limitações do seu trabalho. O jornalista do Correio do Povo – assim como os dois colegas de veículo que serão analisados em seguida – mascara sua condição ao público, encobre seus limites.

Pela abordagem de Plaisance (2011), um segundo aspecto que configura o que pode ser chamado de agir ético responsável é a Autonomia, fundada no princípio da independência jornalística. O jornalista do CP, que também trabalha no governo do Estado, produz a notícia “Novo carro GM sai até dezembro” em um cenário de incerteza, que autoriza a desconfiança sobre procedimentos, ainda que não intencionais. Há, novamente, o que Plaisance (2011) chama de “choque de deveres”, que pode ser real ou potencial. Este choque deveria ser revelado, sempre, o que não ocorre nos casos do Correio do Povo em que o profissional se expõe aos desdobramentos éticos do Duplo Emprego.

3.1.2 Análise formal-discursiva da notícia 1

A segunda etapa da HP, na arquitetura teórico-metodológica de Thompson (2009b), é a análise formal-discursiva da Forma Simbólica, buscando compreender suas articulações como algo capaz de constituir fenômeno social e significar algo a alguém. Combinada à análise sócio-histórica, na medida em que identifica padrões e relações, abre caminho para se alcançar a chave da interpretação/reinterpretação hermenêutica.

A ideia essencial a ser mais uma vez retomada, para aplicar as proposições da HP, é a de que as Formas Simbólicas carregam os traços das suas condições de produção, incluindo, no caso específico, os eventuais impasses do Duplo Emprego, sejam eles explícitos ou disfarçados à audiência. Dentro destas condições de produção, manifestam-se cinco características da Forma Simbólica (THOMPSON, 2009b), das quais duas, em especial, interessam preliminarmente a esta análise: a contextual e a intencional.

A contextual trabalha com a ideia de campo de interação, no interior do qual os atores exibem e articulam os capitais de que dispõem, no caso dos jornalistas, o prestígio, que alicerça a credibilidade. A condição do duplo vínculo, escondida na notícia “Novo carro GM sai até dezembro”, altera o prestígio, mesmo que não explicitamente, pois o jornalista produz o texto sem que o leitor saiba o lugar de onde escreve, quer dizer, o seu vínculo empregatício como servidor público, do Executivo gaúcho, lotado em uma pasta, que formula as estratégias de comunicação do governo. Tal condição imprime um traço específico às condições de consumo da Forma Simbólica. Outro traço é impresso pelo aspecto intencional de toda construção simbólica (THOMPSON, 2009b), que também merece ser analisado no caso do jornalista do Correio do Povo. Intencionalmente ou não, o mascaramento da sua posição profissional conflitante repercute na confiança (real ou potencial) a respeito das decisões jornalísticas do profissional.

Aplicando como técnica de pesquisa a Estratégia da Ideologia, serão destacados como modo de operação da Ideologia a legitimação e a dissimulação. Thompson (2009b) prevê que cada modo tenha as suas Estratégias da Ideologia específicas – embora seja bastante flexível quanto à amplitude de possibilidades de ação estratégica –, e as duas são encontradas no texto “Novo carro GM sai até dezembro”. A legitimação é o modo de operação da Ideologia que usa a Forma Simbólica para justificar uma relação de dominação (THOMPSON, 2009, p. 75-76), a partir de argumentos legítimos. Estes argumentos podem ser de diversas naturezas, cada uma delas configurando uma estratégia específica decorrente, que entram em ação na condição concreta de consumo da Forma Simbólica.

No caso do CP analisado, por meio da estratégia da racionalização, o jornalista adota um estilo descritivo e detalhista, com as informações sobre o investimento. Ou seja, aposta em informações econômicas, estruturadas tecnicamente. Por meio dela, o autor organiza uma “cadeia de raciocínio, que procura defender, ou justificar, um conjunto de relações” (THOMPSON, 2009b, p. 82). A narrativa se apresenta ao leitor com a estrutura racional da notícia, o que legitima a Forma Simbólica.

A base da ação da Ideologia, neste caso, se dá pelo entrelaçamento de informações, apresentando-o de uma maneira racional, como legítima. Thompson (2009b) observa que esta exigência de legitimação “está baseada em certos

fundamentos, expressa em certas formas simbólicas e que pode, em circunstâncias dadas, ser mais ou menos efetiva” (p. 82). De qualquer maneira, é esta estrutura em forma de notícia que vai permitir o contato do leitor com o meio técnico jornal e abrigar algum tipo de relação legítima com um produto, eivado pelas marcas de uma Cultura profissional.

A dissimulação manifesta-se, mais uma vez, como elemento de compreensão sobre como a Autonomia e a Transparência manifestam-se no exercício da Profissão no CP. Thompson (2009b) entende que a dissimulação pode ser acionada por uma variedade de diferentes estratégias. No caso da notícia do CP, há uma ocultação da relação de Poder, empreendida pela Forma Simbólica, em decorrência do fato de o jornalista em análise dissimular a sua condição profissional: o leitor desconhece o duplo vínculo.

O Duplo Emprego é ocultado, negado, o que caracteriza uma estratégia de dominação, na concepção de Thompson (2009b), pois a dissimulação desvia a atenção ou “passa por cima de relações e processos existentes” (p. 83). No caso, desvia a atenção, pois os eventuais conflitos de interesses não são levados em conta pela audiência ao consumir a notícia – descartando qualquer possibilidade de dúvida quanto ao acesso à informação –, e também passa por cima de um processo existente, que é a relação de confiança entre leitor e meio técnico, essencial ao Jornalismo (BUCCI, 2000).

Tais Estratégias da Ideologia, portanto, configuram uma Cultura, na medida em que caracterizam as condições de produção da notícia no Correio do Povo, que também serão perceptíveis nas análises a seguir. Prevalece, pelo que se viu nesta seção, a racionalização da aparência do produto jornalístico final e a dissimulação de um traço profissional, contaminado por um dano ético (real ou potencial). Forma-se, assim, a partir da argumentação de Thompson (2009b) aplicada à análise, uma assimetria de Poder, na relação entre leitor e jornalista, no campo de interação para consumo do bem simbólico Correio do Povo. Como Forma Simbólica, a notícia “Novo carro GM sai até dezembro” articula uma relação de dominação, baseada na assimetria, provocada pela ocultação do duplo vínculo. Tal subversão do laço de confiança entre jornalista e audiência teria alcance ideológico, na acepção de Thompson (2009b).

3.2 A NOTÍCIA 2 DO CORREIO DO POVO

O segundo texto é “Dupla argentina no meio”, publicado na edição do dia 18 de abril de 2012. A notícia foi assinada por um jornalista que trabalha na editoria de Esportes do Correio do Povo e, ao mesmo tempo, na assessoria de comunicação de um clube de recreação e esportes amadores de Porto Alegre. O trabalho secundário é confirmado por referências ao nome do profissional, em materiais de divulgação desta entidade esportiva, como em um relise de 10 de julho de 2012, sobre a ligação do clube com as Olimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro.

O texto publicado no Correio do Povo não trata de um assunto ligado diretamente ao cotidiano da sociedade recreativa, mas a duplicidade profissional testa a permissividade deontológica do Jornalismo brasileiro, conforme Fenaj (2007b), pois o jornalista pertence a uma editoria, a de Esportes, que aborda, eventualmente, temas relacionados à associação onde o jornalista analisado mantém o segundo vínculo de emprego. Tal duplicidade cria, no âmbito deste estudo, uma situação específica, pois o jornalista em Duplo Emprego exerce na Imprensa uma atividade com ligação temática direta ao emprego secundário.

Vale lembrar que a norma deontológica vigente no Brasil, em Fenaj (2007b), menciona que o jornalista não pode, apenas, produzir textos sobre tema de interesse da entidade que assessora. O texto selecionado trata de uma notícia sobre os preparativos da equipe do Internacional de Porto Alegre, para uma partida pela Libertadores da América de 2012, que seria disputada no Peru, contra o Juan Aurich. Não há, portanto, ligação temática direta com o segundo vínculo profissional.

A íntegra da notícia:

O defeituoso gramado do estádio Elias Aguirre, em Chiclayo, será palco da estreia de uma nova parceria. Lá, no interior do Peru, D'Alessandro e Dátolo iniciarão sua primeira partida juntos pelo Inter. Eles estão confirmados por Dorival Júnior no meio-campo que começa a partida contra o Juan Aurich, amanhã, pela Libertadores.

Eles já jogaram juntos algumas vezes. No domingo, por exemplo, atuaram os últimos 45 minutos da vitória sobre o Cerâmica, pelo Gaúcho. Foi a partida que marcou a volta de D'Alessandro após um período afastado por lesão. "Estou feliz. Voltei bem e sem dor nenhuma. Da lesão, estou 100%. O ritmo de jogo vou pegar aos poucos", diz.

D'Alessandro é velho conhecido dos colorados. Está no Beira-Rio desde 2008. Dátolo, por sua vez, desembarcou em Porto Alegre no início do ano como uma das principais contratações da temporada. O entrosamento -

até aqui praticamente só fora de campo - foi quase automático. Sem dúvida, o fato de ambos serem argentinos facilita.

"O Dátolo tem qualidade e acrescenta muito ao time. Como argentino, fico feliz por ver que ele se adaptou bem. O grupo do Inter é muito bom neste sentido", finaliza D'Alessandro.

3.2.1 Análise sócio-histórica da notícia 2

Nesta seção, serão reconstituídas as condições sociais e históricas de produção da Forma Simbólica selecionada, a notícia “Dupla argentina no meio”. A partir deste momento, neste capítulo, as análises serão resumidas, pelo fato de serem publicadas no mesmo jornal analisado na primeira seção. As categorias para as quais haveria redundância analítica⁶⁷, como reconhecido na interpretação do JC, são: Globalização, Cultura, Mídia (com suas subcategorias Profissão e Duplo Emprego), Formas Simbólicas, Ideologia, Ética, Transparência e Autonomia.

Neste momento, vai-se optar por assumir, para esta subseção, que se repetem as evidências apontadas na aplicação da HP ao primeiro texto analisado. Eventuais especificidades serão sublinhadas, se existirem. Também não serão tecidos comentários teóricos, associados à configuração das categorias, destacados na análise do primeiro texto. O foco estará em, apenas, pinçar os tópicos específicos do texto analisado e em como a condição do Duplo Emprego condiciona as condições de produção da Forma Simbólica selecionada.

Repete-se, portanto, o que observado para a categoria Globalização (THOMPSON, 2009b), na análise do texto anterior: o Correio do Povo é marco da modernização da Imprensa no Rio Grande do Sul, com introdução de técnicas empresariais de gestão (modelos econômicos) (RÜDIGER, 1993) e a transferência de práticas profissionais. É neste contexto do Jornalismo brasileiro que o texto selecionado se insere. Um Jornalismo que importou práticas profissionais e técnicas jornalísticas de um modelo de inspiração norte-americana (LINS DA SILVA, 1991), mas não adotou o mesmo tipo de restrição normativa ao duplo vínculo, por meio de barreiras deontológicas.

Para a categoria Mídia, renova-se para o texto “Dupla argentina no meio” as consequências de o Correio do Povo não adotar nenhuma regra que impeça o

⁶⁷ O mesmo procedimento será adotado no próximo texto, pois a notícia também foi publicada no Correio do Povo.

jornalista de buscar o emprego secundário, contornando, assim, o obstáculo criado pela separação de papéis entre os elos de produção da notícia, que caracteriza a modernização do Jornalismo (TRAQUINA, 2005). Assim, o exercício da Profissão no jornal está submetido à permissividade autorizada pelo Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (FENAJ, 2007b) e à ausência de um veto interno, como os definidos pelos principais veículos de comunicação brasileiros, conforme Tabela 2, no Capítulo 1.

Retoma-se constatação anterior: a Globalização, que movimentou práticas editoriais e empresariais, absorvidas pela Imprensa brasileira, não deslocou procedimentos deontológicos, na mesma proporção e intensidade. No caso do segundo texto, não há norma que impeça o jornalista de conviver na editoria de Esportes do Correio do Povo e trabalhar em um clube esportivo, envolvido com esportes amadores, que, eventualmente, necessitam de divulgação.

Como Mídia, no entendimento de Thompson (2009b) para a categoria, o Correio do Povo articula uma mediação específica. A relação se estrutura em torno de atributos específicos, entre os quais (a) tipos de habilidades, (b) competências e (c) formas de conhecimento, que o jornalista coloca em movimento como regras e procedimentos. Ao autorizar o Duplo Emprego, corre-se o risco de embaralhar o uso das regras e dos procedimentos, pois a condição de duplo vínculo não é transparente ao ato de leitura.

Na notícia em análise, “Dupla argentina no meio”, o problema pode se agravar pelo fato de a editoria de Esportes de um jornal conviver com um profissional ligado a interesses exteriores ao veículo impresso, mas ligados à editoria. Tal conflito de interesses é omitido na interação com o leitor e forma o elo de uma Cultura profissional, que pode novamente ser caracterizada como permissiva. O dano estaria na forma de conhecimento, pela qual são movimentados os recursos culturais da produção simbólica. Tais recursos, no caso da notícia analisada, teriam a marca de um conflito de interesses, real ou potencial e, portanto, poderiam prejudicar a Autonomia e a Transparência, conforme dois pilares da estrutura ética de Plaisance (2011).

Como visto, não há no Correio do Povo um manual que oriente a redação, nem com regras de escrita⁶⁸, nem com orientações de comportamento profissional. A ausência tem impacto nos aspectos institucionais da reconstrução sócio-histórica, conforme Thompson (2009b), pois o jornal não fica plenamente provido de um “conjunto relativamente estável de regras e recursos” (THOMPSON, 2009b, p. 367), permitindo que a Profissão seja exercida sem um conjunto consistente e permanente – compartilhado – de constrangimentos reguladores.

Quanto aos três movimentos da objetividade jornalística, conforme Soloski (1999) – o *news judgement* (as decisões sobre o que vai ser notícia), a seleção de fontes e o *news beats* (as áreas e as rotinas de cobertura, a partir de critérios operacionais) –, a notícia “Dupla argentina no meio” suscita evidências específicas:

(a) Há relevância na escolha do tema (véspera de um jogo importante, espaço editorial a um dos dois principais clubes de futebol da cidade) e o tratamento jornalístico na estruturação da notícia é correto. Pode-se decompô-lo de acordo com as perguntas fundamentais da notícia, os “seis servidores” da notícia, como afirma Tuchman (1999)⁶⁹;

(b) As fontes são selecionadas com pertinência jornalística, mas o problema, neste caso, está em como são escolhidas as fontes em outros momentos da editoria de Esportes do Correio do Povo, em outras pautas, diante da presença de um profissional que coordena a assessoria de imprensa de um clube amador;

(c) Quanto ao *news beats*, como em todos os seis textos deste trabalho, os três do Jornal do Comércio e os três do Correio do Povo, não há como garantir se o Duplo Emprego interferiu na decisão de cobrir o assunto, em função da conciliação de jornadas de trabalho e, assim, se agiu como uma variável de opção individual do jornalista pela pauta.

⁶⁸ Em conversa informal com Walter Galvani, autor do livro **Um século de poder: os bastidores da Caldas Júnior**, ele mencionou que, no passado, o Correio do Povo chegou a ter um livro de regras, com orientações de escrita, mas caiu em desuso.

⁶⁹ Quem: dupla argentina; o que: vão jogar juntos no meio-campo do Internacional; quando: no jogo contra o Juan Aurich; como: por decisão do técnico do clube; onde: no Peru; por que: porque pela primeira vez os dois jogadores estão disponíveis, simultaneamente.

Para o texto “Dupla argentina no meio”, constata-se a repetição das condições estruturais e sociais para o exercício da Profissão, que levam ao Duplo Emprego: baixa relação entre o piso salarial e o salário mínimo nacional, o que denuncia seu status de depreciação, permissividade do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros e jornada de trabalho de cinco horas, fixadas pela CLT. O autor do texto está exposto às mesmas condicionantes do primeiro jornalista. A busca pela complementação salarial ocorre pela opção por trabalhar em um clube recreativo, com a autorização da deontologia brasileira para o exercício jornalístico, mas com danos potenciais à Autonomia e à Transparência, conforme Plaisance (2011) e exaustivamente visto até aqui.

Novamente, percebe-se opacidade à condição de Duplo Emprego, com potencial de ameaça à Autonomia. Embora o jornalista produza a notícia “Dupla argentina no meio” a partir de cuidados técnicos, ainda que parciais, de compromisso com a objetividade (SOLOSKI, 1999), pode pairar a incerteza pela ligação temática que o jornalista mantém entre o emprego na redação, na editoria de Esportes, e o emprego secundário, em um clube amador. Alimenta-se, desta forma, uma dúvida sobre a hipótese de favorecimento ou constrangimento. Plaisance (2011) chama esta ameaça, real ou potencial, de “choque de deveres”. Como constatado na primeira análise aplicada ao Correio do Povo, o choque, quando existisse, deveria ser revelado, sempre – de acordo com Plaisance (2011) e Kovach e Rosentiel (2005), porque há conflito de interesses –, o que não ocorre, mais uma vez, no caso do profissional em Duplo Emprego analisado.

3.2.2 Análise formal-discursiva da notícia 2

A análise formal-discursiva da segunda notícia do Correio do Povo seguirá os mesmos princípios da primeira e com o objetivo de cumprir os objetivos metodológicos, delineados nas seções 2.1.2, 2.2.2, 2.3.2 e 3.1.2 desta dissertação, de acordo com as orientações da HP de Thompson (2009b). É o momento de esmiuçar a Forma Simbólica e ver como ela se transforma em algo capaz de representar algo a alguém. Neste ponto do estudo, vai-se buscar diretamente as evidências específicas do texto “Dupla argentina no meio”, já que os jornalistas em condição de Duplo Emprego produzem textos, que carregam marcas das suas condições e contextos de produção.

Em relação à primeira característica da Forma Simbólica observada nesta análise, a contextual, no segundo texto do Correio do Povo a condição de Duplo Emprego também está escondida, imperceptível na interação de leitura, no contexto de consumo da notícia. Como o jornalista trabalha na editoria de Esportes e mantém vínculos com uma associação esportiva, ainda que amadora, mas não os revela, o prestígio essencial à credibilidade fica ameaçado, se não como decorrência de ações reais, pelo menos na forma de dúvida potencial, quando se sabe da condição de duplo vínculo. Identificou-se o quanto a incerteza aparente afeta a confiança que se pode esperar de determinadas Formas Simbólicas (PLAISANCE, 2011).

Quando ao aspecto intencional, o jornalista que escreveu a notícia em análise pode não ter tido nenhuma intenção de enganar a audiência do Correio do Povo, mas, mesmo que pratique um Jornalismo tecnicamente responsável, a presença dele na editoria de Esportes significa a possibilidade de trânsito (real ou potencial) de interesses, colocando suas decisões e a dos demais profissionais da editoria sob suspeita. Vale lembrar o Capítulo 1 desta dissertação, quando se afirmou que um dos impactos éticos especulado do Duplo Emprego ocorre quando os demais profissionais da redação se deixam influenciar pelo jornalista com emprego secundário.

Aplicando a técnica de pesquisa as Estratégias da Ideologia, como autorizado por Thompson (2009b), a notícia “Dupla argentina do meio” pode ser enxergada como uma Forma Simbólica, lapidada por dois modos de operação da Ideologia, a legitimação e a dissimulação. A legitimação surge por meio do uso da técnica jornalística, aplicada à estruturação da notícia, usando com estratégia de construção simbólica a racionalização. Trata-se do mesmo mecanismo evidenciado nas quatro análises anteriores.

Por meio da legitimação, a relação de dominação, conforme Thompson (2009b), é apresentada como digna de receber apoio, por parte da audiência, e faz isso por meio de determinadas estratégias. No caso, a racionalização pela aparência e pela estrutura da notícia, constituindo uma “cadeia de raciocínio” (p. 82), que justificaria a relação, de dimensão jornalística, e persuadiria a audiência de que aquela Forma Simbólica seguiria os ritos de um tipo de produção racional (e nesta condição, legítima). Tal mecanismo, para o autor, tem repercussão ideológica.

A dissimulação opera na notícia “Dupla...” da mesma forma que nos casos anteriores: pelo mascaramento da duplicidade profissional e da situação específica ligada ao emprego secundário. Ocorre a ocultação de uma assimetria na relação de Poder entre o jornalista e o leitor, pois a audiência desconhece o lugar afetado de onde se constrói a Forma Simbólica, ou seja, o lugar onde a Transparência e a Autonomia de Plaisance (2011) estão prejudicadas. Neste sentido, a notícia do Correio do Povo também corrobora uma Cultura permissiva, que racionaliza, jornalisticamente, a aparência das Formas Simbólicas e dissimula os conflitos de interesse eventuais. Fere-se, mais uma vez, a presunção de confiança (BUCCI, 2000) que ajuda a estruturar o Jornalismo.

3.3 A NOTÍCIA 3 DO CORREIO DO POVO

O texto “Horas de tensão e agonia” fecha a análise do Correio do Povo. Publicado no dia 29 de agosto de 2011, reúne uma série de informações de uma cobertura que durou todo o final de semana anterior e da qual participou um jornalista em Duplo Emprego. O texto final, que não é assinado, na edição impressa, é uma síntese de notícias menores, todas assinadas pelo jornalista, publicadas no site do mesmo jornal ao longo de sábado e do domingo. O jornalista analisado trabalhava como plantonista do jornal e, ao mesmo tempo, integrava a equipe da Secretaria de Segurança Pública, do governo do Estado.

Ao contrário dos outros casos analisados até aqui, o critério de escolha deste jornalista foi mais complexo, e a caracterização, mais sutil. Buscou-se uma situação em que o autor não assina o texto, para justamente trabalhar de maneira mais específica esta estratégia de ocultamento. A autoria das informações fica comprovada pela sequência de notícias no site do Correio do Povo. O trabalho na Secretaria de Segurança Pública, pela assinatura de relises publicados, tanto no site da pasta quanto no portal do governo do Estado, como no texto “Governo autoriza a compra de helicópteros para a Polícia Civil”, em 16 de junho de 2011.

O texto escolhido aborda um assunto ligado diretamente ao trabalho da secretaria em que o jornalista mantém um emprego secundário, pois foi uma cobertura em que ele ouviu fontes ligadas à pasta da Segurança Pública, como policiais militares e bombeiros. Assim, foi desrespeitada a norma deontológica do Jornalismo brasileiro sobre atividades secundárias (FENAJ, 2007b). A notícia analisada descreveu o desabamento de uma obra em construção na zona sul de Porto

Alegre, que resultou em um longo e agônico processo de resgate, com a morte de pelo menos um operário (no momento da publicação da notícia analisada).

A íntegra da notícia:

Às 18h30min de ontem, as equipes de resgate interromperam as buscas a uma pessoa desaparecida nos escombros do desabamento de uma laje da estação de bombeamento de esgoto (EBE) do Dmae, em construção, localizada no loteamento Jardins do Prado, no bairro Hípica, extremo-Sul de Porto Alegre. O acidente ocorrido após as 10h30min de sábado deixou um operário morto, outro que permanecia nos escombros quando foi suspenso o trabalho, e outros nove, que foram retirados com vida e levados a hospitais da Capital.

O operário Vladimir Francisco Boose do Nascimento, que ainda segue sob escombros, é dado como morto, embora os bombeiros tenham dito que não descartavam a hipótese de que ele estivesse vivo. Oito dos feridos foram retirados minutos após o acidente e levados em ambulâncias da Samu ao HPS e ao Hospital Cristo Redentor. Nas 15 horas seguintes, houve a tentativa de salvar as três vítimas em situação mais crítica. Três ficaram soterrados num emaranhado de concreto ainda umedecido – despejados por um caminhão-bomba-lança até a laje, a seis metros do solo –, passando por vigas de madeira e fios de ferro entrelaçados. Esses materiais retorcidos dificultaram o trabalho de resgate.

Os bombeiros precisavam correr contra o tempo para salvar as vítimas antes que o concreto secasse. Segundo o tenente-coronel Humberto Teixeira Santos, comandante do 1 CRB, da BM, havia muita dificuldade para alcançar as vítimas, em função deste emaranhado de materiais. O operário Juarez Machado Prestes, 39 anos, ficou preso por uma das pernas e só foi retirado às 16h20min, mais de cinco horas depois do acidente. A euforia das equipes de resgate pela retirada dessa vítima deu lugar ao desânimo ante a possibilidade de os outros dois operários ainda soterrados estarem mortos. Os bombeiros tiveram contato visual com apenas um deles, que estava com o tórax e a cabeça enterrados no cimento e no concreto, a essa altura já com certo enrijecimento, mas nada sabiam do paradeiro do outro homem.

O corpo do homem avistado foi retirado às 18h02min de sábado e levado para o Departamento Médico Legal, do IGP. Os bombeiros continuaram o trabalho e, com o cair da noite, as dificuldades aumentaram pela falta de luz natural e pelo fato de o concreto já estar rígido. E os bombeiros ainda tinham de localizar a vítima. A parte subterrânea da estação de tratamento, com 9 metros de profundidade, foi iluminada. Os bombeiros e um cão farejador usaram cordas e roldanas para descer e ter um indicativo de onde estaria o operário. Com cordas amarradas ao corpo e às patas, o cão desceu por três vezes. Antes da suspensão dos trabalhos, chegou a ficar mais de 1 hora no local, mas sem sucesso.

2.3.1 Análise sócio-histórica da notícia 3

Nesta seção, encerra-se a reconstituição das condições sociais e históricas de produção das Formas Simbólicas selecionadas do Correio do Povo, com a notícia “Horas de tensão e agonia”. O texto pertence ao mesmo jornal das duas notícias anteriores. Embora não seja assinado, contou com informações apuradas e textos produzidos por um profissional que também vivencia a situação de duplo vínculo

simultâneo. Por isso, as constatações teóricas e de caracterização das categorias serão ainda mais sintéticas, pois, neste ponto da dissertação, a tarefa primordial é reiterar evidências. Haveria redundância analítica, novamente, para as categorias: Globalização, Cultura, Mídia (com suas subcategorias Profissão e Duplo Emprego), Formas Simbólicas, Ideologia, Ética, Transparência e Autonomia. O objetivo é compreender de que forma o terceiro jornalista reproduz o mesmo tipo de impasse ético, verificado nos dois primeiros casos do Correio do Povo.

Neste ponto da análise, está suficientemente evidenciado que o CP absorveu modelos de gestão e práticas profissionais, movimentados pela Globalização, conforme Thompson (2009b). Como Mídia, o CP insere-se no contexto de operação modernizada do Jornalismo brasileiro, com papéis profissionais definidos, dentro de uma redação e fora dela, com suas decorrentes especializações estratégicas. O terceiro jornalista trabalha sem que a Mídia erga barreiras internas, deontológicas, a um emprego secundário. Assim, fica sujeito a normas permeáveis do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, conforme Fenaj (2007b). No caso, como se verá adiante, a norma permissiva é desrespeitada.

É mais um profissional que trabalha sem que o meio técnico ofereça sequer um manual de padronização ortográfica, quanto mais um guia de conduta. Não é demais insistir na ideia de que o terceiro jornalista transita pelos caminhos da produção da notícia, destituído de um “conjunto relativamente estável de regras e recursos” (THOMPSON, 2009b, p. 367). A Profissão é exercida sem um pacote de constrangimentos reguladores (SOLOSKI, 1999). Pela terceira vez, resta afetada a capacidade de o CP produzir um Jornalismo transparente, pois não compartilha, interna e publicamente (BRONOSKY, 2010), normas de ação.

No CP, o terceiro jornalista articula mediações específicas da Mídia jornal, por meio das Formas Simbólicas. Thompson (2009b) propõe que esta é uma relação estruturada em torno de atributos específicos, por meio de regras e procedimentos, que incidem sobre a Forma Simbólica “Horas de tensão e agonia”, na condição do Duplo Emprego autorizado pelo CP, pois não há norma vigente de exclusividade. O problema estaria na forma de conhecimento (Thompson, 2009b), que são os recursos culturais articulados no ato de produção simbólica. Também neste terceiro caso, como nos dois anteriores, de jornalistas em Duplo Emprego, apesar do conflito de interesses – real ou potencial –, os textos podem ser compatíveis com as modernas

técnicas jornalísticas (TUCHMAN, 1999). Também, no terceiro texto, estes recursos culturais estão demarcados por um conflito de interesses, ainda que mascarado, submetendo a Forma Simbólica aos impasses quanto à Autonomia e à Transparência, duas das chaves para o agir ético responsável, de Plaisance (2011).

Como os atributos profissionais, mais uma vez, não são transparentes à audiência, a categoria Profissão se manifesta na análise sócio-histórica do terceiro texto, ferindo a Transparência (PLAISANCE, 2011). A situação de Duplo Emprego do terceiro jornalista do CP é a que atinge mais diretamente os preceitos do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, entre todas as seis analisadas nesta dissertação, pois a notícia, publicada na editoria de Geral, acompanha o trabalho de profissionais (policiais militares e bombeiros), ligados à secretaria com a qual o jornalista mantinha vínculos. Vale lembrar que o documento Fenaj (2007b) prevê que, caso o jornalista de uma redação trabalhe em uma assessoria, simultaneamente, a recomendação é de que ele não escreva sobre assuntos de interesse do assessorado.

Como em todos os textos, vai-se proceder a tentativa de compreensão dos três movimentos da objetividade jornalística, conforme Soloski (1999) fixa ao caracterizar os constrangimentos da Profissão. A notícia “Horas de tensão e agonia” pode ser interpretada da seguinte maneira:

(a) Há relevância na escolha do tema e o tratamento jornalístico na estruturação da notícia, mais uma vez, é correto. Ou seja, o *news judgement* está adequado. O texto pode ser decomposto nos “seis servidores” da notícia, como afirma Tuchman (1999) e a versão que acabou impressa resulta de uma edição de notícias menores, parciais, publicadas e assinadas pelo jornalista escolhido, na cobertura online que o Correio do Povo fez do incidente;

(b) As fontes podem até terem sido selecionadas com pertinência jornalística, mas, diante da ligação entre o repórter e a secretaria estadual encarregada de proceder ao resgate de operários, é legítima a dúvida potencial, sobre se os entrevistados foram escolhidos a partir de critérios de neutralidade jornalística, ou se as fontes transmitiram informações em decorrência de um contato privilegiado do jornalista com as equipes da pasta, na qual o profissional mantém um emprego secundário;

(c) Quanto ao *news beats*, permanece a dúvida sobre se a necessidade de conciliar jornadas de trabalho agiu como uma variável norteadora das opções individuais do jornalista durante a realização da pauta; mais, indo além, é pertinente que se levante uma questão sobre se o envolvimento direto do repórter e assessor com o assunto de alguma interferiu em suas decisões.

Na reconstituição das condições sócio-históricas, partindo mais uma vez do ponto de vista fixado por Bohére (1994), deve-se realçar que também o terceiro jornalista do CP está sujeito à condição salarial precária como fundamento da busca pelo Duplo Emprego ou por um emprego secundário à Mídia. As condições estruturais e sociais de incentivo ao Duplo Emprego, no Brasil são: salários deprimidos, piso salarial baixo, se comparado, por exemplo, com o salário mínimo nacional ou regional, e permissividade do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros e jornada de trabalho de cinco horas, fixadas pela CLT. O autor do texto está exposto às mesmas condicionantes dos cinco jornalistas anteriores.

Na notícia “Horas de tensão e agonia”, a complementação salarial ocorre por meio do exercício simultâneo de duas funções com ligações evidentes à produção da notícia e em conflito até mesmo com a norma permissiva do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros: um cargo de jornalista na Secretaria de Segurança Pública e o trabalho como repórter plantonista do CP. A opção por este caminho profissional é individual, não torna automática a existência de tráfico de informação, mas constrange até mesmo a permissiva forma como a deontologia jornalística brasileira trata o Duplo Emprego. O desdobramento ético reflete-se no conteúdo, pela dúvida que lança sobre a seleção de fontes, critério de objetividade profissional, conforme Soloski (1999).

A Transparência (PLAISANCE, 2011) é comprometida, pois métodos e limitações do trabalho jornalístico não ficam nítidos à audiência. Está opaca a condição de Duplo Emprego. Também, neste terceiro caso, fere-se a Autonomia (PLAISANCE, 2011). Constitui-se o que o autor chama de “choque de deveres”, real ou potencial. A terceira análise reitera um argumento-chave deste trabalho: o choque deveria ser revelado, sempre, o que não ocorre no caso do CP e do profissional em Duplo Emprego analisado.

2.3.2 Análise formal-discursiva da notícia 3

Todas as ponderações teóricas sobre o segundo movimento interpretativo da HP de Thompson (2009b), a análise formal-discursiva, foram feitas nas duas primeiras análises, principalmente sobre a capacidade de a Forma Simbólica significar algo a alguém, em seu contexto cultural de interação, e sobre a articulação à análise sócio-histórica como etapas preliminares à interpretação/reinterpretação. Tais esclarecimentos metodológicos não serão retomados nesta sexta e última análise. O ponto de partida é o mesmo: as Formas Simbólicas carregam os traços de suas condições de produção (THOMPSON, 2009b), no caso os eventuais impasses éticos decorrentes do duplo vínculo, principalmente os que derivam de conflitos de interesses, reais ou aparentes, encobertos na relação entre o jornalista e a audiência.

Iniciando-se pelo aspecto contextual, a partir da ideia de campo de interação, no qual o jornalista encena os seus capitais profissionais (THOMPSON, 2009b), deve-se destacar o valor do prestígio, tópico normalmente associado à credibilidade da produção jornalística. De novo, como nos dois primeiros textos do CP: a condição de Duplo Emprego, escondida do leitor na notícia “Horas de tensão e agonia”, incide sobre o prestígio. O profissional encobre sua posição de conflito de interesses. Quanto ao aspecto intencional, o repórter do CP pode não ter tido a intenção de afetar a relação de confiança com a audiência, mas os contornos da sua atuação profissional não estão nítidos. Há, portanto, repercussão na credibilidade (real ou potencial).

Em relação às Estratégias da Ideologia, conforme Thompson (2009b), mais uma vez dois modos encaminham a análise formal-discursiva do terceiro texto: a legitimação e a dissimulação, pois ambas transparecem na notícia “Horas de tensão e agonia”. A legitimação é pretendida por meio da racionalização, proporcionada pela técnica jornalística. A narrativa está organizada a partir de informações racionais, apuradas em meio a uma cobertura, que se supõe tensa, pois envolvia uma tragédia, descrevendo jornalisticamente os detalhes do acidente, de acordo com princípios jornalísticos. Deste processo, a Forma Simbólica sai legitimada, embora, no caso específico, haja uma dúvida potencial sobre a seleção das fontes.

Em relação ao segundo modo geral de operação da Ideologia, o da dissimulação, também percebe-se a ocultação da relação de Poder. O jornalista dissimula a sua condição profissional: o leitor desconhece o duplo vínculo. O problema, aqui, estaria, mais uma vez, no tipo de movimento específico impulsionado

pela dissimulação: o gesto de desviar a atenção ou passar por cima de relações existentes (como as que configuram a expectativa de confiança norteadora da interação entre jornalista e audiência). Neste sentido, estabelece e sustenta relações de dominação, a partir de uma assimetria específica.

Como Forma Simbólica, a notícia “Horas de tensão e agonia” articula uma determinada relação de dominação, como dito até aqui, que é ideológica, no sentido proposto por Thompson (2009b), caracterizando uma Cultura profissional permissiva. Nela, a confiança essencial ao consumo de um bem jornalístico está constrangida pela assimetria que se estabelece e se sustenta, fixada pelo encobrimento da condição de Duplo Emprego.

3.4 A INTERPRETAÇÃO E A REINTERPRETAÇÃO

As evidências produzidas pelas análises sócio-histórica e formal-discursiva conduzem à terceira etapa da HP. Nela, serão aplicadas a interpretação e a reinterpretação das pistas, pinçadas das três notícias do Correio do Povo, selecionadas para esta tentativa de compreensão sobre o Duplo Emprego na Imprensa do Rio Grande do Sul: “Novo carro GM sai até dezembro”, “Dupla argentina no meio” e “Horas de tensão e agonia”. Repete-se, aqui, o mesmo tipo de procedimento adotado na análise do Jornal do Comércio. De acordo com Thompson (2009b, p. 375), a interpretação/reinterpretação é o momento decisivo, em que a tarefa do pesquisador deve ser a de construir criativamente a compreensão dos possíveis significados, postulados pelas evidências das duas primeiras análises.

Como artifício analítico para conduzir esta terceira etapa, recorre-se à construção de uma tabela com evidências coletadas. Nela, estarão organizadas as pistas produzidas pelas categorias *a priori*, definidas para esta dissertação: Globalização, Mídia (com as subcategorias Profissão e Duplo Emprego), Cultura, Formas Simbólicas, Ideologia, Ética, Transparência e Autonomia, conforme delineadas pelos respectivos autores que subsidiam este trabalho, Thompson (2009a e 2009b), Soloski (1999) e Plaisance (2011), no capítulo da fundamentação teórica e metodológica.

Tabela 4

Evidências da interpretação do Correio do Povo

Categorias	Fundamento teórico	Evidências
Globalização Thompson (2009a e 2009b)	Trânsito de práticas profissionais, interconexão entre países, racionalização de papéis profissionais em estruturas econômicas.	CP absorve regras do Jornalismo moderno, desenvolvidas nos EUA e seguidas pelo Jornalismo brasileiro. Cumpre papel modernizador na história da Imprensa do Rio Grande do Sul.
Mídia Thompson (2009a e 2009b)	Forma específica de mediação, como meio técnico jornal, que requer habilidades, competências e formas de conhecimento, com regras e procedimentos específicos.	CP não possui Manual de Redação. Não exige exclusividade. Expõe seus profissionais a regras deontológicas estabelecidas pela categoria (FENAJ, 2007b).
Profissão Soloski (1999)	Controle do comportamento por meio de constrangimentos profissionais e transparência de papéis; regras de objetividade jornalística (<i>news judgement</i> , seleção de fontes, <i>news beats</i>).	Audiência desconhece a condição profissional do duplo vínculo; dúvida potencial quanto à objetividade da seleção de fontes e critérios para cobertura (<i>news beats</i>)
Duplo Emprego Plaisance (2011)	Duplo vínculo expressa um conflito de interesses.	CP permite o exercício de mais de uma atividade ligada à Mídia, com conflito de interesses real ou potencial.
Formas Simbólicas Thompson (2009b)	Carregam (textos dos jornalistas em Duplo Emprego) traços das suas condições de produção, com cinco características fundamentais, com destaque à intencional e à contextual.	No contextual, como campo de interação, o prestígio do jornalista é afetado; no intencional, não há intenção de praticar desvio, mas ocorre dano ético potencial.
Cultura Thompson (2009b)	Contextos sociais, com condições de produção (da notícia, no caso) e assimetrias (acessos a recursos e mecanismos institucionalizados, rotinas, regulamentos e tendências sociais); conforma relações de Poder.	A autorização para exercício do Duplo Emprego é expressão de uma Cultura profissional permissiva do Jornalismo brasileiro.
Ética Plaisance (2011)	Baseada no conflito, na decisão que se toma entre dois valores de alcance moral. O dano depende da intenção e da consequência. Possui seis princípios do agir.	Dano potencial ao comportamento ético.
Transparência Plaisance (2011)	Elemento central da credibilidade na comunicação, é ferida quando há dúvida ou fraude. Se expressa na forma e na natureza da interação e independe do conteúdo.	O leitor do CP desconhece a condição de Duplo Emprego. Fere-se a Transparência.

Autonomia Plaisance (2011)	Independência jornalística, sem favorecimentos e constrangimentos. Choque de deveres, real ou potencial, tem de ser revelado.	CP encobre a condição profissional do duplo vínculo; não revela o choque de deveres, real ou potencial.
Ideologia Thompson (2009b)	Modos como as Formas Simbólicas, em contextos culturais específicos de operação das Mídias, servem a relações de dominação (Poder)	CP estabelece relação assimétrica de Poder (dominação), pois o jornalista mascara sua condição profissional à audiência, valendo-se de uma Cultura profissional permissiva ao duplo vínculo.

Assim, promovendo um movimento interpretativo, pode-se dizer que a Globalização que difundiu modelos econômicos, aplicáveis à gestão empresarial, e práticas profissionais, não foi capaz de distribuir, na mesma proporção e extensão, normas de conduta. A Profissão de jornalista organizou-se de maneiras distintas, mesmo que o processo de modernização, em cada país, tenha recebido a influência de outras nações. Do ponto de vista deontológico, os manuais de conduta, como arsenal de regulação da atividade, com repercussão ética, também guardam entre si diferenças expressivas, a ponto de estipularem condutas distintas para situações semelhantes. Há, sempre, uma adaptação local, criando formas específicas de operação para a Mídia, dentro dela os jornais.

Tomando-se como referência o Jornalismo praticado nos EUA, onde há veto deontológico ao emprego secundário (caracterizado por um conflito de interesses original ou por um choque de deveres), expresso no principal guia de Ética profissional do país, o Brasil adota uma perspectiva contrária, permissiva. Assim, o jornalista fica autorizado a acumular empregos na Mídia e fora dela. Esta condição, fértil em interesses conflitantes, não é revelada à audiência. A Autonomia e a Transparência, essenciais ao agir ético e responsável – como subsídios indispensáveis à credibilidade –, ficam prejudicadas, pois as reais condições de produção da notícia são omitidas.

Prevalece, portanto, um ambiente permissivo. Os principais veículos de comunicação no Brasil adotaram impedimentos internos que levam à exclusividade dos jornalistas. Criaram, assim, barreiras ao Duplo Emprego, impostas à Profissão, em nome do pacto de confiança que estrutura a relação entre jornal e leitor no

Jornalismo moderno. O Correio do Povo não adota este veto. A combinação entre a permissividade deontológica do Jornalismo brasileiro, a jornada de trabalho de cinco horas, propícia à acumulação de tarefas, e a política salarial precária cria o ambiente favorável para que o jornalista do CP busque algum tipo de complementação de renda. A necessidade individual implica em consequências éticas não intencionais.

Percebe-se o impacto deste impasse nas três Formas Simbólicas analisadas, “Novo carro GM sai até dezembro”, “Dupla argentina no meio” e “Horas de tensão e agonia”. As três exibem uma estrutura racional e legitimada da notícia, elaborada a partir de fundamentos técnicos, mas ocorre a dissimulação da condição profissional do jornalista. As três Formas Simbólicas estão com as marcas de determinadas Estratégias de Ideologia, a legitimação e a dissimulação. O jornalista em Duplo Emprego age segundo padrões de decisão e contextos sociais de produção, ligados a uma Cultura profissional tolerante ao desvio.

O jornalista em Duplo Emprego dissimula sua condição profissional, produz bens simbólicos e segue modelos jornalísticos modernos, racionais, objetivos e legítimos. O problema está na forma como esta atuação interfere na relação de confiança entre o jornal e o público, engendrando uma relação de Poder, baseada em uma assimetria, que alimenta uma Ideologia e distorce o mercado profissional. Naturalizada, está na essência de uma Cultura profissional permissiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do ponto de vista material, o jornalista brasileiro convive com uma série de circunstâncias que denunciam a existência do que se pode chamar de precarização. Evidências desta condição estão expressas na perda de vagas no mercado de trabalho, nos salários deprimidos, no acúmulo de funções e horas trabalhadas dentro do local de emprego e, também, na decisão de exercer, ao mesmo tempo, mais de uma atividade jornalística ligada à Mídia, ainda que conflitantes. Entre todas as possibilidades de exercício simultâneo do Duplo Emprego, a que interessou a esta dissertação foi o caso de jornalistas que dividem a jornada de trabalho entre a redação em um veículo de comunicação tradicional – no caso o Jornal do Comércio e o Correio do Povo, ambos editados no Rio Grande do Sul – e assessorias de imprensa ou comunicação, incluindo uma situação de conciliação com empresa pública de comunicação.

Jornal do Comércio e Correio do Povo reproduzem uma situação que se espalha pelo Jornalismo brasileiro. Um esforço para quantificar o tamanho do Duplo Emprego no país apareceu em Lima e Mick (2013), por meio de uma enquete, pela qual se chegou, entre inúmeros outros aspectos radiográficos, ao percentual de 12,8% de jornalistas que declararam viver a situação de possuir dois empregos, um na Mídia e outro em atividade associada às engrenagens de funcionamento da Imprensa. Para além do tamanho da fatia, o que está em jogo são as eventuais repercussões éticas, na medida em que acumular duas funções potencialmente conflitantes possa embaralhar critérios jornalísticos e afetar as suposições de credibilidade que embasam a relação de confiança que deveria existir entre a audiência e a produção de conteúdo no Jornalismo.

Viu-se, ao longo de toda a dissertação, que o mercado de trabalho na Imprensa brasileira se configurou de uma maneira singular. Neste cenário, enxerga-se com naturalidade a presença de jornalistas tanto em uma redação quanto em assessorias de comunicação. Há um trânsito natural de um lado a outro. Esta origem jornalística das assessorias de imprensa, de que fala Chaparro (2002) e Duarte (2002), distingue o Brasil das demais nações e está na raiz da possibilidade de acumular empregos, no país, ainda mais porque se convive com uma deontologia permissiva, reconhecida pelos próprios representantes da categoria.

No artigo 7º, em que trata do tema, o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (FENAJ, 2007b) autoriza a possibilidade de exercício simultâneo, apenas com uma ressalva: o jornalista em situação de Duplo Emprego não pode produzir conteúdo, no veículo em que trabalha, sobre assunto ligado à organização que também assessora. Transfere-se, assim, no caso brasileiro, para o âmbito de um cuidado intimamente individual um determinado tipo de administração de interesses. Tal perspectiva contrasta com o que se viu nos EUA e em países da Europa, onde a barreira está expressa em documentos deontológicos, comparados nesta dissertação, que normatizam a conduta de toda a categoria. Pelo mundo, o que prevalece é a regra de vedar ao jornalista o exercício de atividades secundárias. A norma, por si só, não impede os deslizes, mas oferece uma orientação compartilhável.

Ao analisar os contextos em que estão inseridas as Formas Simbólicas, escolhidas em edições do Jornal do Comércio e do Correio do Povo, por meio do instrumental teórico-metodológico da Hermenêutica de Profundidade (THOMPSON, 2009b), buscou-se atingir o Objetivo Geral de entender de que forma o Duplo Emprego, em suas manifestações destacadas para análise, poderiam afetar a credibilidade do Jornalismo praticado pelos dois veículos e prejudicar dois dos seis alicerces previstos por Plaisance (2011) para o agir ético responsável, a Autonomia e a Transparência. Desdobramento de primeiro objetivo, o Objetivo Particular foi alcançado, por meio da tríplice análise da HP, na medida em que se reconstituíram e foram interpretadas as condições sociais e jornalísticas que permitem aos dois veículos impressos tolerar que os seus profissionais trabalhem ao mesmo na redação e em estruturas ligadas à Mídia.

Cabe, nestas Considerações Finais, retomar as evidências proporcionadas pela análise qualitativa que teve, como técnica de pesquisa, a formulação de Thompson (2009b) sobre as Estratégias da Ideologia. Por meio delas, a Ideologia estabelece e sustenta relações de dominação, a partir de assimetrias de Poder. No caso, tomando como ponto de articulação os bens simbólicos (jornalísticos), percebeu-se uma assimetria entre a posição da audiência e a do produtor de conteúdo em Duplo Emprego. Localizou-se um desnível de Poder, que desequilibra a relação de confiança, pois, de um lado, o da audiência, o consumo deveria se dar a partir da crença de que o bem simbólico foi produzido a partir de critérios jornalísticos – no

plano ideal, pelo menos. Do outro, transita o jornalista, que encobre a sua condição de potencial conflito de interesses.

Recuperando uma a uma as categorias *a priori* e as evidências lançadas pela aplicação da tríplice análise da Hermenêutica de Profundidade a cada uma delas, é possível traçar algumas considerações finais. A partir da categoria da Globalização (THOMPSON, 2009b), mapeou-se como se deu o trânsito de determinadas práticas, tanto de administração das empresas jornalísticas quanto profissionais, no caso do Jornalismo brasileiro, que importou influências da Imprensa dos EUA, mas não adaptou à realidade local o mesmo tipo de rigor deontológico, que prevalece na realidade norte-americana. Jornal do Comércio e Correio do Povo, como empresas jornalísticas no contexto da Imprensa brasileira, são expressões desta modernização difundida pela Globalização, mas reproduzem no mercado local uma prática profissional permissiva, nos limites da deontologia brasileira.

Tais absorções de práticas e condutas, difundidas pela Globalização, ocorreram no Jornal do Comércio e no Correio do Povo como Mídia (Thompson, 2009b), a partir de formas específicas de mediação, expressas por regras e procedimentos. Na análise sócio-histórica do Jornal do Comércio, viu-se que o impresso adota um Manual de Redação, que padroniza a escrita, mas não orienta a conduta. Por outro lado, o Correio do Povo não possui nenhum tipo de documento normativo, seja ortográfico e gramatical, ou para disciplinar ações e decisões. Assim, os profissionais dos dois jornais selecionados como objeto de estudo estão expostos às normas da categoria no Brasil, as quais, como é possível perceber em Fenaj (2007b), são permissivas quanto à possibilidade de acumular empregos.

Com a subcategoria Profissão (SOLOSKI, 1999), destacou-se os mecanismos com os quais os constrangimentos profissionais conduzem a atuação dos jornalistas, principalmente pela consistência e aplicação de regras ligadas à objetividade jornalística. Tanto no Jornal do Comércio quanto no Correio do Povo, as audiências desconhecem a condição profissional do duplo vínculo. Alimenta-se a dúvida potencial que poderia se formar quanto à seleção de fontes e aos critérios de cobertura (os *news beats*). Em um caso do Jornal do Comércio, o da notícia “Produtor e ambientalista criticam vetos ao código”, o jornalista, ao mesmo tempo, assessorava um parlamentar gaúcho de uma bancada ligada ao setor primário e trabalhava como repórter na editoria de Economia. Outro caso, do Correio do Povo, o

jornalista que produziu a notícia “Dupla argentina no meio” trabalha, simultaneamente, na editoria de Esportes e em um clube de esportes amadores. Se o caso destacado do Jornal do Comércio tangencia a norma prevista no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, o exemplo do Correio do Povo representa um potencial desrespeito até mesmo à permissividade autorizada. Há, ainda, o terceiro caso, do jornalista, autor da notícia “Horas de tensão e agonia”, que trabalha na assessoria de comunicação da Secretaria Estadual da Segurança Pública e participa de uma cobertura, que envolve o trabalho da Brigada Militar e do Corpo de Bombeiros, instituições ligadas à pasta.

Ainda dentro da categoria Mídia, a subcategoria Duplo Emprego, desenhada a partir da visão de Plaisance (2011) sobre conflito de interesses, permitiu compreender como a autorização para o exercício simultâneo de dois empregos ameaça os princípios do agir ético e as bases da atuação jornalística. Jornal do Comércio e Correio do Povo pagam o piso da categoria, previsto para o Rio Grande do Sul, e exigem o cumprimento da jornada diária de cinco horas, conforme estipula a CLT. Ao mesmo tempo, ambos abrem caminho para o exercício de mais de uma atividade ligada à Mídia, mesmo que em conflito de interesses, real ou potencial.

As Formas Simbólicas carregam os traços das condições de produção, conforme Thompson (2009b). Esta ideia é central na aplicação da Hermenêutica de Profundidade e abriu caminho para se chegar às principais evidências deste estudo. No caso da aplicação da HP ao objeto, procurou-se destacar o aspecto contextual e o aspecto intencional da Forma Simbólica, buscando perceber neles as marcas do Duplo Emprego. No âmbito contextual, tanto do Jornal do Comércio quanto do Correio do Ponto, o que resta afetado é o prestígio, um dos elementos capitais, colocados em circulação no campo de interação do texto com a audiência. A perda se dá pelo prejuízo à credibilidade. Quanto ao tópico intencional, nos dois jornais pode não haver a intenção de praticar algum desvio, mas é então que se sublinha um ponto dos preceitos de Plaisance (2011): mesmo quando não há intenção de praticar o desvio (fraude), ocorre dano ético potencial.

A categoria Cultura (THOMPSON, 2009b) foi fundamental para mapear a extensão do problema de pesquisa, no sentido em que se propunha analisar o impacto do Duplo Emprego na conformação de um contexto social específico para o exercício do Jornalismo no Brasil. Falar em Cultura, para Thompson (2009b),

significa remontar os contextos sociais de circulação de Formas Simbólicas, identificando, entre inúmeros outros aspectos, as condições de produção (da notícia, nos dois casos analisados) e as assimetrias. Requer entender, portanto, como se dá o acesso a recursos e mecanismos institucionalizados, como códigos de conduta, e as rotinas profissionais, até o ponto de identificar como estes elementos conformam relações de Poder, no sentido proposto por Thompson (2009b). Assim, tanto o Jornal do Comércio quanto o Correio do Povo, ao autorizarem o Duplo Emprego, fermentam as condições para a expressão de uma Cultura profissional permissiva à coexistência de vínculos de trabalho em mais de uma atividade ligada à Mídia, ainda que tal sobreposição possa fragilizar as eventuais bases de confiança da relação ideal com a audiência.

A categoria Ética, complexa e ampla, apareceu neste estudo subsidiada pela visão de Plaisance (2011), ou seja, baseada na ideia de conflito e na decisão que se precisa tomar entre dois valores de alcance moral. O dano provocado por uma decisão ética pode estar fundado na intenção (existente ou não) ou na consequência, geralmente real e concreta. A dissertação procurou explorar o aspecto de que, tanto no Jornal do Comércio quanto no Correio do Povo, há dano potencial ao comportamento ético, mesmo que os jornalistas dos dois veículos em Duplo Emprego não tenham tido a intenção de cometer o deslize, a fraude, a trapaça. O dano estaria circunscrito ao encobrimento que se faz da condição de duplo vínculo. A duplicidade não é revelada à audiência, em nenhum dos seis casos analisados.

Chegou-se, assim, às duas categorias centrais para compreender o impacto ético do Duplo Emprego, na perspectiva adotada por esta dissertação. Reconhece-se que a atividade jornalística é permeada por uma série de conflitos de interesses, que merecem ser estudados. Aqui, o conflito destacado tem alcance individual. As categorias foram Transparência e Autonomia, dois dos seis pilares do agir ético responsável de Plaisance (2011). A Transparência é fundamento da credibilidade em comunicação. Ferida quando há dúvida ou fraude, expressa-se na natureza da interação e independe do conteúdo, para o autor. A Autonomia relaciona-se com a independência, quando há choque de deveres, real ou potencial. Os leitores do Jornal do Comércio e do Correio do Povo consomem Formas Simbólicas opacas (em relação à Transparência, pois um elemento central da credibilidade não é revelado na relação

de consumo) e heterônomas (sem Autonomia, pois produzidas sob o choque potencial de deveres quando à independência jornalística).

A categoria Ideologia (THOMPSON, 2009b) fecha o circuito interpretativo de uma maneira crucial, pois é por meio dela que é possível estender o impacto de decisões individuais quanto ao Duplo Emprego aos dois veículos que o autorizam. Ideologia, para o autor, refere-se ao modo como as Formas Simbólicas, em contextos específicos definidos pela Cultura (no caso desta dissertação, Cultura profissional) para a operação da Mídia, servem a relações de dominação e, portanto, de Poder. Assim, a partir das evidências anteriores, articuladas ao longo do trabalho, é possível considerar que Jornal do Comércio e Correio do Povo agem ideologicamente (na acepção thompsoniana), ao estabelecer uma relação assimétrica com a audiência, porque os seus jornalistas, autorizados por condições sócio-históricas e institucionais, mascaram sua situação profissional, eivada pelos desdobramentos do duplo vínculo. Não é demais lembrar o pano de fundo de uma Cultura profissional permissiva.

A condição de trabalho do jornalista brasileiro ainda é precária, apesar da modernização recente. São inúmeros os desconfortos, provocados por uma série de restrições. O que se buscou interpretar, nesta dissertação, foi a situação profissional, específica, ligada ao Duplo Emprego, olhando-a a partir dos dilemas éticos que dela derivam. Como sugestão para estudos posteriores, provavelmente em nível de Doutorado, fica a ideia de um mergulho ainda mais profundo na condição do jornalista. Buscar esclarecer a conexão que possa existir entre as condições sociais, econômicas e de formação educacional do jornalista com a qualidade do Jornalismo produzido, no caso, no Brasil. Ou seja: que tipo de Jornalismo decorre do perfil (social, econômico e educacional) de jornalista que ocupa o mercado de trabalho neste momento. A hipótese é de que há uma conexão entre qualidade e Profissão.

REFERÊNCIAS

Livros, artigos, jornais e dissertações.

- ABREU, Alzira Alves de. O Estado de S.Paulo: Tradição e modernização. In: ALZIRA, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; ROCHA, Dora. **Eles mudaram a imprensa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. 397p.
- ACAUAN, Ana Paula. **Comunicação: Correio do Povo na gestão Ribeiro, Ideologia e Poder**. 2009. 233f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2009.
- ADGHIRNI, Zélia. **Jornalista, do Mito ao Mercado**. Sociologia do Jornalismo, volume 2, número 1, 2005. Revista Estudos em Jornalismo e Mídia, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
- AMARAL, Luiz. Assessoria de imprensa nos EUA. In: DUARTE, Jorge (org.). **Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia**. São Paulo: Atlas, 2002. 411p.
- ANDRÉ, Alberto. **Ética e códigos da comunicação social**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 2000. 134p.
- ALLUM, Nicholas; BAUER, Martin W.; GASKELL, George. “Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento – evitando confusões”. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2003. 516p.
- BREED, Warren. “Controle social na redação, uma análise funcional”, 1955. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega Editora, 1999. 360p.
- BERTRAND, Claude-Jean. **A deontologia das mídias**. Bauru: Edusc, 1999. 234p.
- BRASIL. Decreto nº 972, de 17 de outubro de 1969. Dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0972.htm>. Acesso em: 09 dez. 2013.
- _____. **Consolidação das leis do trabalho**: decreto nº5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm. Acesso em: 05 dez. 2013.
- BRONOSKY, Marcelo Engel. **Manuais de redação e jornalistas: estratégias de apropriação**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010. 218p.
- BOHÉRE, G. **Profissão: Jornalista**. São Paulo: LTr, 1994. 255p.
- BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 249p.
- _____. **A imprensa e o dever da liberdade**. São Paulo: Contexto, 2009. 134p.

CAMPOS SALES, Manuel Ferraz. **Da propaganda à presidência**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. 232p.

CHAPARRO, Manuel Carlos. *Cem anos de assessoria de imprensa*. In: DUARTE, Jorge (org.). **Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia**. São Paulo: Atlas, 2002. 411p.

DIMENSTEIN, Gilberto. **As armadilhas do poder**: bastidores da imprensa. São Paulo: Summus Editorial, 1990. 155p.

DOS ANJOS, Márcio Fabri; LOPES, José Reinaldo de Lima (Org.). **Ética e direito**: um diálogo. Aparecida: Editora Santuário, 1996. 221p.

DOTY, Dorothy. **Divulgação jornalística e relações públicas**: comunicação empresarial na prática. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1995. 349p.

DUARTE, Jorge. Assessoria de imprensa no Brasil. In: Duarte, Jorge (org.). **Assessoria de Imprensa em Relacionamento com a Mídia**. São Paulo: Atlas, 2002. 411p.

ETCHICHURY, Carlos. **A violência na mídia**: um estudo de caso sobre a cobertura da criminalidade pela imprensa no RS. 2010. 129f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (FENAJ). **Manual de assessoria de comunicação e imprensa (2007a)**. Disponível em <http://www.fenaj.org.br/mobicom/manual_de_assessoria_de_imprensa.pdf>. Acesso em 05 set. 2013.

_____. **Manual de assessoria de imprensa**. São Paulo: Ed. da Comissão Permanente e Aberta dos Jornalistas de Assessoria de Imprensa do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, 1986. 40p.

_____. **Congresso Nacional de Jornalistas: Teses aprovadas**. Ouro Preto: 2006. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/federacao/congressos/32CNJ_teses_aprovadas.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2013.

FERRELL, O.C.; FERRELL, Linda; FRAEDRICH, John. **Ética empresarial**: dilemas, tomadas de decisões, casos. Rio de Janeiro: Reichmann & Afonso Editores, 2001. 420p.

FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira. **Indústria de notícias**: capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 310p.

GLÜER, Laura. **Assessoria de imprensa em rede**: uma análise da atividade em Porto Alegre. 2004. 114f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa**: projeto e relatórios. São Paulo: Loyola, 2004. 295p.

GREVISSE, Benoît. “Cartas e códigos de deontologia jornalística: um enfoque internacional comparado”. In: BERTRAND, Claude-Jean. **O arsenal da democracia**: sistemas de responsabilização da mídia. Bauru: Edusc, 2002. 514p.

GUERREIRO, Homero. **60 anos do Jornal do Comércio**. Porto Alegre: Cia. Jornalística JC Jarros, 1994. 79p.

KARAN, Francisco José Castilhos. “Deontologia”. In MARCONDES FILHO, Ciro (org.). **Dicionário da comunicação**. São Paulo: Paulus, 2009a. 375p.

_____. “Ética”. In MARCONDES FILHO, Ciro (org.). **Dicionário da comunicação**. São Paulo: Paulus, 2009b. 375p.

_____; SCHMITZ, Aldo Antônio. **A ética de lado a lado**: fontes de notícias e jornalistas frente a frente. Intexto, volume 2, número 23, 2010. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

KLÖCKNER, Luciano. **O Repórter Esso**: a síntese radiofônica mundial que fez história. Porto Alegre: AGE: Edipucrs, 2011. 319p.

KOVACH, Bill; ROSENTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**: o que os profissionais devem saber e o público deve exigir. Porto: Porto Editora, 2005. 224p.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalismo econômico**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. 240p.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de jornalismo**. São Paulo: Edusp, 2001. 415p.

LAGO, Cláudia; ROMANCINI, Richard. **História do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007. 276p.

LESTER, Marilyn; MOLOTCH, Harvey. “As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos”. In TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega Editora, 1999. 360p.

LIMA, Samuel; MICK, Jacques. **Perfil do jornalista brasileiro**: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Editora Insular, 2013. 156p.

LINS DA SILVA, Carlos Edardo. **O adiantado da hora**: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro. São Paulo: Summus, 1991. 155p.

_____. **Mil dias**: seis mil dias depois. São Paulo: Publifolha, 2005. 246p.

MAYER, Philip. **A ética no jornalismo**: um guia para estudantes, profissionais e leitores. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. 362p.

MONTEIRO, Tobias. **O senhor Campos Sales na Europa**: notas de um jornalista. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900. 235p.

MOUILLADUD, Maurice e PORTO, Sérgio (Org.). **O Jornal, da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, 1997. 587p.

MOUTINHO, Ana Viale; SOUSA, Jorge Pedro. "Assessoria de imprensa na Europa". In: DUARTE, Jorge (org.). **Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia**. São Paulo: Atlas, 2002. 411p.

NEVEU, Érik. **Sociologia do Jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006. 216p.

NORI, Walter; VALENTE, Célia. **Portas Abertas**. São Paulo: Editora Best Seller, 1990. 188p.

PLAISANCE, Patrick Lee. **Ética na comunicação**: princípios para uma prática responsável. Porto Alegre: Penso, 2011. 295p.

ROSSI, Clóvis. **Vale a pena ser jornalista?** São Paulo: Moderna, 1986. 53p.

RUDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1993. 141p.

SCHMITZ, Aldo Antônio. **Fontes de notícias**: ações e estratégias das fontes no jornalismo. Florianópolis: Combook, 2011. 85p.

SCHRÖDER, Celso. **Sobre as condições de trabalho do jornalismo no Brasil**. [26 nov. 2013]. Entrevistador: Alexandre Claser Elmi. Porto Alegre.

SOLOSKI, John. "O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico". In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e "estórias". Lisboa: Vega Editora, 1999. 360p.

THOMPSON, John. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 2009a. 264p.

_____. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2009b. 430p.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001. 220p.

_____. **Teoria do jornalismo, Volume 1**: por que as notícias são como são. Florianópolis: Editora Insular. 2005. 224p.

TUCHMAN, Gaye. "A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas", 1972. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e "estórias". Lisboa: Vega Editora, 1999. 360p.

Códigos de conduta

CORREIO BRAZILIENSE. **Código de Ética**. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2009/12/16/codigo-de-etica-do-correio-braziliense-250358.asp>>. Acesso em: 31 mai. 2013.

EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO. **Manual de Jornalismo da EBC**. Brasília: 2013. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/sobre-a-ebc/sala-de-imprensa/2013/04/faca-o-download-gratuito-do-manual-de-jornalismo-da-ebc>>. Acesso em: 01 mai. 2013.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (FENAJ). **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. 2007b. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/federacao/cometica/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2013.

FOLHA DE S.PAULO. **Manual da Redação**. São Paulo: Publifolha, 2010. 390p.

GRUPO ABRIL. **Código de Conduta do Grupo Abril**. São Paulo: 2007. Disponível em: <www.grupoabril.com.br/arquivo/codigodeconduta.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2013.

GRUPO ESTADO. **Código de Conduta e Ética**. São Paulo. Disponível em: <www.estadao.com.br/ext/codigoetica/codigo_de_etica_miolo.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2013.

GRUPO RBS. **Guia de Ética e Autorregulamentação Jornalística**. Porto Alegre: RBS Publicações, 2011. Disponível em: <http://www.gruporbs.com.br/responsabilidade_social/guia_etica/GrupoRBS_Guia_de_Etica_2011.pdf>. Acesso em 01 mai. 2013.

JORNAL DO COMÉRCIO. **Manual de Redação**. Porto Alegre: 2001. 58p.

OBSERVATÓRIO DE ÉTICA JORNALÍSTICA. **Coleção ObjETHOS de Códigos Deontológicos**. Florianópolis: 2012. Disponível em: <<http://objethos.files.wordpress.com/2012/09/colecca7acc83o-objethos-de-cocc81digos-deontolocc81gicos.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2013.

ORGANIZAÇÕES GLOBO. **Princípios editoriais das Organizações Globo**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/principios-editoriais-das-organizacoes-globo.pdf>>. Acesso em: 01 mai. 2013

ANEXO 1

Entrevista com o presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, Celso Schröder, em entrevista concedida ao autor em 26 nov. 2013.

Qual a opinião da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) sobre o Duplo Emprego no Jornalismo?

Resposta: Há vários sentimentos. Um sentimento forte é que o duplo emprego acarreta uma precarização. Ele é fruto de uma necessidade de compensação salarial, de complementação de renda e uma extensão da jornada de trabalho. Então, ele tem um componente, inerente, negativo, que significa, quase sempre, uma exaustão, para além da jornada necessária. Esta é uma primeira constatação e obviamente isso não é sempre. Segundo, há um componente ético, que também não é sempre que ocorre, e que felizmente está se modificando. Que era uma relação muito perversa entre o trabalho na redação e um trabalho secundário, ou um trabalho primário, porque a renda maior às vezes era fora, em outro local, onde o trabalho se realizava. O trânsito, o tráfego de informação, acontecia. Houve um período, nos anos 1970 e 1980, que isso era muito comum e que, infelizmente, ainda existe, mas que está diminuindo aparentemente. Um terceiro aspecto é que o duplo emprego não precisa ser isto, ele pode ser, por exemplo, em alguns momentos, uma realização perfeitamente aceitável, como o caso do professor, ou trabalhar em outro setor, ou trabalhar em dois locais com jornadas compatíveis, embora a jornada de cinco horas do jornalista quase sempre fique vencida pelo duplo emprego. Há um aspecto preocupante, porque quase sempre é uma extensão de jornada, e portanto uma degradação do trabalho, tem os aspectos éticos que ressaltai e tem o terceiro elemento que é compreender o duplo emprego como um elemento complementar possível e, alguns momentos, enriquecedor, na medida em que se pode transitar experiências de um lado para outro.

Por que o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros adota uma norma permissiva ao Duplo Emprego e não segue a norma deontológica de outros países, que proíbe o jornalista de possuir uma atividade secundária?

Resposta 2: Primeiro, porque acho que é uma compreensão muito própria, de acolher a realidade brasileira. Proibir o duplo emprego seria jogar na ilegalidade ou na imoralidade 80% dos jornalistas brasileiros. Temos de compreender

que a forma como o trabalho se estabeleceu no país, que é muito perversa e degradante, ele nos obrigava a uma compreensão um pouco mais flexível. Segundo, é um olhar genuinamente brasileiro. Ao contrário de outros países, em que a assessoria de imprensa, por exemplo, não é considerada jornalismo e, portanto, para exercê-la é necessário que eu abdique da condição de jornalista para exercê-la, no Brasil, não. Nós, acertadamente, imprimimos uma marca jornalística na assessoria de imprensa, e portanto, aos fazermos isso, eticamente temos de aceitá-la. O grande problema era esse: o Duplo Emprego na assessoria de imprensa e na redação onde eu transito, onde eu trafico informação de uma para outra e, portanto, isso era inadmissível. Isto está vetado no Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. O tráfico está vetado, porque nós reconhecemos a possibilidade de exercer a assessoria de imprensa de uma maneira ética, jornalisticamente ética e, portanto, sem problemas. Agora, é possível eu, fisicamente, ter duas jornadas? É muito difícil. Quando tenho duas jornadas eu estou ferindo um aspecto ético que é a extensão da jornada de trabalho. Ou seja, trabalhar além da minha jornada e ganhar a menos que a remuneração está vetado pelo Código de Ética, porque obviamente eu ocupo o lugar de alguém. Embora, eu concordo contigo, o Código de Ética tenha esta flexibilidade, é permissivo neste sentido, eu justifico a partir da compreensão da história. Eu reconheço que ele tem um elemento complicante, que é, aceitar, concretamente, de alguma maneira anunciando um descumprimento ético, porque eu vou, de alguma maneira, estender a minha jornada de trabalho. Embora eu ache que é possível trabalhar em dois locais, eticamente. Este veto que na Europa e nos EUA está muito claro, porque lá o exercício da assessoria de imprensa está vetado, não é jornalístico, no Brasil isso está superado e acho que acertadamente. Tenho visto, em nossas experiências internacionais, como isso está sendo acolhido. Ou seja, como é interessante para eles perceber como nós trabalhamos com isso e como é que isso incidiu sobre a profissão no Brasil. Espanha e Inglaterra começam a discutir como é possível e como é necessário, inclusive. Seria relevante uma assessoria de imprensa permeada por olhar jornalístico? O Brasil tem mostrado que isso é possível e que qualificou, me parece, a assessoria de imprensa no país.

O baixo piso salarial e a jornada de trabalho de cinco horas, reduzida se comparada a de outras categorias, são os fatores que, no entender da FENAJ, incentivam o Duplo Emprego no Jornalismo brasileiro?

Resposta 3: O baixo salário, sim, a jornada reduzida, não. A jornada não é reduzida. Esta jornada é compatível com outras profissões e ela é decorrente de uma compreensão do jornalismo nos anos 40, aonde tinha uma pressão enorme sobre o trabalho. Este trabalho, esta pressa, esta tensão entre trabalho e tempo, não só não diminuiu com as novas tecnologias, como ela se estendeu, ela piorou. Ou seja, a quantidade de trabalho na mesma jornada aumentou e a transição do trabalho para o lazer, para realizar em casa, aumentou, também. Não podemos ter no horizonte a diminuição das cinco horas. É um elemento. A realidade das relações desproporcionais de poder entre o capital e o trabalho impôs, embora a CLT brasileira fosse uma CLT que protegesse o trabalho em certo momento, a partir dos anos 1980 isso foi desmantelado. A partir dos anos 1980, todas as ações que ocorreram no mundo do trabalho foram de desregulamentação na tentativa de imprimir uma nova organização do trabalho, a partir de uma lógica neoliberal de desonerar o capital. Nós mantivemos isso, de alguma maneira, da maneira formal. Informalmente, isso foi ludibriado pelo duplo emprego. O duplo emprego entrou. Está prevista a jornada de sete horas, a jornada prevê duas horas a mais, o que é quase a jornada normal do trabalhador. Mesmo esta jornada de sete horas é muito mal remunerada. Mesmo pessoas com jornadas de sete horas acabam tendo de buscar outras jornadas. Mesmo empresas que têm ilegalmente jornadas de dez, 11 horas, assim mesmo estes salários são insuficientes e, assim mesmo, as pessoas têm de trabalhar. É comum os jornalistas, e a gente nota isso nos indicativos de saúde, jornalistas em um nível de trabalho muito acima do permitido e do fisicamente suportável, com um índice crescente de doenças cardiovasculares, de doenças com um caráter de humor.

O fato de a assessoria de imprensa ser uma atividade, no Brasil, exercida por jornalistas pode ser considerado como um fator para que o duplo vínculo seja visto com naturalidade?

Resposta 4: Sim. O fato de, no país, termos incorporado a assessoria de imprensa de alguma maneira descriminalizou, ou moralizou, ou incorporou a possibilidade de trabalhar nas duas. O impedimento de trabalhar nas duas, no Brasil, passou a ser o tráfico de informação. Este é o problema. O fato de trabalhar nos dois não é um problema, porque a assessoria de imprensa passa a ser um elemento aceitável, do ponto de vista moral e do ponto de vista profissional no Brasil.

Qual o impacto do Duplo Emprego sobre a credibilidade do veículo de comunicação que o autoriza?

Resposta 5: As formalidades não são descartáveis, mas são irrelevantes, têm um grau de relevância na relação com o leitor, com a audiência. O que eu acho que é determinante não é nem a compreensão que o leitor tem desta relação. É, na verdade, o grau de tráfico, de influência que o duplo emprego tenha na produção da notícia. Isso sim, é grave, e isso o leitor não sabe. Ou seja, era comum, eu presenciei isso no Correio do Povo, ao pedirmos aumento ao empregador, que disse: “Nós não temos aumento, mas eu me proponho a ir na Assembleia Legislativa e arrumar empregos complementares para vocês”. Era completamente aceitável que o editor do jornal fosse assessor de imprensa de um partido político que naquele momento estava no governo do Estado. Me parece que isso, sim, é uma distorção grave, que começa a ser superada, por um princípio, apenas. As condições concretas ainda são de manutenção do duplo emprego. Condições concretas, salariais, de sobrevivência, são tão ruins ou piores, do que há alguns anos atrás. Enfim, a oferta de emprego diminuiu. As condições não são boas, ainda. Retifico, acho que não são tão piores, não estão boas ainda. A impressão que nós tínhamos e a pesquisa com jornalistas demonstra, surpreendentemente, que o Duplo Emprego tem uma presença menor do que imaginávamos. É menor, por várias razões. Primeiro porque eu acho, ao contrário do que acabei de afirmar, que melhoraram, nominalmente, os salários melhoraram. Acho que se conseguiu uma base um pouco melhor, de uma maneira geral. Vários fatores fizeram com que a massa salarial, nacional, aumentasse um pouco. O elemento chave da diminuição é ético, é profissional. A sensação de pertencimento a uma profissão, aonde – não que não haja, ainda – mas há um desconforto ao exercer isso. Esta criação deste desconforto e esta pressão corporativa, positiva, me parece ser um elemento. Não tenho dados para afirmar isso, mas como as condições concretas que levam ao duplo emprego, baixo salário e as condições de trabalho, não se moveram o suficiente para indicar que fossem diminuir o duplo emprego, a diminuição do duplo emprego me parece que tem um componente de opção pessoal, profissional.

ANEXO 2

Matérias selecionadas do Jornal do Comércio

Jornal do Comércio - Porto Alegre

Economia

▶ Investimentos

Navistar anuncia local de fábrica até o mês de junho

Grupo inaugurou em Canoas linha de motores da MWM para a GM

O grupo Navistar define até o fim do primeiro semestre a localização da sua primeira fábrica de caminhões no Brasil. O prazo foi estipulado nesta quinta-feira pelo CEO e presidente da companhia na América do Sul, Waldey Sanchez, que veio ao Estado para inaugurar a nova linha de motores da planta da MWM International, em Canoas, que integra a companhia. Sanchez evitou comentar os potenciais candidatos a receber o investimento de US\$ 200 milhões (projetado para cinco anos) para montar uma nova família de caminhões e adiantou que pesará mais infraestrutura e logística do que incentivos fiscais, que alimentam a guerra entre as unidades da Federação.

A meta é dar a largada na montagem no começo de 2014. A capacidade será de 20 mil a 25 mil unidades. "Será a fábrica mais moderna da Navistar no mundo", garantiu o executivo. Hoje a companhia tem 18 plantas no mundo. O projeto da fábrica brasileira tem origem em uma parceria com a Caterpillar, rompida em setembro de 2011. Segundo Sanchez, a definição da sede do investimento observa pelo menos 20 elementos. "Vamos retomar conversações com os governos após finalizar o projeto técnico da fábrica", explicou o CEO. Sobre as chances do Rio Grande do Sul, o dirigente sugeriu potenciais vantagens estratégicas. "O Estado é competitivo. Temos motores em Canoas e ônibus em Caxias do Sul", citou, referindo-se aos parques existentes.

Na cidade da Região Metropolitana, são montados motores para diversos segmentos. A linha destinada a abastecer a GM envolveu aportes de US\$ 80 milhões, sendo US\$ 10 milhões na operação gaúcha e o restante entre unidades da MWM na Argentina e em Santo Amaro (SP), e prevê entrega de 300 mil unidades do Chevrolet 2.8 CTDI em cinco anos para a picape S10. Em Canoas, os principais executivos da MWM e do braço da Navistar na área de motores apontaram o contrato como um marco na relação com a GM.

A empresa montou uma linha com produto de tecnologia e design da montadora de automóveis e que terá controle de qualidade de peças e construção de staff da GM que atua na planta de Gravataí. A MWM lidera a produção no Mercosul, com 30% da oferta de produtos em diversos mercados de veículo. "O nosso maior contrato hoje é com a GM", valorizou José Eduardo Luzzi, presidente da empresa. O presidente mundial da Navistar Engine, Eric Tech, definiu o trunfo da unidade como união da inovação das duas fabricantes.

O presidente para a América do Sul apontou que a redução do custo Brasil (que inclui, por exemplo, alta tributação e carência de infraestrutura) e formação de mão de obra são itens essenciais na formatação dos novos empreendimentos. "O câmbio virou desculpa. Precisamos melhorar nossa competitividade", sinalizou. No evento que foi montado ao lado da linha do novo motor diesel da camionete S10, da General Motors, que levou integrantes da cúpula da montadora a Canoas, o secretário estadual de Desenvolvimento e Promoção do Investimento, Mauro Knijnik, ressaltou os atrativos da política industrial recém-lançada e que a intenção é criar condições de garantir futuras ampliações locais.



Rio Grande do Sul é candidato, mas Sanchez evitou comentários

Notícia 1 do Jornal do Comércio.

Polêmica sobre auxílio-moradia do Judiciário volta à pauta no Parlamento estadual

A Comissão de Segurança e Serviços Públicos da Assembleia Legislativa realiza, nesta quinta-feira, uma audiência pública para discutir o pagamento retroativo de auxílio-moradia a juizes do Tribunal de Justiça (TJ) do Estado. O encontro foi solicitado pelo deputado Jeferson Fernandes (PT) e acontece a partir das 9h30min no Plenário.

Com a denominação de Parcela Autônoma de Equivalência, o benefício, com impacto de R\$ 600 milhões nos cofres do Tesouro, vem sendo pago desde dezembro de 2010, por determinação de ato administrativo da presidência do TJ.

Durante a análise do tema pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), em sessão no dia 14 de março, o conselheiro Estilac Xavier pediu vista do processo. O julgamento permanece suspenso. O pagamento retroativo está sendo questionado pelo Ministério Público (MP) de Contas, pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e pela Associação dos Auditores do TCE.

De acordo com o deputado petista, o objetivo da audiência é tornar pública a discussão sobre o auxílio-moradia, que poderia custar R\$ 2 bilhões aos cofres do Estado, uma vez que os promotores de justiça também teriam definido que passariam a exigir o pagamento retroativo do benefício.

O presidente da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul (Ajujis), Pio Giovani Dresch, afir-

ma que não participará da reunião na Comissão de Serviços Públicos por entender que se trata de um movimento que ataca a autonomia no TCE. "É uma tentativa de interferir no voto dos conselheiros, que deve ser dado a partir da convicção jurídica. Há uma intenção de fazer pressão política sobre eles no momento em que precisam definir uma decisão técnica", argumenta Dresch.

No início da semana, o presidente da Ajujis já havia divulgado uma nota afirmando que a intenção do deputado Jeferson Fernandes não seria a "de fazer uma discussão séria sobre a questão, mas o de construir mais um palco para suas diatribes". O parlamentar criticou a nota da entidade. "A Ajujis foi muito infeliz com esta nota, tentando tirar o foco do problema e desqualificar minha pessoa. São R\$ 2 bilhões. Se um Estado com problemas para o pagamento de brigadianos e professores não discutisse isso, não haveria razão para o Parlamento permanecer aberto", disparou Fernandes.

Segundo o presidente da Ajujis, não houve a intenção de fazer uma crítica pessoal ao deputado, mas reafirma que Fernandes estaria fazendo uso político de uma bandeira própria. "Essa audiência não foi marcada para ouvir a sociedade e sim para promover resultados; para pressionar o Tribunal de Contas", resume.

No ofício encaminhado ao presidente da comissão da Assembleia, o magistrado também critica o que chama de "maldosa designação de auxílio-moradia, benefício que sabidamente não é pago aos juizes do Rio Grande do Sul".

O valor pago é referente ao auxílio-moradia que os deputados federais se autoconcederam em 1994. A concessão gerou um efeito cascata, dando margem para que a magistratura também reivindicasse o benefício. Somente em 1998 uma lei autorizou a incorporação da

vantagem aos vencimentos de juizes e desembargadores. Com isso, a categoria solicitou o pagamento referente ao período em que houve diferença salarial em relação aos

deputados: setembro de 1994 a fevereiro de 1998. O pedido foi acolhido pelo TJ, que, além de autorizar o pagamento retroativo, também indicou a correção monetária.

DR. ALCEU KNJNIK
MÉDICO ENDOCRINOLOGISTA

OBESIDADE • DISTÚRBIOS DO COLESTEROL
DOENÇAS DA TIREÓIDE • DIABETE • EXCESSO DE PELOS • BAIXA ESTATURA

DE SEGUNDA A SÁBADO
PRAÇA DOM FELICIANO, 78 CJ. 1101
CENTRO - PORTO ALEGRE

FONES: 3211.6883 / 3221.7172 / 3228.1042

IMPERDÍVEL

IMPRESSORA DIGITAL OKI B430
POR APENAS
R\$ 830,00

ADEQUADA A QUALQUER AMBIENTE DE TRABALHO

- Velocidade de Impressão de 30 ppm
- Impressões monocromáticas nítidas e precisas em até 1200 X 1200 dpi
- Garantia de 5 anos do fabricante para pentes de LED
- Duplex automático • Placa de rede 10/100 • PCL 6 • PostScript 3

mitalsul **OKI**
SOLUÇÕES DIGITAIS People to People Technology

Central de Atendimento: (51) 3218.0208
Av. Princesa Isabel, 615 • Porto Alegre/RS
comercial@mitalsul.com.br • www.mitalsul.com.br

Notícia 2 do Jornal do Comércio.

Agromercado

Produtor e ambientalista criticam vetos ao código

Agricultores temem que novo texto reduza resultados no campo

congressistas, o novo texto gera o risco de reduzir o resultado econômico da agricultura brasileira. Além disso, algumas exigências seriam extremamente difíceis de serem executadas pelos produtores, como a necessidade de georreferenciamento para o cadastro de imóveis rurais e a disponibilização dos dados das propriedades na internet. "Não podemos exigir por lei algo que não se pode cumprir."

O novo código também foi criticado por ambientalistas. Para o presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), Francisco Milanez, os vetos da presidente reduzem a destruição ambiental que será permitida pelo novo texto, mas não a anulam. "Estamos destruindo a principal ferramenta de defesa dos biomas brasileiros", afirma.

Milanez não acredita que uma nova discussão dos vetos no Congresso possa trazer alguma melhoria para os pontos argumentados pelos ambientalistas.

"Se voltar a discutir, será sempre para pior, eles apenas defendem interesses próprios, contrários aos da população e aos alertas dos cientistas." Conforme o presidente da Agapan, o novo código vai reduzir a reposição de águas de nascentes e lençóis freáticos, prejudicando os produtores. "Quando os agricultores chorarem no futuro por causa de secas, lembrem os deputados e senadores que defenderam essa destruição."

Já o assessor de Política Agrícola e Meio Ambiente da Petag, Alexandre Scheiffert, acredita que o texto agrada aos pequenos produtores. "Ele mantém os princípios da equidade e proporcionalidade, fazendo exigências diferenciadas conforme o tamanho da área das propriedades." Entre os principais pontos positivos para os agricultores familiares, Scheiffert destaca o escalonamento das áreas a ser recuperadas de acordo com o tamanho das propriedades, e o reconhecimento legal de áreas agrícolas consolidadas.

O novo código florestal finalizado nesta quarta-feira com os vetos da presidente Dilma Rousseff não agradou nem aos produtores rurais nem aos ambientalistas. Enquanto os primeiros acreditam que o texto apresentado pela presidente pode reduzir o resultado econômico do agronegócio, os outros o classificam como uma ferramenta que possibilitará a destruição dos biomas nacionais.

Segundo Eduardo Condorelli, assessor-técnico da Parsul, os vetos e o decreto da presidente representam uma desvalorização do esforço do Congresso para buscar um consenso em relação ao tema. "Ela manteve uma rigidez em relação a suas propostas iniciais, como se só aquelas ideias servissem, e desvalorizou o trabalho do Legislativo", aponta.

Conforme Condorelli, ao mandar uma recomposição de área maior do que a definida pelos

Ruralistas não foram derrotados, afirma senadora Kátia Abreu

Na avaliação da presidente da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu (PSD-TO), a bancada ruralista não foi derrotada pelos nove vetos impostos pela presidente Dilma Rousseff. Segundo ela, o mais importante é que, "gostando ou não", a nova legislação garante segurança jurídica no campo, "pois o pior do mundo é (o produtor rural) não saber se está bem ou mal".

A senadora observa que o veto é um direito constitucional da presidente da República, assim como os parlamentares têm o direito de analisar e derrubar as resoluções. A senadora destacou o fim da "hegemonia" das organizações não governamentais (ONGs) sobre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ibama como um dos principais avanços proporcionados pelo novo Código Florestal. Ela entende que os dois órgãos, livres da pressão das ONGs, tornam-se novamente republicanos. "Se eu não estou 100% satisfeita como produtora rural, eu me considero 100% contemplada como cidadã. Democráticamente, todos nós teremos espaço para debater", afirmou.

Nesta quinta-feira, o deputa-

Democra



DF/NEW/ADRIANUS OLIVEIRA

Calado vai entrar com uma Adin

do federal Ronaldo Caiado (DEM-GO), informou que o seu partido entrará com uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal contra o decreto-lei da presidente. Calado observou que os vetos impostos por ela desrespeitam o acordo firmado entre os parlamentares, o que resultou no texto aprovado pelo Congresso, mas reconhece que se trata de uma prerrogativa do governo. Ele questionou a publicação do decreto, o qual considerava uma afronta ao Legislativo.

ANEXO 3

Matérias selecionadas do Correio do Povo

6 ■ SEGUNDA-FEIRA | 4 de junho de 2012

Economia

economia@correiodopovo.com.br
Editor: Eugênio Barbalho
Editora assistente: Eliana Kirsch

CORREIO DO POVO

Barra lança promoção

■ O BarraShopping está realizando a promoção "Dia dos Namorados. O amor é o maior espetáculo do Menor", válida para o mês de junho. A iniciativa está ligada ao espetáculo Vatel, do Cirque du Soleil, e premiará mil pessoas com ingressos, válidos somente para o espetáculo que será apresentado no próximo dia 1.º de agosto.

Auditores elegem Taffareli

■ O presidente da Associação Gaúcha dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, Marville Taffareli, foi eleito coordenador do Conselho de Representantes da entidade nacional (Confirp). O Conselho reúne todas as entidades regionais de auditores fiscais da Receita ligadas à Anfp. Vamos lutar para fortalecer a categoria.

Novo carro GM sai até dezembro

Projeto Onix prepara lançamento de 2 modelos. O *hatchback* já começou a ser fabricado, já o sedan irá rodar ainda em 2013

Vai crescer também o número de empresas parceiras. Passará das atuais 17 para 19, distribuído dentro da área do complexo, a Denso (sistemas de arrefecimento e aquecimento) e a Android (montagem de subconjuntos). Assim, serão finalizados os R\$ 1,4 bilhão em investimentos do projeto Onix, iniciados em julho de 2010. Além desse valor há mais R\$ 800 milhões aplicados em outras operações da GM no Brasil, centros de *design*, engenharia (laboratório e campo de provas) e na unidade do RS.

Quando os dois modelos forem produzidos em série, a capacidade instalada da montadora, que hoje elabora 850 carros por dia, ou 53,5 por hora, irá das 230 mil unidades/ano atuais para 380 mil unidades/ano, mas o nervaço do consumidor fará o ajuste da

com obras civis 100% concluídas em janeiro passado, o projeto Onix, de expansão do complexo automotivo da General Motors (GM), em Gravataí, prepara-se para lançar, no último trimestre do ano, o primeiro de seus dois novos modelos de veículos: um *hatchback* (conjunto de passageiros e portas-malas integrados). O modelo já começou a ser fabricado em um *seriata*, irá rodar em 2013. Ambos são complementares aos já produzidos no RS, o Celta e o Prisma. Até o final do processo, 6,2 mil pessoas estarão com cartelas de trabalho assinadas, entre a fábrica da GM, fornecedores sistêmicos e terceiros. Dessas, mil vagas são do Onix.

também por etapa de expansão da sua capacidade produtiva no complexo Industrial de Gravataí. Por enquanto, a General Motors não revela muitos detalhes do seu projeto por questões de estratégia e competitividade. Por isso, não dá qualquer precisão sobre a chegada dos carros ao mercado consumidor.

No que se refere aos novos empregos, uma seleção tem sido feita pela Azeredo Consultores & Associados – RH, empresa recrutada pela GM. Sua página de acesso na Internet é www.azeredoconsultores.com.br. Na última sexta-feira eram aceitos currículos para vagas de operador de produção e eletricitistas e eletrônicos de manutenção, entre outras especializações. Conforme a GM/RS, 95% dos trabalhadores no complexo são gaúchos. O percentual deverá se manter.

Capacidade instalada da montadora passará para 380 mil unidades ao ano além da instalação de novos equipamentos. Em matéria de robôs há hoje, por exemplo, 240 em operação. No final do processo serão adicionados mais 240 robôs. Os 17 sistêmicos passarão



Foto: Azeredo Consultores & Associados

Notícia 1 do Correio do Povo.

Dupla argentina no meio

Em solo peruano, D'Alessandro e Dátolo serão os responsáveis pelo setor de criação do Inter contra o Juan Aurich

PAULO NAIMES

O defeituoso gramado do estádio Elias Aguirre, em Chiclayo, será o palco da estreia de uma nova parceria. Lá, no interior do Peru, D'Alessandro e Dátolo iniciarão sua primeira partida juntos pelo Inter. Eles estão confirmados por Dorival Júnior no meio-campo que começa a partida contra o Juan Aurich, amanhã, pela Libertadores.

Eles já jogaram juntos algumas vezes. No domingo, por exemplo, atuaram os últimos 45 minutos da vitória sobre o Cerro Pílica, pelo Cauchán. Foi a partida que marcou a volta de D'Alessandro após um período afastado por lesão. "Estou feliz. Voltar bem e sem dor nenhuma. Da lesão, estou 100%. O ritmo de jogo vou pegar aos poucos", diz.

D'Alessandro é velho conhecido dos colorados. Está no Beira-Rio desde 2008. Dátolo, por sua vez, desembarcou em Porto Alegre no início do ano como uma das principais contratações da temporada. O entrosamento — até aqui praticamente só fora de campo — foi quase automático. Sem dúvida, o fato de ambos serem argentinos facilita.

"O Dátolo tem qualidade e acrescenta muito ao time. Como argentino, fico feliz por ver que ele se adaptou bem. O grupo do Inter é muito bom neste sentido", finaliza D'Alessandro.

Guiñazu vai para reserva

Dátolo começa o jogo ao lado de D'Alessandro, mas Guiñazu não terá a mesma sorte. Apesar de estar 100% recuperado, o volante ficará no banco de reservas. Trata-se de um claro indicio de que Sandro Silva é o novo titular do time no meio-campo.

Dorival Júnior deve explicar a sua opção hoje, quando concederá uma entrevista já em solo peruano. A delegação colorada embarcou ontem à tarde para Chiclayo, onde chegou no final da noite. Antes da viagem, o treinador orientou o último trabalho no Beira-Rio. Foi quando definiu o time que começa contra o Juan Aurich.

Faz parte da tática da comissão técnica minimizar os perigos do piso sintético do estádio Elias Aguirre. "Todo mundo conhece um gramado sintético. Quando eu era criança, jogava no sintético. Acho que outros jogadores também. Mas é um jogo de futebol, com uma bola redonda e 11 para cada lado", finaliza D'Alessandro.



Mesmo já tendo atuado juntos, D'Alessandro e Dátolo não iniciaram uma mesma partida como titulares



plano de **carreira**



CORREIO DO POVO.com.br
Porto Alegre, 16 de novembro de 2011

Porto Alegre

Agora 23°C Amanhã 17° 24°



Capa [Notícias](#) [Esportes](#) [Arte & Agenda](#) [Blogs](#) [CP Vantagens](#) [Classificados](#) [Impresso](#)

Vale também: [Webmail](#) [Central de Assinantes](#) [Rádio Guáíba](#) [Fale conosco](#)

Colunas
Editorial
Nossa Colaborador
Do Leitor
Juremir Machado da Silva
Taino Oppitz
Denise Nunes

Editorias
Capa
Política
Estrada
Internacional
Economia
Geral
Especial
Cidades
Rural
Policia
Esportes
Tempo e clima
Há um século no Correio do Povo

Jornal > Geral

ANO 116 Nº 203 - PORTO ALEGRE, SEGUNDA-FEIRA, 29 DE AGOSTO DE 2011

Horas de tensão e agonia

Um operário segue desaparecido após acidente na EDE do Dmae, apesar dos esforços das equipes



Bomberos avançam na madrugada em busca da vítima.
Crédito: Inácio OISETI

Às 16h30min de ontem, as equipes de resgate interromperam as buscas a uma pessoa desaparecida nos escombros da desabamento de uma laje da estação de bombeamento de esgoto (EBE) do Dmae, em construção, localizada no loteamento Jardins do Prado, no bairro Hípica, extremo-sul de Porto Alegre. O acidente ocorrido após às 10h30min de sábado deixou um operário morto, outro que permaneceu nos escombros quando foi suspenso o trabalho, e outros nove, que foram retirados com vida e levados a hospitais da Capital.

O operário Vladimir Francisco Boase de Nascimento, que ainda segue sob escombros, é dado como morto, embora os bombeiros tenham dito que não descartavam a hipótese de que ele estivesse vivo. Oito dos feridos foram retirados

minutos após o acidente e levados em ambulâncias da Samu ao HPS e ao Hospital Cristo Redentor. Nas horas seguintes, houve a tentativa de salvar as três vítimas em situação mais crítica. Três ficaram soterrados num emaranhado de concreto ainda úmido - despejados por um caminhão-bomba-lança até a laje, a seis metros do solo -, passando por vigas de madeira e fios de ferro entrelaçados. Esses materiais retorcidos dificultaram o trabalho de resgate.

Os bombeiros precisavam correr contra o tempo para salvar as vítimas antes que o concreto secasse. Segundo o tenente-coronel Humberto Teixeira Santos, comandante do 1. CRB, da BM, havia muita dificuldade para alcançar as vítimas, em função deste emaranhado de materiais. O operário Juarez Machado Prestes, 39 anos, ficou preso por uma das pernas e só foi retirado às 16h20min, mais de cinco horas depois do acidente. A euforia das equipes de resgate pela retirada dessa vítima deu lugar ao desânimo ante a possibilidade de os outros dois operários ainda soterrados estarem mortos. Os bombeiros tiveram contato visual com apenas um deles, que estava com o tórax e a cabeça enterrados no cimento e no concreto, a essa altura já com certo entupimento, mas nada sabiam do paradeiro do outro homem.

O corpo do homem avistado foi retirado às 18h02min de sábado e levado para o Departamento Médico Legal, do IGP. Os bombeiros continuaram o trabalho e, com o cair da noite, as dificuldades aumentaram pela falta de luz natural e pelo fato de o concreto já estar rígido. E os bombeiros ainda tinham de localizar a vítima. A parte subterrânea da estação de tratamento, com 9 metros de profundidade, foi iluminada. Os bombeiros e um cão farejador usaram cordas e roldanas para descer e ter um indicativo de onde estaria o operário. Com cordas amarradas ao corpo e às patas, o cão desceu por três vezes. Antes da suspensão dos trabalhos, chegou a ficar mais de 1 hora no local, mas sem sucesso.



Arte & Agenda

Calendário de Esportes

VENHA FAZER UMA ESCALADA ESPIRITUAL. VENHA PARA ISRAEL, A TERRA SANTA. CONFIRA NOSSAS OFERTAS ESPECIAIS. www.goirfasi.com.br

Últimas notícias

14:21 > BR 392 é liberada após protesta em Rio Grande
13:36 > Espanhol ganha sozinho 100 milhões de euros na...
13:08 > Conflitos entre milícias deixam ao menos 41 m...
11:54 > Protesto do Greenpeace leva Jéica a Federação
11:30 > Delúbio se entrega e Pizzolatto revela fuga pa...

Notícias mais lidas

1 > Menina de 15 anos morre em acidente na zona No...
2 > Acidente mata pai e filha em Tabai
3 > Delúbio se entrega e Pizzolatto revela fuga pa...
4 > Dez dos 12 condenados do mensalão se entregam à PF
5 > Temporal cruza o Estado e provoca transtornos

Notícia 3 do Correio do Povo, retirada das edições anteriores, disponível em www.correiodopovo.com.br, no link específico para consulta de versões impressas.